



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO LXXXIX - N° 796
MAI/JUN/JUL/AGO 2003



AS GUERRAS FUTURAS

L. P. Macedo Carvalho

CAXIAS E A POLÍTICA

Luiz Carlos Carneiro de Paula

**A SEGUNDA GRANDE GUERRA
NA PENÍNSULA DA ITÁLIA**

(Sinopse) – 1^a parte

Ruy Leal Campello



Titulo: A Defesa Nacional : revista de assuntos militares e estu



324-185

290637

v.89, n.796, maio/ago. 2003. BFD



Biblioteca do Exército

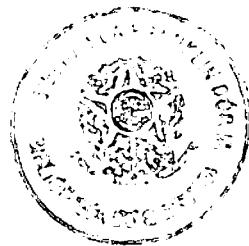
Cada vez mais a serviço dos ideais, dos valores e das necessidades da cultura militar brasileira.

acesse

www.bibliex.eb.br

Editorial

Dia do Soldado Bicentenário de Caxias



Há quase oitenta anos, em 1925, o Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, era escolhido Patrono do Exército Brasileiro, e o dia do seu nascimento, festejado como o Dia do Soldado.

Dez anos depois, o General João Gomes, Ministro da Guerra, escrevia no número especial da Revista Militar Brasileira: "...não existe no calendário data mais própria: o Dia do Soldado só poderia ser mesmo o dia de Caxias, protótipo das virtudes militares."

E prosseguiu, dirigindo-se a seus comandados de então, exortando-os a não apenas admirar os assinalados feitos de Caxias ou lembrá-lo com *flores de retórica*, mas firmar e renovar, a cada ano, o propósito de seguir-lhe os exemplos de honra, de dedicação, de renúncia, de fé e de patriotismo:

"Soldados, quando o pessimismo deprimente tentar surgir em vossa imaginação a falsa possibilidade de um futuro sombrio para vossa Pátria, evocai a imagem de Caxias, sempre cheio de fé e amor pátrio, que ela vos há de despertar a mais viva esperança nos destinos do Brasil."

Hoje comemoramos os duzentos anos do nascimento de Caxias. Talvez, há muito mais que oitenta anos, Caxias já estivesse presente na alma do soldado brasileiro. Ímpar, traz com ele a lembrança de toda uma plêiade de homens que fizeram o Brasil grande tal como o conhecemos. Ímpar, inspirou e inspira os brasileiros de toda parte no cumprimento do dever. Ímpar, é sinônimo de retidão ética e moral. Ímpar, é o soldado entre soldados. Talvez por ser ímpar, quis o destino, e o Império, que só ele fosse o Duque, o Duque de Ferro.

Há quase oitenta anos, no dia do nascimento de Caxias, celebramos o Dia do Soldado. Fazê-lo não é cumprir uma rotina. Fazê-lo é abrir o coração, é deixar livre a alma daqueles que se decidiram por servir à Nação, perseverando nas virtudes que, por si só, retemperam a vontade e dão sentido à vida.

"Salve, Duque glorioso e sagrado..."

"Salve, herói militar do Brasil."



Sumário

EDITORIAL	1
AS GUERRAS FUTURAS	4
<i>L. P. Macedo Carvalho</i>	
FUNDAMENTOS DA ESTRATÉGIA	15
<i>Nilson Kasumi Nodiri</i>	
UMA PERCEPÇÃO CRÍTICA DA ESTRATÉGIA MILITAR TERRESTRE BRASILEIRA	20
<i>Leonardo Ramalho Rodrigues Alves</i>	
SERÁ SÓ A DIPLOMACIA O MELHOR INSTRUMENTO DA POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL NA ATUALIDADE? UMA VISÃO CRÍTICA	28
<i>Carlos José Russo Assumpção Penteado</i>	
CAXIAS E A POLÍTICA	37
<i>Luiz Carlos Carneiro de Paula</i>	
RECORTES HISTÓRICOS SOBRE CAXIAS	42
<i>Cláudio Moreira Bento</i>	
ADMINISTRAÇÃO PELA QUALIDADE TOTAL – UM MODELO DE GESTÃO PARA OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	54
<i>João Paulo Da Cás</i>	
GESTÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A FORÇA TERRESTRE: DESAFIO SINGULAR DE ESTADO-MAIOR	63
<i>Antonio Cesar Castro De Sordi, Pedro Soares Da Silva Neto e Mauro Guedes Ferreira Mosqueira Gomes</i>	
A GESTÃO MODERNA E A LOGÍSTICA ORGANIZACIONAL – COMO MELHORAR O DESEMPENHO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES DE SUPRIMENTO	78
<i>Ricardo Marques Figueiredo</i>	
O ESTADO: APRECIAÇÃO SOB QUATRO ENFOQUES	91
<i>Manuel Cambeses Júnior</i>	
O ESTADO COMO REALIDADE POLÍTICO-JURÍDICA	99
<i>Reis Friede</i>	
A EVOLUÇÃO DO PÁRA-QUEDISMO MILITAR E OS PRECURSORES PÁRA-QUEDISTAS	109
<i>Elder Freire Silveira Filho</i>	
ENFRENTANDO O GIGANTE	120
<i>Walter Nilton Pina Stoffel</i>	
A PEDRA ANGULAR DA ENFERMAGEM MILITAR: AS IRMÃS DE CARIDADE NO HOSPITAL MILITAR DA GUARDA DA CORTE (1864-1870) – 1ª parte	135
<i>Carla Christina Passos e Ieda de Alencar Barreira</i>	
A SEGUNDA GRANDE GUERRA NA PENÍNSULA DA ITÁLIA (sinopse) – 1ª parte	149
<i>Ruy Leal Campello</i>	
O LIVRO “GEOPOLÍTICA E MODERNIDADE”, DO GENERAL MEIRA MATTOS	170
<i>Phil Kelly</i>	
ÍNDICE REMISSIVO	178

As Guerras Futuras

L. P. Macedo Carvalho*

RESUMO

O artigo se desenvolve em três segmentos: uma análise do panorama mundial e das perspectivas atuais, uma análise daquilo que o autor chamou de *paz fria*, e uma prospecção daquilo que poderá ser a guerra do futuro, em um mundo assimétrico, vivendo uma corrida tecnológica que oferece meios que revolucionam a arte da guerra, mas que tem no homem o fator perene a dar aos conflitos o mesmo perfil de sempre – o choque de culturas, de interesses e de vontades.

PALAVRAS-CHAVE
Guerra, guerra futura

Panorama Mundial e Perspectivas

Este início de milênio passará à História como a era do repúdio ao totalitarismo, do redescobrimento da democracia, do ressurgimento do nacionalismo, da explosão da sociedade de massa, da globalização e dos grandes blocos econômicos, da ameaça de retorno à Guerra Fria, do despertar da China, da convulsão da África subsaariana, da iminência de um choque de civilizações entre Oriente e Ocidente, do surgimento dos homens-bomba, do agravamento da questão palestino-israelense,

do anseio de superação da dependência externa na Ibero-América, da hegemonia dos EUA e da perda de sua invulnerabilidade com os atentados do 11 de setembro. Com isso, esboça-se uma nova configuração geopolítica para o mapa-mundi.

A escalada da violência étnico-nacionalista, apoiada na simbiose do fundamentalismo religioso com o terrorismo internacional, não respeita fronteiras. O fantasma do narcotráfico, com efeito sinérgico sobre o crime organizado, alimentado pela miséria e pela corrupção, surgiu no cenário mundial como novo fator de risco para a socie-

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior. Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

¹ Transcrito de Carta Mensal, nº 578, vol 49, de maio de 2003, da Confederação Nacional do Comércio.

dade. A preponderância das economias de mercado e o fortalecimento dos centros de poder econômico nos levam a repensar o tradicional conceito de soberania.

A perda da importância estratégica dos países ibero-americanos frente à excentricidade geopolítica, exceto na área do Caribe, e resultante das suas disparidades históricas e da revolução tecnológica, obriga-os, consequentemente, a disputar um lugar ao sol - sem grandes esperanças - com os superblocos que detêm o poder econômico transnacional. Deste modo, o heterogêneo trem ibero-americano, carente de arrojo e de investimentos estrangeiros, permanece estacionado no pátio do subdesenvolvimento, à espera de uma locomotiva potente que o conduza ao terminal da modernidade. Enquanto isso, a Ibero-América - o Terceiro Mundo do Ocidente - continua importando bens de capital e tecnologia, exportando matérias-primas e produtos manufaturados por mão-de-obra barata, além de continuar sendo um vasto e atraente mercado consumidor. Na América Central e na América do Sul, os problemas fronteiriços e das Malvinas, não solucionados definitivamente, e os interesses multinacionais na Antártida constituem fatores de desagregação e desestabilização política latentes, sem mencionar o imenso perigo representado pelas guerrilhas colombianas, com conotação ideológica. No Caribe já se escuta o canto do cisne do agonizante regime castrista, embora surpreenda que ainda encontre admiradores nas Américas.

Simultânea e paradoxalmente, se antevê o colapso ou a decadência do Estado-nação

*Tudo indica
que o Estado-nação é
demasiadamente grande
para dirimir questões
menores e demasiado
pequeno para solucionar
as grandes.*

nas repúblicas ibero-americanas, com a formação de grandes pólos ou conglomerados regionais, continentais ou extracontinentais. Diversas nacionalidades ibero-americanas, na busca pela afirmação de sua identidade nacional e cultural, sinalizam incerteza e insegurança face à incapacidade e falta de vontade das organizações internacionais para resolver conflitos de interesse e desequilíbrios socioeconômicos. Tudo indica que o Estado-nação é demasiadamente grande para dirimir questões menores e demasiado pequeno para solucionar as grandes.

Muita ênfase foi dada à cooperação econômica, mas pouca atenção tem sido dada à segurança coletiva das Américas. O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e a Carta da OEA parecem reliquias dos tempos da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria. Nada foi feito ou se cogitou quanto a alternativas para enfrentar os desafios e as ameaças de hoje à segurança hemisférica. Ao contrário, o modelo preconizado e exportado pelo "consenso de Washington" vem contribuindo intensamente para o desmantelamento das forças armadas abaixo do Rio Grande, diante do temor de ressurgimento do militarismo que predominou no período de intensificação de combate aos movimentos revolucionários, de cunho marxista-leninista, durante a Guerra Fria.

Exacerba-se e generaliza-se o antiamericanismo gerado pelo imperialismo e unilateralismo dos EUA e pelo processo de globalização, embora resulte mais da incapacidade de muitos governos nacionais em assu-

mir os erros de oligarquias ou ditaduras e de guerras mundiais fomentadas por ideologias totalitárias dominantes no século XX.

Hoje, atos de selvageria, como os recentes atentados de Bali a Moscou, afetam a todos em toda parte, o que faz do combate ao terror uma preocupação coletiva. O mundo sente-se impotente e despreparado para se antepor a essa nova modalidade de guerra.

Paz Fria

A alternância entre guerra e paz tem caracterizado a história do mundo. Cada geração vê na guerra a solução de seus conflitos sucessivos, alimentados pelo egoísmo e pela ânsia de poder do homem.

O princípio básico que norteou o convívio entre as nações por vinte séculos, raramente questionado, alicerçou-se no velho aforismo romano - *si vis pacem, para bellum* (se queres a paz, prepara-te para a guerra).

O século XX ficou marcado pelo flagelo da violência. Diplomatas e políticos falharam em fazer uso da razão para diminuir as tensões causadoras das duas guerras mundiais: 75% de todas as mortes resultantes de guerra, desde a queda de Roma, verificaram-se nesse século - ou "o século curto e violento", no dizer do historiador inglês Eric Hobsbawm.

O fim da Guerra Fria, de início, provocou uma onda de euforia com a suposição de afastamento definitivo do grande risco de holocausto nuclear, restando apenas a possibilidade de ocorrência de limitados conflitos armados, localizados ou regionais. Porém, a realidade, nos três anos seguintes ao término formal da Guerra Fria, mostrou que o planeta foi sacudido

por uma série de acontecimentos inesperados, tão graves como o próprio conflito Leste-Oeste: a Guerra do Golfo, os massacres da Somália e de Ruanda, a luta armada no Sudão, a retomada dos combates em Angola e Moçambique, a volta da guerrilha na Namíbia e em Serra Leoa, as carnificinas raciais e tribais no Congo e na África do Sul, as violações do cessar-fogo no Saara Oriental, os movimentos separatistas do Assam, Pundjab, Cachemira e Timor, a persistência de focos de tensão no Camboja, o prosseguimento do morticínio no Líbano, a guerra civil no Afeganistão, a brutalização das hostilidades na Bósnia, na Croácia, no Kosovo e na Macedônia, o genocídio russo na Tchetchênia, a continuação dos conflitos entre a Índia e o Paquistão e, em Chipre, entre turcos e cipriotas, a instabilidade política em El Salvador e na Nicarágua, a crise do Haiti, as disputas fronteiriças entre Equador e Peru, a escalada da narcoguerrilha e fragmentação na Colômbia e atritos desta com a Venezuela; os confrontos de armênios e azerbaijanos, georgianos, abkhazianos e ossetianos, hutus e tuisis, curdos e turcos, tamis e sinhalezes, além de muitos outros. Para não falar nas ações terroristas crescentes do ETA (Espanha) e do IRA (Irlanda), no infundável conflito árabe-israelense, nos atentados ao WTC e ao Pentágono, bem como nos recentes atos de terrorismo na Indonésia, no Paquistão, na Índia, nas Filipinas e na Rússia.

Na verdade, o mundo vive constantes ameaças de choques e desafios novos, herdados de eras passadas, tal como a perigosa dispersão dos sistemas de armas de destruição em massa - nucleares, biológicas e químicas.

As ameaças não-militares propriamente ditas, ou os chamados conflitos de baixa

intensidade – causados pelo recrudescimento de ideologias e de nacionalismos xenófobos, pelo fundamentalismo religioso, pelos movimentos reivindicatórios das minorias étnicas, pelo fluxo de correntes migratórias clandestinas, pelo terrorismo nacional e internacional, pelo crime organizado, pelas máfias, pelo contrabando de armas, pela aliança do narcotráfico com a guerrilha – deixam sequelas tais como caos socioeconômico, corrupção generalizada, intolerância racial, lavagem de dinheiro etc., que redundam no enfraquecimento de governos nacionais. Tais chagas sociais das mais requintadas patogenias podem-se transformar em graves situações localizadas ou regionais que venham a exigir intervenção internacional.

A comunidade internacional vem respondendo de formas diferentes a cada um dos desafios apresentados no cenário mundial, refletindo falta de uma estratégia consistente para manter a paz após a Guerra Fria. Uma das razões é que os atuais conflitos diferem bastante daqueles para os quais as forças armadas foram tradicionalmente destinadas. Outra é que o mundo vive grandes transformações e os centros de poder mundiais ainda não lograram redefinir seu papel em termos explícitos, o que gera desconfiança entre os países mais fracos e subdesenvolvidos.

A insegurança do mundo de hoje é agravada por uma gama de incertezas virtualmente desconhecidas de uma ou duas gerações anteriores. Inúmeros conflitos internos contemporâneos são legados do colonialismo, uma vez que os limites de cerca da metade dos novos Estados-membros da

A era pós-Guerra Fria será conhecida por um espectro de violenta desagregação dos Estados, passível de levar países à guerra.

ONU foram impostos arbitrariamente pelos colonizadores. Não causa surpresa, pois, que movimentos separatistas e irredentistas hajam vindo à tona.

A era pós-Guerra Fria será conhecida por um espectro de violenta desagregação dos Estados, passível de levar países à guerra. A menos que a comunidade internacional defina e enfrente corajosamente as raízes dos conflitos surgidos pela violação dos direitos humanos, pelo desrespeito às identidades nacionais e à soberania dos Estados-nação, a violência não diminuirá no mundo como um todo, e a humanidade não se afastará do perigoso rumo que segue.

Embora, em geral, as guerras de grandes proporções aparentemente tenham sido afastadas do cenário mundial, não há garantia de que não ocorram. As estatísticas recentes sugerem que, no futuro, se assista à eclosão de vários conflitos limitados de grandes proporções e consequências imprevisíveis. Como afirmou Raymond Aron, caminhamos para um amanhã de “guerra improvável, paz impossível”.

Muito se tem falado em desarmamento e admite-se mesmo que alguns progressos se fizeram neste campo, mas prossegue o desenvolvimento e a produção de modernos sistemas de armas, particularmente nos países industrializados do hemisfério Norte. Bilhões de dólares continuam a ser gastos na comercialização de armas do Primeiro Mundo para o Terceiro. Tem-se limitado o emprego, mas não a produção de armas. À exceção da Convenção de Proscrição de Armas Químicas, firmada em 1993, que prescreve a demolição de instala-

ções de produção, nenhum dos tratados existentes (TNP, TAPT, MTCR, COCOM, NSG etc.) estipula o desmantelamento ou conversão de fábricas de armamento para outros fins. A “Nova Ordem Internacional” insinua a manutenção do *apartheid* militar global, pregando o desarmamento e a redução das forças armadas dos Estados não integrantes do poderoso bloco do G7 que, sob a pseudo-église da ONU, asseguraria a “segurança coletiva”, com sérias ameaças ao conceito de soberania nacional dos demais.

Apesar da estabilização ou redução dos arsenais nucleares, os estoques existentes ainda contêm suficiente poder de aniquilação da vida sobre o planeta. Aliás, nenhuma das potências nucleares admite a eventual abolição do respectivo arsenal de armas atômicas, o que não lhes dá autoridade para impedir outros países de dominarem o ciclo completo da desintegração do átomo, mesmo para fins pacíficos, fato que confere *status* político e militar em negociações diplomáticas. A embaixadora dos Estados Unidos, em recente entrevista publicada na imprensa brasileira, quando questionada por que o Brasil não recebia um tratamento similar ao dado pelo seu país à Índia e ao Paquistão, respondeu simplesmente “porque são países dotados de armas nucleares”.

Cresce e prolifera, ainda, o estoque de armas convencionais em todo o planeta, provocando instabilidade. A Europa permanece sendo a região mais militarizada, em contraste com os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, onde os conflitos insolúveis alimentam corridas armamentistas com 60% de material bélico proveniente do G7 - o que configura incoerência com a anunciada política de desarmamento.

A imagem dos boinas-azuis das Nações Unidas, desempenhando o papel de *gendarmes* e/ou bombeiros do mundo, é discutível. As decisões da Assembléia Geral, dominada pelo voto de inúmeros países inexpressivos e recém-criados, são questionadas pelas grandes potências; da mesma forma, o poder de veto dos grandes que integram o Conselho de Segurança levanta suspeitas entre os Estados de menor porte. Ademais, a inexistência de um orçamento permanente para operações de paz na ONU combinada com a crescente dívida ou atraso no pagamento das cotas de numerosos Estados-membros exacerbaria a questão. Complicando o problema, o Artigo 2 da Carta das Nações Unidas não autoriza intervenção em assuntos exclusivamente da jurisdição interna de cada Estado. É cada vez mais difícil distinguir conflitos internos de internacionais e prever repercussões além-fronteiras. O conceito de autodeterminação colide com o de ação humanitária. A aplicação do Direito Internacional, ainda quando diante de graves violações aos direitos humanos, não justifica intervenção estrangeira em assuntos internos de cada país. Assim, o conceito de soberania, apesar de nunca ter sido expresso de forma absoluta, torna-se mais importante em termos de direitos e responsabilidades dos Estados. Não surpreende, pois, que alegadas intervenções externas em Estados fracos não tenham aceitação universal. No futuro, tais práticas dificilmente serão justificáveis.

A manutenção da paz reclama que, antes de tudo, se faça a paz, uma vez que os centros de poder mundiais só resolvem as questões de seus interesses, confirmado a velha assertiva de La Fontaine de que a “ra-

zão do mais forte é sempre a melhor". Os dias de amadorismo terminaram. Diplomatas e políticos têm sido irrealistas. A autoridade e a credibilidade da ONU estarão comprometidas caso a solução dos conflitos internacionais continue sendo tratada dentro dos estreitos interesses econômicos e políticos das potências mundiais ou de corporações transnacionais, em detrimento dos princípios universais de respeito à dignidade humana. Essas suspeitas se fundamentam nas decisões tomadas pelo Conselho de Segurança da ONU, que justifica intervenções internacionais segundo conveniências do momento.

Seria ilusório esperar-se, das Nações Unidas, capacidade de impedir que todos os eventuais conflitos limitados ganhem dimensões violentas e de grandes proporções.

Somente a dissuasão, mediante o emprego efetivo da força quando se faça necessário, garantirá o direito da humanidade de viver em paz e em liberdade.

A década de 1990 ficou marcada pela globalização econômica e pela erosão da governabilidade mundial. A defasagem econômica e política gerada pela globalização atingiu um ponto de inflexão com os acontecimentos de 11 de setembro de 2001. A economia dirigiu as relações internacionais no trato do fenômeno multidimensional da globalização (econômica, política, militar, ecológica, científico-tecnológica, social e cultural), porém deverá ceder lugar, nos próximos anos, às questões de segurança e governabilidade.

Torna-se patente a necessidade de uma poderosa coalizão da maioria dos países

Os EUA continuarão a exercer a hegemonia do mundo. Secundando a potência central, estarão a União Européia, Japão, Rússia, China e Índia.

para manter a paz e evitar um choque entre civilizações, preservando seus valores e dogmas bem sedimentados.

Apesar de meros espectadores da História e de ainda ser cedo para traçar cenários futuros, podem-se antever mudanças

nas doutrinas de segurança vigentes. Primeiramente, deverão ser desarquivadas medidas de defesa interna, com prioridade para as operações de informações ou inteligência, como modernamente são denominadas.

Em segundo plano, intensificar-se-ão as operações de paz centradas em *peace and law enforcement*, destinadas a combater os ilícitos internacionais. As operações militares convencionais ou não virão em terceiro lugar.

As preocupações de fundo basicamente econômico, como a ALCA, serão provavelmente repensadas e negociadas, à medida que se consolide a coalizão ou alianças, objetivando uma política mais equilibrada de integração de fatores econômicos, políticos e militares.

A segurança global prevalecerá sobre os mercados, baseando-se no poder real dos países, expressos em termos de valor da economia, avanço do desenvolvimento científico-tecnológico, efetivo populacional, recursos naturais disponíveis, eficácia e instabilidade governamental, capacidade das forças armadas e de projeção de poder.

Os EUA continuarão a exercer a hegemonia do mundo. Secundando a potência central, estarão a União Européia, Japão, Rússia, China e Índia.

Haverá menos espaço para atitudes ambíguas da parte dos governos dos Esta-

dos. A nova situação implicará reposicionamento das forças antiglobalizantes e revisão de atitudes ideológicas inspiradas em regimes que ruíram com a queda do Muro de Berlim em 1989.

Na eventualidade de não se impedir o “choque de civilizações” entre o Ocidente e o Oriente, configura-se como mais provável o retorno a um quadro de Guerra Fria prolongada.

A História ensina que a vitória ou a derrota depende do apoio dado pelos povos e pela mídia às forças armadas e ao governo.

O homem enfrenta um dilema permanente: confiar no poder das forças armadas ou legitimar o uso da violência com fins político-econômicos.

“Não guardamos a visão do mundo sem guerra, e isto, inevitavelmente, exige um sistema alternativo para enfrentar os conflitos”, declarou Adlai Stevenson há mais de trinta anos.

Guerras Futuras

Se até 11 de setembro de 2001 afigurava-se difícil um exercício de futurologia para se esboçar o cenário da guerra do futuro, mais do que nunca se mostra perigoso especular a respeito de como será travado o conflito de amanhã. A verdade é que essa guerra será como nenhuma outra já anteriormente ocorrida.

Uma hipótese é o mundo mergulhar numa guerra irregular moderna, mas que, à semelhança das precedentes, pode acabar em uma guerra convencional ou com o emprego de artefatos nucleares. Será uma guerra assimétrica, de contorno não-definido, sem inimigo identificado, duração não estimada, sequer podendo ser denominada guerra.

Não será conduzida por uma grande aliança permanente, com o único propósito de derrotar forças inimigas. Envolverá coalizões flutuantes de países que poderão se alterar e evoluir, segundo o dinâmico jogo de interesses. Os países desempenharão papéis diferentes e participarão de formas diferentes. Contribuirão de diversas maneiras, provendo segurança, informações, interrompendo o fluxo de dinheiro, vigiando fronteiras e sistemas de comunicações, cedendo e negando bases de apoio, fornecendo auxílio financeiro e logístico, exercendo pressão econômica e/ou política, realizando ações diplomáticas e, finalmente, empregando as Forças Armadas.

Esta guerra não exigirá, necessariamente, concentração de meios maciços contra alvos. A força militar será um dos múltiplos instrumentos usados. Ciência e tecnologia ocuparão lugar destacado no “campo de batalha do mundo”. Poderá incluir invasões do ciberespaço. Não haverá regras fixas nem a terminologia será a mesma das anteriores. Será um tipo de guerra diferente e envolverá civis e militares.

Fora desta hipótese, os conflitos de maior envergadura verificados entre nações subdesenvolvidas ou emergentes seriam evitados ou solucionados pelos países que detêm o poder global, utilizando como instrumento a ONU ou mediante sanções econômicas de organismos financeiros internacionais. Fracassadas as negociações diplomáticas ou pressões econômicas, empregar-se-ia uma força internacional sob a bandeira da ONU, com o beneplácito do Conselho de Segurança.

Os esperados avanços científico-tecnológicos, nas próximas décadas, trarão significativo desenvolvimento no campo do ma-

terial bélico, acarretando mudanças na natureza da guerra, com fortes reflexos na estrutura e no emprego das forças armadas.

Armas convencionais, desenvolvidas com base em modernos princípios tecnológicos e de grande precisão, devem substituir as nucleares de enorme poder destruidor similar, sem as suas perversas consequências devastadoras.

A linha demarcatória entre armas nucleares e convencionais desaparecerá.

Conflitos limitados e regionais, localizados, de duração imprevisível e de baixa intensidade deverão ser conduzidos por pequenos agrupamentos de armas combinadas, atuando independentemente e coordenados, dispersos, com mobilidade tática, maciço poder de fogo e de armas de maior letalidade e grande acurácia a longa distância. Avultarão engenhos *high tech* à base de microeletrônica, computadores miniaturizados, robôs, comunicações por satélite, sensores das mais variadas espécies, meios digitalizados, munição eletromagnética e táticas flexíveis, adaptáveis a qualquer tipo de operação. O emprego de grandes forças blindadas e do carro-de-combate parece questionável. Devastadores ataques rápidos de aeronaves invisíveis e não-tripuladas serão realidade. Não haverá segurança tanto à retaguarda como à frente, assim como para o combatente e para a população. A guerra eletrônica, na disputa pelo domínio da quarta dimensão do combate - a eletromagnética - será

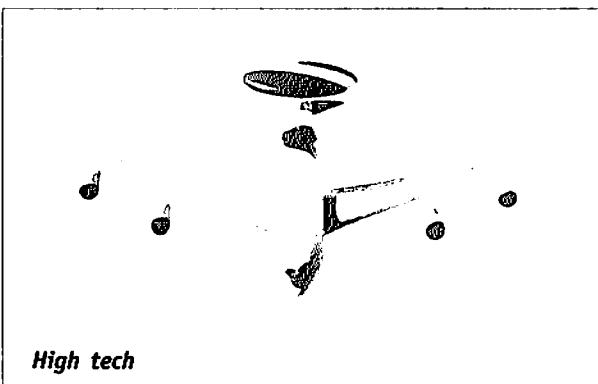
incontestável. O campo de batalha do futuro apresenta a tendência de uma configuração não linear, de grande profundidade, fragmentada e com imensos vazios.

A palavra-chave que melhor define a guerra do futuro é automação. O computador dominará o campo de batalha; consequentemente, a vitória penderá para o contendor que dispor de maiores e melhores meios informatizados, operados por especialistas altamente capacitados em processamento de dados, capazes de superar o comando e controle do oponente. O processamento de dados automático dis-

pensará grandes efetivos militares e exigirá, cada vez mais, pessoal bem treinado relativamente em menor número.

Estarão disponíveis novos tipos de armas portáteis individuais, automáticas, computadorizadas, de alta precisão, utilizando munição com grande capacidade de penetração, dotadas de componentes eletrônicos e equipamentos de detecção de alvos e pontaria que processam dados a ve-

*Os esperados avanços
científico-tecnológicos, nas
próximas décadas,
trarão significativo
desenvolvimento no campo
do material bélico,
acarretando mudanças na
natureza da guerra,
com fortes reflexos na
estrutura e no emprego das
forças armadas.*



High tech



lidade incrível. Predominará o armamento convencional estratégico e ofensivo disparado do ar e do mar.

Ao que tudo indica, não haverá cenário para emprego de exércitos de massa, como nas Primeira e Segunda Guerras Mundiais. As operações combinadas, consagradas a partir dos desembarques do Dia D na Normandia, atingirão o clímax em decorrência do crescimento do poder aeroespacial e naval. Talvez as forças terrestres passem a apoiar as ações devastadoras e rápidas do longo braço da Força Aérea e da Marinha, mediante projeção do poder de suas plataformas de combate. O combate aproximado, sustentado para destruição final do inimigo, é inerente ao Exército e não há quem o substitua.

A coordenada vertical ganhará expressão. Deverão surgir *stealth* os mais variados e armas de avançadas tecnologias, inimagináveis, que façam uso de agentes bacteriológicos, infecciosos e químicos, e outras formas de energia aos tradicionais explosivos. Armas "inteligentes" suplantarão

as convencionais e nucleares da atualidade, sem que estas últimas sejam relegadas a plano inferior em situações de desespero ou inferioridade de meios - o que provocará o ingresso no "clube atômico" de novos membros dotados de sistemas relativamente primitivos e limitado estoque.

Os mísseis serão cada vez mais significativos. Os helicópteros serão bastante empregados para reconhecimento, ataque e transporte.

O submarino e o navio-aeródromo serão da maior valia. Os bombardeios cirúrgicos substituirão os em massa.

Mas, sobretudo, vontade de lutar continuará a ser a arma indispensável a qualquer soldado.

A arte da guerra sofrerá imensas alterações.

As guerras do futuro não deverão implicar na necessidade de buscar a destruição total do poder de combate e do potencial econômico e político inimigo, isto é, na quebra da vontade de lutar pelo emprego maciço das forças terrestres e ocupação do território adversário. Por conseguinte,



*Helicópteros*

não se exigirá o emprego de considerável efetivo, como no passado, que sofria e impunha muitas baixas, nem a conquista e manutenção das posições inimigas.

Com ataques precisos a alvos previamente selecionados, conduzidos por armas estratégicas a distância, os números de baixas e danos operacionais ver-se-ão reduzidos, mas levarão à desintegração do sistema político pelas severas perdas infligidas às instalações industriais e de geração de energia, centros de comunicação, rede de transporte e à população, não distinguindo o soldado do cidadão.

Espera-se que a duração das operações seja bastante reduzida.

Os 3C – comando, controle e comunicações – serão atividades extremamente valorizadas.

A defesa aérea terá de ser reavaliada e modernizada para enfrentar os sistemas de armas de alta precisão não tripulados e “invisíveis”, até mesmo aos olhos dos radares, sob quaisquer condições meteorológicas ou de visibilidade.

O espaço constituirá fator decisivo para as operações militares.

As ações bélicas abrangerão todo o teatro de operações e a zona de interior, colocando a população civil e áreas da retaguarda tão vulneráveis como as da frente. Tornar-se-á muito difícil o controle pela simples marcação de linhas e limites, o que confundirá as tênues delimitações entre a tática e a estratégia.

A maioria dos Estados não apresenta capacidade para acompanhar tal desenvolvimento científico-tecnológico aplicado à arte da guerra, levando-os a aceitar a Nova Ordem imposta pelos grandes ou travar guerras curtas, limitadas ou regionais, empregando armamento convencional moderno ou antigos sistemas de armas nucleares e químicas, a fim de compensar o poder dos mais fortes.

Ainda por algum tempo, o mundo atônito assistirá à eclosão de hostilidades entre países emergentes, que porão em risco a paz mundial, mas os EUA continuaram a ser a única superpotência com poder econômico e militar que lhes assegura hegemonia política. ☀

*Navio Aeródromo*

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDER, Bevin. *A Guerra do Futuro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1999.
- ALEXANDER, John B. *Future War*. Nova York, EUA: St Martin's Press, 1999.
- CORDELLIER, Serge. *L'état du monde*. Paris: Éditions La Découverte, 2001.
- FORTUNA, Hernani Goulart. O Papel da Marinha no Limiar de um Novo Século. *Revista do Clube Naval*, ano 105, n. 290. Rio de Janeiro, 1993.
- KEEGAN, John. *A History of Warfare*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1993.
- RENNER, Michael. Critical Juncture: the future of peacekeeping. *Worldwatch Paper 114*. Washington, EUA: Worldwatch Institute, 1993.
- SLIPCHENKO, Vladimir I. Uma Análise Russa da Guerra de Sexta Geração. *A Defesa Nacional*, n° 763. Rio de Janeiro, 1994.
- BRASIL, Centro de Comunicação Social do Exército. *Temas Constitucionais*. Brasília, DF, 1987.
- MEIRA MATTOS, Carlos de. A Missão das Forças Armadas. *Segurança e Desenvolvimento*. Ano III, n. 213. Rio de Janeiro, Brasil, 1993.
- . A Dissuasão Estratégica na Conjuntura Mundial. *Revista da Escola Superior de Guerra*. Ano X, n. 27. Rio de Janeiro, Brasil, 1994.
- SEABRA FAGUNDES, M. *As Forças Armadas na Constituição*. Coleção Taunay. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1955.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



Um Soldado do Império O General Tibúrcio e seu tempo

José Aurélio Saraiva Câmara

Conduzido pelo estilo fácil e agradável do autor, o leitor penetra nos meandros das principais questões militares, políticas e diplomáticas do II Império; acompanha o desenvolvimento das complexas questões da fronteira platina; e testemunha as hesitações e os erros – bem como os acertos – na conduta da Guerra da Tríplice Aliança. Particularmente interessante é a detalhada descrição que a obra oferece sobre alguns aspectos do Exército Imperial: sua organização; seu despreparo em face do conflito que se avizinhava; os problemas de recrutamento; as intrincadas e repetidas reformas de ensino; e os efeitos do draconiano regime disciplinar contido no Regulamento do Conde de Lippe.

Fundamentos da Estratégia¹

*Nilson Kasumi Nodiri**

RESUMO

O artigo apresenta os acréscimos e alterações em conceitos e interpretações doutrinárias com o objetivo de tornar mais claro e atual o estudo dos Fundamentos da Estratégia segundo estudos realizados pela Seção de Estratégia e Administração da Divisão de Política e Estratégia da ECEME.

PALAVRA-CHAVE

Estratégia.

A Seção de Estratégia e Administração (SEA), da Divisão de Política e Estratégia (DPE), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), tem como um dos seus encargos ministrar a disciplina de Estratégia aos Cursos de Altos Estudos Militares (Curso de Comando e Estado-Maior - CCEM, Curso de Comando e Estado-Maior para Intendentes - CCEM/Int, Curso de Comando e Estado-Maior para Médicos - CCEM/Med e Curso de Direção para Engenheiros Militares - CDEM).

O assunto Fundamentos da Estratégia é explorado através do estudo de diversos casos históricos, proporcionando aos alunos a capacidade de analisar, em situa-

ções variadas, a estratégia adotada por determinado Estado ou Organismo e as concepções da ação militar decorrentes para a solução de crises ou conflitos.

No ano de 2003, a SEA introduziu mudanças na abordagem didática do assunto, realizando a junção da Evolução da Arte da Guerra e do Pensamento Militar e da Liderança aos Fundamentos da Estratégia. Tal prática, além de enfatizar a interdisciplinaridade, ressaltou a importância da História Militar como ferramenta indispensável ao cabedal de conhecimentos do oficial de estado-maior, bem como possibilitou destacar os aspectos do desenvolvimento dos atributos da liderança na prática dos trabalhos em grupo.

Procuraremos, nesse trabalho, apresentar os acréscimos e alterações, julgados necessários introduzir pela SEA, em conceitos e

* Tenente-Coronel de Cavalaria e Estado-Maior.

¹ Colaboração da ECEME

interpretações doutrinárias. Tais medidas tiveram o objetivo de tornar mais claro e atual o estudo dos Fundamentos da Estratégia.

Durante a preparação dos instrutores da SEA para o tema Fundamentos da Estratégia, os conceitos de liberdade de ação, forças materiais e forças morais suscitaram acirradas discussões, bem como a validade da apresentação da Fórmula de Beaufre ao aluno.

Por que isto teria acontecido?

Em relação ao termo liberdade de ação, mencionado diversas vezes no nosso manual de estratégia (C 124 - 1), e no livro do General Beaufre - *Introdução à Estratégia* - a confusão se instala, pois, não encontramos uma definição para o termo. Nestas publicações, somos levados a criar um entendimento próprio sobre liberdade de ação. Finalmente, no manual escolar *Vocabulário da ECUME (ME 320-5)*, a definição é de caráter tático, não sendo adequada ao nível estratégico - "Condição em que os movimentos e ações de uma força independem das restrições que lhe possam ser impostas pela reação do inimigo, pelas limitações naturais do teatro de operações e pelas deficiências ocasionais da própria força".

Em relação aos termos "forças materiais" e "forças morais" mencionados na Fórmula de Beaufre, para esclarecimento do leitor, reproduzimos as definições retiradas da coletânea de notas suplementares de *Fundamentos da Estratégia*:

"F - representa as forças materiais, onde se destaca a importância da expressão mili-

tar, secundada pela expressão econômica do Poder Nacional" e "Y - representa as forças morais, basicamente a expressão psicossocial, secundada pela expressão política do Poder Nacional".

Buscamos na publicação *Pensamento Estratégico*, da Escola Superior de Guerra,

as definições de expressão militar, expressão econômica, expressão psicossocial e expressão política, todas do Poder Nacional, as quais reproduzimos a seguir:

"Expressão Militar do Poder Nacional é a manifestação, de natureza preponderante-

mente militar, do conjunto dos homens e dos meios que constituem o Poder Nacional, atuando de conformidade com a Vontade Nacional e sob direção do Estado, para alcançar e manter os Objetivos Nacionais".

"Expressão Econômica do Poder Nacional é a manifestação, de natureza preponderantemente econômica, do conjunto dos homens e dos meios que constituem o Poder Nacional, para alcançar e manter os Objetivos Nacionais".

"Expressão Psicossocial do Poder Nacional é a manifestação, de natureza preponderantemente psicológica, do conjunto dos homens e dos meios que constituem o Poder Nacional, capaz de favorecer a plena realização da pessoa e a sua possibilidade de contribuir para o aprimoramento da sociedade, com vista a alcançar e manter os Objetivos Nacionais".

"Expressão Política do Poder Nacional é a manifestação, de natureza preponderantemente política, do conjunto dos

homens e dos meios que constituem o Poder Nacional, pelos quais se integra e expressa a vontade do povo, de modo a identificar e a estabelecer os Objetivos Nacionais e orientar sua conquista e preservação”.

As definições apresentadas não nos permitem um entendimento mais específico sobre os termos “forças materiais” e “forças morais” o que motiva diferentes interpretações, incluindo aí, a discussão sobre a validade ou não da apresentação da Fórmula de Beaufre ao aluno da ECEME.

Em relação, ainda, à Fórmula de Beaufre, discutiu-se sobre a inclusão ou não da manobra interior², juntamente com a manobra exterior³, para obtenção de liberdade de ação, já que Beaufre em *Introdução à Estratégia* preconiza que a margem de liberdade de ação (por conseguinte, a segurança) depende da manobra exterior, e não da manobra interior, e o C 124-1 dá a entender, também, que a liberdade de ação seria obtida, apenas, com a execução da manobra exterior.

Quais as soluções encontradas?

Depois de estudar com maior profundidade os questionamentos surgidos nas discussões sobre o tema, chegou-se ao se-

guinte consenso, corroborado pela chefia da Divisão de Política e Estratégia:

- o termo liberdade de ação ficou assim definido: “LIBERDADE DE AÇÃO - capacidade de executar ações estratégicas na busca da concretização de interesses e/ou objetivos nacionais, com o mínimo possível de restrições de Estados, Organismos e/ou opinião pública, internacional e/ou nacional. É obtida pela aplicação das manobras exterior e interior”.⁴

- o termo forças materiais passou a significar:

“FORÇAS MATERIAIS: exprimem estas forças valores concretos, como os efetivos militarmente organizados, as quantidades de armamentos, os recursos humanos, econômicos e financeiros, o meio físico, etc; nelas se incluem os meios materiais, da mesma natureza dos referidos, que possam ser fornecidos por outros Estados, em consequência de convergências de interesses”.⁵

- para o termo forças morais foi adotada a definição: “FORÇAS MORAIS: exprimem valores abstratos, entre os quais figuram a capacidade de organização e de realização, a qualidade dos chefes civis ou

² A idéia central da manobra exterior reside em assegurar o máximo de liberdade de ação, como o apoio de organismos internacionais (ONU, OEA, OTAN, etc), países amigos e/ou simpatizantes, organizações não-governamentais, opinião pública internacional e, na própria frente interna do inimigo, principalmente de sua opinião pública e de organizações que se oponham ao conflito, com a finalidade paralisar o adversário por meio de uma combinação de ações de natureza política, econômica, psicológica e, em algumas situações, militar, esta com toda variação possível de atuação. (Manual de Campanha Estratégia – C 124-1, 2001).

³ A manobra interior será desencadeada na zona onde se desenvolve o conflito e tem como finalidade primordial desenvolver e manter as forças morais da população e das forças regulares e/ou irregulares amigas, por meio da exploração de idéias-força como patriotismo, independência nacional, liberdade religiosa, descolonização e elevação do nível de vida. Simultaneamente, buscar-se-á minar o moral das forças combatentes do oponente e de seus aliados na zona de conflito. A manobra interior, aproveitando a liberdade de ação obtida com a manobra exterior, deve explorar, na zona de conflito e nas suas áreas de influência: - as vulnerabilidades estruturais do adversário, obrigando-o a protegê-las, mediante a dispersão de seus meios; (idem ao nº 2)

⁴ A definição é de autoria da SEA.

⁵ Termo não constante em do C 124 - 1. A definição foi retirada da obra *Elementos de Estratégia - Apontamentos para um Curso*, organizado pelo Coronel de Artilharia Abel Cabral Couto, do Instituto de Altos Estudos Militares, de PORTUGAL.

militares, o patriotismo, a capacidade de sacrifício e de adaptação a situações novas, a consciência que a população e o seu governo têm das possibilidades das suas forças materiais, etc".⁶

- a Fórmula de Beaufre, apesar de não ser prevista no Manual C 124-1, foi mantida como ferramenta para melhor compreensão das condicionantes que influem na escolha do método da estratégia nacional. Deve ser ressaltado que tal ‘fórmula’ não tem pretensões matemáticas, pela dificuldade de quantificar os fatores que constam na expressão; por outro lado, os fatores são complexos e alguns deles interpenetram-se e reagem entre si. Serve, portanto, apenas como modelo auxiliar de raciocínio, uma forma didática para que os estudantes de estratégia não se esqueçam dos diversos fatores que podem influenciar na adoção do método da estratégia nacional.

Cabe, ainda, ressaltar que, após um estudo mais acurado da Fórmula de Beaufre, o entendimento do fator K sofreu uma mudança significativa, alterando a forma como era ministrada até então.

Por tudo isto, parece oportuno apresentar o entendimento da Fórmula de Beaufre utilizado no ano de 2003, que, certamente, traz diferenças ao que foi apresentado aos concluentes da ECEME em épocas anteriores.

$$E = K F Y T$$

Onde:

E - o impulso estratégico

K - um fator específico da situação concreta em questão

F - representa forças materiais (potencial mássico)

Y - representa forças morais (potencial dinâmico)

T - duração da ação

Melhor explicando:

E - é o impulso estratégico, o método a ser adotado, função dos fatores componentes da equação; exprime o problema estratégico.

K - é um fator específico da situação concreta em questão.

Segundo o Coronel Abel Cabral Couto: “fator K, no fundo traduz, no âmbito dos fatores da decisão, a influência do objetivo e do ambiente operacional. O fator K acaba por englobar elementos tais como a importância do objetivo, o grau de liberdade de ação, a transitabilidade do meio (distância entre os atores) e o potencial do jogo de apoios. A redução da liberdade de ação traduz-se por uma limitação na exploração das potencialidades existentes, ou seja, na prática, por uma redução do potencial mássico utilizável; a redução da transitabilidade do meio (atrito) implica numa degradação (redução) dos potenciais mássico e dinâmico; a importância do objetivo afeta os esforços e os sacrifícios a fazer, ou seja, afeta o potencial dinâmico e o potencial mássico utilizável; o jogo dos apoios afeta (aumentando) o poder mássico dos adversários. Se, para simplificação, considerarmos os apoios de cada adversário integrados nos respectivos potenciais mássicos próprios e se, em vez dos potenciais de cada adversário, considerarmos a rela-

⁶ Termo não constante em do C 124 - 1. A definição foi retirada da obra *Elementos de Estratégia - Apontamentos para um Curso*, organizado pelo Coronel de Artilharia Abel Cabral Couto, do Instituto de Altos Estudos Militares, de PORTUGAL.

ção entre os mesmos, isto é, a “relação de forças” (ou seja, o que, na tática, se chama de potencial relativo de combate) então os fatores essenciais a analisar serão: a relação de forças, a importância do objetivo e o grau de liberdade de ação”. (*Elementos de Estratégia - Apontamentos para um Curso* - Organizados por Abel Cabral Couto, Coronel de Artilharia, IAEM, 1980, Portugal)

A liberdade de ação é decorrência dos fatores a seguir relacionados, que podem modificar substancialmente a conjuntura que envolve os estados em conflito:

- atitudes que poderão ser adotadas por estados neutros ou aliados em face da estratégia desenvolvida;
- opinião pública internacional;
- a própria opinião pública da comunidade nacional.

F – representa as forças materiais (potencial mássico), onde se destaca a importância da expressão militar, secundada pela expressão econômica do Poder Nacional;

Y – representa as forças morais (potencial dinâmico), basicamente a expressão psicossocial, secundada pela expressão política do Poder Nacional.

T – é o tempo que o estado estima para atingir os objetivos propostos, se desenvolver determinada estratégia. Pode significar, também, o momento propício para o desencadeamento das operações.

Como complemento citaremos Beaufre no seu livro *Introdução à Estratégia*:

“Em estratégia direta, o fator forças materiais é preponderante, o fator Y mui-

to menos importante, o fator T relativamente curto. Em estratégia indireta, a importância relativa das variáveis é inversa, Y devendo ser o elemento preponderante”. (*Introdução à Estratégia* - André Beaufre; tradução de Luiz de Alencar Araripe - Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1998)

Esperamos que os leitores possam ter relembrado alguns conceitos de estratégia,

conscientizando-se da importância da utilização de um método de estudo que norteie o raciocínio para a análise de casos históricos ou para a compreensão dos acontecimentos do presente.

A disciplina Estratégia tem sido bastante valorizada pela ECEME, vindo, esta valorização, ao encontro de uma das diretrizes do Comandante do Exército, na qual recomenda que:

“O futuro chefe militar deverá iniciar o estudo de Política e Estratégia na AMAN, sendo exigido nesse mister ao longo da carreira, mesmo quando não estiver cursando algum estabelecimento de ensino (um programa de leituras, por exemplo), a fim de criar o hábito de pensar estrategicamente. Atualmente, isto só vai ocorrer depois que ele ingressa na ECEME, ou seja, tardeamente”. (Diretriz Geral Ostensiva do Comandante do Exército / 2003).

Finalmente, enfatiza-se a atualidade e a relevância do estudo dos Fundamentos da Estratégia associado à História Militar, permitindo colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos em manuais e livros. ☐

Uma percepção crítica da estratégia militar terrestre brasileira

Leonardo Ramalho Rodrigues Alves*

RESUMO

O artigo apresenta uma análise crítica do pensamento militar até hoje responsável pelo estabelecimento da estratégia militar terrestre brasileira.

PALAVRAS-CHAVE

Estratégia; estratégia terrestre; anacronismo, isolamento, desequilíbrio e defensiva estratégica.

"A realidade é única, as visões são múltiplas."

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A instituição Exército Brasileiro tem contribuído concreta e positivamente na construção do Estado nacional.

Na expansão, na consolidação e na manutenção da base territorial fez-se e faz-se presente, assegurando a soberania sobre amplo espaço geográfico - o berço esplêndido a que faz referência o Hino Nacional - que pela diversidade, pela dimensão e pela posição geográfica, *a priori*, são ele-

mentos favoráveis a existência de uma grande civilização.¹

Ademais, por força da formação dos quadros profissionais, desempenhou papel ativo na vida política, seja coadjuvando grupos na luta pelo poder, seja impulsionada por ideologia própria, alimentada por uma visão endógena da evolução social, política e econômica do Estado.²

Acredita-se que a percepção de si mesma e a leitura da realidade nacional foram influenciadas, sobremodo, pelo positivis-

* Tenente-Coronel de Cavalaria e Estado-Maior.

¹ Haushofer, geopolítico alemão, difundiu o conceito de autarquia - de ampla base geográfica que seria auto-suficiente em recursos naturais e, dessa forma, poderia se desenvolver, mais ou menos, de forma independente. Ver *Teorias geopolíticas*, de Octávio Costa, p.64; BIBLIEX, Rio de Janeiro, 1984.

² Há três concepções básicas sobre o papel das Forças Armadas(FA), e em particular do Exército, na vida política da Nação: uma concepção assinala as FA como o instrumento das elites nacionais, outra como força moderadora ou poder moderador; por fim, há uma corrente de pensamento que entende que as FA tem um projeto próprio de poder.

mo. O que significa isso? Sinteticamente, é possível que a Força tenha se atribuído um papel funcional mais social que profissional, posicionando-se como o instrumento moldador de civismo no Brasil que era, à época dessa formulação filosófica, rural e composto por massas analfabetas.

Outra influência é do pensamento cartesiano, metódico, na construção e na constatação das verdades, porém, notadamente, pouco sensível para captar todas as nuances sociais e políticas de uma sociedade tão plural, complexa e dinâmica, quanto à brasileira.

Embora, a historiografia tenha selecionado a Guerra Brasílica e o seu evento magno - a Batalha de Guararapes - como o fato histórico balizador da origem do Exército, a sua efetiva e real organização deu-se após a Independência com a Constituição de 1824. A partir daí, é possível assinalar, claramente, a trajetória da instituição, tanto sob parâmetros técnicos, quanto políticos.

Mesmo sendo a formação do pensamento e a ação política do Exército temas riquíssimos e pouco explorados na instituição, neste artigo a abordagem técnica tenderá a prevalecer sobre os aspectos ideológicos. A propósito, é mais comum encontrar-se estudos sobre a política das forças militares em autores americanos especializados em história do Brasil conhecidos como "brazilianistas"³.

Na verdade, o nível da ciência militar em que transita o texto não permite o

afastamento da ciência política, tanto é que a própria metodologia de planejamento estratégico do Exército - SIPLEX - estabelece a interface em uma de suas etapas (SIPLEX 3 - Política Militar Terrestre).

ESTRATÉGIA: DIALÉTICA OU CARTESIANA

Tratando-se de estratégia, cabe mencionar o General Andre Beaufre que assinala a influência de fatores materiais e imateriais na definição de uma estratégia militar nacional. Embora reconheça a importância de ambos os fatores, destaca, sobremodo, o segundo. De fato, a vontade⁴ - elemento essencialmente psicológico - demanda recursos materiais para alcançar os objetivos impostos pela política. Entenda-se por recursos materiais o poder econômico disponível de um Estado.

Tem-se propugnado, e entende-se que é uma asserção politicamente correta, que um exército não pode ser melhor que a nação a que deve servir. De fato cada nação constitui o exército que seus recursos possibilitam. Aceita-se, *a priori*, esse fator como permanente e invariável, não pode ser mudado e será respeitado.

No entanto, é crível que possam existir fatores imateriais, intermitentes e variáveis, no tempo e no espaço, que possam influenciar, em menor ou maior grau, a concepção estratégica militar.

Esses podem ser agrupados em externos e internos à própria corporação. Como

³ Robert A. Hayes é um dos brazilianistas, autor de *A Nação Armada-A Mistica Militar Brasileira*, BIBLIEX, e apresenta uma análise da evolução política do Exército brasileiro, desenvolvendo considerações sobre conceitos como soldado cidadão e soldados salvadores da pátria.

⁴ Para o general Beaufre, em resumo, a estratégia é a luta dialética das vontades. Ver *Introdução à estratégia*, p. 27; BIBLIEX, Rio de Janeiro, 1998.

externos, por exemplo, assinalam-se a vontade do estamento civil da nação, o grau de controle do Estado sobre a força militar, o nível de preparação e de participação dos civis na definição das estratégias militares e o equilíbrio institucional e político da nação.

Quanto aos internos, citam-se a própria percepção que a força tem do seu papel na história da nação, o nível de politização, a freqüência com que foi empregada em conflitos internos e externos e a tradição.

Os fatores intermitentes e variáveis podem ser percebidos de maneiras distintas, podem-se ajustar de formas diferenciadas e, finalmente, podem admitir estratégias heterodoxas, consoante um jogo mais dialético do que cartesiano.

PRIMEIRA CRÍTICA: O ANACRONISMO

Como regra, as prioridades estratégicas para a força militar brasileira foram, historicamente, as fronteiras terrestres e os centros de poder político. De sorte que, confrontando-se a distribuição de tropas ao final do século XIX com o que existe atualmente, não se identifica sensível diferença.⁵

Diga-se, para maior verossimilhança, que quando se registra prioridade histórica para as fronteiras, refere-se às do domínio da Bacia do Prata e, em segundo plano, para as do Oeste. Somente, nas últimas décadas do século XX, as lides am-

azonicas assumem maior importância no planejamento militar.

Essa última consideração é significativamente ilustrada pela opinião de um autor militar que considera a Amazônia até meados do século passado como um teatro de operações externo, tal o insulamento da área e o alheamento da Nação em relação a ela.

De fato, a concepção básica da estratégia militar terrestre foi estabelecida pelos portugueses e tem como marcos a fundação do Forte do Presépio, a atual Belém, em 1616, e da Colônia do Sacramento, hoje território uruguai, em 1680⁶. Grosso modo, trata-se de manutenção de reservas no núcleo geográfico e histórico (eminente mente litorâneo) e o estacionamento de forças de segurança na fronteira.

Além disso, a ação política permanente, desde o final da Guerra da Tríplice Aliança até 1985, levou à hipertrofia da estratégia da presença, legada pelos portugueses, de tal forma que ela se tornou mais que uma estratégia militar de permanência física em todo o país, para assegurar um mínimo grau de segurança, para efetivamente configurar-se em onipresença política da instituição na vida da Nação.

Isto posto, apresenta-se como tese, que a atual estratégia militar terrestre brasileira é anacrônica, pois atende às demandas de segurança que remontam, sem exagero, ao período colonial. Ademais, não atende adequadamente às novas perspectivas sinalizadas na Política de Defesa Nacional que apon-

⁵ Nos livros os *Mercenários do Imperador* e *História Administrativa do Brasil*, publicados, respectivamente, pela BIBLIEC e FUNCEP, tem-se uma razoável noção da distribuição dos efetivos no Império e no período republicano.

⁶ Em *Navegantes, bandeirantes e diplomatas*, publicado pela BIBLIEC, o ministro Synesio Sampaio Goes Filho registra a formação das fronteiras do Brasil, destacando o alargamento, a partir de Tordesilhas, da base física pelos bandeirantes e a ação diplomática para o reconhecimento das atuais fronteiras pelos nossos vizinhos.

tam para a proeminência futura das ações de defesa externa.

SEGUNDA CRÍTICA: O ISOLAMENTO PELA AUTO-SUFICIÊNCIA DA FORÇA TERRESTRE

Destacam-se como peculiaridades significativas no perfil da estratégia militar terrestre o fato de ela ter sido elaborada sem a participação de setores civis e a relativa ausência de coordenação entre as três forças singulares.

A exclusão dos civis dos assuntos militares, sem estabelecer juízos de valor sobre a questão, é patente; basta recordar que ao longo de todo período republicano apenas um civil ocupou a pasta da Guerra. Ao refletir-se sobre a causa, ou as causas, dessa dissonância encontrar-se-á um clima de desconfiança mútua e de preconceitos recíprocos entre militares e civis.

Não estaria de todo incorreto asseverar-se que um dos antecedentes desse cisma cívico pode ser encontrado no fechamento da Assembléia Constituinte em 1823, acirrando o ânimo dos civis contra os militares⁷; em contrapartida, outro antecedente, dessa feita criando animosidade da parte dos militares, estaria no tratamento inadequado dispensado pelas elites civis aos vencedores da guerra da Tríplice Aliança.

Esses estremecimentos institucionais induziram a exacerbada sensibilidade dos

militares pelos assuntos internos, o que os levou a participar de, praticamente, todas as convulsões intestinas do período republicano. A propósito, Frank D. MaCaan, Jr⁸, outro brazilianista, assinala as desconfianças dos americanos em relação à capacidade operacional da oficialidade brasileira integrante da FEB, uma vez que essa tinha somente experiência de combate em escaramuças internas.

A atual estratégia militar terrestre brasileira é anacrônica, pois atende às demandas de segurança que remontam, sem exagero, ao período colonial.

Dito isso, registra-se como tese que a seleção de estratégias terrestres é clara e evidentemente influenciada por essa sensibilidade hipertrofiada, de modo que os militares brasileiros foram estimulados a identificar as maiores ameaças à ordem institucional e à integridade territorial no âmbito interno.

Outra peculiaridade destacada é a relativa ausência de coordenação entre as três forças singulares. Antecipadamente, ressalta-se a existência do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), órgão de criação posterior à Segunda Grande Guerra, a quem, organizacionalmente, caberia o planejamento das operações conjuntas ou combinadas das três forças singulares.

Na prática não se sentiu a ação do EMFA; estudos doutrinários e distribuição de suprimentos talvez sejam as atividades mais visíveis do organismo.

O fato é que não se tem experiência de integração entre as três forças singulares.

⁷ Oliveira S. Ferreira, em *Forças Armadas, Para quê?*, apresenta uma comparação dos artigos constitucionais, desde a Magna Carta de 1824, que fazem referências às forças armadas e que refletem o relacionamento entre os dois estamentos da sociedade.

⁸ Autor de *A Aliança Brasil-EUA de 1937/1945*. No capítulo 14 - Cobras Fumando - McCann menciona as agruras na preparação da FEB, no Brasil, e nas ações no teatro europeu.

Pode-se falar em ações conjuntas na guerra da Tríplice Aliança, alguma coordenação durante a Segunda Guerra Mundial nas ações no litoral brasileiro, mas, se formos criteriosos, concluir-se-á que foi feito muito pouco.

O que se quer registrar é que a relação entre as forças singulares não foi, historicamente, equilibrada, existindo sempre a preponderância da força militar terrestre. A Aeronáutica e a Marinha permaneceram como elementos coadjuvantes, de modo que preponderou a mentalidade defensiva e territorialista do Exército (ocupação e presença).

Como corolário, assevera-se, com pouca margem de erro, que se não fosse a pressão dos americanos na Segunda Guerra Mundial, a Força Expedicionária Brasileira nunca existiria, já que o acanhamento ou a introversão estratégica, bem como a vocação para a política interna anestesiavam os estrategistas do Exército.

TERCEIRA CRÍTICA: O DESEQUILÍBRIO NA DISTRIBUIÇÃO DE FORÇA OU O TROPISMO LITORÂNEO E URBANO

Prosseguindo, introduzir-se-á, como instrumento de análise do modelo estratégico terrestre brasileiro, a geopolítica, com o intuito de sustentar a terceira tese: a do desequilíbrio estratégico na distribuição das forças militares.

Há vários conceitos para a geopolítica⁹. Nós destacamos o que faz referência à aplicação da política na exploração dos espaços geográficos¹⁰, pois admite a compreensão da dimensão e natureza da ação portuguesa na configuração do território brasileiro. De fato, já em Tordesilhas, a aguçada intuição portuguesa, segundo o ministro Synesio Sampaio Goes Filho¹¹, vislumbrava a possibilidade de terras a oeste das rotas marítimas para as Índias.

Inicialmente, no século XVI, pensou-se ter descoberto uma ilha - origem do mito da Ilha Brasil¹² -; tateando a costa, chegou-se a dois grandes estuários: um ao norte, o Amazonas, e outro ao sul, o Rio da Prata. Séculos de lutas e epopéias, os mais de 15.000 km de fronteiras terrestres se consolidaram incluindo, parcialmente, as bacias desses dois rios e a área de transição entre elas no *hinterland* continental.

No passado, o problema militar para os colonizadores foi defender esse imenso patrimônio natural dispendendo de poucos recursos humanos e materiais. A soberania portuguesa seria sustentada pela presença em pontos-chave do território, pelo uso de forças milicianas e por diplomacia, muita diplomacia.

Afirmam os especialistas que o Brasil é uma nação geopoliticamente satisfeita¹³. Todavia a nossa civilização continua litorânea, subsistem espaços interiores a serem desenvolvidos e, notoriamente, possuímos

⁹ A geopolítica é uma ciência comparativa. No Brasil, os maiores estudiosos em geopolítica estão nos meios castrenses. Existem brilhantes exceções no meio civil, entre eles podem-se citar os nomes de Everardo Backhauser e Theresinha de Castro.

¹⁰ O conceito é assinalado em *Teorias Geopolíticas*, BIBLIX, 1984, do Coronel Octavio Costa.

¹¹ Ver *Navegantes, bandeirantes e diplomatas*.

¹² Idem.

¹³ Temos o nosso *lebensraum* (espaço vital). Ver *O Brasil e a Nova Ordem Mundial*, trabalho elaborado pela professora Terezinha de Castro para a ESG; Rio de Janeiro, 1995.

a soberania sobre uma área que desperta a cobiça do mundo, a Amazônia.

Há de se considerar que já se vislumbra a necessidade de assumir maiores responsabilidades no continente e almeja-se uma posição de maior proeminência na comunidade internacional. Serão novos impulsos geopolíticos?¹⁴.

Se for real esse entendimento, essas pretensões deverão ser sustentadas por uma força militar compatível, assim indica o pragmatismo no relacionamento entre as nações.

Portanto, se o problema militar de assegurar a soberania sobre amplo território persiste, as dificuldades, também; e embora surjam outras variáveis – a Amazônia, a mais importante – a estratégia militar permanece a mesma de antanho: grosso modo, forças de segurança na fronteira, reservas na faixa litorânea.

Por hipótese, se observarmos o dispositivo estratégico – literalmente de costas para o oceano – visualiza-se que as ameaças externas consideradas permanecem predominantemente nas fronteiras terrestres; que o efetivo concentra-se nas proximidades da linha litorânea, refletindo condicionamento histórico; e que, sob outro enfoque geográfico, destaca-se a concentração de tropas no

centro-sul do país, decorrência de atração pelos centros de poder político¹⁵.

Definitivamente esses elementos sugerem um desequilíbrio na articulação de forças. Embora como estudioso militar entenda as justificativas, não há como desconsiderar que elas são francamente mais políticas e histórico-culturais do que estratégicas.

*Afirmam os especialistas
que o Brasil é uma
nação geopoliticamente satisfeita.
Todavia a nossa civilização
continua litorânea, subsistem
espaços interiores a serem
desenvolvidos e, notoriamente,
possuímos a soberania sobre uma
área que desperta a cobiça
do mundo, a Amazônia.*

QUARTA CRÍTICA: A MENTALIDADE DEFENSIVA OU O ACANHAMENTO ESTRATÉGICO

Em sentido amplo, pensar em organização nacional¹⁶ é refletir sobre a alma nacional. Individualismo, hedonismo, complexo de inferioridade e pessimismo parecem características menos nobres do brasileiro¹⁷.

Merece destaque a concepção enraizada da bonomia presente na civilização brasileira. É uma auto-imagem construída com intenções ideológicas, um produto para consumo externo e, principalmente, interno.

Gilberto Freire amenizou as relações escravagistas no antológico *Casa Grande e Senzala*; os românticos, como José de Alencar, idealizaram os índios; e a historiografia pasteurizou os morticínios das convulsões internas e guindou ao alto, dentre

¹⁴ No *Almanaque Abril 2000*, no verbete Forças Armadas, o coronel e pesquisador da Unicamp, Geraldo Cavagnari expõe a idéia de um perfil estratégico compatível com esses impulsos assinalados. Ver *Plano Estratégico*, p. 56.

¹⁵ Tal é a atração política que, em 17 capitais estaduais, existem grandes unidades terrestres, comandadas por oficiais generais do Exército; nas demais, pelo menos uma unidade da Força.

¹⁶ Alberto Torres é um político com atuação nos meados do século XX, que apresenta reflexões interessantes sobre a questão. Vide *Ideas(sic) de Alberto Torres*, de Alcides Gentil. Cia Editora Nacional, 1938.

¹⁷ Apud Synesio Sampaio Goes Filho. Menciona-se Gilberto Freire como propugnador da valorização de nossa condição de mestiço.

elas, aquela que forneceu apenas um cadáver, o protomártir cívico.

Ademais, é plausível admitir-se que os nossos vizinhos não nos enxerguem como intrinsecamente pacíficos, já que quase todos computam perdas territoriais para o Brasil.

Embora, a princípio, ser bom seja algo desejável, admite-se que possa ter algum efeito daninho no coletivo nacional essa imagem introjetada na consciência nacional. Uma consequência, talvez, seja a ausência de um projeto nacional de grandeza, algo como criar uma grande civilização latina e atlântica no hemisfério meridional, crescendo em oposição aos anglo-saxões e seus herdeiros.

A despeito do caráter opinativo das proposições acima, supõe-se, por tese, que sendo verdadeiras, influenciariam negativamente na adoção de posturas estratégicas mais ofensivas.

A SÍNTESE PARCIAL EM FACE DA DIMENSÃO E COMPLEXIDADE DA QUESTÃO ABORDADA

Sinteticamente, a percepção crítica, exposta neste ensaio, à estratégia militar terrestre brasileira consubstancia-se em quatro teses:

- a primeira, a de que ela é anacrônica, bem como conservadora, porque a instituição militar é pouco permeável às influências externas, uma vez que valores internos

como tradição, corporativismo e alto grau de especialização são basilares na mentalidade militar brasileira¹⁸.

- a segunda, a de que ela é formulada para atender, principalmente, às demandas internas de segurança; dito de outra forma: é tímida sob a perspectiva de política externa;

- a terceira, a de que a articulação das forças militares é espacialmente desequilibrada, possivelmente por ser mais sensível a critérios políticos e de tradição;

- por fim, a quarta é a de que possui o caráter eminentemente defensivo¹⁹, uma atitude subjetivamente reforçada, psicologicamente, pelo pressuposto de servir a uma sociedade intrinsecamente pacífica.

É justo salientar o orgulho pelo progresso alcançado pela civilização brasileira, embora tenhamos pouco mais de duzentos anos de organização política, assim como é motivo de orgulho pertencer à instituição que garante a soberania e o patrimônio nacional e tem colaborado com o desenvolvimento do país. Sem exagero ou ufanismo, tem-se no Exército uma das reservas morais e de patriotismo da nacionalidade.

No entanto, sob o enfoque dialético, pressupõe-se que o dinamismo da sociedade nacional e internacional demanda posturas e atitudes estratégicas que evoluam com a mesma velocidade.

Ao passo que observa-se a história militar mostrar que as mudanças substanti-

¹⁸ Ver *O soldado e o estado*, de Samuel Huntington, BIBLIEC, 1996. Em particular o capítulo *Oficialato como profissão*.

¹⁹ Oliveira S. Ferreira em *Forças Armadas, para quê?*, editora GRD; São Paulo, 1988, assinala que o Marechal Castelo Branco fazia referência a um certo complexo defensivo (sic) brasileiro na concepção estratégica militar terrestre.

vas e os grandes saltos qualitativos na estrutura militar terrestre brasileira foram posteriores a crises. Como exemplo, assinalamos a guerra da Tríplice Aliança e as duas guerras mundiais. Note-se bem que esses grandes impulsos portadores de mudanças na Força são exógenos à instituição.

Por fim, percebe-se um clima favorável na atual conjuntura, com o estabelecimento de uma política de defesa nacional, iniciativa de um governo civil, de um ministério da defesa, também da iniciativa civil, e da incipiente, mas bem-vinda, discussão de temas atinentes à estratégia

militar em fóruns universitários, também uma iniciativa civil.

Tudo isso leva a se ponderar que se está diante de um sinal bastante significativo, evidente e, principalmente, irreversível de que o monopólio dos assuntos e atividades militares está sendo revisto pela sociedade. Essa atitude pode ser entendida de duas formas: uma como revisionismo revanchista de setores da sociedade, ou como um passo fundamental para a total profissionalização da instituição militar, uma transição do Exército político (séculos XIX e XX) para o Exército profissional do novo milênio. ☽

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



Homens ou Fogo?

Samuel Lyman Atwood Marshall

Durante a Segunda Guerra Mundial, o autor, entrevistando grande número de soldados americanos, concluiu que somente cerca de 25% realmente utilizavam seu armamento.

Meio século após, apesar da evolução tecnológica dos meios de combate, as condições humanas permaneceram imutáveis. Este trabalho acentua a importância do elevado treinamento, da disciplina e, sobretudo, da comunicação, com a finalidade de sobrepujar o efeito paralisante do combate moderno.

O adequado planejamento para familiarizar o homem com as diferentes formas de perigo que vai encontrar é o que condicionará o comportamento humano para o controle do verdadeiro inimigo no campo de batalha – o medo!

Será só a Diplomacia o melhor instrumento da política externa do Brasil na atualidade? Uma visão crítica¹

*Carlos José Russo Assumpção Penteado**

RESUMO

O autor apresenta uma visão crítica da diplomacia como instrumento privilegiado da política externa brasileira na atualidade, sem o apoio de outros vetores do poder nacional.

PALAVRAS-CHAVE

Diplomacia, política externa, poder nacional, globalização.

O PODER HEGEMÔNICO

Acada dia torna-se mais difícil entender o funcionamento do que se convencionou chamar de nova ordem mundial, até porque nunca houve ordem, em se tratando do relacionamento entre as nações. Quando se pensava, como um ideal, em uma provável comunidade internacional baseada na harmonia, na maior interação e no respeito às idiossincrasias dos países, com a Organização das Nações Unidas (ONU) sen-

do o fórum apropriado para a solução de contenciosos e fazendo cumprir a legislação internacional, observou-se justamente o contrário.

A nova ordem mundial, caracterizada por uma unipolaridade militar - os EUA, por uma multipolaridade econômica competitiva, liderada pela tríade EUA - Japão - União Européia, e por um condomínio político exercido pelos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, manteve a primazia de poucos países sobre o restante do mundo.

Somaram-se a essa nova ordem as empresas transnacionais e as Organizações Não-Governamentais (ONG), que passaram

* Major de Cavalaria e Estado-Maior.

¹ Colaboração da ECEME.

a agir como importantes atores dentro do novo axioma da globalização.

Aparentemente, com o fim da bipolaridade que caracterizou o período da Guerra Fria, essa nova ordem produziria um equilíbrio nas relações internacionais, porque a globalização traria a interdependência e a maior aproximação das nações para ampliar o comércio e fortalecer a economia internacional. Traria, também, a sociedade informacional global, conforme Manual Castells menciona em seu livro *A Era da Informação* (1999, p. 419):

“Nos últimos vinte e cinco anos deste século que se encerra, uma revolução tecnológica, com base na informação, transformou nosso modo de pensar, de produzir, de consumir, de negociar, de administrar, de comunicar, de viver, de morrer, de fazer a guerra e de fazer amor...”

Com isso, o mundo seria uma verdadeira aldeia, onde os povos, a despeito de suas culturas, estariam todos conectados e com pensamentos e objetivos semelhantes. Verdadeira utopia.

No entanto, ao se analisar esse cenário, verifica-se a prevalência do ideário norte-americano, mesmo entre as potências e os novos atores mundiais, particularmente em três campos do poder: no político, no econômico e, principalmente, no militar. Isso confirma o que dizem os especialistas sobre a existência de uma única superpotência na atualidade, sem precedentes na história mundial.

Verdadeira ou não a premissa estabelecida, independente da escola de pensamento predominante na política externa dos EUA, oscilando entre o isolacionismo e o engajamento em relação ao restante do mundo, a atuação norte-americana nos

assuntos internacionais da atualidade confirma a clara intenção de impor seus valores, de exercer o poder e de manter o *status quo* vigente. Não se trata mais da aceitação do equilíbrio de poder entre as grandes potências, como a ocorrida na Europa no século XIX, ou da dicotomia ideológica vivida no período da Guerra Fria. Trata-se da hegemonia do poder imperial dos EUA sobre o sistema mundial, decidindo e dispendendo sobre todos os países e organismos internacionais do globo, como e quando lhes convém, confirmando a idéia de Hans Morgenthau:

“À semelhança das demais políticas, a política internacional é uma luta pelo poder. Quaisquer que sejam os seus objetivos finais, é o poder sempre o objetivo imediato.” (MORGENTHAU apud WENDZEL, 1985, p. 43)

Essa busca pelo poder é realizada de várias formas, algumas utilizando ações diretas para alcançar os objetivos, outras estabelecendo novas interpretações para conceitos como soberania, autonomia, legalidade e territorialidade, que passam a ser divulgados pelo mundo como se fossem “politicamente corretos” e devessem ser adotados por todos os países. Entre essas interpretações cita-se a mais importante, que é a da soberania limitada.

O BRASIL, A DIPLOMACIA E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA ATUAL

Dentro dessa nova ordem mundial encontra-se o Brasil, que, além de seus problemas internos, vem sofrendo, através do fenômeno da globalização, os efeitos da busca do poder por parte das potências mundiais, particularmente dos EUA, pre-

visto por Hans Morghenthau. Além disso, o País passou a conviver com os novos conceitos impostos, sem realizar um estudo crítico da influência desse conceitos sobre a política brasileira, principalmente a internacional.

Na verdade, a complexidade desses assuntos tem sido pouco debatida no Brasil, que vem absorvendo os conceitos impostos pela política mundial como se fossem verdadeiros e, de forma rápida, disseminando esses conceitos por toda a sociedade. Decorre daí uma grande dificuldade de o governo regular e controlar seus próprios assuntos domésticos sem levar em conta o que o mundo pensa a respeito de determinado tema.

Há que se entender esse novo movimento como foi descrito por Y.H. Ferguson e R.W. Mansbach, no ensaio de Sonia de Camargo, cientista política, sobre *Governança Global: utopia, desafio ou armadilha?* (1999, p. 03):

“...torna-se necessária uma nova concepção da política que abandone a velha dicotomia inter-Estado/intra-Estado e que, reunindo estas duas dimensões, incorpore a diversidade das entidades políticas e dos novos atores públicos e privados que, atuando em diferentes planos, o local, o nacional e o global, dêem uma nova configuração à reflexão sobre política internacional.”

Observa-se a intenção, proposta pelos autores citados, da quebra do paradigma de que a política externa deve ser a continuação do pensamento e da política interna do País. Essa proposta chega a ser surrealista em um mundo que apresenta dessemelhanças e assimetrias enormes entre os diferentes Estados, em que ninguém

abre mão de seus interesses, em que empresas transnacionais têm mais poder que a maioria dos países. Também não leva em conta a busca de autonomia de diversas nações, ocasionando a fragmentação de vários países, como o que foi visto nos casos da Iugoslávia e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e até a tentativa por um Quebec livre no Canadá.

Essa quebra de paradigma é recorrente no caso brasileiro, que começa a compartilhar de valores externos à sua cultura e a seus propósitos como País independente e soberano, assimilando e incorporando o pensamento homogêneo imperante no mundo, por imposição dos atores principais do cenário mundial.

Com efeito, o Estado-Nação tem objetivos fundamentais a serem mantidos por parte da política interna, contrários a essa homogeneização, no entender de Robert L. Wendzel, em seu livro *Relações Internacionais* (1985, p. 62):

- sobrevivência;
- integridade territorial;
- preservação do sistema de crença de um estado contra modificações impostas do exterior; e
- proteção do sistema político ou econômico existente contra alterações impostas do exterior.

A preservação desses objetivos fundamentais passa, necessariamente, pelo entendimento correto de como funciona o sistema político internacional e deve ser buscada de forma perene por todo o povo brasileiro, particularmente, pelos representantes do Estado. No entanto, pequena parcela desses representantes participa das decisões pertinentes à preservação desses objetivos, excluindo inteiramente a sociedade.

Além disso, há pequena participação do País nos assuntos internacionais, contrastando com sua vocação e potencialidade de desenvolvimento e de inserção no grupo de potências mundiais. Essa participação é acanhada, tomando-se por base as características geográficas, demográficas e econômicas atuais do Brasil.

A razão dessa atuação modesta pode estar assentada na posição excêntrica em relação aos centros do poder, nas características culturais do povo, nos problemas internos, e, porque não, na condução da política externa por parte do governo, por vezes se posicionando timidamente de maneira pró-ativa, porém, freqüentemente, sendo mero espectador do cenário mundial.

No que diz respeito à posição geográfica, no entender do embaixador Luiz Felipe Lampreia, em seu artigo *A política externa brasileira e a inserção internacional do Brasil*, o País encontra-se distante do principal núcleo de poder político, econômico e militar, caracterizado pelo eixo EUA-Europa-Ásia Setentrional e Sudeste.

No tocante à cultura, a sociedade brasileira incorporou estereótipos plantados ao longo do tempo que dificultam uma atuação no cenário internacional com mais vigor e decisão. Entre esses estereótipos podem ser relacionados os seguintes:

- o Brasil é um País diferente;
- o Brasil tem índole pacífica;
- o Brasil não tem ameaças;
- o Brasil não tem relevo no concerto das nações; e
- o Brasil está destinado a ser subdesenvolvido.

Com relação aos problemas internos, deve ser entendido por todos que há evidente rompimento da linha tênue que sepa-

ra o interno do externo, o meu do seu, e o nacional do global, o que tem levado a extensas reflexões sobre os processos que estão movimentando o sistema internacional da atualidade, fazendo com que acontecimentos e ações ocorridas em qualquer parte do globo tenham reflexos em países distantes da origem do fato, porém obrigando sua análise e seu acompanhamento. No caso brasileiro, esses problemas são de tal magnitude que ocupam quase toda a agenda governamental.

Deve-se salientar, novamente, que a política externa é a continuação da interna. Mais ainda, deve garantir as especificidades e os objetivos brasileiros dentro do concerto internacional.

Em se tratando de política externa, o Brasil esteve sempre oscilando entre uma das duas correntes que balizaram a condução dos assuntos internacionais, conforme assinala a professora Letícia Pinheiro, em seu artigo *Idéias e Interesses na Política Externa do Brasil* (2001, p. 45): o Americanismo e o Globalismo – apesar de, no plano das idéias, dos valores e das doutrinas, o Brasil ter orientado suas ações pela busca da autonomia, o que de fato, algumas vezes, conseguiu.

Além disso, o Brasil carece de pensadores que possam formular teorias autóctones, evitando a ocorrência de réplicas de modelos, estudos e processos externos ao contexto do País, particularmente os elaborados nas grandes potências mundiais, como bem salientou o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães em seu livro *Quinze Anos de Periferia* (2001, p. 17):

“As sociedades periféricas se encontram isoladas entre si e se vêem umas às outras pelos olhos vigilantes dos países centrais.

O fato de se verem umas às outras pelos olhos de terceiros é patente quando se verifica a escassez e até a inexistência de estudos de nacionais de um país periférico sobre aspectos de outro, mesmo quando vizinhos, como no caso da Argentina em relação ao Brasil e vice-versa. Enquanto isso, é notório o esforço permanente dos países centrais em estudar a periferia e formular sobre ela suas próprias visões, como herança das necessidades de controle do período colonial, visões que são difundidas e absorvidas pela própria periferia."

As particularidades supracitadas da atuação modesta do Brasil na política internacional, a falta de visão própria dos assuntos de interesse do País e a ocorrência de determinadas fragilidades, que serão abordadas a seguir, dificultam o estabelecimento de políticas para a atuação no âmbito externo por parte das autoridades brasileiras, comprometendo o desenvolvimento e a inserção ativa do País no rol dos países que influem nas decisões mundiais.

Entre as razões para essa fragilidade, ressalta-se a evidente sobreposição entre os termos política externa e diplomacia no entender da população brasileira e de alguns representantes do Estado brasileiro. Política externa pode ser definida, segundo Letícia Pinheiro (2001, p. 01):

"como o conjunto de ações e decisões de um determinado Estado em direção a outros Estados ou a outros atores externos, tais como: organizações internacionais, corporações multinacionais ou atores transnacionais, formulada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional. Neste sentido, trata-se do resultado da conjugação dos interesses e idéias dos representantes de um

Estado a respeito de sua inserção no sistema internacional tal como este se apresenta ou em direção à sua reestruturação, balizados por seus recursos de poder."

Já a diplomacia pressupõe a arte de negociar. Então, a atuação e abrangência da diplomacia seriam um instrumento da política exterior; em termos militares, uma das estratégias utilizadas por uma nação para conseguir seus objetivos no campo externo. Verifica-se, pois, a subordinação da diplomacia à política internacional do País.

A confusão etimológica deu-se, talvez, pela destacada atuação do Barão do Rio Branco no estabelecimento de tratados para a delimitação das fronteiras do Brasil. Como essa atuação foi pautada na negociação, ou seja, no uso da estratégia da diplomacia, estabeleceu-se uma aproximação entre os dois termos, que vem perdurando até os dias atuais.

Houve um esquecimento coletivo, por exemplo, de que a maior parte das fronteiras vivificadas até o final do Império foi estabelecida pelo emprego da força militar. Diversos são os exemplos da utilização do meio militar para fazer valer a *ratio régis*, cumprindo, desse modo, o que disse Clausewitz (CLAUSEWITZ apud LEONARD, 1940,p.46):

"... que a guerra não é meramente um ato político, mas também um autêntico instrumento político, uma continuação de negociações políticas, a realização destas por outros meios..."

Vê-se, assim, que o emprego da força militar, bem como as ações interpostas da área econômica junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outras ações, para solucionar conflitos, nada mais são do que instrumentos a serviço da polí-

tica externa do País. Ou seja, há várias estratégias para atingir os objetivos propostos por essa política.

Após essa digressão, espera-se ter conseguido dissociar os dois termos – política externa e diplomacia –, evitando o emprego de diplomacia genericamente quando se tratar dos assuntos de interesse da política externa, por ser esta muito mais abrangente.

Outra razão para a fragilidade no estabelecimento de políticas externas é a prevalência dos assuntos econômicos, atualmente, na agenda internacional, deslocando o fator político-militar que prevaleceu até o final da Guerra Fria para um segundo plano. Não é diferente no caso brasileiro, pois, segundo Celso Lafer em seu ensaio *Brasil: dilemas e desafios da política externa*, “a consolidação pacífica (grifo do autor) do espaço nacional liberou o País para fazer do desenvolvimento o tema básico da política externa brasileira no correr do século XX”, com isso confirmando a prevalência dos assuntos econômicos no estabelecimento dessa política mesmo antes da mudança global nessa direção. E como o Brasil é um País em desenvolvimento, sofrendo os efeitos dos mecanismos econômicos internacionais, mas buscando de forma permanente posicionar-se entre as nações mais ricas do mundo, os assuntos econômicos passam a ocupar quase toda a pauta do governo, envolvendo unicamente a diplomacia para atingir esse objetivo.

Esse fato pode ser comprovado pela simples consulta aos programas sobre política externa de alguns dos maiores partidos políticos brasileiros, como o PSDB, o PFL, o PT, o PMDB e o PI, os quais tratam, com muita ênfase, dos assuntos econômicos e do desenvolvimento, relegando,

porém, os assuntos políticos e de defesa e segurança nacional a um plano inferior quando se trata do estabelecimento da política externa do Brasil. O mesmo se dá com as ações levadas a efeito pelo Ministério das Relações Exteriores e na Mensagem ao Congresso Nacional - 2002, a qual substanciou as ações do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso no campo das relações exteriores.

Quando não inclui os temas de defesa e de segurança nacional dentro dos assuntos mais importantes da política externa brasileira, o País abre séria lacuna na preservação de suas fronteiras e de sua soberania. Além dos problemas envolvendo os ilícitos transnacionais praticados pelo narcotráfico e pelo crime organizado, há a possibilidade de futura ingerência internacional nos assuntos internos do Brasil, por manipulação dos problemas existentes ou alegações criadas, como a questão ambiental, a água, os povos indígenas, a Amazônia, entre outros.

Pode parecer preocupação demasiada; entretanto, nenhum país está livre de sofrer uma intervenção em razão dos motivos aqui explicitados, quando o mundo assiste a ações unilaterais ao arrepio das Resoluções da ONU e de outros acordos internacionais.

Não se trata de advogar outra dinâmica em relação à política internacional, mas é o caso de se perguntar a razão para o País não formular uma política externa mais consistente, ampla e ativa, que pense no Brasil como futura potência mundial, que vá além de insistir na igualdade jurídica entre os Estados, no reforço do Direito Internacional Público, na manutenção do princípio da não-ingerência nos assuntos internos dos países, na busca de soluções pacíficas para controvérsias e no fortaleci-

mento das Nações Unidas como fórum multilateral. Para isso, no entanto, não se poderia ter abdicado dos direitos do País de se inserir em grupos seletos de países, como o grupo dos possuidores de artefato nuclear com fins bélicos e outros grupos que permitissem ao Brasil ter voz ativa no concerto das nações. O País abriu mão dessa inserção quando ratificou o Tratado de Não-Proliferação. Esta postura, consubstancializada na manutenção de um comportamento de *mainstream*, segundo Luiz Felipe Lampreia, por um lado favorece o reconhecimento do Brasil como defensor das normas internacionais, por outro o debilita dentro do sistema anárquico que caracteriza o quadro político internacional, no qual impera o princípio da auto-ajuda e onde cada Estado preocupa-se em atender aos seus próprios interesses. Com isso, a busca do País pela autonomia, particularmente no tocante a desenvolver tecnologia nuclear, foi desconsiderada por aquela pequena parcela de representantes do Estado, sem consulta prévia ao povo brasileiro, perdendo, então, o País, capacidade dissuasória. Outro exemplo que pode ser mencionado foi a ratificação do Protocolo de Kioto, assumindo o compromisso de regular a emissão de poluentes na atmosfera sem levar em consideração que o Brasil possa ter uma necessidade superior de emissão no futuro para poder desenvolver-se social e economicamente, e sem nenhuma contrapartida dos países que mais poluem.

A despeito do incremento das relações internacionais do Brasil e da propaganda governamental, principalmente do Itamaraty, de que o Brasil está sendo chamado cada vez mais para participar das decisões mundiais, isso não é o que está, de fato,

acontecendo. A abertura de portas dos principais atores globais só ocorre por iniciativa deles e quando há interesse explícito no apoio brasileiro às ações desses atores. Portanto, o País não se constitui em ator relevante na política internacional, mantendo-se na periferia do sistema. Pior, a adoção da política do *mainstream* somente avalia o que vem sendo ditado pelas potências hegemônicas e acarreta o alheamento até do seu entorno na América do Sul.

Essa alienação tem atraído a maior potência mundial para a esfera de interesse do Brasil, haja vista as ações empreendidas na Argentina, no Paraguai, na Bolívia e, particularmente, na Colômbia, onde os Estados Unidos intervieram diretamente na política interna desse país. É óbvio que essa atuação corresponde à ausência de uma política externa mais agressiva do Brasil junto a esses países.

Torna-se relevante confrontar o desejo e a vocação para ser potência com as atitudes passivas adotadas pelo Estado Brasileiro. Trata-se de um maniqueísmo perigoso, pois ao mesmo tempo em que se reclama da ação de forças exógenas à América do Sul, age-se de modo tímido para assumir o papel de liderança da região. É importante lembrar que não há vácuo de poder, cabendo à Nação optar por qual caminho seguir: o de potência ou de subordinado no sistema internacional. O custo do primeiro caminho é muito alto.

A IMPORTÂNCIA DA DEFESA E DA SEGURANÇA PARA A DIPLOMACIA E PARA A POLÍTICA EXTERNA DO PAÍS

A política externa brasileira tem sido pautada pelo uso exclusivo de um único

instrumento estratégico para atingir seus objetivos - a diplomacia.

Para um País carente como o Brasil, pode parecer que a utilização dessa estratégia seja a forma mais adequada de se inserir no contexto internacional, porque evita o dispêndio de recursos com outros instrumentos que poderiam ser utilizados, tais como o melhoramento da capacidade dissuasória das Forças Armadas e, até mesmo, o desenvolvimento de armamento nuclear. Há, na opção pela diplomacia, uma aposta perigosa: a de que o País não será alvo da cobiça internacional por parte de alguma potência mundial.

A leitura dos acontecimentos recentes pode indicar aos governantes e ao povo brasileiro que a aposta realizada pode não ter sido a mais correta.

No que se refere à sua política externa, por julgar-se uma ilha de tranquilidade dentro do entorno sul-americano, no entender de personalidades como o embaixador Celso Lafer, a falta de preocupação brasileira com os assuntos de defesa e de segurança desconsidera a necessidade permanente de preservação do patrimônio do Brasil, passível de requisição internacional para futura exploração, ou, ainda, de alegada preservação, por parte da "comunidade internacional". Indícios dessas possibilidades são freqüentemente propagandeados pela mídia das grandes potências mundiais.

Os reflexos sobre o Brasil da ação norte-americana no Oriente-Médio não deveriam estar somente associados aos proble-

mas econômicos que o País poderá sofrer, como as autoridades do governo, algumas entidades privadas e a mídia interna vêm frisando. Deveriam estar associados, também, aos temas de soberania limitada e do direito de ingerência nos assuntos internos de um país, entre outros, trazendo esse assunto à discussão por parte da sociedade, à qual caberia a decisão final de relegar ou não os problemas de defesa e de segurança nacionais a um segundo plano, já que esses problemas dizem respeito a todos os brasileiros, não sendo privativos das Forças Armadas.

O certo é que a diplomacia, por si só, não será capaz de conter qualquer tentativa de se retirar do Brasil seus recursos ou de impedir a sua utilização por parte de alguma potência estrangeira. Confirma essa assertiva a colocação feita por Henry Kissinger, transcrita no livro *Estratégia Naval Brasileira*, de Arlindo Viana Filho, de que "as ações diplomáticas sem o respaldo de força militar são apenas exercícios de lirismo".

Por fim, a atuação conjunta do governo e da sociedade brasileira deve estabelecer o rumo da política externa para a proteção dos interesses do Brasil no cenário internacional, bem como para a preservação integral de seus recursos para uso próprio, de sua autonomia e de sua soberania, não abrindo mão de qualquer instrumento que esteja ou que possa, em futuro próximo, estar ao seu alcance para atingir esses objetivos. ☀

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Presidência. Mensagem ao Congresso Nacional. Brasília: Secretaria de Comunicação de Governo, 2002. 559 p.

SERÁ SÓ A DIPLOMACIA O MELHOR INSTRUMENTO DA POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL

- CAMARGO, Sonia. *Governança global: utopia, desafio ou armadilha?* Rio de Janeiro: Adenauer-Stiftung, Pesquisas, Nr 16, 1999.14 p.
- CASTELLS, Manuel. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. 419 p. (Fim de Milênio, V. III).
- CLAUSEWITZ, Carl von. *Trechos de sua obra.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.195 p.
- GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das Relações Internacionais no Brasil.* São Paulo: Alfa-Ômega, 2000. 223 p.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos Anos de Periferia.* 3 ed. Porto Alegre: Editora Universidade do Rio Grande do Sul/Contraponto, 2001. 168 p.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos.* 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995. 600 p.
- KISSINGER, Henry. *A Diplomacia das Grandes Potências.* 2 ed. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora/Francisco Alves, 1999. 1005 p.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. *Diplomacia Brasileira: palavras, contextos e razões.* Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.420 p.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. *A política externa brasileira e a inserção internacional do Brasil.* Disponível em www.mre.gov.br/textos. Acesso em: 06mar.2003.
- PINHEIRO, Letícia. *Idéias e Interesses na Política Externa Brasileira do Século XX.* Artigo preparado para a Apostila do Curso da Escola Naval, 2001. 54 p.
- PORTO JR. , João Gualberto Marques. *O Brasil e as Comunidades Européias.* Brasilia: IPRI, 1989. 106 p.
- ROBERTS, J. M. *O Livro de Ouro da História do Mundo.* 6 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. 812 p.
- TOFFLER, Alvin; TOFFLER, Heidi. *Guerra e Anti-Guerra.* 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1994. 349 p.
- TOSTA, Octávio. *Teorias Geopolíticas.* Rio de Janeiro: BIBLIEK, 1984. 103 p.
- VAZ, Alcides costa. *Cooperação, Integração e Processo Negociador.* Brasília: IBRI, 2002. 308 p.
- WENDZEL, Robert L. *Relações Internacionais.* 2. ed. Brasilia: Editora Universidade de Brasilia, 1985. 318 p.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Brasil: dilemas e desafios da política externa.* Celso Lafer. Disponível em www.usp.br/iea/revista/online. Acesso em: 06mar.2003.
- PARTIDO DA FRENT LIBERAL. *Programa do Partido.* Disponível em www.pfl.org.br Acesso em: 06mar.2003.
- PARTIDO LIBERAL. *Programa do Partido.* Disponível em www.pl.org.br. Acesso em: 06mar.2003.
- PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. *Programa do Partido.* Disponível em www.pmdb.org.br Acesso em: 08mar.2003.
- PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. *Programa do Partido.* Disponível em www.psdb.org.br Acesso em: 08mar.2003.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Programa do Partido.* Disponível em www.pt.org.br Acesso em: 08mar.2003.

Caxias e a Política

*Luiz Carlos Carneiro de Paula**

A POLÍTICA E OS POLÍTICOS

A política é, em síntese, o exercício do poder. Desde que os povos se tornaram Nações e as nações se organizaram em Estados, o exercício do poder tem sido delegado, de alguma forma, aos Governos, que o exercem em nome do povo. Nas funções de Governo, os políticos representam a sociedade, com sua intrincada composição, onde interagem os mais diversos interesses, locais, regionais, profissionais, corporativos, setoriais, nacionais, transnacionais, multinacionais, pessoais. E interagem também os interesses político-partidários, já que os Partidos agrupam aqueles que têm pensamento político semelhante e, portanto, têm um projeto de poder para dirigir os destinos do País.

Tais características que envolvem a política e os políticos criam para eles um padrão de comportamento que, devendo conciliar, às vezes na mesma pessoa, interesses conflituosos, dá lugar a uma ética e a uma moral próprias da política e dos políticos. Ética e moral raramente compreendida pelo cidadão comum que, freqüentemente, se

julga traído por aqueles a quem deu seu voto, a quem delegou o exercício do poder.

E têm razão esses cidadãos, quando vêm os interesses nacionais ou os princípios éticos e morais que estão na base de nossa formação como povo e como Nação, serem postergados por interesses menores e comportamentos ilícitos.

CAXIAS

Luiz nasce em 25 de agosto de 1803, em uma fazenda na Vila de Estrela, ali ao pé da serra, na então província do Rio de Janeiro. Descende de um clã de soldados, os Lima e Silva. Não são soldados comuns. Gerações, uma após outra, dão a Portugal e ao Brasil chefes e lideranças ímpares. Os tempos vividos pelo mundo, por Portugal e pelo Brasil, também não são tempos comuns. O Brasil se fizera senhor de si mesmo já havia meio século. Insurgira-se contra a metrópole e estava prestes a se tornar não apenas Reino Unido a Portugal, mas sede do Reino. Daí à independência seria pouca distância.

Luiz vivencia em sua infância e adolescência de soldado toda uma transição política, o nascimento de uma Nação. Par-

* Coronel de Engenharia e Estado-Maior.

ticipa dele. Ajuda o despertar do Brasil, do seu Brasil. Acompanha as ações de seu pai e de seus tios. Combate com eles. Forja sua vontade e sua coragem de soldado. Modela e fortalece o amor a sua Pátria. Dela é o primeiro porta-bandeira. E, como soldado, participará da consolidação do Império, da manutenção de sua integridade e da pacificação de sua gente.

A vida de caserna, entretanto, não o deixa alheio ao papel político de seu pai, que foi a espada do Primeiro Reinado e Regente na Primeira Regência Trina. Atento, vê as dificuldades do exercício do poder, as dificuldades da política. E como que antecipa as dificuldades, maiores ainda, para que um soldado milite na política.

Toma consciência de que as Forças Armadas, o Exército em particular, são o braço armado da Nação. Chamadas a intervir a fim de solucionar conflitos que a política não pôde resolver, elas devem fazer prevalecer o interesse do País. Internamente, restabelecendo a lei, a ordem e a justiça, e reintegrando, ao todo nacional, os rebeldes de ontem. Externamente, restabelecendo o respeito entre as nações e a cooperação entre elas.

Não lhe faltam as oportunidades para todo esse aprendizado.

Quando, em 18 de julho de 1841, o Governo o promove a General e lhe confere o título de Barão de Caxias, está maduro o chefe militar e o político. À vitória militar sobre os revoltosos em *Caxias*, no Maranhão, correspondera a ação política no restabelecimento da ordem e da justiça naquela província do Império.

Virão São Paulo, Minas e a Farroupilha para consolidar um verdadeiro modelo de como deve se portar um soldado

na política: ser fiel a seus compromissos com a Nação.

Deve colocar no exercício da função pública, no exercício do poder, as virtudes que a profissão lhe ensina a cultuar e que modelam o caráter de um chefe militar. Pode-se sintetizá-las na responsabilidade, na seriedade e na probidade com que deve ser conduzida a coisa pública.

Essa é a ética e a moral do soldado aplicada à política.

No Governo do Rio Grande, Luiz, agora General e já Barão de Caxias, considera importante a sua participação na política. Pertence à geração que vira nascer o Brasil independente e por ele se tornara responsável. Uma geração de homens que sonharam um Brasil grande como era o seu território e como era o seu povo.

Em 1845, postula a eleição para o Senado. Eleito na Província e ratificado pelo Imperador, toma posse em maio de 1846. Pertence ao Partido Conservador, ao qual vai dar sua lealdade e empenho. Naquela casa legislativa vai encontrar seu pai, do mesmo Partido, e também Osório, seu companheiro e amigo, mas do Partido Liberal.

A presença de Caxias no Senado é marcada pela disciplina partidária a que se impõe, e pelo cuidado com coisas do país e da província que o elegera Senador. E, em particular, pelas coisas do Exército. Trabalhador e estudioso, não é homem de arroubos e menos ainda de demagogia.

Caxias, Senador, é um militar na política. Pacientemente, se conduz no exercício da função legislativa segundo a ética e princípios morais que trouxera da caserna, como que a demonstrar, publicamente, que não há incompatibilidade entre o soldado e o cidadão. Pelo contrário,

bom soldado, melhor cidadão. Nem é rígida demais para a política a ética militar. Pelo contrário, bom seria que a ética dos políticos se tornasse um pouco mais estreita e maior fosse a fidelidade deles aos interesses nacionais.

Após a Guerra contra Rosas, na Argentina, Caxias volta à Corte e em junho de 1855, o Senador integra o Gabinete como Ministro da Guerra. Conhecendo bem o Exército, Caxias conduz alterações que havia muito constituíam aspirações da tropa. É dessa época a criação da Repartição do Ajudante Geral, precursora do que hoje é o Estado-Maior do Exército. Em 1856 deve acumular a Pasta da Guerra com a Presidência do Conselho de Ministros. O Gabinete dura até 1857 quando é substituído pelo Ministério do Marquês de Olinda.

Em 1861, em meio a grande efervescência política, o Imperador precisa de alguém com prestígio pessoal suficiente para encabeçar o Governo. Caxias é novamente Presidente do Conselho de Ministros. Conserva para si a Pasta da Guerra. Dessa passagem são providências sobre o serviço militar obrigatório, sobre a reorganização da Justiça Militar e sobre as Colônias Militares nas fronteiras distantes.

Compõe o Gabinete com homens de seu partido. Mas o mundo está em ebulição, o Brasil também, e, nele, os conservadores. É mais fácil administrar as coisas do Exército e as do País do que as questiúnculas entre os políticos... O Partido Liberal volta ao poder em 1862.

O período seguinte guarda para Caxias, já sexagenário, o comando das tropas da Tríplice Aliança contra Lopez no Paraguai. E uma penosa ação política quer em rela-

ção aos aliados, quer em relação ao próprio governo brasileiro, quer em relação aos chefes militares envolvidos nas operações. Não fora seu temperamento e caráter, aliados à competência e firmeza, não teria se consagrado como Estadista e Soldado. E mais uma vez ali estavam, como esteio de sua personalidade, os princípios éticos e morais que cinzelou na caserna.

Deixando o comando das forças aliadas no Paraguai, volta ao Senado, onde não é poupadão pela demagogia e pela maledicência da politicalha mesquinha que tanta indignação causa ao homem comum de todos os tempos.

Mas não teria descanso nosso Caxias. Aos 72 anos de idade, já às voltas com a saúde e havendo perdido a esposa um ano antes, o poder político precisa do Soldado. E do Estadista. O Imperador vai se afastar do País. Há questões graves pendentes. Cresce a campanha abolicionista tornando-se uma quase unanimidade nacional. Há descontentamento militar, está acesa a Questão Religiosa. Escreve à filha:

17 de Julho de 1875.
"Minha querida filha.

Só hoje.....

Estou, minha cara filha, apesar de todos meus protestos em contrário, outra vez Ministro da Guerra e Presidente do Conselho; você deve fazer idéia dos apuros em que me vi para cair nesta asneira e creia que.....ia firme em não aceitar; mas ele (o Imperador) assim que me viu me abraçou e me disse que não me largava sem que lhe dissesse que aceitava o cargo de Ministro e que se me negasse a

fazer-lhe esse serviço, que ele chamava os liberais e que havia de dizer a todos que eu era o responsável pelas consequências que daí resultassem.....

Abaixei a cabeça e disse que fizesse o que quisesse, pois eu tinha consciência que ele se havia de arrepender, porque eu não seria ministro por muito tempo, porque morreria de trabalho e de desgostos; mas a nada atendeu, e disse-me que só fizesse o que pudesse, mas não o abandonasse, porque ele então também nos abandonaria e se ia embora!

Que fazer, minha querida Anicota?... senão resignar-me a morrer no meu posto, e de mais, tendo já arriscado tantas vezes a minha vida por ele, que mais uma, na idade em que estou, pouco era.

*Seu pai que muito a estima
Luiz"*

A Questão Religiosa é resolvida com a anistia, tradição do comportamento político brasileiro. As demais questões são tratadas com o rigor e a prudência, marcas da ação política de Caxias. Na Pasta da Guerra, o Exército é beneficiado com várias iniciativas visando seu melhor aparelhamento e desempenho. A regência da Princesa Isabel transcorre sem incidentes, período marcado pelo trabalho no interesse maior do país.

Com o regresso de Pedro II, Caxias julga concluída sua tarefa. Pede demissão. É atendido e informado de que o próximo Gabinete deverá ser formado pelos Liberais, seus adversários políticos. Nada há a discutir. Mais uma vez arriscara a vida pelo Imperador. A ele dera sua lealdade, a obediência de soldado e o seu tino de políti-

co. Nas lições de esgrima, lá atrás, na década de 40, Luiz não ensinara ao jovem monarca as ações usadas agora pelo velho Imperador contra o velho amigo: o golpe escuso e o desprezo aos que têm a coragem para a luta e para a responsabilidade.

A ante-sala da política partidária conseguiu o que nem o combate nem a verdadeira prática política conseguiram no cam-



po aberto do dever: ferir de morte a alma do velho general. Mas nos conchavos políticos não se cultuam os princípios éticos e morais dos soldados e estadistas. Só no campo de batalha ou na responsabilidade solitária do poder eles se manifestam por inteiro, dando estatura de heróis aos verdadeiros chefes, militares ou políticos.

O nosso Luiz se recolhe a Fazenda Santa Mônica, próxima a Vassouras. Lá, morre na tarde de 7 de maio de 1880. Perdera o

Brasil o seu maior Soldado. E um Estadista cuja ação marcaria a geografia e a história do continente americano no século XIX.

Alguém já disse que os povos só se lembram de Deus e dos soldados quando já não encontram mais solução para suas querelas. Assim foi com o nosso Luiz, soldado entre os soldados. Chamado nos momentos mais cruciantes para o Brasil de seu tempo, ele sempre respondeu: *presente!* Não faltou com o seu dever uma só vez, e ainda levou a dignidade da ética e da moral para o exercício das funções políticas. Nunca se intimidou, seja diante do inimigo, seja diante dos desafios da gestão da coisa pública.

Devo falar de Caxias como político. Direi apenas que, na política, no exercício

do poder, no cuidado das coisas de seu país, foi sempre, e somente, um Soldado. E isto basta.

"Um verdadeiro soldado não morre. Some no tempo..." ...e se torna eterno.

O nosso Luiz, nascido dos Lima e Silva, não morreu. Está presente em cada soldado e em cada cidadão brasileiro, para lembrar a políticos menores de todos os tempos e de todos os rincões do Brasil, que ética e moral na gestão das coisas públicas não são privilégio de alguns, mas dever de todas as pessoas de bem que formam o povo desse país, que formam a Nação brasileira.

Por isso, quase sem saber o porquê, o povo chama de "Caxias" a pessoa íntegra e correta. ☺

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



História das Lutas com os Holandeses no Brasil, desde 1624 a 1654

Francisco A. de Varnhagen

O estudo de Varnhagen tem caráter de relato factual, com detalhes dos combates em geral e do regime de coexistência que perdurou, durante a governança de Nassau, entre holandeses e luso-brasileiros.

É uma interpretação com base em pesquisas nas várias capitais europeias, com notas elucidativas de pé-de-página que serviram a historiadores brasileiros posteriores como: Rocha Pombo, Calógeras e, mais recentemente, Gonçalves de Melo e E. Cabral de Melo.

Recortes históricos sobre Caxias¹

Cláudio Moreira Bento*

SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICA DO DUQUE DE CAXIAS

No ano do bicentenário de nascimento do Duque de Caxias torna-se oportuno evocar a sua significação histórica. Caxias tem sido alvo ora de silêncios, ora de deformações de sua imagem, ou de indiferença em locais e instituições que, por vezes, se limitam a cultuar sua memória de maneira mecânica, sem perceberem o real sentido e as preciosas lições de sua vida e obra. Tudo em contraposição aos conceitos que, até poucos anos atrás, dele emitiam o povo, a imprensa, estadistas, chefes militares, notáveis pensadores, escritores e historiadores militares e civis que o definiam como: *filho querido da vitória; o Pacificador; o General Invicto; o Condestável, a Escora, o Esteio ou a Espada do Império; Duque de Ferro e da Vitória; nume e espírito tutelar do Brasil; Símbolo da Nacionalidade; o maior soldado do Brasil; o maior dos generais sul-americanos; alma militar do Brasil ou o herói tranquilo e perfeito, etc.*

Sua obra monumental de Pacificador em quatro lutas internas, e mais as suas modelares manobras de flanco de Humaitá e Piquiciri, na Guerra do Paraguai, o credenciam a figurar, sem favor algum, na galeria dos maiores capitães da história militar mundial.

Sua eleição incontestável para Patrono do Exército o foi, como a definiu Pedro Calmon: *Como o chefe integral do Exército, o seu modelo, a sua alma, a imagem maravilhosa do espírito que nele deve vibrar, e a síntese mágica das virtudes e brios de que ele deve estar imbuído.* Ela se deu, fundamentalmente, a haver ele vencido seis campanhas militares (quatro internas e duas externas), além de haver dirigido o Exército de forma marcante e muito fecunda, como Ministro da Guerra, em três oportunidades (1855/58, 1861/62 e 1875/78), cumulativamente com a Chefia do Governo do Brasil, na condição de Presidente do Conselho de Ministros.

Caxias foi o primeiro porta-bandeira do Pavilhão Nacional, tão logo proclama-

* Coronel de Engenharia e Estado-Maior. Historiador e Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil – AHMTB.

¹ Colaboração da Academia de História Militar Terrestre do Brasil – AHMTB, fundada em Resende, em 1996, pelo autor, e que também tem Caxias como seu Patrono, e a *Espada Invicta* em seu brasão.

da a Independência. Ele o recebeu, em solene cerimônia, em 10 de novembro de 1822, na capela imperial, das mãos do próprio Imperador. E ninguém mais do que ele glorificaria a bandeira do Império que ele ali recebera.

Profissional ímpar, sempre sonhou com o exército desenvolvendo e praticando uma doutrina militar genuinamente brasileira, sonho que expressou, em 1862, com a ressalva, que fez constar do preâmbulo das Ordenanças do Exército Imperial, calcadas em adaptações das Ordenanças de Portugal às realidades operacionais do Brasil, realidades que ele próprio vivenciara: ...até que o nosso Exército possua uma tática genuinamente nossa.

Como Ministro da Guerra, destaca-se, entre suas muitas realizações, a Escola Militar da Praia Vermelha, o primeiro Regulamento Disciplinar do Exército, de 1875, e a reforma do Quartel-General do Exército, no local onde hoje está o Pantheon, com sua estátua eqüestre e que abriga, em seu interior, os seus restos mortais e os de sua esposa.

Como cidadão, sua culminância foi pacificar a família brasileira em Ponche Verde, atual D.Pedrito, em 1º de março de 1845. Na Revolução Farroupilha, que por quase 10 anos assolou o Rio Grande do Sul, se consagrou pioneiro abolicionista, ao assegurar, a despeito de fortíssimas pressões de escravocratas, liberdade para os lanceiros negros farrapos, incorporando-os ao exército imperial, na Cavalaria Ligeira do Rio Grande, como homens livres.

Segundo Pedro Calmon, ...O barão de Caxias venceu sobretudo por convencer, pois a verdadeira vitória não consiste em sufocar ou subjugar o adversário, pois é

antes uma tarefa de persuasão, de conquista de corações para que se atinja o ideal vencedor. E Caxias sobrepuçou a olhos fraternizados, a dignidade da paz justa, cobrindo as forças em luta com o véu iluminado da concórdia e da pacificação. Pois ali reuniu, ao gênio de guerreiro consumado, a generosidade clemente e aliciadora.

Ao pedido de um áulico para que se festejasse a vitória com um *Te Deum* na igreja São Sebastião, em Bagé, optou por uma missa *em sufrágio das almas dos mortos imperiais e republicanos que haviam tombado em defesa de suas verdades*, e entre os quais encontrava-se seu tio, General João Manuel de Lima e Silva, que fora consagrado pelos farrapos como o seu primeiro general.

A grandeza desta tolerância a serviço da preservação da unidade da família brasileira fez com que os gaúchos o consagrassem como o seu presidente e a seguir como seu senador vitalício em 1845.

Como líder na batalha, o seu grande feito estratégico foi a modelar manobra de flanco da posição fortificada de Piquiciri, através do Chaco, onde, ao sacrificar o princípio segurança em benefício da surpresa, correu risco calculado para obtê-la, em nível estratégico, ao desembarcar em Santo Antônio, na retaguarda do inimigo. Essa manobra abreviou o fim do conflito e pouparu vidas humanas e recursos de toda a ordem naquele que foi o maior conflito até hoje ocorrido na América do Sul.

Como líder de combate, seu maior momento foi na conquista da ponte de Itororó. Ao perceber que o seu Exército poderia ali ser detido, desembainhou sua invencível espada de cinco campanhas, brandiu-a ao vento, e voltou-se decidido e con-

vincente para seus liderados e apelou com energia com o brado: *Sigam-me os que forem brasileiros!* Ato contínuo lançou-se sobre a ponte de Itororó com o seu cavalo de guerra, afrontando o perigo e arrastando atrás de si os seus comandados. Essa expressiva vitória tática removeu o obstáculo que colocava em perigo toda a sua brilhante manobra estratégica através do Chaco.

Sua derradeira ação pacificadora foi a solução da Questão Religiosa, defendendo e obtendo a assinatura do decreto de nº 5093, de 17 de setembro de 1875, que concedeu a anistia aos bispos católicos envolvidos.

Caxias nasceu em 25 de agosto de 1803 no local onde hoje está o Parque Histórico Duque de Caxias, no atual município de Duque de Caxias, RJ, que recebeu esse nome em homenagem a seu filho ilustre. Faleceu em 7 de maio de 1880, aos 77 anos, na Fazenda Santa Mônica, em Juparanã, Valença, RJ, onde se recolhera e passara os dois últimos anos de sua vida, viúvo e aos cuidados de sua filha mais velha, a baronesa de Santa Mônica.

Segundo sua vontade expressa em testamento, foi transportado ao túmulo, no Rio de Janeiro, por soldados de bom comportamento cujos nomes foram imortalizados no pedestal de seu busto na AMAN.

Falou junto a sua sepultura, interpretando os sentimentos do Exército Brasileiro, o já consagrado escritor e historiador, Major de Engenheiros Alfredo de Taunay, que assim concluiu a sua antológica oração: *Só a maior concisão, unida a maior singeleza é que poderá contar os seus feitos! Não há pompas de linguagem! Não há arroubos de eloquência capazes de fazer maior esta individualidade, cujo principal atributo foi a simplicidade na grandeza.*

Capistrano de Abreu, grande historiador do Brasil, assim interpretou os sentimentos do Exército Brasileiro, ao saber que o Duque de Caxias havia dispensado as honras militares: *O Duque de Caxias dispensou as honras militares! Acho que ele fez muito bem! Pois as armas que ele tantas vezes conduziu à vitória, talvez sentissem vergonha de não terem podido libertá-lo da morte!*

O Exército manifestou-se oficialmente em Ordem do Dia alusiva ao seu falecimento concluída com esta afirmação: *Se houve quem prestasse serviços excepcionais ao Brasil foi o Duque de Caxias. Se houve quem menos os fizesse valer, foi o Duque de Caxias!*

Caxias, em sua longa vida militar, sublimou as virtudes da coragem, da abnegação, da honra, do devotamento e da bravura.

Desde 1931, os cadetes do Exército portam, como arma privativa, o Espadim de Caxias, cópia fiel, em escala, do glorioso e invicto sabre de campanha de Caxias.

CAXIAS E SUA ESPADA INVICTA

O Museu do Exército tem hoje em seu acervo a *espada* usada por Caxias como oficial superior. Com ela, o ainda Coronel Luiz Alves de Lima e Silva, pacificou o Maranhão.

Promovido em 18 de julho de 1841, Caxias adquiriu seu *sabre* de general, com o qual liderou o Exército em cinco campanhas vitoriosas - três internas (São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul) e duas externas - sabre que mereceu a consagração simbólica, de *Espada Invicta*.

O sabre de Caxias, hoje uma relíquia da nacionalidade, percorreu interessantes caminhos das suas mãos até o atual relicário no Instituto Histórico e Geográfico Bra-

sileiro (IHGB). Caxias o doou, em testamento, ao Brigadeiro João de Souza da Fonseca Costa que, como 1º Tenente, fora seu Ajudante-de-Ordens na guerra contra Oribe e Rosas, em 1851-52. Como coronel, foi Chefe de seu Estado-Maior na Campanha da Tríplice Aliança, em 1866-68.

Sobre esse oficial, assim se expressou o Duque, na Ordem do Dia, de 14 de junho de 1869, antes de retornar vitorioso do Paraguai: *Prestou-me, como chefe de meu Estado-Maior, a mais dedicada cooperação em tudo quanto tem dependido de seu alto emprego, não só na condução regular de todos os negócios de meu serviço político a seu cargo, como nas batalhas e combates a que tem assistido sempre a meu lado, recebendo e transmitido as minhas ordens e expondo-se com sangue frio e abnegação aos riscos e perigos decorrentes.*

Este sabre de campanha foi localizado, em 1925, pelo Dr. Eugênio Vilhena de Moraes, biógrafo de Caxias. Encontrava-se em poder de descendente direto de Fonseca da Costa, o Capitão-de-Corveta Caetano Taylor da Fonseca Costa que, em gesto que se reveste de nobreza e patriotismo, decidiu, naquele mesmo ano, doá-lo ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Em 19 de novembro de 1931, assumiu o comando da Escola Militar do Realengo o então Coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Oficial de escol, criou tradições, como os uniformes históricos dos cadetes, elo de ligação dos exércitos do Império e da República no Brasil. Criados os uniformes, julgou o Coronel José Pessoa que devessem eles ser complementados por uma arma símbolo, privativa do cadete. Decidiu-se que esta arma seria

uma miniatura, cópia fiel da *espada invicta*, o sabre usado em campanha por Caxias já general..

Tomada a decisão, o passo seguinte seria a localização do sabre original para servir de modelo à miniatura. Encontrá-lo foi uma grande tarefa, assim descrita pelo Marechal José Pessoa:

Porfiadas démarches foram então realizadas para concretizar a feliz idéia. Ignorávamos, até então, o paradeiro daquela relíquia histórica. Para isso recorreu-se em indagações a todos os lugares onde são destinados os troféus, sem ser encontrado. Afinal, com a preciosa colaboração do Dr. Max Fleius, fomos encontrá-la, entre outras armas gloriosas, nas coleções do IHGB. E, ainda com o auxílio do Dr. Max Fleius, secretário perpétuo daquela nobre e benemérita instituição, conseguimos a licença necessária para ser copiada a arma que é a nossa mais preciosa relíquia militar.

Localizado o sabre de campanha do Pacificador, o Projeto Espadim foi submetido à aprovação do Ministro da Guerra, General-de-Brigada José Fernandes Leite de Castro (1930-32).

Desejaram, aquele General e o Coronel José Pessoa, que Caxias, o Duque da Vitória, pairasse no seio dos cadetes do Brasil, de igual forma que Napoleão no seio dos cadetes de Saint Cyr, na França.

O Ministro Leite de Castro aprovou a proposta e concedeu o crédito correspondente para a confecção dos espadins. Os projetos e os recursos foram remetidos ao Chefe da Missão Militar Brasileira na Europa, Coronel José Duarte Pinto. Este, com desvelo e entusiasmo, cumpriu a missão, encomendando a confecção das peças à firma Solingen da Alemanha.

Em outubro de 1932 os espadins chegaram ao Brasil tendo sido incluídos na carga da Escola Militar do Realengo pelo BI nº 288 daquele ano. A seguir foram organizadas as "Instruções para recebimento e uso do Espadim de Caxias", ao que se sabe, somente publicadas no BI nº 148 de 1938.

Nos dias 15 e 16 de dezembro de 1932 teve lugar a primeira cerimônia de entrega de Espadins aos cadetes, desdobrada em duas fases. A primeira, de âmbito interno e a segunda, uma solenidade pública realizada no dia 16 de dezembro, na Praça Duque de Caxias, atual Largo do Machado, no Rio de Janeiro, defronte do Monumento do Patrono do Exército e que contou com a presença do Dr. Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório do Brasil, e de várias autoridades.

"A cerimônia teve início com as bandas tocando o antigo toque de alvorada, o mesmo que, nos campos do Paraguai, despertava os nossos gloriosos regimentos. Toque que terminou com o de "Apresentar armas". Quando profundo era o silêncio da grande assistência, ouviu-se a voz de um oficial, lendo com vibração as palavras sacramentois do juramento, no que era acompanhado pelos cadetes, que tinham os olhos fixos no semblante quase austero de seu Patrono e pareciam iluminados pela famosa estrela que guiou sempre aquele guerreiro de vitória em vitória, e que, certamente há de guiar as novas gerações, através dos caminhos ásperos da vida. Neste instante, ecoou o troar dos canhões e o rufar surdo dos tambores, anunciando a criação de uma nova arma, representativa das virtudes de nossos antigos combatentes. Seguiu-se a leitura do Boletim alusivo, do Comando da Escola, nº 297, de 16 dez 1932...".

Sobre o evento assim iniciou sua Ordem do Dia o Comandante da Escola Militar do Realengo, publicada no BI nº 297 daquele ano:

Cadetes!

Defrontando a estátua do Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, aquele que, em vida, foi o maior dos generais sul-americanos, acabais de prestar o compromisso do recebimento do vosso espadim - arma - distintivo que reproduz o sabre glorioso do invicto soldado, que com atos de sublimada grandeza esmaltou com refulgência inigualável as páginas gloriosas da história nacional, marcando-as de traços imperecíveis e assinalando o seu nome como o do cidadão que melhor serviu à Pátria e mais a estremeceu.

...A espada que foi esteio de um regime, que em rudes prélrios cimentou a unidade nacional e, em terras estranhas, acutilou bravamente os inimigos do Brasil, tendes hoje a honra e a rara fortuna de a cingirdes à cinta, outorgado ao Corpo de Cadetes o encargo de guardar aquele glorioso que reflete, no brilho espelhante do seu aço, a constância no dever e que nunca a ferrugem da deslealdade de leve sequer maculou, em meio século de intenso batalhar em prol da ordem e do prestígio desta terra estremecida, a que ele serviu com inexcedível dedicação e bem alto a elevou no conceito das nações!

Na homenagem que aqui prestais - vossos espadins em continência, não reverenciais somente o vulto homérico do general nunca vencido, que enriqueceu de imarcáveis louros o Exército Brasileiro e iluminou de refulgências gloriosas uma época da vida nacional!...

Desde então o cadete é o único integrante do Exército a ter a honra e o privilégio de

cingir à cinta o sabre de Caxias, como a síntese e a expressão mais viva e sublime das virtudes militares do soldado brasileiro.

Há 71 anos, desde 15 de dezembro de 1932, inicialmente, na antiga Escola Militar do Realengo e a partir de 1944, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende, repete-se anualmente a mais significativa cerimônia da vida dos cadetes – a entrega dos espadins aos alunos do 1º ano.

A grandiosidade do ato, a história dessa arma, seu simbolismo, as tradições que ela encerra, estão traduzidas nas palavras que os jovens futuros oficiais proferem em uníssono, como juramento:

Recebo o sabre de Caxias, como o próprio símbolo da honra militar.

O Coronel José Pessoa mandou gravar, na lâmina dos espadins, as palavras “Duque de Caxias” e o brasão de armas da Escola Militar.

Do IHGB, onde se encontra há 78 anos, o sabre de Caxias saiu três vezes, com toda a pompa e circunstância, para uma cerimônia na Escola Militar do Realengo e duas outras na AMAN.

A primeira ocorreu em 1939. O sabre foi posicionado, em solenidade de rara grandiosidade, defronte do Corpo de Cadetes, formado, e ao lado da espada do General San Martin trazida pela representação da Escola Militar da Argentina em visita ao Brasil.

Segundo o Prof. Pedro Calmon, em 1978, o sabre somente sairia do relicário onde se encontra no IHGB, em condições excepcionais, de alto sentido cívico, e com ceremonial condizente com a grandeza do simbolismo que ele traduz.

Assim, pela segunda vez, o sabre de Caxias – a *Espada Invicta* – foi levado a AMAN, em homenagem ao Presidente da República, General João Figueiredo, o primeiro ex-detentor do *Espadim de Caxias* a exercer a Presidência da República.

A terceira vez, em 1980, voltou à AMAN nas solenidades do centenário de morte do Duque de Caxias.

Nessas duas vezes, o professor Pedro Calmon, presidente do IHGB, impôs, como condição, ser ele levado à AMAN com toda a pompa e circunstância, no que foi atendido: uma Guarda de Honra, formada por cadetes e comandada por um oficial instrutor da Academia, historiador e também membro do IHGB², conduziu o sabre de Caxias nessas duas ocasiões.

Em 1939, o General José Pessoa, escreveu na Revista da Escola Militar que o *Espadim de Caxias*, símbolo do Corpo de Cadetes, ainda quase sem história, nem por isso deveria ser olvidado, pois fatos que então eram sabidos sobre ele, mais tarde seriam de difícil reconstituição, como o exemplo histórico da nossa lendária Academia Real Militar da qual, então, mal se sabia ter sido fundada por D. João VI.

Estava convicto o Marechal José Pessoa de que a História, a mestra das mestras, é a mestra da vida e a mãe da tradição. E que sem documentação, não há história e nem tradição que resista à ação do tempo. E estava convencido de que o povo sem tradição, ou aquele que, se a possui, não a cultiva, é flor sem perfume, é espada sem têmpera, que quebra ao primeiro embate. É nau sem bússola, à deriva na tempestade, que não sabe de onde veio, onde está e para onde vai.

² O então Tenente-Coronel Cláudio Moreira Bento, Instrutor da Seção de Geografia e História da AMAN.

Soube o Marechal José Pessoa construir e preservar, através dos cadetes do Exército, a tradição de rija témpera moral e cívica, tal qual a do aço de que foi forjada a *Espada Invicta*, o sabre de Caxias.

Nas cerimônias de entrega de espadins na AMAN, faz-se presente a espada que o Duque de Caxias recebeu do povo depois da Guerra do Paraguai. Relíquia por vezes confundida com o sabre de campanha de Caxias, do qual foram copiados, em escala, os espadins dos cadetes. Esta espada simbólica que possui gravada na lâmina, de um lado, *Imperador e Constituição*, e do outro, *Honra e Pátria*, foi doada pelo povo brasileiro ao *General Invencível* ao retornar da Guerra do Paraguai. Ela foi entregue solenemente à AMAN, no dia 23 de abril de 1953, pelo Embaixador Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão, descendente de Caxias.

O DUQUE DE CAXIAS E A EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL, EM 1846

O Barão de Caxias acumulava as funções de Presidente e de Comandante das Armas da província do Rio Grande do Sul. Pacificada a Província em 1º de março de 1846, empreendeu vigorosa ação administrativa e, quanto ao ensino, lançou, em 1º de fevereiro de 1846, na presença do Imperador, a pedra fundamental do Liceu D. Afonso, idealizado nos moldes do Colégio D. Pedro II do Rio de Janeiro, onde ele estudara ao tempo que era Convento de São Joaquim.

O curso no Liceu era previsto para 6 anos com uma carga horária semanal de 42 horas, funcionando de 8 às 12, pela ma-

nhã, e das 14 às 17 horas à tarde. Situava-se no quadrilátero formado pelas atuais artérias Borges de Medeiros, Fernando Machado, Demétrio Ribeiro e Espírito Santo. Esse Liceu foi o alicerce de toda a estrutura educacional gaúcha.

Ele reuniria as aulas esparsas de Gramática latina, Filosofia, e Geometria de Porto Alegre e as de Latim e Francês de Rio Grande e mais a de Latim do Rio Pardo, sendo acrescidas as das aulas de Inglês, Geografia, Astronomia, História, Álgebra, Retórica e Desenho, segundo informa Moacyr Flores na publicação do CIPEL sobre a Educação no Rio Grande do Sul, 1998.

Sobre as dificuldades de recrutamento de professores para o Liceu, assim se expressou Caxias, como Presidente da Província, em mensagem aos deputados provinciais gaúchos: *Senhores deputados! Não deveis esperar que todas estas cadeiras sejam regidas por hábeis mestres, porque, desgraçadamente, a pouca importância que se dá aos mestres de nossa mocidade, afugenta da nobre carreira do magistério os que a ela se deviam dedicar com vantagem pública. E nem a remuneração prevista é tal que compense ou ao menos chegue para os misteres da subsistência dos mestres...*

CAXIAS, UM PRECURSOR DA AVIAÇÃO MILITAR BRASILEIRA

Na Guerra da Tríplice Aliança (1865-70), o Exército Imperial brasileiro defrontou-se com um grave problema operacional, decorrente da ausência de cartas, esboços e informações sobre o Teatro de Operações. Lutando numa planície, o pro-

blema de dominância de vistas para observação sobre o campo adversário tornou-se crucial para possibilitar a localização de obstáculos, de fortificações, das tropas inimigas e de sua movimentação.

Para compensar esta deficiência, recorria-se aos *mangrulhos*, postos de observações artificiais, com o formato de torres, para elevarem-se os observadores a alguns metros do solo. O *mangrulho* servia para a observação aproximada. Os reconhecimentos mais profundos eram feitos à viva força pela Cavalaria, e consistiam em verdadeiros ata-



Gravura mostrando um mangrulho, no acampamento de Caxias em Tuiu-Cuê, próximo de Humaitá.
Fonte: História do Exército Brasileiro – Rio de Janeiro: EME, 1972. v. 2, p. 644.

ques, com grandes perdas em vidas de parte da força de reconhecimento.

O Marquês de Caxias, ao assumir o comando das operações, procurou sanar estes inconvenientes com o emprego de aerostatos, prática usada na Guerra de Secessão nos EUA.

Depois de um insucesso com um balão construído no Brasil, por intermédio do Professor Thadeu S. Lowe, que havia sido Aeronauta-Chefe do General Grant na Guerra de Secessão, Caxias conseguiu que

fossem adquiridos nos EUA dois balões, com o equipamento para produzir hidrogênio, e a vinda, junto com os balões, de dois balonistas, os irmãos James e Ezra Allen, que haviam auxiliado Lowe na Guerra de Secessão, o qual não pôde vir para o Teatro de Guerra como Aeronauta do Exército Brasileiro.

Os balões e os irmãos Allen chegaram em Tuiuti em 31 de maio de 1867 e, em 24 de junho, já realizaram a primeira ascensão das 20 realizadas, só pelo balão menor, sendo que a última, em 25 de setembro de

1869, no flanco direito aliado, a 5 km de Tuiu-Cuê, próximo à fortaleza de Humaitá.

Depois de três meses de uso que tornaram possíveis os reconhecimentos para atacar Humaitá e desbordar Curupaiti, os balões foram recolhidos ao acampamento de Tuiuti.

Houve 20 ascensões: de julho a setembro de 1867. A ascen-

são recorde, com guarnição, foi a sétima, na qual o aeróstato atingiu 140 metros de altura. Destacaram-se nestas operações os capitães Francisco César da Silva Amaral, Cursino Amarante e Conrado Jacob Niemeyer, da Comissão de Engenheiros. Silva Amaral, maranhense de São Luiz e filho de soldado homônimo, foi o primeiro brasileiro a desempenhar, em 12 de julho de 1867, atividades militares aeronáuticas. O segundo foi Cursino Amarante, com duas missões, e o terceiro foi Conrado Niemeyer,

com quatro missões. O Capitão Antônio Sena Madureira realizou uma missão de observador aéreo.

Os irmãos Allen eram de Provence, em Rhode Island-EUA. James Allen, que foi o aeronauta chefe de Caxias, faleceu em Provence, em 24 de setembro de 1897, e em sua lápide, no cemitério de Swan Point, na qual figura a imagem de um balão em alto relevo, consta uma referência aos serviços



Alegoria sobre a 1^a ascensão de um balão, em 25 set. 1867 em Tuiu-Cuê, na obra *História da Força Aérea Brasileira*. (1975, 2 ed, p. 23) do Tenente Brigadeiro do Ar Nelson Freire Lavanére-Wanderley, atual Patrono do CAN. Prefácio do Brigadeiro Eduardo Gomes, então Ministro da Aeronáutica e hoje seu patrono, o qual referiu acerca do balão usado por Caxias na Guerra do Paraguai – “ele foi o primeiro emprego militar da Aeronáutica na América do Sul e a semente daquilo que muito mais tarde veio a transformar-se na Força Aérea Brasileira.”

que prestou ao Exército do Brasil, como informa o Brigadeiro Lavanére-Wanderley em sua *A História da Força Aérea*.

As 20 ascensões permitiram retificar-se cartas anteriormente elaboradas; confirmar-se que a melhor via de acesso era Tuiuti - Tuiu-Cuê; descobrirem-se linhas de trincheiras contínuas no espaço entre Tuiuti e Humaitá e as intenções de uma tropa de Cavalaria inimiga.

Sempre que o balão aparecia, o inimigo fazia muita fumaça defronte suas trin-

cheiras, para as ocultar. Com este intuito preparavam de antemão fogueiras de pasto.

As últimas observações foram prejudicadas por esta contramedida.

Dionizio Cerqueira, testemunha ocular de uma das últimas ascensões, assim a descreveu em suas *Reminiscências da Guerra do Paraguai: O Marquês de Caxias, capitão experimentado e conhecedor da parte difícil de comandar, rodeou-se de oficiais inteligentes e instruídos. Nada desprezava do que pudesse ser útil ao Exército. Mandou vir um balão para se conhecer e se observar o inimigo. Que azáfama para enchê-lo! Felizmente, não precisávamos poupar ácido sulfúrico, como na República Francesa no fim do século 18, e não recorremos como ela ao processo lento e difícil da decomposição da água, para a preparação do hidrogênio.*

Foi um dia de festa em nossos arraiais. Todos queriam ver o balão subir. Subiu, com efeito, mantendo-se no ar preso por cabos. Mas pouco se viu porque o inimigo enfumaçou o campo com fogueiras e tiros de canhão. Nenhum serviço nos prestou. Felizmente não nos faltaram os reconhecimentos de nossa brava Cavalaria e dos esforçados oficiais de Estado-Maior e de Engenheiros e os informes de desertores e espiões.

O que Dionizio Cerqueira testemunhou como Alferes foi uma das últimas ascensões e não percebeu a grande validade

do balão no reconhecimento da via de acesso Tuiti - Tuiu-Cuê - Humaitá.

Este episódio dos aeróstatos, além de confirmar a sensibilidade de Caxias para o progresso tecnológico militar, evidencia seu pioneirismo nos primeiros passos da Aeronáutica Militar no Brasil, seis anos antes do nascimento do outro grande brasileiro, Alberto Santos Dumont, inventor do avião e Patrono da Aeronáutica Brasileira, e que começou sua escalada voando em aeróstatos.

O DUQUE DE CAXIAS PIONEIRO ABOLICIONISTA

Em 1º de março de 1845, no Rio Grande do Sul, na atual D. Pedrito, o Duque de Caxias, então Barão, tornou-se pioneiro abolicionista, quarenta e três anos antes da Lei Áurea, ao incluir, por sua conta e risco, a seguinte cláusula, na paz firmada com os republicanos farrapos:

.....

4º - São livres, e como tais reconhecidos todos os cativos que serviram na República.

Com isto, contrariou as instruções reservadas de 18 de dezembro de 1844, que recebera do Gabinete Liberal, através do Ministro da Guerra, que assim dispunham sobre os soldados farrapos, ex-escravos:

.....

5º - Os escravos que fizeram parte das forças rebeldes, apresentados, serão remetidos para esta Corte, à disposição do Governo que lhes dará o conveniente destino.

O conveniente destino seria o internamento dos soldados negros farrapos, ex-escravos, na Imperial Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro.

Para evitar esta armadilha, Caxias invocou o Aviso Ministerial de 19 de novembro

de 1838 que assegurava liberdade aos republicanos farrapos, ex-escravos, que desertassem das fileiras do Exército da República e se apresentassem às autoridades imperiais.

Com este artifício, Caxias os libertou! Fê-lo para impedir que os lanceiros negros farrapos fossem enviados para o Rio e ali corressem o risco de verem suspensas suas alforrias, por fortes pressões de escravocratas da Corte.

Após receber, em Ponche Verde, 120 soldados ex-escravos, predominantemente lanceiros negros, incorporou-os ao Exército Imperial, nos três regimentos de Cavalaria Ligiera, estacionados na fronteiras da Província do Rio Grande, segundo se conclui de seus ofícios da época. E ali receberam-nos os comandantes tenente-coronéis Osório e Manoel Marques de Souza (3º), futuros Marquês do Herval e Conde de Porto Alegre.

Esta é a razão da citação de Caxias como abolicionista, em discurso presidencial do dia 13 de maio de 1988, alusivo ao Centenário da Abolição.

Por ocasião do início da Campanha Abolicionista, Caxias, já muito doente, havia-se retirado da vida pública, indo para a Fazenda Santa Mônica, em Juparanã, Valença-RJ, onde veio a falecer em 7 de maio de 1880.

O Corpo de Lanceiros Negros fora criado em Pelotas, em 5 de agosto de 1836, pelo tio de Caxias, Major de Infantaria do Exército João Manoel de Lima e Silva, revolucionário farrapo, mais moço do que Caxias e seu companheiro no Batalhão do Imperador, na Guerra da Independência na Bahia. Personagem que, mais tarde, foi elevado à condição de primeiro general da República Rio-Grandense.

O Corpo de Lanceiros Negros se constituiu em tropa de choque farrapa. Era in-



Lanceiro Negro farrapo existente em Museu de Bologna -Itália.
Reproduzido do Atlas Histórico do MEC

tegrado por ex-escravos, muito hábeis nas lides do campo, particularmente como domadores e campeiros. Segundo o General Tasso Fragoso, tiveram papel de relevo como consumados lanceiros, sob o comando da maior lança entre os farrapos, o Tenente-Coronel Joaquim Teixeira Nunes.

A estrela do Duque de Caxias (Folclore gaúcho)

Em 9 de novembro de 1842, precedido da justa fama de pacificador do Maranhão, Minas Gerais e São Paulo, o Barão de Caxias assumiu a Presidência e o Comando

das Armas da Província do Rio Grande do Sul, com a missão de a pacificar, depois de 8 anos de luta fratricida.

Tomou as medidas para apoiar a sua campanha e sair em campo. O Exército que iria comandar encontrava-se no Passo São Lourenço, no rio Jacuí, a montante de Cachoeira do Sul e a pé. Para remontá-lo, executou ousada, incruenta e feliz manobra, ao transportar, por terra, desde o Rincão dos Touros em Rio Grande, passando por Pelotas, São Lourenço, Camaquã e Tapes, 7.000 cavalos para restabelecer a mobilidade de sua tropa.

Ao iniciar, em 19 de março de 1843, sua marcha de Cachoeira a São Gabriel, seus soldados divisaram nos céus um fenômeno jamais visto. Era um enorme cometa que os soldados logo batizaram: *É a boa estrela do nosso General Barão de Caxias!* *É a Estrela de Caxias!*

O imaginário popular entrou em cena e a nova se espalhou pelo exército como um rastilho de pólvora. E foi sendo passada ao povo gaúcho, em caminho, não demorando a chegar aos acampamentos dos farrapos em Alegrete, onde eles haviam se reunido em Constituinte. O fenômeno os levou a crer ser um mau presságio à causa!

O cometa possuía uma enorme cauda apontando justo para o Alegrete. Foi vista enquanto durou a marcha de Caxias, de 16 a 30 de março de 1843, no itinerário Cachoeira-São Sepé-São Gabriel-Alegrete-Santana. E, neste local, chegaram, em 30 de março, Caxias, o seu exército e a sua "Estrela".

Sobre este fenômeno, o grande astrônomo Ronaldo Rogério Mourão, cientista de renome internacional e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fez uma exposição breve no Insti-

tuto de Geografia e História Militar. Sintetizando sua elucidativa explicação científica, o que, no Rio Grande, foi denominada *Estrela de Caxias*, em realidade, nos anais de Astronomia, foi designado de *Cometa Brilhante de 1843*. Ele foi um dos mais notáveis que apareceram de 1800-1899. Tal era o seu brilho intenso que foi observado à luz do dia em diversos pontos do globo terrestre. Ele foi descoberto em 5 de fevereiro de 1843. Foi observado na Europa em 17 e 18 de março de 1843. Nos EUA, a sua última observação foi em 19 de abril 1843. No Rio de Janeiro, astrônomos o observaram de 8 de fevereiro a 3 de abril de 1843.

O Cel Pedro de Alcântara Bellegarde, diretor da Escola Militar do Largo do São



O cometa brilhante de 1843, a *Estrela de Caxias*, pintado no Rio de Janeiro, em 1843, por José dos Reis Carvalho, mestre de Desenho da Escola Naval. Pintura que se encontra, em mau estado, no IHGB. Foi fotografada e restaurada, com auxílio de computação, pelo Capitão-de-Fragata Carlos Norberto Stumpf Bento, webdesigner do site da AHIMTB. (www.resenet.com.br/users/ahimtb)

Francisco, observou-o do Observatório Astronômico da Escola. Ele estimou a cauda de tamanho igual ou maior do que a distância da Terra à Lua. Mas, na realidade, o comprimento da cauda era o dobro desta distância, ou seja, 323 milhões de quilômetros.

O cientista D.Pedro II também o observou e afirmou que a cauda quase atingia o zênite.

O *Cometa Brilhante de 1843 ou a Estrela de Caxias* foi pintada por José dos Reis Carvalho, mestre de Desenho da Escola Naval. Esta pintura encontra-se, em mau estado, no Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro. Está na mesma dependência onde se encontram a *Espada Invicta* de Caxias e o binóculo com o qual acompanhou impressionado, no Rio Grande do Sul, o cometa que passou à tradição e ao folclore gaúchos como a sua *estrela*.

Indiscutivelmente, durante e após o aparição da *Estrela de Caxias*, ele teve muita sorte. Conseguiu consolidar a unidade nacional, em 1º de março de 1845, com a Paz de Ponche Verde, em condições honrosas.

Foi eleito senador vitalício pelos gaúchos, por reconhecimento e gratidão. Aprendeu a psicologia daquela gente e a bem se comunicar com eles. Certa feita disse a seu grande amigo, o General Osório, ao lhe encarregar de mobilizar o 3º Corpo-de-Exército, no Rio Grande, para a Guerra do Paraguai

em 1866: *Fale a estes guascas (bravos, des temidos, intrépidos) naquela linguagem que nós dois sabemos falar!*

Falou o ilustre astrônomo sobre a *Estrela de Caxias*. O que teriam a dizer sobre ela os astrólogos? ☽

Administração pela qualidade total

Um modelo de gestão para os estabelecimentos de ensino de graduação do Exército Brasileiro¹

*João Paulo Da Cás**

RESUMO

O principal objetivo dessa pesquisa é propor um modelo genérico de gestão para a implementação de estratégias para a melhoria da qualidade em estabelecimentos de ensino de graduação do Exército Brasileiro, apresentando as principais práticas-chave de melhoria de qualidade que já são adotadas no Instituto Militar de Engenharia (IME) e na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e que permitem que essas instituições sejam reconhecidas como centros de excelência. No que concerne à pesquisa documental, foi dado relevo a vários trabalhos sobre modelos de gestão pela qualidade. Quando se passa à pesquisa de campo, os resultados dos questionários, previamente distribuídos, e as avaliações internas e externas das organizações militares mencionadas foram analisados segundo os critérios de excelência. São também apresentados a história da implementação da gestão pela qualidade no IME e na AMAN e suas respectivas práticas-chave, o Programa de Qualidade do Serviço Público e, por último, os resultados mais importantes obtidos pelas organizações pesquisadas após o desenvolvimento de seus programas.

PALAVRAS-CHAVE

Gestão, qualidade, ensino, administração, qualidade total.

Administração pela Qualidade Total (AQT) surgiu após a II Guerra Mundial, no Japão, como um modelo de gestão, que buscava, primordialmente, o con-

trole dos processos, visando à melhoria da qualidade dos produtos. Era, pois, uma alternativa para reerguer a economia daquele país, destruído após o conflito. Os nipônicos empregaram novos métodos de controle da qualidade e desenvolveram vários procedimentos para solução de problemas ge-

* Major de Infantaria.

¹ Colaboração da ECEME.

renciais que, aplicados no conjunto das empresas, elevaram aquela nação à situação de segunda maior economia mundial na década de 70, o que perdura até os dias atuais.

Nos anos oitenta do século que findou, as práticas japonesas de AQT foram disseminadas para as principais economias mundiais, dentre elas a do Brasil, que teve como marco de referência a instituição de diversas parcerias entre a Fundação Christiano Ottoni da Universidade Federal de Minas Gerais e organizações japonesas de fomento à qualidade, notadamente a JUSE (Japanese Union of Scientists and Engineers), principal instituição daquele país voltada à implementação de estratégias de melhoria da qualidade.

Na década passada (1992-2000), houve uma mudança no modelo adotado, passando as organizações brasileiras a seguir a abordagem pela implementação de práticas-chave de melhoria da qualidade (PCMQ), que foram consolidadas nos critérios de excelência do Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ), baseado nos Prêmios Malcolm Baldrige, dos Estados Unidos da América. Neste contexto, o Exército Brasileiro, por ocasião da implementação do Projeto Força-Terrestre 1990 (FT 90), idealizou o Programa de Administração pela Qualidade Total.

A busca de implementação de estratégias de melhoria da qualidade (EMQ) na área de educação é uma das metas prioritárias no Sistema de Planejamento Estratégico do Exército Brasileiro, que, nos últimos anos, vem operacionalizando o Programa de Modernização do Ensino, cujo principal objetivo é adequar o Sistema de Ensino Militar às melhores inovações tecnológicas e pedagógicas.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Foram empregadas as técnicas de pesquisas de campo e documental. Questionários e entrevistas foram enviados aos oficiais indutores da qualidade e participantes dos Programas de Gestão para a Excelência (PGEx) do IME e da AMAN, com objetivo de buscar informações mais detalhadas sobre os processos internos e sistema de medição de desempenho utilizados; as práticas-chave de melhoria da qualidade utilizadas na gestão organizacional e os dados mais relevantes sobre a avaliação inicial.

Todos os questionários e formulários foram respondidos pelas pessoas que participaram da pesquisa de campo. Tal fato permitiu que se reunisse uma grande quantidade de informações, particularmente no tocante às práticas-chave de melhoria da qualidade empregadas, os pontos fortes e as oportunidades de melhoria levantadas nas avaliações, as principais barreiras encontradas, as vantagens da implantação do programa de gestão, os principais indicadores de desempenho, etc.

Além da pesquisa de campo, foram analisados diversos relatórios de gestão (RG) e de avaliação (RA) do IME e da AMAN. Estes relatórios foram baseados nos instrumentos de avaliação do Programa de Qualidade do Serviço Público (PQSP), vinculado ao Prêmio Qualidade do Governo Federal (PQGF), e dos Primeiros Passos para a Excelência (FPNQ, 2000), alinhado com o Prêmio Qualidade Rio (PQRio).

No que se refere à bibliografia, diversas obras foram analisadas para a elaboração deste trabalho, destacando-se: o Modelo de Gestão de Neves (NEVES, 2000), o Goal-QPC Master Plan (GOAL-QPC, 1990),

os Modelos de Gestão da FPNQ (FPNQ, 2000), do PQGF (MPOG, 2001) e do Instituto Nacional de Qualidade Nuclear (IBQN, 2002) e o Modelo Sistêmico para Instituições de Ensino (TACHIZAWA e ANDRADE, 1999), pois são metodologias genéricas de gestão de enfoque sistêmico, ou seja, que podem ser empregadas em quaisquer organizações.

MODELO PARA IMPLEMENTAR ESTRATÉGIAS DE MELHORIA DA QUALIDADE

Antes de apresentar o modelo proposto, é necessário mostrar dois conceitos centrais que fundamentaram a pesquisa: estratégia de melhoria da qualidade (EMQ) e metodologia de implementação de estratégia de melhoria da qualidade (MIEMQ).

Após realizar uma revisão da literatura sobre as definições propostas para a estratégia de melhoria da qualidade que levasse em consideração suas especificidades, e tornando emprestadas as definições de qualidade total formuladas por dois dos diversos autores estudados (MACEDO-SOARES e CHAMONE, 1994; NEVES, 2000), EMQ foi definida como:

Uma estratégia para satisfazer os requisitos dos clientes externos (organizações militares, familiares dos alunos/cadetes, órgãos de direção geral e setorial etc.) e internos (alunos/cadetes, professores, técnicos de ensino, servidores etc.) dos estabelecimentos de ensino, assim como dos outros interessados (sociedade, órgãos financiadores de pesquisa, comunidade etc.), com a principal preocupação de manter o ensino no mais alto nível, a um custo adequado e com uma preocupação com a ética, a qualidade de vida

e o meio ambiente. Implica na liderança por parte dos administradores, no envolvimento das pessoas de todos os níveis hierárquicos e em um esforço conjunto e integrado de melhoria contínua e inovação de seus processos de ensino-aprendizagem, avaliação curricular, validação curricular e processos administrativos, produtos e serviços, sustentados e motivados por uma cultura apropriada e profundamente enraizada para esses propósitos.

Por conseguinte, o conceito metodologia de implementação das estratégias de melhoria da qualidade (MIEMQ) foi definido como:

Um corpo de métodos e técnicas, processos e procedimentos, conceitos de trabalho e modelos, regras e postulados, para implementar de forma efetiva estratégias de melhoria da qualidade orientadas para o cliente. Implica em um arranjo ordenado, lógico e efetivo dos procedimentos e abordagens recomendados.

Comparando as metodologias utilizadas no exterior e no País, chegou-se à conclusão de que o modelo da GOAL/QPC (1990) e da tese de doutorado de Neves (2000) oferecia um maior número de elementos que poderiam servir de ponto de partida para a construção de uma metodologia a ser adaptada aos estabelecimentos de ensino de graduação do EB, pelas seguintes razões:

- ter sido bem sucedido quando aplicado em diversos setores industriais, incluindo o setor hospitalar na América do Norte, provando ser adaptável a diferentes contextos;

- apresentar diversos atributos considerados necessários para uma implementação adequada;

- estar sendo aplicado de maneira satisfatória no HEMORIO;

- estar alinhado com a visão sistêmica da organização e com os critérios de excelência do PNQ (FPNQ, 2002);

- a seqüência dos passos para a implementação pode ser adaptada a diferentes empresas, independente de suas peculiaridades, ou seja, apresenta características de universalidade.

Verificou-se, portanto, que, não seria preciso desenvolver uma metodologia de implementação específica para o setor educacional e, sim, alinhar-se àquela desenvolvida pela GOAL/QPC (1990).

O modelo é representado por um fluxograma (Figura 1), baseando-se na idéia de que ele pode ser considerado um guia de referência para uma possível seqüência de passos. No modelo desenvolvido, há uma seqüência previamente definida de passos, no total de nove, que podem ser ordenados, de acordo com as necessidades específicas do estabelecimento de ensino sendo possível uma alteração em sua seqüência.

O primeiro passo será a tomada de decisão para implementar a EMQ pela alta administração. O segundo passo da implementação poderá ser a avaliação inicial ou o planejamento estratégico ou o planejamento da implantação. Após a realização desses passos, que poderão ser desenvolvidos de forma sucessiva ou simultânea, o comitê de direção (CD) terá subsídio para desenvolver um sistema de medição de desempenho global (SMDG), identificando os principais indicadores de desempenho da instituição que permitirão avaliar todo o processo de gestão. A partir daí, os passos seguintes poderão ser realizados de forma simultânea ou sucessiva, ou seja, o CD poderá planejar a capacitação das equipes, a estruturação das equipes e, em seguida, desenvolver a ação das equipes. No passo 8 - ação das equipes nos projetos-piloto -, será destacada a forma como as equipes desenvolveram suas atividades, visto ser esse passo importante para aumentar a adesão à EMQ. Com o resultado dos trabalhos desenvolvidos pelas equipes de implementação, o estabelecimento de ensino estará pronto para o próximo passo, o 9º - avaliação -, fechando o ciclo de gestão.

Os resultados colhidos no passo 9 permitirão que o estabelecimento de ensino te-

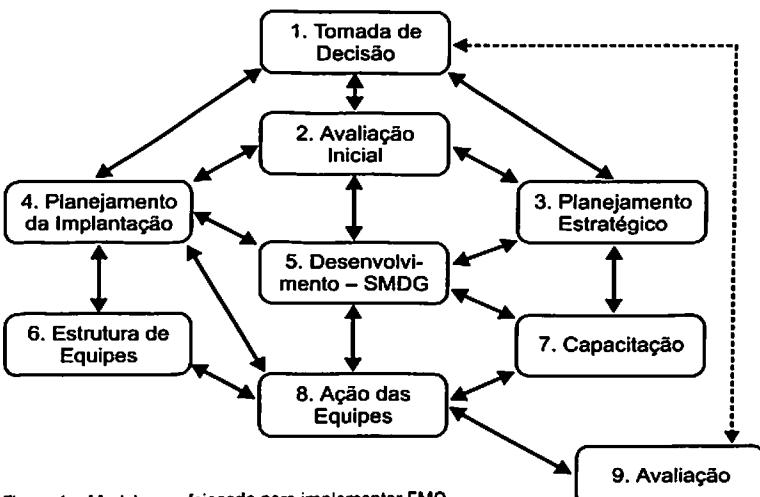


Figura 1 – Modelo aperfeiçoado para implementar EMQ

nha condições de agir nas oportunidades de melhoria levantadas, reajustando seu planejamento estratégico (passo 2), estabelecendo novas metas, corrigindo processos, etc. Esse ponto caracteriza o início de um novo

ADMINISTRAÇÃO PELA QUALIDADE TOTAL

ciclo de gestão aperfeiçoado e com as melhorias já implementadas (Kaizen)². Os resultados da eficácia organizacional possibilitarão que as pessoas do estabelecimento de ensino se motivem para melhorarem cada vez mais seus processos e também permitirão que a alta administração tome as decisões necessárias para a melhoria do programa. No modelo, as setas são dispostas nas duas direções, em face dessas diferentes possibilidades, indicando a fundamental interação entre os componentes do sistema, além da necessária realimentação de informações (*feedback*) entre os subsistemas.

Serão apresentadas, sinteticamente, as principais características do modelo aperfeiçoado a ser implementado nos estabelecimentos de ensino, a fim de se obter uma maior eficiência e eficácia nos processos organizacionais. A abordagem de apresentação do modelo proposto será por subsistema, procurando-se seguir a ordem dos passos de implementação, conforme consta na Figura 1.

No passo 1 (tomada da decisão), a alta administração deve obter o conhecimento para entender melhor o processo de mudança da organização, ou seja, decidir como será a estrutura dos comitês da qualidade, os treinamentos iniciais das pessoas e da alta direção, a velocidade de implementação do pro-

grama, as prioridades debatidas após a avaliação inicial ou de algum diagnóstico previamente realizado.

No passo 2 (avaliação inicial), a organização procura fazer um diagnóstico completo da instituição, por meio de um instrumento³, que utiliza rigorosos critérios de confiabilidade e validade. Também são utilizadas as variáveis definidas no Decreto nº 2.026/96⁴ (BRASIL, 1996), para verificar se o estabelecimento de ensino possui as condições organizacionais, tecnológicas e humanas necessárias para implementar EMQ.

No passo 3, a organização deve estabelecer o seu planejamento estratégico, podendo seguir o modelo apresentado na figura 2, de forma a assegurar que as práti-



Figura 2 – Modelo para o desenvolvimento do planejamento estratégico.

² Kaizen - É um processo de auto-aperfeiçoamento utilizado pelas organizações que buscam a excelência, procurando, ao final de cada ciclo de gestão atingir um degrau mais elevado no desempenho organizacional.

³ Questionário desenvolvido pelo EE e/ou um instrumento de auto-avaliação de gestão como o PQSP (MPOG, 2001), Primeiros Passos para a Excelência (FPNQ, 2002) etc.

⁴ Este decreto estabelece os procedimentos para a avaliação dos cursos e instituições de ensino superior no Brasil.

cas de melhoria da qualidade tenham um foco estratégico no cliente. É uma fase de suma importância, necessitando de grande interação entre a organização e todas as partes interessadas. O estabelecimento de ensino deve definir a missão, a visão de futuro e os valores organizacionais, bem como planejar as diretrizes, os objetivos e as metas de curto, médio e longo prazos, que serão desdobradas em programas e planos de ação específicos para cada área crítica levantada nos passos anteriores.

No passo 4 (planejamento da implantação), são dados alguns enfoques, diferentes daqueles contidos no planejamento estratégico, para: o treinamento, os clientes, os objetivos organizacionais, os recursos disponíveis e a promoção e divulgação do programa, conforme está apresentado na figura 3. Nesta fase, inicia-se o desdobramen-



Figura 3 – Principais ênfases do planejamento da implementação.

to e a operacionalização dos projetos alinhados à implementação.

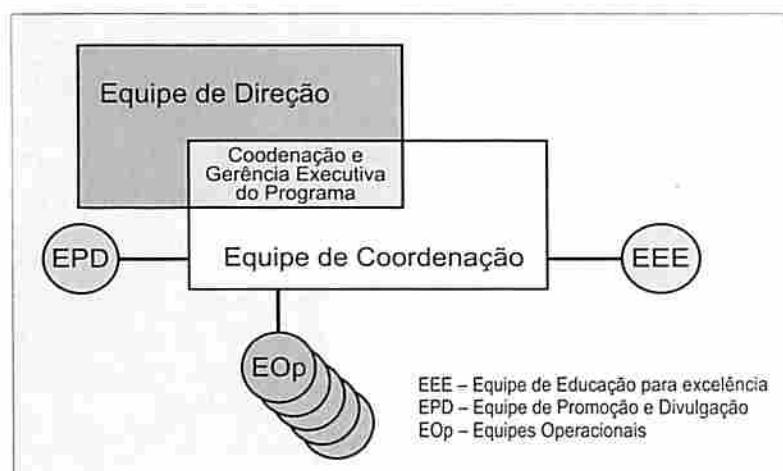
No passo 5 (desenvolvimento de um subsistema de medição de desempenho), a organização deve iniciar a estruturação de seu sistema de indicadores de desempenho, visando medir o desempenho global do EE. Após a análise dos resultados da im-

plantação dos PGEx na AMAN e no IME, verificou-se que a criação de um subsistema de medição da EMQ, logo após a avaliação inicial (passo 2) e do desenvolvimento do planejamento estratégico (passo 3), poderia trazer maiores vantagens para a implantação do programa, pois a organização, desde os primeiros passos, estabeleceria indicadores de desempenho baseados em referenciais comparativos de excelência e, também, criaria, nas pessoas, uma conscientização da cultura de medição.

No passo 6 (criação da estrutura de equipes), a organização procura utilizar-se de uma estrutura de comitês *ad hoc*, semelhante à apresentada na Figura 3, de modo a dar o suporte necessário à implementação da EMQ, independentemente da estrutura formal, visando fornecer maior agilidade às equipes. Há, também, a necessidade de empreender ações com as equipes nos projetos-piloto, desenvolvidos em processos e não em funções. As ações dessas equipes deverão ser planejadas detalhadamente durante esse passo.

O passo 7 (capacitação) mostra a necessidade da elaboração de um forte programa de educação, alinhado com o passo 4 (planejamento da implementação), e da realização dos treinamentos necessários às pessoas de todos os setores da organização. É importante conscientizar os servidores de que os resultados só serão alcançados a longo prazo, havendo a necessidade de grande engajamento e motivação das pessoas na busca da melhoria da gestão.

O passo 8 (ação das equipes) é de fundamental importância para o sucesso do programa de gestão. Nesse momento, são formadas as equipes necessárias à implementação da EMQ em todo o EE. Esses

Figura 4 – Exemplo de estrutura *ad hoc* para gerenciar a EMQ

grupos de trabalho serão aqueles já anteriormente definidos no passo 4 (planejamento da implantação), que estão previstos para atuarem dentro do que foi definido no passo 6 (estrutura de equipes) e que foram capacitados, segundo os treinamentos executados durante o passo 7 (capacitação). A ação das equipes será feita por meio da atuação dos seus membros na direção da EMQ ou na coordenação das atividades técnicas, tais como a promoção e a divulgação ou a educação e o treinamento, ou mesmo na melhoria da qualidade dos processos, produtos e serviços que estejam diretamente relacionados à implementação da EMQ.

No passo 9 (avaliação), é dada grande importância ao uso de indicadores, de forma que se tenham medidas objetivas do desempenho da organização e que possam ser avaliadas nesta fase, fazendo uso de fatos e dados no processo de tomada da decisão. Esta fase tem como principal propósito realizar uma avaliação de todo o processo de implementação da EMQ pela alta administração e/ou pelo comitê de direção, verificando se foram alcançados os objetivos e as

metas da EMQ. A avaliação poderá ser realizada por equipes internas, coordenadas pelo Comitê de Direção, ou externas, pela organização gestora de um prêmio de qualidade.

O resultado da avaliação poderá ser o *input* para uma revisão mais ampla do planejamento estratégico, passo 3, e para novas tomadas de decisão pela alta administração, passo 1. Esse ponto é de fundamental importância para o aperfeiçoamento da gestão organizacional, pois caracteriza o fechamento do ciclo de melhoria da qualidade, isto é, após a avaliação, passo 9, a organização estabelecerá novas metas e objetivos a serem atingidos, reiniciando processo de implementação de EMQ.

MODELO DE GESTÃO PROPOSTO

A nova ordem econômica mundial, caracterizada pela globalização, pela economia de mercado e pelo racionamento econômico, dentre muitos outros aspectos, tem motivado os EE de graduação a empregarem novos modelos e metodologias de gestão, além da AQT, para sobreviverem a esta realidade desafiadora.

A falta de um modelo de gestão para implementar estratégias de melhoria da qualidade foi uma das grandes barreiras encontradas pelo IME e AMAN na implementação de seus Programas de Gestão para a Excelência, conforme se verificou numa

pesquisa preliminar realizada nestas organizações de ensino.

O modelo proposto tem enfoque genérico e trata a organização de maneira sistemática, permitindo o desenvolvimento de um método de medição do desempenho organizacional em todos os níveis. Além disso, é alinhado com as práticas gerenciais mais utilizadas por organizações com qualidade classe mundial.

No entanto, o modelo precisa ser testado e validado por algum estabelecimento de ensino, havendo, pois, a necessidade de os Comandos dessas organizações

se interessarem pela realização de um teste-piloto e a sua consequente validação, em face de ambas as escolas atenderem a todos os requisitos básicos para a implantação de EMQ.

Finalmente, pode-se concluir que o modelo de gestão proposto poderá ser uma poderosa ferramenta para os futuros comandantes dos estabelecimentos de ensino de graduação do Exército Brasileiro implementarem estratégias de melhoria da qualidade em suas organizações, permitindo que essas instituições estejam sempre preparadas para os desafios dos novos tempos. ☺

BIBLIOGRAFIA

- Barros, Betânia T.; PRATES, Marco. *O estilo brasileiro de administrar*. São Paulo: Atlas, 1996.
- BRASIL. Decreto-lei nº 2.026, de 10 de outubro de 1996. Estabeleceu os procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 198, 11 out. 1996. Seção 1.
- CAMPOS, Vicente Falconi. *Gerência da qualidade total*. Belo Horizonte: Ed. da QFCO, 1989.
- . *TQC - Controle de Qualidade Total no Estilo Japonês*, Belo Horizonte: Ed. da QFCO, 1990.
- ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Elaboração de projetos e Monografia: (trabalhos acadêmicos, dissertações e teses), Niterói: Intertexto, 2001.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Programa de Administração pela Qualidade Total*. Brasília, 1998
- . *Planejamento Estratégico Organizacional*, DF, 1996
- FIGUEIREDO, M. A. *Metodologia para o desenvolvimento de indicadores estratégicos e operacionais*, 1996. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Instituto Militar de Engenharia, Rio de Janeiro, 1996.
- FUNDAÇÃO PRÊMIO NACIONAL DA QUALIDADE. *Critérios de Excelência*, São Paulo. 2002a.
- . *Primeiros Passos para a Excelência*. São Paulo, 2002b.
- FRANCO, E. *Projeto institucional e melhoria da qualidade do ensino superior*. Estudos. Brasília: Abmes, 1997.
- . *Utopia e realidade: a construção do projeto institucional no ensino*.
- GOAL/QPC Research Committee. *Total Quality Management Master Plan: An Implementation Strategy*, Methuen, MA, 1990.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE QUALIDADE NUCLEAR: *Gestão pela Qualidade*. Rio de Janeiro, jun. 2002. Disponível em <<http://www.ibqn.com.br/sq2c.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2002.
- INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA. *Planejamento Estratégico Organizacional*. Rio de Janeiro, 1997.
- . *Relatório da Gestão para o Prêmio Qualidade no Serviço Público - 2001*, Rio de Janeiro, 2001a.
- . *Relatório da Gestão para o Prêmio Qualidade Rio - 2001*, Rio de Janeiro, 2001b.
- ISHIKAWA, Kaoru. *Controle de qualidade total à maneira japonesa*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- JURAN, Joseph M. *A qualidade desde o projeto*. Rio de Janeiro: Pioneira, 1992.
- KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. *The Balanced Scorecard - Translating Strategy into Action*. Boston: Harvard Business School Press, 1996.

- MACEDO-SOARES, T. D.L.v.A.; CHAMONE, Sérgio G.R. *Total Quality Strategies in Industry: the Experience of Two Multinationals in Brazil*. Quality Management Journal, v. 1, p. 57-59. Apr. 1994.
- MARTINS, R. A.; SALERNO, M. S. *Sistemas de medição de desempenho: uma revisão da literatura*. 1999. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Departamento de Engenharia de Produção, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO. *Orientações para a implantação da transformação gerencial nas organizações públicas*. Brasília, DF, 1999.
- _____. *Programa da Qualidade no Serviço Público - Instrumento de Avaliação da Gestão Pública*. Brasília, 2001.
- _____. *Programa da Qualidade no Serviço Público - Guia de Auto-Avaliação em Gestão Pública*. Brasília, 2000a.
- _____. *Programa da Qualidade no Serviço Público - Termo de Referência*. Brasília, 2000b.
- NEVES S., João A. *Gestão pela qualidade total em unidades de saúde*. 1993. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Departamento de Engenharia de Sistemas, Instituto Militar de Engenharia, Rio de Janeiro, 1993.
- _____. *Estratégias de melhoria da qualidade orientadas para o cliente na saúde no Brasil: um modelo para auxiliar sua implementação em hospitais*. 2000. 426 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Departamento de Engenharia Industrial, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2000.
- TACHIZAWA, Takeshy; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes. *Gestão de instituições de ensino*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- WALTON, Mary. *O Método Deming de Administração*. Rio de Janeiro: Editora Marques Saraiva, 1989.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



Contestado, a Guerra Cabocla

Aureliano Pinto de Moura

Trata-se de um trabalho sobre a *Campanha do Contestado*, com ênfase em suas componentes social, política e militar. Bastante abrangente, desenvolve-se por meio do exame do homem e de seu ambiente, da terra em litígio, dos fenômenos sociais muito peculiares e, finalmente, da convergência e explosão de todos esses fatores em uma sangrenta luta que não pode ser evitada. É obra para todos os tipos de leitor. Composta como foi, presta-se a qualquer propósito, desde a leitura corrida e diletante até a estudos especializados.

Gestão de Ciência e Tecnologia para a Força Terrestre: Desafio Singular de Estado-Maior¹



*Antonio Cesar Castro De Sordi**

*Pedro Soares Da Silva Neto***

*Mauro Guedes Ferreira Mosqueira Gomes****

RESUMO

O artigo faz uma análise da demanda da Força Terrestre por Ciência e Tecnologia (C&T) e, para atender à gestão setorial, apresenta uma proposta de inclusão do tema na formação do oficial, particularmente nos cursos de Altos Estudos Militares. Destaca a importância de assuntos como a Gerência de Projetos, a Gestão de C&T propriamente dita, a Engenharia de Sistemas Militares aplicada ao Projeto e ao Preparo da Força Terrestre, e aborda aspectos da Aquisição e do Desenvolvimento de Materiais de Emprego Militar – MEM, da Transferência de Tecnologias, da Gestão da Tecnologia da Informação e da Pesquisa Operacional.

PALAVRAS-CHAVE

Gestão, ciência e tecnologia

Apartir da Segunda Guerra Mundial, os governos das nações beligerantes recorreram a uma expressiva mobilização da comunidade científica e tecnológica, com a finalidade não só de desenvolver novos equipamentos, mas também de buscar soluções para problemas ope-

rationais, como o aprimoramento dos processos de Comando e Controle, a otimização da eficácia no uso dos armamentos, o emprego de armas combinadas, o planejamento da logística e o desenvolvimento de algoritmos para a segurança das informações, dentre muitos outros.

Tal esforço intensificou-se durante o período da Guerra Fria, trazendo significativos avanços científicos e tecnológicos, com aplicações diversas no campo civil. Tornava-se, cada vez mais evidente, que a força

* Tenente-Coronel Engenheiro Militar e de Estado-Maior.

** Tenente-Coronel Engenheiro Militar e de Estado-Maior.

*** Major Engenheiro Militar e de Estado-Maior.

¹ Colaboração da ECEME.

motriz para o desenvolvimento político, econômico e social de um país estava diretamente associada à sua capacidade científico-tecnológica.

No que se refere à área militar, não foi diferente. O poder de combate das forças armadas, mais do que em qualquer outro momento histórico, ficou dependente do grau de maturidade do setor científico-tecnológico. Isso gerou grandes assimetrias no campo de batalha. Obviamente que fatores humanos, doutrina, treinamento, liderança e organização, entre outros, continuaram e continuam influenciando o poder de combate, mas a vantagem relativa inicial daqueles que melhor aplicam a C&T na gestão de processos operacionais, ou no desenvolvimento e aprimoramento de novas estruturas de combate, é mais do que nunca uma realidade. Assim, a partir da segunda metade do século XX, cresceu de importância a capacidade de gestão de tão sensível e importante setor.

A questão é, de fato, bastante atual. Acontecimentos recentes no Iraque comprovam isso. O foco da preocupação dos Estados Unidos da América, bem como da equipe de inspetores das Nações Unidas, naquilo que cientistas e engenheiros estavam fazendo ou eram capazes de fazer a serviço do regime de Saddam Hussein, colocou em segundo plano a discussão sobre o potencial e as possibilidades das forças armadas iraquianas no conflito.

O momento atual vivenciado pelo Brasil, particularmente por nossas Forças Armadas e muito especificamente pelo Exército Brasileiro, em que dificuldades no campo econômico vêm impondo cortes significativos nos programas de C&T, exige uma profunda reflexão sobre a si-

tuação do setor. Um crescente e cada vez mais exponencial hiato tecnológico, separando os países em desenvolvimento dos desenvolvidos, exige uma gestão competente, objetiva e, ao mesmo tempo, flexível diante das novas demandas operacionais de um mundo em conflito e da disponibilidade de novas, sofisticadas e diversificadas tecnologias.

Este artigo faz uma análise resumida da demanda da Força Terrestre por C&T e, no que se refere à Gestão de C&T, apresenta uma proposta de inserção do tema na formação do oficial, particularmente na capacitação do oficial do Quadro de Estado-Maior do Exército. O artigo destaca a importância de assuntos como a Gerência de Projetos, a Gestão de C&T, a Engenharia de Sistemas Militares aplicada ao Projeto e ao Preparo da Força Terrestre, abordando ainda aspectos da Aquisição e do Desenvolvimento de Materiais de Emprego Militar - MEM, da Transferência de Tecnologias, da Gestão da Tecnologia da Informação e da Pesquisa Operacional.

A DEMANDA DA FORÇA TERRESTRE POR C&T

Ainda que a engenharia de processos tenha evoluído significativamente nos últimos anos, persiste, em alguns setores do Exército, a percepção de que profissionais de C&T podem cooperar no incremento do poder de combate de uma força, quase que exclusivamente realizando pesquisas e empregando novas tecnologias no desenvolvimento de Materiais de Emprego Militar. Essa abordagem restritiva vem impedindo que processos fundamentais e de maior envergadura para a Força Terrestre

se beneficiem dos avanços tecnológicos, particularmente os processos de Projeto e de Preparo da F Ter, que incluem a aquisição e o desenvolvimento de MEM, e de Gestão do Campo de Batalha (Comando e Controle).

É verdade que iniciativas de porte foram tomadas, como a criação do Departamento Logístico (D Log) e da Secretaria da Tecnologia da Informação (STI), entre outros órgãos, os quais já estão mostrando resultados na difícil e importante tarefa de gerenciamento integrado da logística e da informação. Entretanto, carece a Força de um Centro de Análises capaz de instruir o trabalho de Estado-Maior com pesquisas e ferramentas tecnológicas no apoio ao processo de projeto e de preparo da F Ter. Neste particular, cresce de importância a capacidade dos oficiais de estado-maior em conceber, estruturar e operar a F Ter, a qual se constitui em um sistema de extrema complexidade.

Um recorte funcional pela identificação analítica de subsistemas de Doutrina, Treinamento, Liderança, Organização, Material e Pessoal (Soldado) - DTLOMS - da F Ter facilitará a visualização do processo de projeto e de preparo da Força em fases, além de permitir a identificação de oportunidades para a aplicação do potencial científico e tecnológico. Uma visão geral do processo é apresentada na figura 1, com base

nos trabalhos de Davis (1994), o qual possui quatro grandes fases:

PROJETO SISTEMÁTICO DE FORÇA TERRESTRE

Fase preliminar

Essa fase engloba o conjunto das atividades que influenciarão diretamente no projeto da organização e da doutrina da Força Terrestre, as quais são, na verdade,

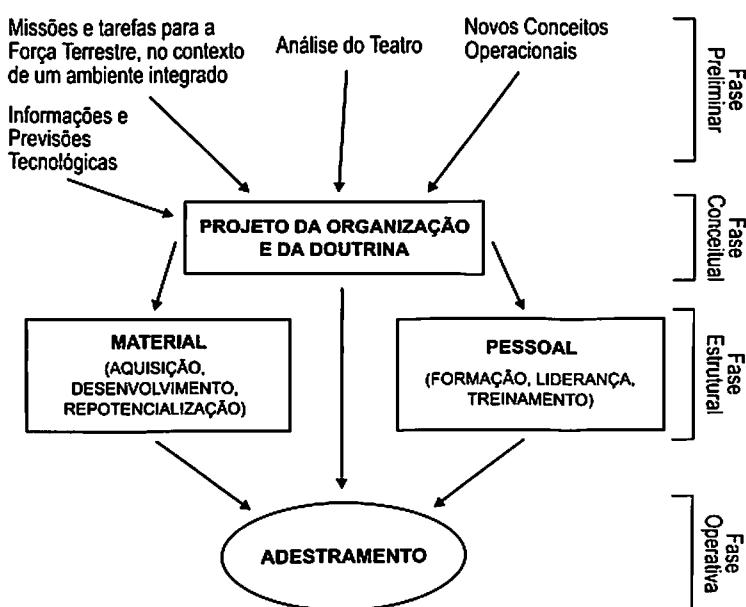


Figura 1 – Esboço Geral das Fases de Projeto Sistemático de Força Terrestre
Fonte: Davis (1994)

desencadeadas no ambiente integrado de um Estado-Maior de Defesa.

Assim, têm-se as *Missões e as Tarefas para a Força Terrestre*, atuando isoladamente e no contexto do emprego integrado; as *Informações e Previsões Tecnológicas*, com a finalidade de instruir os planejadores de cada Força Armada sobre tendências nas áreas tecnológicas, possibilidades e limita-

ções atuais, capacitações residentes e não residentes no País e alerta sobre tecnologias críticas para pesquisa e desenvolvimento; os *Novos Conceitos Operacionais* para o combate atual e futuro, colocados de forma clara e objetiva, que levam em consideração as lições aprendidas da História Militar recente e o correto entendimento das tecnologias atuais e emergentes. É importante distinguir que uma nova concepção ou um novo conceito de combate, na medida em que identifica capacidades requeridas, mas não atingidas – capacidades projetadas para o futuro, difere da doutrina, a qual reflete uma “aplicação” de capacidades atingidas para se combater no campo de batalha de hoje, conforme define Braga (1994).

A Análise do Teatro é, na realidade, a primeira avaliação do desempenho da Força Terrestre, que ocorre no contexto de um ambiente de emprego integrado. A idéia de teatro relaciona-se, principalmente, a posturas, ações e possibilidades de um ou mais países hostis, que podem materializar-se na forma de ataques militares diretos até simples propagandas contra o governo – Jaiswal (1997). Analisar o teatro é, portanto, levantar nossas possibilidades diante de um suposto inimigo.

Atividade desenvolvida primordialmente pelo estado-maior integrado, em

estreita ligação com os estados-maiores das Forças Singulares, a Análise do Teatro permite tirar conclusões sobre as possibilidades militares lado a lado, ou seja, é uma primeira estimativa de poder relativo de combate. Tal análise leva em consideração diversos fatores, sob a ótica de ambos os lados, como eficácia dos armamentos, terreno, tempo, estação, superioridade aérea, postura, mobilidade, surpresa, liderança, treinamento, experiência de combate, moral, iniciativa, inteligência e tecnologia. Portanto, missões e tarefas atribuídas a F Ter pelo estado-maior integrado, informações e previsões tecnológicas, novos conceitos operacionais e a análise do teatro, associados aos recursos orçamentários destinados à F Ter, são o ponto de partida do projeto organizacional e doutrinário, a essência da fase seguinte.

A fase conceitual

A fase conceitual do processo de projeto e de preparo da Força Terrestre caracteriza-se como atividade primordial de seu Estado-Maior² em tempo de paz. Tal fase trata do projeto organizacional e doutrinário, ou seja, da definição da organização da força e do conjunto de princípios fundamentais, por vezes descritivos ou prescriti-

² O conceito de *Estado-Maior / EM*, uma nova tecnologia de gerenciamento da guerra, foi desenvolvido na Prússia no início do século XIX, numa época em que praticamente os exércitos deixaram de ser a base de mercenários e se tornaram instituições nacionais permanentes. Antes, Napoleão buscou desenvolver este conceito e criou protótipos de EM, que no entanto pouco avançaram. Esta tecnologia foi extremamente desenvolvida em meados do século XIX até a II Guerra Mundial. Vários países rapidamente criaram seus estados-maiores, aplicando o mais puro preceito da simetria, no sentido de se contrapor a este fator desequilibrante do poderio bélico alemão do século XIX e primeira metade do século XX. O Nascimento do EM é praticamente atribuído a Scharnhorst, Ministro da Guerra Prussiano, que, com uma extraordinária visão de futuro, criou em 1809, uma divisão especial (inicio dos trabalhos de EM), encarregada da aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos em prol do projeto e preparo de Planos de Organização e Mobilização, Treinamento e Educação em tempo de paz, Preparação de Operações pela inteligência e por estudos topográficos, Preparação de estratégias e táticas, Treinamento de Oficiais em Jogos de Guerra e manobras de EM. Desde então o projeto organizacional e doutrinário das Forças passou a ser uma atividade clássica de EM.

vos, pelos quais as forças estruturadas guiarão suas ações – a Doutrina. Além disso, são traçadas as consequentes políticas na área de pessoal, material e do treinamento.

A fase estrutural

A fase estrutural caracteriza-se pelo esforço em materializar a força projetada, em termos de recursos humanos (a formação de pessoal, o treinamento e a preparação de lideranças) e de materiais (as aquisições, os desenvolvimentos e as repotencializações de equipamentos).

A fase operativa

A fase operativa caracteriza-se pela pronção das unidades projetadas e estruturadas. Apenas neste instante faz sentido um processo de avaliação do desempenho das unidades da F Ter, o qual realimenta todo o processo de projeto e de preparo, influenciando todas as áreas DTLOMS.

O processo estruturado descrito neste texto objetivou, apenas, posicionar o leitor para o entendimento da tabela a seguir, na qual são levantadas as possíveis contribuições do setor de C&T em cada uma das fases:

FASE DO PROJETO E PREPARO DA FORÇA	POSSÍVEIS ATUAÇÕES DO SETOR CIENTÍFICO & TECNOLÓGICO
FASE PRELIMINAR (missões e tarefas atribuídas a F Ter pelo estado-maior de defesa, informações e previsões tecnológicas, novos conceitos operacionais e a análise do teatro)	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de Técnicas Prospectivas para delineamento das missões (Jogos de Crise); • Identificação de Tecnologias críticas e emergentes (Desenvolvimento de um sumário de informação e Previsão Tecnológica); • Modelagem, simulação e jogos de guerra para desenvolvimento de novas concepções de combate integrado; • Modelos matemáticos de Pesquisa Operacional para a avaliação do poder relativo de combate – análise de teatro; • ...
FASE CONCEITUAL (Projeto da Organização e da Doutrina)	<ul style="list-style-type: none"> • Modelagem e Simulação (do ambiente, dos armamentos e do engajamento em combate); • Técnicas de otimização da pesquisa operacional, para determinação dos efetivos e distribuição dos equipamentos; • Análise de custo-eficácia, modelos de logística e simulação do ciclo de vida; • Técnicas para Formulação de Requisitos de Materiais de Emprego Militar, de Treinamento e de qualificação de pessoal; • ...

FASE ESTRUTURAL <i>Material</i> (aquisição, desenvolvimento e repotencialização) <i>Pessoal</i> (Formação, especializações, aperfeiçoamentos e treinamentos)	<ul style="list-style-type: none"> • Gerência de Projetos; • Engenharia de Sistemas complexos; • Engenharias de hardware e software; • Modelos de disponibilidade, confiabilidade e manutenibilidade; • Modelos de Logística; • Modelagem de Custos ao longo do ciclo de vida; • Ergonomia; • Técnicas de Teste e Avaliação; • Ergonomia; • Simuladores de Treinamento • Tecnologia Educacional (Sistema de Ensino a distância ...) • ...
FASE OPERATIVA (Adestramento da Força Pronta)	<ul style="list-style-type: none"> • Modelos para avaliação do desempenho militar; • Técnicas para simulação do engajamento em combate • Técnicas para registro e análise dos dados coletados em exercícios realísticos • ...

Tabela – Possíveis atuações do setor de C&T no processo de Projeto e de Preparo da Força. Fonte: elaborada pelos autores.

ALGUNS TEMAS CENTRAIS PARA A GESTÃO DA C&T DA F TER

A inserção da C&T é indispensável para a própria existência de uma força armada, constituindo-se em um processo que deve permear todos os segmentos da F Ter, em decorrência dos grandes avanços tecnológicos ocorridos após a Segunda Guerra Mundial. É inevitável, portanto, que o assunto deva ser inserido no dia-a-dia do Exército.

Alguns temas compõem uma base conceitual para trabalhos de estado-maior na área da C&T e são considerados centrais para a introdução e gestão de Ciência e Tecnologia na Força Terrestre.

GESTÃO DO PROCESSO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS

Um sistema se constitui de um conjunto de componentes inter-relacionados trabalhando juntos em prol de um objetivo comum de atender uma necessidade estabelecida. Assim, antes de qualquer outra consideração, é preciso entender a Força Terrestre como um sistema que visa a cumprir uma missão estritamente militar.

Segundo Blanchard (1998), a Engenharia de Sistemas é o processo que consiste na aplicação de esforços científicos, de engenharia e de administração, para:

- transformar uma necessidade operacional em uma descrição de parâmetros de

desempenho do sistema e na sua configuração, por intermédio do uso de um processo iterativo, constituído de definição, síntese, análise, projeto, teste e avaliação;

- integrar os parâmetros técnicos relacionados e garantir a compatibilidade de interfaces físicas e funcionais, de maneira a otimizar o projeto total do sistema; e

- integrar os fatores confiabilidade, manutenibilidade, segurança, sobrevivência, fatores humanos e custos, dentre outros, no esforço total de engenharia.

Trata-se, predominantemente, de um desenvolvimento da ciência em sentido lato, exigido pela complexidade dos sistemas na tecnologia moderna, nas relações entre o homem e a máquina, na programação e em outras considerações, que não eram sentidas na tecnologia da primeira metade do século passado, mas que se tornaram imperiosas nas complexas estruturas tecnológicas e sociais do mundo moderno.

A Engenharia de Sistemas apresenta uma abordagem *top-down*, ou seja, a partir de um problema estabelece funções e efeitos do sistema solução, posteriormente, definindo e estruturando subsistemas, partes e componentes. É um assunto multidisciplinar e interdisciplinar, orientado pelo tempo do ciclo de vida, desde a fase de concepção, passando pela fase de desenvolvimento do sistema, pela fase de produção, pela fase de utilização até a de alienação.

Aplica-se quando o problema é complexo, quando não existem sistemas / pro-

dutos “de prateleira” que resolvam a demanda operacional, quando a solução do problema exige materiais, serviços, técnicas, pessoal ou equipamentos especiais para desenvolvimento, produção, emprego, teste, treinamento, apoio e alienação. Também é aplicado quando o problema não pode ser resolvido somente por uma área de engenharia, sendo esse o caso do Sistema Força Terrestre.

Este campo do conhecimento existe desde a Segunda Guerra Mundial e tem sido largamente adotado em exércitos modernos. Na Academia Militar de West Point, faz parte do núcleo do *curriculum*, sendo considerado campo indispensável para a formação dos futuros chefes militares.

Outros exemplos de sistemas menores, mas não menos complexos, são os sistemas militares de comando e controle, os sistemas de informação para gestão, os projetos de desenvolvimento de *software*, o planejamento urbano, de transportes e de infra-estrutura, o processo de reengenharia de negócios e os projetos de Materiais de Emprego Militar, dentre muitos outros.

Geralmente, são construídos modelos e simuladores de baixo custo para os projetos, realizados levantamentos de requisitos, refinamento e teste das novas idéias, o que economiza tempo e dinheiro e evita enganos de concepção de um sistema de grande porte, como a Força Terrestre. Quanto mais cedo os enganos e erros forem de-

A inserção da C&T é indispensável para a própria existência de uma força armada, constituindo-se em um processo que deve permear todos os segmentos da F Ter, em decorrência dos grandes avanços tecnológicos ocorridos após a Segunda Guerra Mundial. É inevitável, portanto, que o assunto deva ser inserido no dia-a-dia do Exército.

tectados, mais fácil e de menor custo será a correção. A necessidade crescente de profissionais com conhecimentos em Engenharia de Sistema pode ser atribuída ao rápido avanço em tecnologias diversas e à transição da sociedade para a era da informação. O grande desafio a ser vencido é dirigir a tecnologia para a solução de problemas, na maioria das vezes relacionados com processos e operações.

A Engenharia de Sistemas, apesar do nome parecer vinculado apenas aos engenheiros, na verdade é uma abordagem incorporada há mais de meio século ao dia-a-dia das forças armadas mais desenvolvidas do mundo. O tão conhecido Modelo de Gestão do Ciclo de Vida de Materiais do EB (IG 20-12), um primeiro passo do Exército, não é um modelo comparável, sendo um subconjunto muito limitado da visão proposta pela Engenharia de Sistemas.

O propósito da inclusão da Engenharia de Sistemas num *curriculum* de Estado-Maior reside no fato de melhor qualificar o QEMA (Quadro de Estado-Maior) para o desempenho da Gerência de Projetos, relacionados a problemas complexos e multidisciplinares. É uma semente lançada que pode ser estendida a todos os oficiais em formação ou aperfeiçoamento.

GESTÃO DA AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MEM

Compreende-se por Material de Emprego Militar o armamento, a munição, os equipamentos militares e outros materiais ou meios de uso privativo ou característico das Forças Armadas. Além das necessidades doutrinárias, a obtenção do Material de Emprego Militar está, também, direta-

mente relacionada à disponibilidade tecnológica e aos recursos financeiros.

O Modelo Administrativo do Ciclo de Vida dos Materiais de Emprego Militar compreende as atividades e os eventos que ocorrem desde a fase de levantamento da necessidade doutrinária do material até a sua alienação, fixando as responsabilidades dos diversos órgãos envolvidos.

A perfeita compreensão de tal sistemática é considerada premissa básica para os planejamentos e as decisões que envolvam o Material de Emprego Militar - MEM, não somente na área científico-tecnológica, mas também nos campos estratégico e administrativo, em sintonia com o que preconiza a política e o modelo adotados pelo Exército Brasileiro.

Porém, há de se considerar que, em razão da complexidade e da natureza interdisciplinar dos equipamentos militares de última geração, torna-se fundamental incrementar à formação do futuro gestor uma visão inserida no contexto da Engenharia de Sistemas, tratada anteriormente.

Dessa forma, cabe também ao oficial de estado-maior, que desempenhará funções voltadas para o assessoramento, o planejamento ou a execução das referidas atividades ou eventos, identificar tendências e saber caracterizar as modernas tecnologias utilizadas no desenvolvimento do MEM, sempre sob o enfoque de uma visão sistêmica. Torna-se, assim, fundamental acompanhar as transformações proporcionadas pela ciência e pela tecnologia no campo militar, pois esse fator tem sido determinante nos campos de batalha.

Outra ferramenta imprescindível para a tomada de decisões, concernente ao assunto em questão, diz respeito ao conheci-

mento das técnicas de Gestão da Obtenção de MEM. Todo processo de decisão ou de condução das atividades diretamente ligadas à obtenção de MEM deve ser respaldado pelo conhecimento de todas as variáveis envolvidas, tais como: formas de obtenção, desenvolvimento autóctone (características, vantagens e desvantagens), fomento industrial (características, vantagens e desvantagens), potencial do parque industrial militar brasileiro, importação (características, condicionantes, vantagens e desvantagens das "compras de oportunidade"), contratos (elaboração e acompanhamento) e mecanismos de compensação ("off set"), implicações na cadeia logística, implicações operacionais, entre outras. O estudo e a discussão de casos recentes (Missil Igla, Veículos Blindados M109, M60 e Leopard, Módulos de Guerra Eletrônica e de Comando e Controle e outros) devem ser permanentemente incentivados nas escolas de aperfeiçoamento e de altos estudos, no sentido de se colherem os melhores ensinamentos e de se evitar incorrer nos mesmos erros.

O conhecimento pormenorizado das potencialidades e das limitações da Indústria de Material de Defesa - IMD, a nível nacional, torna-se igualmente necessário, como suporte a qualquer planejamento ou decisão sobre os processos de aquisição e desenvolvimento de MEM. A falta de um **conhecimento profundo da capacidade do nosso parque industrial** pode induzir a erros irreversíveis na condução de tais processos. Assim, são destacadas algumas das habilidades a serem evidenciadas pelo oficial envolvido nos processos decisórios relacionados à aquisição e desenvolvimento de MEM:

- conhecer as possibilidades e dificuldades da - IMD (públicas e privadas);

- avaliar a racionalização das unidades fabris e de manutenção das FA;
- avaliar a manutenção de uma só IMD das Forças Armadas, sob a coordenação do Ministério da Defesa;
- avaliar a padronização de materiais e serviços de uso comum pelas FA;
- conhecer as áreas de atuação da IMD;
- avaliar as possibilidades de pesquisa e desenvolvimento de MEM pelas IMD;
- avaliar a interação da IMD com as áreas de pesquisa e desenvolvimento e unidades fabris ou de manutenção das FA;
- conhecer a estrutura de carga tributária, à qual as IMD estão submetidas e avaliar sua adequabilidade;
- descrever os incentivos governamentais e os instrumentos de fomento às IMD para pesquisa, desenvolvimento ou produção de MEM;
- estimar o compromisso das IMD com o Estado.

Uma visão holística do sistema deve ser buscada desde a qualificação de pessoal nesta área. Considera-se uma boa ferramenta o estudo de caso, o mais próximo possível de situações reais, uma vez que também explora a criatividade e a flexibilidade do instruendo.

GESTÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

A **tecnologia**, além de fator de produção ao lado do capital, do trabalho e das matérias-primas, comporta-se também como mercadoria. Assim sendo, ela tem valor de troca e está sujeita a todos os tipos de transações legais e ilegais: compra, venda, sonegação, cópia, falsificação, roubo e contrabando. O comércio internacio-

nal de tecnologia é geralmente regulamentado pelos governos nacionais e sob uma operação conhecida como transferência de tecnologia.

Muitas vezes se considera, indevidamente, como transferência de tecnologia o simples processo de compra e venda de tecnologia. Porém, o uso da palavra transferência traz consigo uma conotação mais abrangente, pois passa a idéia de que o cedente transmitirá ao receptor todos os conhecimentos acumulados na criação daquela tecnologia, outorgando-lhe a capacidade de aperfeiçoá-la para depois inovar. Entretanto, o que geralmente ocorre é uma venda, na qual o vendedor repassa tão somente as instruções e retém os conhecimentos. O processo de transferência de tecnologia é bastante complexo e exige, além da disposição do cedente em repassar os conhecimentos envolvidos, competência e determinação de quem recebe.

O desconhecimento total dos aspectos que envolvem a transferência de tecnologia pode conduzir a efeitos danosos acerca dos interesses nacionais e, mais particularmente, da Força Terrestre. Um desses efeitos, considerando-se conjuntamente a importação indiscriminada de tecnologia, diz respeito ao bloqueio de tecnologias endógenas, especialmente aquelas voltadas para a solução dos problemas específicos dos países em desenvolvimento.

Deve-se ressaltar, para que a transferência se efetive, que um dos preceitos básicos, além dos já citados acima, relaciona-se à necessidade de um contrato bem negociado. Destaca-se, porém, que isso não implica, necessariamente, em vantagens econômicas, mas deve levar em consideração o enfoque tecnológico, com vistas à formação de

uma política industrial que contemple uma maior autonomia nacional.

Dentro desse contexto, não se pode esquecer que o proprietário da tecnologia é protegido por um monopólio legal, caracterizado por um sistema de patentes.

De fato, a Propriedade Intelectual é um sistema criado para garantir a propriedade ou exclusividade resultante da atividade intelectual nos campos industrial, científico, literário e artístico. Já em 1908, Lord Rutherford, Prêmio Nobel de Química, afirmou:

A ciência está destinada a desempenhar um papel cada vez mais preponderante na produção industrial. E as nações que deixarem de entender essa lição hãoinevitavelmente de ser relegadas à posição de nações escravas; cortadoras de lenha e carregadoras de água para os povos mais esclarecidos (INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL, 2002).

A Lei da Propriedade Industrial regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial e visa à proteção dos direitos decorrentes, considerado o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

A importância do assunto deve conduzir a uma preocupação constante de preparar aqueles que exercerão, no futuro, cargos e funções de alto nível, cujas decisões trarão reflexos, muitas vezes a longo prazo, sobre a operacionalidade da Força e, numa visão mais ampla, sobre os interesses maiores da Nação. Deve-se, assim, desenvolver, paralelamente, uma cultura tecnológica que busque proteger a capacidade nacional de produzir a sua própria tecnologia.

Sem dúvida, diante das implicações que poderão advir, em face de um assesso-

ramento falho ou de uma decisão mal avaliada, a Gestão de Transferência de Tecnologia deve envolver oficiais preparados para analisar contratos; conhecer normas e procedimentos, especialmente aqueles considerados lesivos aos interesses nacionais; caracterizar cláusulas restritivas e conhecer normas para a concessão de patentes e de registros de propriedade industrial; entre outros aspectos relevantes.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

O estudo desse assunto tem por objetivo fornecer fundamentos da Ciência da Computação, necessários a qualquer gerente ou administrador. O futuro assessor necessita de capacitação mínima para utilizar essa tecnologia no seu ambiente de trabalho, devendo estar dotado das noções essenciais para a utilização adequada da tecnologia da informação como ferramenta de suporte à decisão.

O conhecimento das principais tecnologias disponíveis, dos sistemas operacionais mais usados e de tendência mundial, os conceitos de licenciamento de *software* e seu custo, o emprego de *software* livre contraposto ao de proprietário, o custo total, a pirataria de *software*, são conceitos básicos que devem estar bem sedimentados.

O desenvolvimento de Sistemas de Informação é uma atividade, por vezes, necessária e inevitável. Conhecer os elementos básicos do desenvolvimento de tais sistemas e dos mecanismos de gestão de empreendimentos permite a redução dos custos e do risco envolvido. Atividades como avaliação dos custos envolvidos, gerência de equipes (formação e controle), formas de con-

tratação, qualidade de *software*, evolução e adaptação, devem ser estudadas.

Um Sistema de Informação depende muito do repositório de dados, normalmente denominado “Banco de Dados”, e da interconexão entre os diversos componentes do sistema. O conhecimento básico das ferramentas de modelagem dos dados, das tecnologias correntes nessa área e de políticas de manutenção, de acesso e de segurança, são muito importantes para o sucesso desses sistemas.

O estudo das tecnologias de redes e das opções mais usuais de interconexão possibilita uma visão de mais alto nível e privilegiada. A rede do EB permite um excelente estudo de caso, proporcionando o incremento do conhecimento da própria infra-estrutura de redes do Exército e uma visão crítica dos problemas e das soluções possíveis.

A segurança da informação deve ser inserida nos diversos aspectos de um sistema de informação, desde a segurança de cada computador, passando pelas bases de dados, pela segurança das redes de computadores, pela segurança de acesso e pela criptografia de dados. As principais tecnologias relacionadas com a segurança da informação são abordadas.

Um dos assuntos estudados é a abordagem de desenvolvimento de sistemas corporativos, desde o planejamento estratégico até sua implantação. Nesse instante fica bem claro o “efeito iceberg” da Engenharia de Sistemas, onde os gestores normalmente visualizam apenas os custos de aquisição, esquecendo-se dos custos de implantação, de treinamento, de manutenção, etc.

A apresentação de algumas aplicações de TI no EB permite ao aluno uma visão crítica dos sistemas existentes, enriquecida

com novos conhecimentos, os quais podem ser utilizados para se evitar a repetição de erros.

No tocante ao desenvolvimento de um sistema de TI, a abordagem em questão visa a dotar o oficial de um melhor entendimento das capacidades e das limitações existentes, reduzindo as incertezas de um sistema de informação na fase mais importante, que é a concepção. Qualquer erro descoberto, nessa fase, poderá ser corrigido a um custo muito baixo, comparado ao de um erro descoberto em fases posteriores.

PESQUISA OPERACIONAL APLICADA AOS ASSUNTOS DE DEFESA

A Pesquisa Operacional (PO) é uma abordagem científica para suporte à tomada de decisão focada em como melhor conceber e operar sistemas, usualmente sob condições que requeiram a alocação de recursos escassos. De um modo geral, é uma designação para um corpo de métodos ou uma abordagem para solução de problemas. Hoje está intrinsecamente conectada na direção da gestão de grandes sistemas de pessoas, máquinas, materiais e dinheiro nas áreas de governo, indústria, negócios e defesa.

A PO emergiu de um esforço de incremento da eficiência das armas e dos equipamentos introduzidos durante a II GM. O crescimento rápido da PO levou-a a tornar-se uma ajuda importante para a tomada de decisão em todos os setores, incluindo o de defesa.

Comandantes e gestores militares passaram cada vez mais a se interessarem pela obtenção de respostas científicas a questões pertinentes à aquisição de armas, percepção e quantificação de operações mili-

tares, alocação de forças e armas frente ao inimigo, quantificação de poder de combate, avaliação das chances de vitória, simulação de combate, avaliação de cenários, dentre outros.

A interdisciplinaridade da PO torna-a um campo à parte como ciência matemática aplicada. Em algumas forças armadas do mundo existe a especialização "Analista de PO", "Especialista de PO", ou algo equivalente. No caso dos Estados Unidos, a PO é ministrada na graduação de seus oficiais e há diversos cursos de especialização e pós-graduação nessa área, permitindo o uso dessa ciência nos assuntos militares. A PO demonstrou ser muito útil nos últimos 60 anos e não pode ser ignorada no contexto da guerra contemporânea.

Propõe-se a introdução da PO como disciplina na AMAN para dotar o futuro oficial de conhecimentos básicos sobre o assunto, considerado de grande relevância em um cenário de crescente aumento de complexidade no campo de batalha, com a inserção cada vez maior de tecnologias avançadas.

Na EsAO o oficial pode ser preparado com técnicas mais voltadas ao seu campo de atuação, com maior ênfase a aplicações em operações militares para oficiais das armas e, em logística, para as armas de apoio. Isso, certamente, permitiria o incremento da qualidade às possíveis soluções a serem apresentadas ao tomador de decisões.

Na ECEME existe a possibilidade de ser oferecida uma disciplina mais voltada para o assessor de estado-maior dos escalões mais elevados da F Ter, bem como para o assessor de alto nível do EME, do DLog e de outros órgãos de direção setorial do EB. No caso do Projeto e do Preparo da F Ter, é

indispensável o uso de ferramental quantitativo para executar tal atividade por meio de simulações, análise de teatro e otimizações, dentre outros.

INSERÇÃO DA C&T NA CAPACITAÇÃO DO OFICIAL DE ESTADO-MAIOR

Seguindo uma nova concepção para que o sistema de ensino da F Ter responda ao mundo atual, os currículos das escolas de formação, de aperfeiçoamento e de altos estudos devem ter como característica fundamental a flexibilidade, de modo a adaptarem-se rapidamente às novas demandas da Força, enquadrando-se em um modelo de qualidade e eficiência. Devem ser dinâmicos, de modo a absorverem as novas tendências e os novos conhecimentos, sempre que julgados adequados aos interesses da Instituição.

Dada a relevância dos assuntos tratados, deve-se desenvolver, desde a fase de formação do oficial, uma cultura voltada para a área da Ciência e Tecnologia, pois a partir dos primeiros ensinamentos é que serão acumulados os conhecimentos necessários para a formação dos futuros gestores, aos quais caberão as decisões finais acerca das políticas para a área de C&T no Exército. Cabe ressaltar que esse processo visa a desenvolver não só um sólida base de conhecimentos para a gestão de C&T, mas, principalmente, criar uma cultura que integre definitivamente a C&T às atividades da Força.

A graduação deve antecipar e responder efetivamente pela incertezas de mudanças tecnológicas, sociais, políticas e econômicas do mundo. A introdução aos conceitos básicos dos assuntos já destaca-

dos, desde a graduação, abordados de maneira prática e objetiva, certamente despertará uma visão diferenciada acerca dos assuntos atinentes à área científico-tecnológica, criando, a partir de então, uma mentalidade voltada para a modernização da força pelo incremento no campo da ciência e da tecnologia, o qual ultimamente tem determinado a sorte de contendores nos campos de batalha.

Os assuntos relativos à área de Gestão de C&T devem ser introduzidos de forma contínua e progressiva ao longo da carreira do oficial, em todos os níveis de sua preparação (formação, aperfeiçoamento, altos estudos), de modo a qualificar os futuros gestores dentro de uma política de capacitação de recursos humanos, a qual prepara profissionais, tanto engenheiros como combatentes, que transitem com desenvoltura nas duas áreas, havendo uma perfeita interface entre a científico-tecnológica e a operacional.

Observa-se que, dessa forma, novos métodos de resolução de problemas militares (em todos os níveis), associados às mais modernas técnicas disponíveis no mercado ou em exércitos avançados, devem ser integrados aos currículos dos cursos, contribuindo para a formação de profissionais de alto nível, preparados para atuarem em um ambiente de trabalho permanentemente mutável.

A busca de inovações tecnológicas para serem incorporadas ao ambiente de combate deve ser permanente, implicando em mudanças nos conceitos operacionais e produzindo um incremento no poder de combate.

O surgimento de novas tecnologias, por si só, não é suficiente para o aumento

do poder de combate, mas a integração delas, por meio de novos conceitos doutrinários, permite verdadeiras revoluções nos assuntos militares. Há diversos exemplos históricos que comprovam tal afirmação. No caso da ferrovia, passaram-se décadas de sua criação até que a mesma fosse efetivamente integrada ao campo de batalha, permitindo um grande avanço em termos de velocidade de deslocamento estratégico de tropas. Outro exemplo é a invenção do telefone, o qual permitiu um grande aumento da letalidade da artilharia, pelo incremento da capacidade de direção de seus fogos. O exemplo clássico da *Blitzkrieg*, quando o rádio permitiu o crescimento do comando e controle, gerando uma forma de combate muito eficaz e revolucionária, como jamais se tinha visto.

A formação do oficial de estado-maior, no tocante à C&T, começa desde a graduação, ocasião em que devem ser ministrados os fundamentos básicos dessa área. Dos itens expostos anteriormente, considera-se que a Engenharia de Sistemas e a Pesquisa Operacional são disciplinas essenciais a serem ministradas na graduação de oficiais, a exemplo do que tem sido feito nas escolas militares dos países mais desenvolvidos.

Um aprofundamento das disciplinas citadas no parágrafo anterior deve ocorrer nos cursos de aperfeiçoamento, iniciando-se também o estudo da disciplina Gestão da Tecnologia da Informação, que é de

fundamental importância nos dias atuais, particularmente no que se refere ao Comando e Controle.

Nos cursos de altos estudos, a formação do assessor de alto nível requer a introdução de disciplinas tais como: Gestão

de C&T, Gestão de Aquisição e Desenvolvimento de MEM, Gestão da Transferência de Tecnologia, Gestão da Tecnologia da Informação e Pesquisa Operacional aplicada à área de defesa.

Complementando o ciclo de capacitação de oficiais, novos conhecimentos aplicáveis na F Ter podem

ser buscados em cursos de pós-graduação disponíveis nas diversas instituições militares e civis.

Um exemplo de programa de pós-graduação focado em áreas de interesse militar é o Programa de Pós-Graduação em Aplicações Operacionais (PPGAO) da Força Aérea Brasileira, que prioriza seis áreas de atuação, em níveis de mestrado e doutorado: Logística, Inteligência, Comando e Controle, Guerra Eletrônica, Análise Operacional e Operações Psicológicas. Segundo Pereira (1999), “percebe-se que as forças armadas que possuem programa de pós-graduação nessas atividades são as que têm conseguido obter sucesso nos campos de batalha nos últimos sessenta anos”.

Cumpre ressaltar, que as seis áreas citadas são de forte conteúdo científico-tecnológico. A ênfase da pós-graduação é a busca e o desenvolvimento permanente de

O EME, como responsável pelo Projeto e pelo Preparo da Força Terrestre, não pode prescindir de um Centro de Análises, onde estariam concentrados recursos humanos capacitados para receber, analisar e produzir informações. Tais informações, fundamentadas em trabalho científico, são essenciais como suporte à tomada de decisões.

conhecimentos avançados, os quais podem ser incorporados à F Ter, de forma a “reduzir o hiato científico e tecnológico” em relação aos países mais desenvolvidos.

Embora seja considerada essencial para o sucesso de qualquer força armada contemporânea, observa-se que a área de C&T não está efetivamente incorporada ao dia-a-dia do Exército Brasileiro.

Convém ressaltar que C&T não se restringe ao desenvolvimento de MEM, mas abrange diversas atividades, tais como Logística (meios e pessoal), Comando e Controle, Análise Operacional, Simulação, In-

teligência, Guerra Eletrônica, Tecnologias Críticas, dentre muitos outros campos.

O EME, como responsável pelo Projeto e pelo Preparo da Força Terrestre, não pode prescindir de um Centro de Análises, onde estariam concentrados recursos humanos capacitados para receber, analisar e produzir informações. Tais informações, fundamentadas em trabalho científico, são essenciais como suporte à tomada de decisões.

A qualificação em C&T é um processo cumulativo de conhecimentos, devendo ser iniciada desde a graduação do militar e estendida até o curso de altos estudos. ☐

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARANTE, Gen Bda J.C.A. *C&T e Sociedade*. Notas de Aula: palestra ministrada para o Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, RJ, 08 set. 1999.
- BLANCHARD, BENIAMIN S., *System Engineering Management*, 2 ed. USA, John Wyley & Sons, 1998.
- BRAGA, FERNANDO VIEIRA. *Considerações sobre uma Estratégia para o Próximo Quarto de Século - 1996-2020*. Centro Tecnológico do Exército - CTEx, Rio de Janeiro, 1994.
- BRASIL. Exército. Secretaria-Geral do Exército. *IG 20-12*: modelo administrativo do Ciclo de Vida dos Materiais de Emprego Militar. Brasília, DF, 1994.
- COBETT, Arthur J. *Proliferating Decisionmakers Root Cause of the Next Revolution in Military Affairs*. Future Leadership, Old Issues, New Methods (report), chapter 3. Strategic Studies Institute, US Army War College, Carlisle, PA, 2000.
- DAVIS, Paul K., *New Challenges for Defense Planning - Rethinking How Much is Enough*, RAND Corporation, 1994.
- INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. *O Papel Estratégico do INPI*: palestra. Rio de Janeiro, 12 de julho de 2002.
- JAISWALL, N. K. *Military Operations Research: quantitative decision making*, Kluwer Academic Publishers, Norwell, MA, USA, 1997.
- MARTINS PINTO, Carlos Syllus. *Conceitos básicos de ciência e tecnologia*. Rio de Janeiro, ESG, [19-].
- MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO. *Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996*. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Rio de Janeiro: INPI, [19-].
- PEREIRA, Jose Carlos. *Programa de pós-graduação para a guerra: fator de assimetria operacional*. Revista Spectrum, Comando Geral do Ar, Brasília, DF, nº 6, p. 14-17, Jan. 2003.
- PIRRÓ E LONGO, Waldimir. *Tecnologia e Transferência de Tecnologia*. Revista A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, 1978.
- SAYLES, Andre H. *Educating Junior Military Officers for the Information Age*. Future Leadership, Old Issues, New Methods (report), chapter 5. Strategic Studies Institute, US Army War College, Carlisle, PA, 2000.
- UNITED STATES MILITARY ACADEMY. *Academic Program Curriculum and Course Descriptions*. West Point, New York, 2002.

A gestão moderna e a logística organizacional

Como melhorar o desempenho das organizações militares de suprimento¹

*Ricardo Marques Figueiredo**

RESUMO

O artigo apresenta o processo de implantação do modelo de gestão moderna nas Organizações Militares de Suprimento, analisando, de forma didática, os critérios que compõem o instrumento de auto-avaliação, fundamental para que sejam alcançados os resultados da gestão pela qualidade, e mostra o quanto se pode fazer, apesar dos poucos recursos disponíveis, para se garantir o bom desempenho da logística organizacional.

PALAVRAS-CHAVE

Organizações Militares de Suprimento, gestão moderna, gestão pela qualidade, suprimento, logística organizacional.

Asociedade moderna caminha para uma era em que o conhecimento humano será o diferencial entre as organizações. Com um mundo cada vez mais competitivo e globalizado, desafios mais complexos e crescentes são enfrentados por governos e empresas. Os recursos materiais mostram-se cada vez mais escassos e a compatibilidade entre necessi-

dade e disponibilidade pende para o lado das necessidades.

Para enfrentar os novos desafios, a gestão dos recursos (humanos e materiais) tem que ser otimizada e voltada para que o cliente possa sentir-se o mais satisfeito possível. Nesse ambiente, aparece a necessidade de adaptar-se a logística organizacional² do Exército Brasileiro à moderna gestão em-

* Tenente-Coronel de Intendência.

¹ Colaboração da ECEME.

² Logística organizacional é um subsistema componente do sistema logístico, que tem como objetivo prever e prover

presarial, utilizando-se critérios de excelência (CE), estratégias de melhoria da qualidade (EMQ) e práticas-chave de melhoria da gestão (PCMG), visando fornecer uma estrutura de boas práticas a serem seguidas pelas organizações militares de suprimento (Batalhões e Depósitos de Suprimento).

Os conceitos, expostos acima, são originários da década de 80, quando o governo dos Estados Unidos da América identificou a necessidade de incentivar a busca de práticas estruturadas, que permitissem às suas organizações adequarem-se a um ambiente competitivo e globalizado. Foi, então, conduzido um estudo em empresas consideradas de classe mundial, que resultou na identificação de diversos fundamentos básicos e necessários para o sucesso de uma organização. Esses fundamentos foram desdobrados em práticas-chave de melhoria da gestão (PCMG), agrupados por critérios e consolidados no *Malcolm Baldrige National Quality Award* (1987), prêmio administrado pelo *National Institute of Standards and Technology*, cujos objetivos formais eram:

- auxiliar no desenvolvimento de práticas de melhoria do desempenho das organizações americanas;
- disseminar as boas práticas para as demais organizações; e
- servir como ferramenta para transmitir conhecimentos em desempenho gerencial, planejamento, treinamento e avaliação.

Os critérios de excelência *Malcolm Baldrige* tornaram-se um mecanismo para

auxiliar as organizações a melhorar sua competitividade, buscando, constantemente, o aumento do valor para o cliente, a melhoria do desempenho e a capacitação global da organização.

Nos exércitos de todo o mundo, ao longo da história da humanidade, o suprimento das tropas é parte ativa da definição e duração do combate. Em tempo de paz, em um cenário de permanente crise econômica e falta de recursos que vive o Brasil, a gestão otimizada de suprimentos, como alimentação, munição e combustível, torna-se imperativa para que os custos se reduzam e não haja uma queda no nível operacional das organizações militares, com consequências até para a auto-estima e moral da tropa.

Com a aplicação das estratégias de melhoria de qualidade e dos critérios de excelência nas organizações militares de suprimento do Exército Brasileiro (OM Sup) pode-se obter maior eficiência e eficácia na função logística de suprimento, aumentando a capacidade operacional da Força Terrestre.

O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO

A seqüência de ações a realizar para a implantação de um modelo de gestão moderno, passa pela seguinte estrutura:

1^a fase: auto-avaliação da gestão da OM Sup;

2^a fase: levantamento das oportunidades de melhoria;

os meios em material, construções e serviços, em tempo de paz e, na Zona do Interior, em tempo de guerra, realizando todas as atividades logísticas necessárias à estruturação e à articulação da Força Terrestre, bem como ao funcionamento organizacional (ECEME, Escola de Comando e Estado-Maior. Apoio Logístico aos Grandes Comandos Operacionais da Força Terrestre. Rio de Janeiro, RJ, 1995)

3^a fase: priorização das oportunidades de melhoria;

4^a fase: metas de melhoria;

5^a fase: elaboração de um Plano de Melhoria da Gestão;

6^a fase: nova auto-avaliação da gestão, com retorno às fases anteriores.

Esse modelo segue, basicamente, a estrutura preconizada pelo Programa de Qualidade no Serviço Público (PQSP), criado em 1995, com o objetivo de constituir-se na mola propulsora de transformações no serviço público brasileiro, envolvendo os três poderes (executivo, legislativo e judiciário) e os níveis federal, estadual e municipal.

Na fase de auto-avaliação da gestão, é elaborado um relatório contendo os pontos fortes, as oportunidades de melhoria (pontos fracos) e os fatores críticos para o sucesso da unidade. Da análise da documentação, o comando e seu estado-maior poderão avaliar o grau de adesão do estilo gerencial da OM Sup ao modelo proposto. Das oportunidades de melhoria, poderão ser retirados os pontos que estão fracos e que precisam de maior atenção, sem críticas de qualquer natureza, já que a finalidade do processo é buscar a melhoria, não os responsáveis pelo atual estado e estágio da organização militar (OM).

Os pontos fortes também podem ser aproveitados para o desenvolvimento de projetos de melhoria. Assim, se uma OM tem uma liderança de praças atuante, poderá utilizá-la como fator de catalisação na execução desses projetos.

O passo seguinte será agrupar os pontos levantados, em função de sua semelhança e afinidade, resultando em uma lista de melhorias que será classificada segundo a

prioridade e viabilidade de aplicação. Cada OM Sup deve identificar a metodologia mais adequada para a análise e priorização das suas oportunidades de melhoria, levando em consideração os seguintes aspectos:

- redução de custos;

- melhoria da qualidade e eficácia dos serviços prestados;

- atividades finalísticas (atividades diretamente ligadas à missão da OM) para atingir o mais rápido possível o usuário;

- atividades que tenham grande contato com o público e que possam influenciar na imagem da instituição (OM Sup e Exército Brasileiro).

Na 4^a fase serão estipuladas as metas de melhoria, que devem buscar os objetivos institucionais e o cliente final. Essas metas devem ser desafiadoras, mas factíveis, traduzidas objetivamente, mensuráveis, de modo que possam ser desdobradas, caso sejam de longo prazo; e serem expressas por indicadores de desempenho que possibilitem seu controle. No tocante aos indicadores de desempenho, cabe ressaltar que eles são de grande importância para definir as metas e devem atender a certos requisitos, como simplicidade; facilidade de conseguir os dados; permanência ao longo do tempo, permitindo uma série histórica; confiabilidade; utilização como parâmetros de excelência, externos ou internos à instituição; e baixo custo de obtenção.

Por fim, tem-se a elaboração do Plano de Melhoria da Gestão, onde serão escritos o que se deseja alcançar; os prazos para atingir os objetivos; quem é o responsável pela ação; onde será executada; como será feita; e um acompanhamento do plano, realizado por meio de reuniões que verifiquem o cumprimento de cada ação.

Ao final de tudo, nova avaliação deverá ser feita, para que o processo continue numa constante busca pela melhor gestão.

O INSTRUMENTO DE AUTO-AVALIAÇÃO

Como já foi visto, o instrumento de auto-avaliação é o inicio de todo o processo para a melhoria da gestão em uma OM Sup. Ele está dividido em sete critérios, baseados no Modelo de Excelência em Gestão Pública do Programa da Qualidade no Serviço Público. São eles: liderança, estratégias e planos, clientes, informação, pessoas, processos e resultados. Cada critério é avaliado segundo um sistema de pontuação, que mede o nível (em porcentagem) de atendimento das práticas de gestão da OM Sup às práticas gerenciais previstas no instrumento. A pontuação global é o resultado da soma do número de pontos obtidos em cada um dos critérios e simboliza o estágio atual de gestão da OM avaliada, conforme tabela de pontuação prevista.

Serão apresentados os critérios e alguns exemplos de como implementar as estratégias de melhoria da qualidade.

Liderança

O primeiro critério está dividido em dois itens: *Sistema de Liderança e Responsabilidade pública e cidadania*.

O critério examina a composição e o funcionamento do *Sistema de Liderança*: como o Comando e seu Estado-Maior atuam pessoalmente para definir e disseminar as orientações estratégicas entre os quadros da unidade; como o Comando estimula

o desenvolvimento individual, a criatividade e a iniciativa de seus quadros; e como a OM Sup aborda suas responsabilidades perante a sociedade e as comunidades por ela afetadas.

O sistema de liderança de uma OM Sup que baseia sua gestão na qualidade promove o comprometimento profissional de seus quadros e possibilita um ambiente institucional que conceda autonomia decisória aos seus subordinados, construindo cadeias de comando leves e ágeis, com poucos níveis hierárquicos. Como exemplo negativo, podem-se citar os formulários de pedido de material, que necessitam de várias assinaturas para serem atendidos, criando uma cadeia decisória pesada,墨osa e improdutiva.

O sistema também deve encorajar a iniciativa e a criatividade dos quadros. Como exemplo, pode-se criar um programa de incentivo para soluções de problemas da OM, que concede elogios nas formaturas gerais, divulgação das soluções em boletins informativos da OM e outros tipos de premiação que tenham impacto no público interno da unidade.

Na parte relativa ao Comando da OM, o sistema avalia se o comandante e seu Estado-Maior dedicam uma parcela do seu tempo para pensar estratégias para a unidade e na busca de oportunidades futuras. Como exemplo, pode-se citar a execução de convênios com entidades públicas ou privadas, para adquirir conhecimento em modernas técnicas de armazenagem e manipulação de suprimento. A participação do comandante em eventos externos, como simpósios e feiras, também é importante para a troca de experiências, busca de novas formas de gestão e técnicas de qualidade.

No item *responsabilidade pública e cidadania*, a OM Sup deve promover o esclarecimento, em todos os níveis hierárquicos, sobre a natureza e a importância da função pública do Exército Brasileiro e as obrigações que decorrem para cada militar.

No tocante ao meio ambiente e às comunidades afetadas pela OM, deve haver a preocupação com os procedimentos durante os exercícios no terreno e acampamentos, procurando preservar as áreas utilizadas, evitando danos às propriedades e à população local. Ações cívico-sociais (ACISO), devidamente autorizadas pelo escalão superior, são uma maneira de prestar apoio à população e mostrar a preocupação com o bem-estar da comunidade.

Estratégias e planos

Este critério examina como a OM Sup, a partir de sua visão de futuro, formula suas estratégias e as desdobra em planos de ação de curto e longo prazo; e como utiliza as informações sobre os clientes e sobre seu próprio desempenho, para estabelecer suas estratégias.

O critério está dividido em dois itens: *formulação das estratégias* e *operacionalização das estratégias*.

Na *formulação das estratégias* é avaliada a maneira como a organização desenvolve suas estratégias, conciliando as determinações do escalão superior com os recursos recebidos e as necessidades dos clientes externos e internos. Devem-se procurar possíveis reflexos de decisões políticas e econômicas do país no desempenho da unidade, tentando antecipar problemas e soluções, adotando uma postura pró-ativa. Planos econômicos, cortes no

orçamento público federal e mudanças de governo podem ser vistos como cenários que interferirão no planejamento da OM.

O item também verifica como a unidade busca inserir, em seu planejamento, dados sobre:

- seus clientes, tais como nível de satisfação com os suprimentos, reclamações e sugestões;
- os recursos disponíveis;
- a falta de continuidade entre os planos de curto e longo prazo; e
- envolvimento dos militares e civis, de todos os níveis, no desenvolvimento das estratégias.

Como exemplo, os gestores de armazéns e seus auxiliares, que têm contato direto com as organizações militares supridas, e, portanto, conhecem seus anseios, podem contribuir na formulação de estratégias que satisfaçam as necessidades das unidades-clientes, aumentando o envolvimento e o comprometimento desses servidores com as estratégias estabelecidas.

No item *operacionalização das estratégias*, avalia-se como as estratégias são desdobradas e traduzidas em planos de ação. É importante demonstrar como a OM obtém o alinhamento e a consistência entre as ações de curto e longo prazo, em relação às suas estratégias e às do escalão superior.

Outro aspecto analisado refere-se à maneira como a unidade realiza o acompanhamento da implementação dos planos e avalia seus resultados, visando, inclusive, à relocação de recursos orçamentários ou extra-orçamentários, em situações de contingenciamento ou cortes do orçamento pelo Tesouro Nacional. Nos casos como esse, é importante saber de que maneira a OM realiza a negociação interna de

susas prioridades e remaneja seus recursos para alcançar as metas previstas nos planos. Como exemplo, podem ser realizadas reuniões da equipe formuladora dos planos, incluindo subordinados da seção que ajudaram a estipular a meta, para discutir como seriam feitos o reajustamento dos créditos e a mudança de prioridades.

Cientes

O critério examina como a OM Sup identifica e atende os seus clientes e suas necessidades, antecipando-se a elas; como divulga seus serviços e produtos, visando reforçar sua imagem institucional; e como estreita seu relacionamento com os clientes, intensifica e mensura sua satisfação.

Consideram-se como clientes externos todas as pessoas jurídicas e físicas não pertencentes à OM Sup, mas que tenham algum tipo de relacionamento ou sejam impactadas por ela. Os clientes internos serão todos os integrantes do Batalhão ou Depósito de Suprimento.

Esse critério divide-se em dois itens: *conhecimento mútuo* e *relacionamento com o cliente*.

No *conhecimento mútuo*, são verificadas quais as práticas desenvolvidas pela OM Sup para identificar e classificar seus clientes, e como são identificadas e antecipadas suas necessidades. Esse conhecimento é importante para verificar os atributos dos serviços e produtos que são relevantes na opinião dos clientes, influenciando na sua satisfação ou não. Com base nessas informações, a OM pode reavaliar os atributos dos seus produtos e serviços, alinhando-os com aqueles que, na opinião de seus clientes, seriam os desejáveis. Aumentando-se a satisfação no atribu-

to que o cliente considera mais importante, ter-se-á um maior grau de satisfação. Assim, se for avaliado que as OM supridas dão alto grau de importância ao tempo de espera para receber o suprimento, todos os esforços devem ser envidados para melhorar o processo de distribuição, evitando-se a demora.

Como exemplo, pode-se empreender uma pesquisa para verificar a qualidade do item de suprimento Classe I, pescado, avaliando sua aceitação por parte da tropa das OM supridas. Em função do resultado, trocar-se-ia o tipo de pescado adquirido por um que fosse mais aceito, ou até se deixaria de licitar o item, caso o grau de rejeição fosse elevado.

Outro exemplo refere-se à avaliação da qualidade e satisfação das OM supridas com o atendimento do pessoal dos armazéns e depósitos. Caso sejam apontadas falhas ou reclamações, reuniões periódicas devem ser feitas com os quadros das referidas seções, para reavaliar esse atendimento e, se for o caso, organizar novos treinamentos sobre como proceder com os clientes externos.

No item *relacionamento com o cliente*, deve-se enfatizar a importância de serem obtidas informações antecipadas, que possam sinalizar quaisquer situações passíveis de deteriorar esse relacionamento. O tratamento adequado às reclamações dos clientes, com um atendimento atencioso, educado e a rápida solução do problema, gera níveis elevados de satisfação por parte do reclamante e evita-se que uma pequena insatisfação possa resultar em um gerador de indisciplina, tornando-se necessário um enquadramento regulamentar.

Como exemplo, pode-se criar na OM a figura do ouvidor, que seria um oficial, de preferência o Oficial de Comunicação

Social, responsável por ouvir reclamações e sugestões dos clientes internos e externos, gerenciando as informações, de maneira a aumentar o relacionamento com os clientes, identificar suas necessidades, reforçar a imagem institucional da OM Sup, e propor retificações da metodologia utilizada. Esse canal de comunicação também poderia ser usado para as informações mais sensíveis chegarem, por uma via mais rápida, ao comando da unidade, aproveitando-se o princípio da oportunidade e facilitando o comandante a tomar decisões que fossem mais urgentes.

Verifica-se, também, como a OM facilita o acesso aos clientes que buscam informações ou assistência. Uma boa medida seria a criação de Boletins Informativos, que teriam periodicidade mensal, contendo respostas às perguntas e dúvidas mais freqüentes dos clientes internos e externos.

O item examina, ainda, a maneira pela qual os padrões de atendimento aos clientes são identificados e desdobrados para todos os militares envolvidos no processo, principalmente, no atendimento ao cliente externo. Os padrões de atendimento podem incluir compromissos quanto a prazos para solução dos problemas, respostas às solicitações e presteza no atendimento de chamadas telefônicas, entre outros.

Como exemplo, pode-se estabelecer que a chamada telefônica seja atendida, no máximo, após o terceiro toque. Também se pode criar padrões de linguagem para o atendimento telefônico e para a recepção de reclamações e sugestões dos clientes.

Informações

O critério examina como a OM Sup gerencia as informações e os indicadores de desempenho mais importantes; como gerencia as informações dos seus referenciais comparativos; e como utiliza as informações de maneira eficaz em seus principais processos, na análise crítica e na gestão do desempenho da unidade.

A gestão da informação é elemento fundamental para a implementação de um modelo de gestão pública empreendedora. Informações precisas e de qualidade oferecem ao comando da OM apoio essencial para a tomada de decisões e contribui para tornar a administração mais transparente.

Esse critério divide-se em três itens: *gestão das informações da organização*, *gestão das informações comparativas*, e *análise crítica do desempenho global*.

No item *gestão das informações da organização*, verifica-se como as informações relevantes para a OM são obtidas, selecionadas, armazenadas, utilizadas e atualizadas para atingir as metas da unidade e do escalão superior.

Como exemplo de indicadores³ que servem para obter informações e monitorar o desempenho da OM tem-se:

- gráficos com a tonelagem de suprimento fornecida para cada OM, possibilitando avaliar o desempenho global do Batalhão ou Depósito de Suprimento;

- gráficos com os valores monetários de energia elétrica consumida no funcionamento das câmaras frigoríficas, demons-

³ Indicadores são dados ou informações numéricas que quantificam as entradas, saídas e o desempenho de processos, produtos e da organização como um todo (MPOG, Ministério do planejamento, Orçamento e Gestão, Instrumento de Avaliação da Gestão pública. Brasília, DF, 2002 a.)

trando os custos operacionais do processo finalístico de suprimento;

- gráficos com a tonelagem de alimentos armazenados e distribuídos em campanhas humanitárias no ano, demonstrando que, quanto maior a tonelagem, mais alto é o nível de credibilidade que a OM possui perante a sociedade civil, para execução de ações complementares.

O item *gestão das informações comparativas* aborda informações que permitirão classificar o desempenho da OM Sup frente às melhores práticas disponíveis no setor de suprimento (civil e militar). Essa comparação tornar-se-á um impulsionador externo de melhoria e dará direções para atingir práticas-chave de melhoria da gestão, que foram sucesso em outras organizações. As informações podem ser obtidas com organizações congêneres da Marinha do Brasil, da Força Aérea Brasileira, de Forças Armadas de outros países e com organizações civis que atuem no setor de armazenagem, distribuição e transporte de suprimento.

No item *análise crítica do desempenho global*, aborda-se como a OM faz as avaliações críticas de seu desempenho, de suas capacidades, de suas potencialidades e como essas avaliações contribuem para melhorar os processos de consecução das metas e planos propostos.

Como exemplo, pode-se analisar de que maneira o treinamento da equipe dos armazéns está reduzindo as reclamações das OM supridas; ou como adoção de práticas civis de gerenciamento de suprimento tem contribuído para aumentar a produtividade da OM Sup; ou como as parcerias institucionais, com SENAC e SENAI, por exemplo, têm auxiliado na motivação dos quadros, principalmente, entre cabos e soldados.

Pessoas

O critério examina como a OM Sup prepara e estimula seus quadros(militares e civis) para desenvolver e utilizar seu pleno potencial, alinhado com as estratégias da organização; os esforços para criar e manter um ambiente que conduza à excelência no desempenho, à plena participação e ao crescimento individual e institucional.

O critério está dividido em três itens: *sistema de trabalho; educação, capacitação e desenvolvimento; e qualidade de vida*.

O item *sistema de trabalho* verifica as práticas adotadas para organizar o trabalho dos militares e civis, de forma a otimizar seus desempenhos profissionais, facilitando o inter-relacionamento e o relacionamento interno entre as seções e subunidades.

Como exemplo, podem-se prever reuniões periódicas com os integrantes das diversas seções do estado-maior e dos armazéns, incentivando o contato pessoal como a melhor maneira de resolver problemas e entraves burocráticos. Partes e memorandos são instrumentos formais e legais para relacionamento entre as diversas seções da OM. No entanto, nem sempre conseguimos expressar, pela linguagem escrita, aquilo que queremos expor. A inteligibilidade pode-se fazer maior, conversando com o outro e mostrando seus argumentos diretamente, permitindo otimizar os sistemas de trabalho, criar um ambiente que conduz à excelência e à participação de todos.

No item *educação, capacitação e desenvolvimento*, é avaliado o alinhamento entre o Plano de Capacitação elaborado pela OM, com as necessidades detectadas.

O levantamento das necessidades de educação e capacitação e a elaboração do

Plano de Capacitação devem ser um processo participativo, que envolva todos os integrantes da OM, sem distinção de cargos, funções ou níveis hierárquicos. A lógica desse processo é a de treinar a pessoa certa, no assunto necessário e no momento propício, produzindo resultados que representem ganhos para o próprio indivíduo, para a unidade e para os clientes. Escalar qualquer militar para realizar um curso ou estágio, simplesmente porque ele é o menos atarefado ou, muitas vezes, o menos produtivo na unidade, não gerará ganhos e ainda poderá criar um clima de descrédito e desânimo dentro da OM.

O item avalia, também, as práticas adotadas para que o conhecimento adquirido por um militar possa ser repassado a outros integrantes da unidade, realizando cursos e treinamentos internos; avalia a capacidade da unidade em assegurar que as habilidades e técnicas aprendidas pelos quadros, em cursos e estágios, possam ser aplicadas no trabalho diário, evitando desviar o homem qualificado em armazenagem, por exemplo, para a Tesouraria.

No item *qualidade de vida*, são avaliadas as práticas relativas aos aspectos de segurança, saúde, salubridade do ambiente e prevenção de acidentes de trabalho. Também é considerada a disponibilização de serviços, como: atividades recreativas, clubes e locais de culto religioso para a comunidade militar.

Como exemplo de segurança no trabalho, pode-se citar a aquisição de casacos, luvas e capacetes protetores para a manipulação de suprimento frigorificado. A dedetização periódica dos armazéns de víveres e forragens é aconselhável para evitar o aparecimento de animais daninhos e in-

setos que prejudiquem a salubridade das instalações. A introdução de exercícios de aquecimento e alongamento para os estivadores dos depósitos e armazéns, antes de iniciar a jornada de trabalho, minimizaria problemas futuros na coluna vertebral e distensões musculares, contribuindo para a saúde do manipulador e para a produtividade da OM, já que o número de baixas seria menor. O treinamento de uma equipe de bombeiros, para executar as primeiras ações de controle e extinção de fogo nos depósitos e armazéns, também gera maior segurança no trabalho.

Processos

De uma forma geral, o critério examina a definição, a execução, a avaliação, a análise e a melhoria dos processos organizacionais.

É importante que a OM perceba que ela é formada por um conjunto de processos, no qual todos os agentes trabalham de forma articulada, com a finalidade de agregar valor ao cliente.

O critério está dividido em três itens: *gestão de processos finalísticos; gestão de processos de apoio e gestão de processos relativos aos fornecedores*.

O processo finalístico corresponde àquele associado às atividades-fim da organização ou diretamente envolvido no atendimento das necessidades dos seus clientes. Este item, basicamente, aborda como a OM Sup define, produz, avalia e melhora seus produtos, serviços e processos finalísticos, agregando essa melhoria ao processo avaliado e transmitindo o conhecimento a outros processos.

Como exemplo, pode-se montar um grupo de trabalho com a finalidade de ana-

lisar os principais regulamentos e normas técnicas de suprimento, propondo simplificações e atualizações, tornando essas fontes de consulta mais modernas em função dos conhecimentos adquiridos nos convênios, cursos, estágios e da experiência dos integrantes da OM. Também seria possível distribuir questionários às OM supridas, solicitando-se uma avaliação qualitativa dos itens de suprimento, verificando-se a aceitação ou rejeição de produtos e marcas, de forma a ratificar ou retificar os itens adquiridos no processo de licitação.

Os processos de apoio são aqueles que dão suporte a alguma atividade-fim da OM, tais como conservação do patrimônio; gestão de pessoas; gestão de recursos financeiros, entre outros.

Como exemplo, pode-se citar o processo de conservação do patrimônio, que realiza vistorias regulares para avaliar as condições de segurança dos armazéns e depósitos, principalmente seus telhados, evitando infiltrações que podem deteriorar o suprimento armazenado; ou ainda, a manutenção dos aspectos da OM, como sua fachada e interior das seções, contribuindo para a redução dos custos e para a satisfação do cliente, tornando, assim, as instalações mais confortáveis e prevenindo acidentes.

A gestão de processos relativos aos fornecedores aborda a maneira pela qual eles são definidos, executados, avaliados, analisados e melhorados pela OM.

Como exemplo, pode-se citar a criação de indicadores que dêem informações sobre o desempenho dos fornecedores, verificando a qualidade do produto entregue, o cumprimento dos prazos e se os

preços praticados estão de acordo com o mercado. Em função dos resultados, pode-se chegar à conclusão de que os editais de licitação não estão sendo claros ou que o fornecedor deve ser sancionado ou afastado, de acordo com os procedimentos legais previstos na Lei 8666/93.

Resultados

Nesse critério são verificados os resultados obtidos pela OM Sup no exercício de suas principais atividades, de acordo com o que foi definido pelo Escalão Superior e por ela mesma. Cada critério é avaliado por indicadores de desempenho⁴, utilizados para medir um processo.

Os resultados a serem relatados devem ser os de maior relevância para a consecução das metas da OM Sup e os que sirvam de apoio ao processo de avaliação crítica dos indicadores globais de desempenho.

O critério está dividido em cinco itens: *resultados relativos aos clientes; resultados orçamentários e financeiros; resultados relativos às pessoas; resultados relativos aos fornecedores; e resultados relativos aos serviços, produtos e processos organizacionais*.

O primeiro item avalia o nível de atendimento da OM em relação às necessidades dos clientes, o quanto ela agregou de valor ao ambiente em que atua e como o desempenho da OM é percebido pelos seus clientes.

Como exemplo, pode-se usar o gráfico a seguir, que expõe o número de reclamações dos clientes externos por ano.

O eixo das ordenadas corresponde ao número de reclamações recebidas, e o eixo,

⁴ São dados representados de forma objetiva, preferencialmente por meio de gráficos e tabelas

das abscissas, o período correspondente. Pode-se concluir, entre outras coisas, que a redução nas queixas deve-se à melhoria no atendimento ao cliente externo, fruto de um treinamento mais aguçado do pessoal

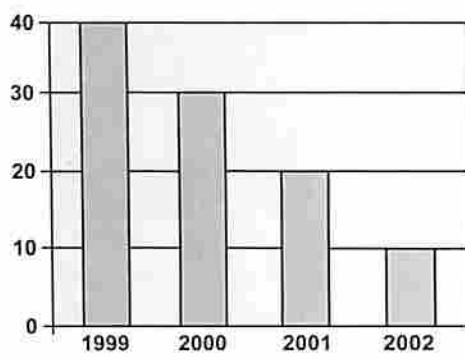


Gráfico nº 1 – Número de reclamações por ano

dos armazéns e do Centro de Operações de Suprimento.

O item *resultados orçamentários e financeiros* analisa aqueles relacionados com a aplicação eficiente dos recursos da OM. Deve-se procurar o equilíbrio quando os recursos são de fonte do Tesouro Nacional

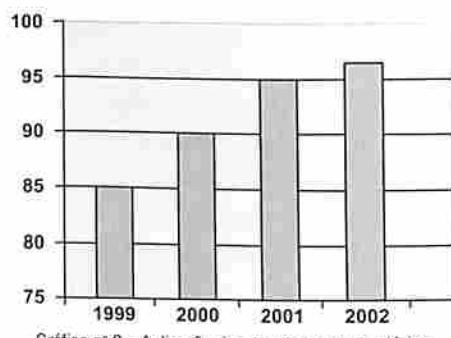


Gráfico nº 2 – Aplicação dos recursos orçamentários

(orçamentários), aplicando-se a totalidade dos créditos recebidos, o que pode ser demonstrado com um gráfico.

No gráfico nº 2, o eixo das ordenadas representa um percentual do total de crédito orçamentário, e o eixo das abscissas, o

período correspondente. Nota-se que a porcentagem de recursos recebidos e aplicados está evoluindo a cada ano, demonstrando mais eficiência em sua utilização, evitando a devolução ou até a não execução de algum projeto.

No item *resultados relativos às pessoas*, são avaliados aqueles relacionados com o bem-estar, satisfação, educação, capacitação e desenvolvimento dos militares e civis que compõem a OM Sup, bem como à eficácia dos sistemas de trabalho.

Como exemplo, no tocante ao Sistema de trabalho, pode-se avaliar a melhoria na distribuição de missões entre os militares da

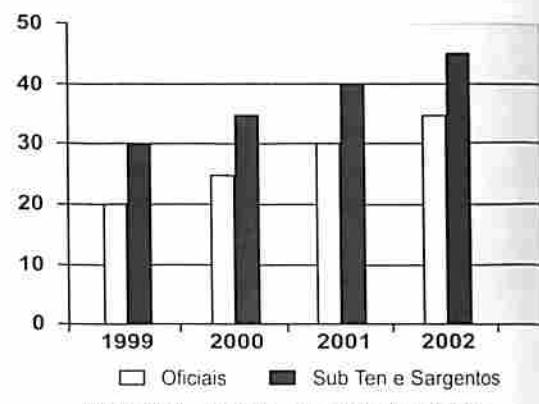


Gráfico nº 3 – Acúmulo de funções dos militares

unidade. No gráfico acima, o eixo das ordenadas representa o percentual de subtenentes, sargentos e oficiais da unidade que acumulam mais de uma função. No eixo das abscissas, o período correspondente. Pode-se verificar que os subtenentes e sargentos estão com um percentual elevado de acúmulo de funções, comparativamente aos oficiais, concluindo-se que é preciso apurar as causas, para tentar reverter essa tendência, as quais podem ser evasão, mau dimensionamento do Quadro de Cargos Previstos (QCP) ou falta de recompletamento dos claros.

O item *resultados relativos aos fornecedores* avalia as melhorias obtidas com os atuais fornecedores, com a sua seleção por meios dos processos licitatórios; como os fornecedores contribuem para os objetivos da OM; e o seu desempenho de uma maneira geral.

Como exemplo, pode-se criar um gráfico que avalie a contribuição do fornecedor para o desempenho da OM Sup, mostrando que a qualidade da embalagem do suprimento fornecido reduz o tempo de descarga da carreta ou caminhão.

No gráfico nº 4, o eixo das ordenadas representa o tempo médio gasto para des-

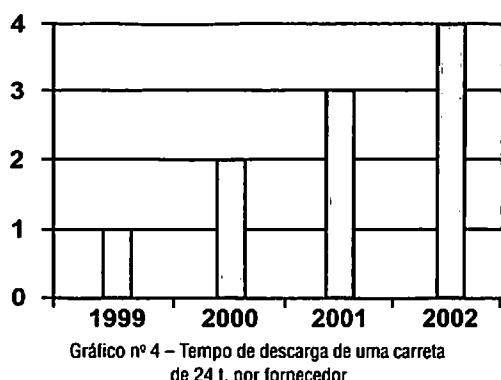


Gráfico nº 4 – Tempo de descarga de uma carreta de 24 t, por fornecedor

carregar uma carreta, em horas. O eixo das abscissas identifica os fornecedores. Pode-se concluir que o pior desempenho é do fornecedor D que, devido à má qualidade da embalagem de seu produto, está prejudicando o desempenho da OM, tomando uma boa parte do expediente do armazém com artifícios para manipular e empilhar as caixas deterioradas, além de ocasionar retrabalho.

No item *resultados relativos aos serviços, aos produtos e aos processos organizacionais*, verificam-se os principais resultados de desempenho, eficiência e eficácia dos

processos, produtos e serviços, incluindo os aspectos relativos à responsabilidade pública, à cidadania e ao meio ambiente.

Como exemplo, pode-se criar um gráfico que demonstre o processo de controle

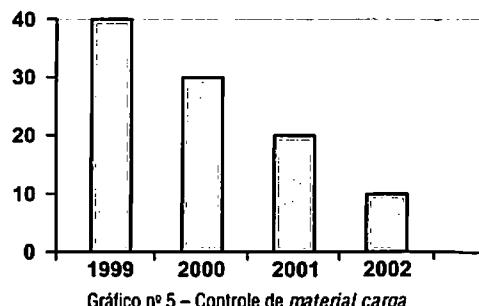


Gráfico nº 5 – Controle de material carga

de *material carga* das seções, referente ao aspecto responsabilidade pública.

No gráfico nº 5, o eixo das ordenadas representa a porcentagem de seções da OM que estão com sua carga alterada. O eixo das abscissas representa o período correspondente. Pode-se concluir que o índice de seções com problemas tem diminuído ao longo do tempo, o que pode ser resultado de uma intensificação de inspeções e de palestras elucidativas sobre como cuidar do *material carga*.

A GESTÃO MODERNA E SEUS RESULTADOS

O Brasil, a partir de 1950, tenta inserir-se no seio das nações industrializadas e desenvolvidas, buscando como seu objetivo nacional permanente o progresso.

Segundo Feld, citado por Coelho, as organizações, cada vez mais, são avaliadas em função de sua contribuição ao desenvolvimento econômico ou de sua contribuição direta para a melhoria do nível de vida dos cidadãos. Segundo Coelho, esse critério fun-

cional, concomitantemente, com a avaliação de recursos, e a contrapartida do consumo deve ser a produção de bens ou serviços que elevem o nível de vida da sociedade.

Baseada nessas referências, a análise dos investimentos públicos levou à comparação entre os gastos militares e investimentos em áreas tidas como prioritárias nos programas de desenvolvimento, reduzindo, a cada ano, os créditos disponíveis para as Forças Armadas.

Nesse contexto, o Exército Brasileiro necessita adaptar-se aos tempos vigentes e obter o máximo rendimento dos recursos a si alocados. Medidas de gestão que elevem a produtividade e conduzam as OM Sup a um desempenho excelente com os créditos possíveis devem ser o objetivo princi-

pal de todo comandante, para que possa cumprir sua missão.

Ações simples e criativas, sem a necessidade de grandes orçamentos, podem auxiliar a colocar em prática os critérios de excelência, as estratégias de melhoria da qualidade e as práticas-chave de melhoria de gestão, conduzindo a OM e o Exército Brasileiro a cumprir seus objetivos e avançar no sentido da modernidade. O princípio de tudo é vencer a inércia e a resistência ao novo. Reproduzindo palavras do Marechal Castello Branco: “o oficial de estado-maior é um renovador e um criador. Deve lutar contra o conservantismo, tornando-se permeável a idéias novas, a fim de que possa escapar à cristalização, ao formalismo e à rotina”. ☉

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COELHO, E. C. *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- M. D. FELD, *Profissionalism, nationalism, and alienation of the military*, em van Door, Jaques (org.), *Armed forces and society*. The Hagues: Mouton, 1968, p. 65.
- MPOG, Ministério do planejamento, Orçamento e Gestão. *Instrumento de Avaliação da Gestão pública*. Brasília, DF, 2002 a.
- MPOG, Ministério do planejamento, *Orçamento e Gestão. Manual de avaliação da gestão pública*. Brasília, DF, 2002 b.
- MPOG, Ministério do planejamento, Orçamento e Gestão. *Guia de auto-avaliação da gestão pública*. Brasilia, DF, 2001 a.
- NEVES, João Alberto dos Santos. *Estratégias de melhoria da qualidade orientadas para o cliente na saúde no Brasil: um modelo para auxiliar sua implementação em hospitais*. 2000. 426 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

O Estado: Apreciação sob quatro enfoques

*Manuel Cambeses Júnior**

RESUMO

O artigo reúne quatro comentários do autor sobre o Estado, cujo conceito parece atravessar uma fase de ajustamento no mundo que emergiu do fim da Guerra Fria.

PALAVRAS-CHAVE

Estado, crise, etnias, modernidade.

O ESTADO, UMA ENTIDADE IMPRESCINDÍVEL

O Estado moderno como conceito e como ordenamento político institucional começa a desenvolver-se na Europa, a partir do século XIII. A sua característica principal é a busca da centralização do poder em uma instância que abarque as relações políticas fundamentais. Entre os séculos XVI e XVIII, a noção do Estado assentou-se em uma concepção mercantilista de economia, que buscava aumentar o poder dos Estados às expensas dos demais Estados rivais. Não foi sem razão que essa doutrina econômica resultou paralela ao surgimento e auge do absolutismo.

Ao final do século XVIII, tanto o mercantilismo como o absolutismo entraram em crise. A convergência da economia de

mercado, na área econômica, e do estado de direito, no campo político, gerou as bases de uma nova ordem: a chamada ordem liberal a qual buscava traçar limites precisos ao Estado, locando barreiras ao exercício de seu poder. Não obstante, longe de iniciar-se, nesse momento, o declínio do Estado, o mesmo vai adquirir novos ares com a aparição do fenômeno nacionalista. De acordo com ele, a lealdade fundamental do cidadão deveria ser dirigida ao Estado-Nação.

O período compreendido entre o final do século XVIII e início do século XIX é conhecido com a *Era das Revoluções*. Durante esse espaço de tempo, ocorreram a Revolução Americana, a Revolução Francesa e a Guerra da Independência hispano-americana. Todas elas se assentaram sobre a idéia do Estado-Nação como conceito superior. A tese da soberania popular, origi-

* Coronel-Aviador. Conferencista da ESG e do INCAER.

nária de Rousseau, provê as bases para a consolidação deste novo conceito de Estado. Ao longo do século XIX o poder deste se fortaleceu na Europa, cavalgando sobre a idéia do nacionalismo. Surgiram, nesse momento, novos Estados centralizados, como Alemanha e Itália.

O século XX levou o Estado a limites nunca vistos anteriormente. Nele se produziu a *estadolatria* dos totalitarismos fascistas e comunistas. Terminada a Segunda Guerra Mundial, por sua parte, o Estado-Nação identificou-se com o processo de descolonização na Ásia e na África, expandindo o seu âmbito a nível planetário. O período compreendido a partir da Segunda Guerra caracterizou-se pela contraposição de dois superestados e de seus respectivos aparatos e sistemas de alianças.

Entretanto, ao iniciar a década final do século XX, um autêntico cataclisma fez sacudir em seus alicerces a noção de Estado, conduzindo-o a uma intensa crise histórica. As ameaças que hoje recaem sobre este antigo e familiar conceito são tão grandes quanto variadas. Nos aspectos jurídico, político e econômico, a sobrevivência do Estado como instituição fundamental está seriamente comprometida. Isto foi o resultado inevitável do colapso do comunismo, que trouxe consigo a implantação de todo um conjunto de paradigmas emergentes.

A nova linguagem do Direito Internacional se assenta em noções como *sobreranias limitadas, tutelas internacionais, direito de ingerência e administrações supranacionais*, todas as quais têm como denominador comum o desconhecimento do Estado como ator essencial da vida internacional. No campo político, o poder que tradicionalmente deteve o Estado está ten-

dendo a fluir em distintas direções. Para cima, em direção aos *organismos supranacionais e coletivos*, tais como o Conselho de Segurança da ONU, a União Européia e a Organização Mundial de Comércio. Para os lados, para *Organizações não Governamentais*, enraizadas com a sociedade civil, que emergem no interior dos próprios Estados. Para baixo, em direção a regiões cada vez mais autônomas, as quais se consideram representativas de *identidades étnicas e culturais*. Entre os dois últimos segmentos e o primeiro, tendem a estabelecer-se relações cada vez mais diretas que obstante o Estado central. O Estado, dessa maneira, vai perdendo o seu caráter de articulador fundamental da vida nacional e de interlocutor natural em matéria internacional.

Entretanto, é no campo econômico onde as ameaças contra o Estado apresentam-se maiores. A queda do Muro de Berlim trouxe consigo a preeminência do econômico sobre o político e, também, do âmbito do privado sobre o público. Por sua vez, o processo de desregulação, que tem evidenciado a economia nestes últimos anos, acompanhado de um gigantesco salto tecnológico, tem proporcionado uma extraordinária vitalidade ao fenômeno econômico, permitindo acumulações de capital nunca antes imaginadas. Acuado frente aos mercados financeiros, aos megaconglomerados da comunicação social e a fusão das grandes corporações transnacionais, o Estado apresenta-se cada vez mais impotente.

Destruir o Estado significa, entretanto, sufocar as reivindicações dos povos, deixar sem intérprete o sofrimento dos excluídos, perder o sentido do coletivo e renunciar a mobilizar as forças espirituais dos cidadãos em função de um ideal supe-

rior. Destruir o Estado é retirar do jogo a única instituição que foi capaz, na década de 1930 e no pós-guerra, de sustentar a economia e de reverter suas grandes crises. Hoje, quando o frenesi dos mercados ameaça condenar à pobreza centenas de milhões de seres humanos, torna-se mais necessário do que nunca contar com essa instituição ancestral, indispensável e insubstituível: o Estado.

ESTADO E MODERNIDADE

Em 1802, o filósofo alemão, Hegel, escreveu um dos livros mais importantes do século XIX: a Constituição Alemã. Nele, fazia um chamado à formação de um Estado unitário alemão como requisito indispensável para que os germânicos adentrassem nos tempos modernos. Naquela época, entretanto, a Alemanha se achava dividida em reinos, principados, ducados, territórios eclesiásticos e entidades autônomas dos mais variados matizes. Dentro dela, Áustria e Prússia não somente haviam-se convertido em duas forças dominantes, assim como eram os únicos territórios que encarnavam verdadeiros Estados no sentido moderno.

Em sua obra, Hegel fazia referência ao princípio de organização feudal que prevalecia na Alemanha e que reconhecia e garantia, a cada um de seus integrantes, o direito de livre-arbítrio. Tratava-se, efetivamente, de um direito definido por todos e assentado na chamada liberdade alemã.

Para Hegel, esta liberdade que servia de base à desunião não passava de um anacronismo que mantinha a Alemanha de costas para a História. Isto submetia os alemães a uma manifesta condição de

atraso frente aos grandes Estados nacionais da Europa, como França e Inglaterra.

Hegel formulava um vigoroso chama-
do à conformação de um verdadeiro Es-
tado alemão. Tiveram que passar várias
décadas, entretanto, para que isso se trans-
formasse em realidade. Foi em 1871 que
essa aspiração unitária se consolidou, com
a criação do moderno Estado germânico.

Também na Itália começou, a partir
de 1815, um movimento a favor da uni-
cação do país, o qual, semelhante à Alema-
nhia, se encontrava dividido em múltiplos
reinos, principados e ducados, bem como
em um Estado papal. Este movimento, que
ficou conhecido como o Ressurgimento,
teve como seu maior expoente intelectual
o célebre Mazzini. Este, diferentemente de
Hegel, que escrevia suas obras em um ale-
mão comum a todos os alemães, utilizou
o idioma francês para escrever o seu tra-
balho literário. A razão disso é que havia tan-
tos dialetos e variações do idioma italiano,
que não existia uma linguagem que fosse
comum a todos.

Após longos anos de conspirações e
combates, o novo Estado italiano pôde
tornar-se realidade, em 1861. Dessa maneira,
os italianos conseguiram emergir da
Idade Média para adentrarem-se nas filas
da modernidade. Foi a partir da confor-
mação desse Estado unitário que pôde sur-
gir, também, uma outra nova criação: uma
linguagem comum a todos os italianos.

Quando homens talentosos como
Hegel, Bismarck, Mazzini ou Garibaldi lu-
tararam pela conformação de Estados unitá-
rios, estavam convencidos de que a força da
História os acompanhava. Estavam convic-
tos de que, ao banir as divisões territoriais e
autônomas, herdadas da Idade Média, ingres-

sariam nos novos tempos e se adaptariam às exigências do futuro. Poderiam eles imaginar que, ao finalizar o século XX, a modernidade se identificaria com os fracionamentos, as divisões territoriais, as autonomias desatadas e a proliferação de diversas linguagens no interior de vários Estados?

Faz-se mister ressaltar que esse processo não é novo. Como exemplo pode-se citar a Espanha que, na década de 1930, enveredou por estes caminhos, sob o rótulo de modernidade. Em 1931, uma das inteligências mais brilhantes desse país, em todos os tempos, José Ortega y Gasset, propugnava, nas cortes constitucionais, a necessidade de dar rédeas soltas às autonomias regionais.

Não obstante, foi com o colapso do comunismo que esse processo recuperou toda sua força. De fato, bem poderia afirmar-se que o Muro de Berlim não somente representava a última muralha de contenção do pensamento político frente ao avanço do setor econômico, bem como do ideológico face ao avanço do cultural.

Com a queda do Muro de Berlim, a economia passou a ocupar espaços de preeminência que antes eram reservados ao setor político. Porém, ao mesmo tempo, com o desaparecimento das barreiras ideológicas, o fenômeno cultural pôde atingir plena força e vigor.

Durante muito tempo as identidades, sinônimo do cultural, estiveram reprimidas em função das imposições ideológicas. Com a fratura das ideologias, o surgimento do cultural ocorreu de forma inevitável. Dele nos fala Samuel P. Huntington em sua famosa obra: *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*.

Segundo suas palavras, no mundo do pós-Guerra Fria, as distinções mais impor-

tantes entre os povos não são ideológicas, políticas ou econômicas. São culturais. Os povos e as nações estão tentando responder à pergunta mais elementar que os seres humanos podem formular: quem somos? Os povos estão definindo-se a si próprios em termos de religião, linguagem, história, valores, costumes e instituições. Eles se identificam com grupos culturais: tribos, grupos étnicos, comunidades religiosas, nações... Os povos estão utilizando a política, não somente para promover seus interesses, como também para definir suas identidades.

Diante desse novo cenário, a marcha dos tempos aponta em direção aos particularismos culturais. Cada município, cada cidade, cada região, busca encontrar sinais definitórios de seu próprio ser. Reivindicar tradições locais ou regionais, dialetos, costumes específicos, está em moda no mundo atual. Inevitavelmente isto somente é possível às custas do poder e do sentido unitário dos Estados centrais. O poder que, até pouco tempo, eles detinham flui agora em duas direções distintas: para cima em direção aos organismos supranacionais e coletivos; para baixo, em direção a regiões cada vez mais autônomas as quais se consideram mais representativas de uma identidade étnica ou grupal. Sob essa ótica, o governo inglês decidiu tomar a iniciativa, recentemente, de reformar as bases constitucionais da Nação, devolvendo, à Escócia e ao País de Gales, autonomias perdidas há séculos. O curioso deste processo é que o próprio Estado central se transformou em artífice de seu debilitamento, assumindo, frente a tais regiões, a venda da idéia autonomista. Se bem que no caso da Escócia o estado de ânimo prevalecente fa-

vorecia a esse processo, em Gales foi necessário que o governo central pusesse todo o seu poder de convicção frente aos reticentes eleitores locais.

Diante desta curiosa realidade, que diriam Hegel ou Mazzini dessa volta aos ideais da Idade Média?

ESTADOS E ETNIAS

Na nova realidade internacional que emergiu após o colapso do comunismo, o fenômeno étnico ocupa um lugar relevante. De fato, a ele corresponde uma cota de responsabilidade muito importante na crise que hoje vive o Estado. Muito antes que começassem a aparecer os sintomas da enfermidade que consumia o Império Soviético, diversos Estados encontravam-se desgarrados por conflitos étnicos. Entretanto, o desmembramento comunista, iniciado a partir de 1989, desatou uma efervescência do sentido étnico que conduziu ao questionamento de inumeráveis fronteiras estatais em vários locais do mundo. Numerosos grupos étnicos reclamam, na atualidade, seu direito a uma existência independente dos Estados dos quais fizeram parte durante longo tempo. Contudo, observa-se que os massacres proliferam entre etnias obrigadas a conviver sob um mesmo teto estatal.

O exemplo dado pela reunificação alemã, seguida pelo esfacelamento da União Soviética, colocou em marcha um furacão político de grandes proporções. Ademais, o fato de que, após o final da Guerra Fria, proclamou-se a preeminência dos organismos supranacionais e coletivos, como fundamento da nova ordem mundial, muito colaborou para o florescimento dos senti-

mentos de origem étnica. Isso estimulou muitos grupos étnicos a propugnar por uma existência independente, sem contar com o poder aglutinador e protetor de um Estado consolidado. Prevaleceu a impressão de que qualquer mini-Estado, que emergisse no cenário internacional, poderia encontrar viabilidade econômica, integrando-se a um mercado comum, e viabilidade política graças ao guarda-chuva protetor dos mecanismos de segurança coletivos.

Os Estados, assentados em uma identidade nacional sólida, ficaram imunes à força dos ventos originados pela queda do Muro de Berlim. Não obstante, para aqueles que possuíam uma pluralidade de identidades étnicas, compartilhando um mesmo espaço estatal, os problemas não param de crescer.

A Iugoslávia foi a primeira a sofrer o impacto dos novos tempos. Isto porque se tratava de um estado integrado pelos despojos de dois grandes impérios (Austro-Húngaro e Turco) cuja diversidade étnica a convertia em um laboratório ideal para sofrer os rigores da nova realidade. Somente na Bósnia morreram duzentas e cinqüenta mil pessoas. A Rússia sofreu na própria carne os custos de desmembramento que a URSS lhe proporcionou. Na Chechênia, trinta mil mortos são o balanço dos intentos de Moscou para evitar a secessão. Na antiga União Soviética, os confrontamentos da origem étnica fizeram-se sentir na Moldávia, Geórgia, Azerbaijão, Armênia e Tadjiquistão. No Afeganistão, a retirada dos soviéticos deixou quatro grupos étnicos enfrentando-se entre si e sustentados por países vizinhos. Um pouco mais a oeste, na Turquia, o embate armado da população de origem curda prossegue de forma sangrenta.

Os Estados criados pela mão do colonialismo, que traçava fronteiras com total desconhecimento dos grupos étnicos subjacentes, tornaram-se particularmente vulneráveis à força desestabilizadora deste fenômeno. A África e o mundo árabe são testemunhas altamente ilustrativas neste sentido. Curiosamente, com exceção do problema curdo no Iraque, o cenário árabe encontra-se à margem da crise dos etnicismos desatados. A razão disso, seguramente, pode encontrar-se na resposta internacional contra o Iraque após o desconhecimento das fronteiras kuwaitianas, por parte de Saddam Hussein. O problema ali é outro: o fundamentalismo, o qual tem em comum com o fenômeno étnico a busca de uma parcela própria do universo, que permita viver de acordo com as raízes islâmicas. Na África, ao contrário, os problemas étnicos tem proliferado livremente.

Ruanda e Borundi constituem casos extremos do potencial de violência que leva consigo o tema étnico. Entre 1993 e final de 1995, mais de 100 mil pessoas morreram no Borundi como resultado dos massacres gerados pelo ódio étnico. Em Ruanda, oitocentas mil pessoas feneram depois do assassinato do presidente da República, em abril de 1994. Em ambos os casos, os confrontamentos entre os grupos Tutsi e Hutu, comuns a ambos os países, têm sido a causa das matanças. Já se fala do desaparecimento das fronteiras artificiais de ambos Estados, para criar uma Tutsilândia e uma Hutulândia que permitam a integração destas etnias em dois Estados homogêneos. Na Libéria, uma sangrenta guerra civil enfrenta diversas facções que se assentam em grupamentos étnicos definidos. Verifica-se que, no continente africano, a identidade

étnica transformou-se em fonte de constante ameaça para a subsistência dos Estados herdados da era colonial.

Poderíamos continuar enumerando exemplos de guerras civis e massacres no Hemisfério Sul, porém ocorre que, também no Hemisfério Norte, a sobrevivência de vários Estados encontra-se comprometida, como resultado desse mesmo fenômeno. Canadá e Bélgica são dois exemplos particularmente representativos. No primeiro deles, a secessão de Quebec constitui-se em fonte de permanente preocupação para os canadenses. Na Bélgica, coração da Europa unitária, a ancestral rivalidade entre walones e flamengos projeta-se como uma espada de Dâmcocles à subsistência deste rico Estado.

A esse curioso cenário poderemos acrescentar a problemática do fenômeno autonomista que envolve gauleses, escoeses, bretões, corsos, catalães, bascos, etc..

A CRISE DO ESTADO

O Século XIX viu o surgimento dos últimos grandes Estados. Nesse século não somente Alemanha e Itália fizeram seus aparecimentos no cenário mundial, mas, também, os Estados Unidos puderam realizar seu destino manifesto, transformando-se em um grande Estado continental. O século XX, entretanto, conseguiu evidenciar as máximas expressões de *estadolatria* - com o aparecimento do fascismo e do comunismo - e, também, de importantes Estados surgidos do desmembramento dos impérios coloniais. Acrescente-se que, durante os cinqüenta anos que durou a Guerra Fria, o mundo girou em torno de um sistema de relações interestatais centrado em dois grandes Estados. A última década desse

século, entretanto, transformou-se na era do ocaso dos Estados.

Em nenhum momento da evolução histórica da humanidade, os Estados encontraram-se em tal condição de desrespeito. O novo Direito Internacional aponta para concepções tais como: *o direito de ingerência, tutelas supranacionais, direitos humanitários e soberanias limitadas*; todos os quais coincidem no desconhecimento da primazia estatal dentro da ordem internacional. Por outro lado, o fenômeno da globalização vai carcomendo implacavelmente as funções dos Estados e as identidades sobre as quais estes se assentam, ao mesmo tempo em que o *fenômeno étnico e os fundamentalismos* vão escavando suas bases de sustentação.

Observa-se que o poder que anteriormente os Estados detinham, atualmente, tende a fluir em três direções distintas: para cima, orientado aos organismos supranacionais e coletivos; para os lados, em direção às organizações não-governamentais e, finalmente, para baixo, dirigido a regiões cada vez mais autônomas.

Particularmente chamativo é o duplo processo de desmontagem que se opera sobre o Estado, desde as instâncias da globalização e do fundamentalismo. Sob o influxo da globalização, os Estados vão se desfazendo de boa parte das funções que os caracterizavam, adentrando em processos de privatização e abandono de serviços públicos. Cada vez menos os Estados se distinguem das corporações privadas e cada vez mais vão se regendo pelas mesmas normas de competitividade. Os cidadãos, crescentemente desassistidos e ansiosos, observam como, ao seu redor, tudo passa a reger-se pelas exigências e pela ética do capi-

tal privado. A inevitável erosão da lealdade do cidadão para com o Estado vê-se reforçada com o desgaste da identidade nacional que a globalização traz em seu bojo. É o resultado inevitável da homogeneização planetária. De alguma maneira, o fenômeno globalizador vai pressionando, de cima para baixo, o Estado, através de uma intensa ação asfixiante. A única resistência capaz de interpor-se a essa ação devastadora e implacável é representada pelos núcleos de identidades subsistentes; ou seja, os *fundamentalismos* e os *etnicismos* desatados, que conspiram sistematicamente contra os Estados, destruindo seus alicerces.

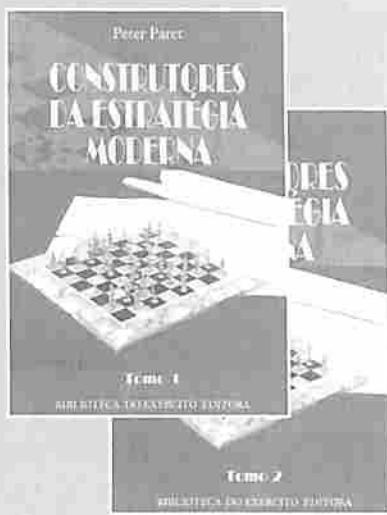
Paradoxalmente, a crise do Estado tem vindo acompanhada do surgimento indiscriminado de novos Estados. Somente do desmembramento da União Soviética, da Iugoslávia e da Tchecoslováquia, surgiram vinte e dois Estados independentes. Porém, não foi somente no velho bloco socialista que se produziu esse fenômeno. Países centrais dentro do mundo ocidental, como Canadá e Bélgica, confrontam a mesma ameaça. O porquê desse fenômeno está intimamente ligado à própria crise do Estado. Quatro elementos centrais explicariam o processo em marcha. Em primeiro lugar, os núcleos radicais de identidade que buscam conformar Estados que atendam às suas particulares características. Em segundo lugar, a possibilidade de encontrar, a nível planetário, os elementos de complementariedade e integração que davam sentido ao Estado. Em outras palavras, na medida em que os Estados se integraram, a nível global, e deixaram de ser unidades de auto-sustentação, torna-se possível que suas regiões componentes possam aspirar a uma existência independente. Em

terceiro lugar, o próprio fato de que o êxito na economia global não é determinado pela quantidade de recursos naturais, mas pela qualidade de seus recursos humanos. Os segmentos e regiões mais avançados do interior dos Estados começam a ver, como uma carga desnecessária, os territórios e porções sociais mais atrasados, buscando desvincilar-se deles. Em quarto lugar, sob a proteção dos organismos de segurança

coletiva e do novo Direito Internacional, já é possível a subsistência de Estados débeis, tornando-se desnecessário o escudo protetor dos Estados mais fortes.

Em síntese, hodiernamente, a crise que o Estado enfrenta é a própria fonte de sua proliferação. Ou seja, na atualidade, os Estados ampliam-se em quantidade, porém significam cada vez menos em termos de soberania e autodeterminação. ●

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



Construtores da Estratégia Moderna *Tomos 1 e 2*

Peter Paret

Em 2001, a BIBLIEC publicou o Tomo 1 desta obra. Agora, em 2003, lança o Tomo 2, com 12 ensaios que abrangem estudos sobre aspectos da evolução histórica desde a Primeira Guerra Mundial, passando pela Segunda e chegando à era nuclear, guerras convencionais e revolucionárias e reflexões sobre perspectivas futuras. Os últimos sete capítulos do Tomo 2 foram acrescidos à edição de 1943 por Gordon A. Craig e Felix Gilbert em 1986.

O Estado como realidade político-jurídica

*Reis Friede**

Origem das Sociedades e dos Agrupamentos Sociais

Muito embora não possamos deixar de reconhecer a existência de algumas controvérsias a respeito do tema, é fato que, modernamente, a doutrina mais festejada tem defendido a tese segundo a qual o homem possui, independentemente de outros fatores, uma necessidade instintiva e insuperável de associação, o que, em última análise, forjou os primeiros *agrupamentos sociais* e, posteriormente, as *sociedades primitivas*.

A primeira causa de agregação de uns homens a outros é menos a sua debilidade do que um certo instinto de sociabilidade em todos inato; a espécie humana não nasceu para o isolamento e para a vida errante, mas com uma disposição que, mesmo na abundância de todos os bens, a leva a procurar o apoio comum (Cícero, *in República*, vol. I, p. 15).

Em essência, Aristóteles, com sua célebre afirmação *o homem é naturalmente um animal político* (*A Política*, vol. I, p. 9), foi

o primeiro estudioso a defender a idéia do *impulso associativo natural*, seguido, em *Roma* (séc. I a. C.), por Cícero e, na idade medieval, por São Tomás de Aquino. Modernamente, como bem lembra Dalmo de Abreu Dallari (*Elementos de Teoria Geral do Estado*, 18^a ed., São Paulo, Sarai-va, 1994, p. 8-9), “são muitos os autores que se filiam a essa mesma corrente de opinião, estando entre eles o notável italiano Ranelletti, que enfoca diretamente o problema, com argumentos preciosos e colhidos na observação da realidade. Diz ele que, onde quer que se observe o homem, seja qual for a época, mesmo nas mais remotas a que se possa volver, o homem sempre é encontrado em estado de convivência e combinação com os outros, por mais rude e selvagem que possa ser na sua origem. O homem singular, completamente isolado e vivendo só, próximo aos seus semelhantes mas sem nenhuma relação com eles, não se encontra na realidade da vida.

Para Ranelletti, o homem é induzido, fundamentalmente por uma *necessidade natural*, porque o associar-se, com os outros

* Mestre e Doutor em Direito Público, é Magistrado Federal e autor de inúmeras obras jurídicas, dentre as quais *Curso de Teoria Geral do Estado - Teoria Constitucional e Relações Internacionais*, Forense, Universitária, 2000, RJ (502 p.)

seres humanos é para ele *condição essencial de vida*. Só em tais uniões e com o concurso dos outros é que o homem pode conseguir todos os meios necessários para satisfazer as suas necessidades e, portanto, conservar e melhorar a si mesmo, conseguindo atingir os fins de sua existência. Em suma, só na convivência e com a cooperação dos semelhantes o homem pode beneficiar-se das energias dos conhecimentos, da produção e da experiência dos outros, acumulados através de gerações, obtendo assim os meios necessários para que possa atingir os fins de sua existência, desenvolvendo todo o seu potencial de aperfeiçoamento no campo intelectual, moral ou técnico (Oreste Ranelletti, in *Instituzioni di Diritto Pubblico*, Parte Geral, p. 3)" (ob. cit., p. 8-9).⁽¹⁾

Origens das Sociedades e dos Vínculos Sociais

É natural que o homem, desejoso de viver em comunidade, procure estabelecer *associações* (agrupamentos sociais no sentido amplo), a partir de algum tipo de *identidade* para com os seus semelhantes. Esta *identidade natural* que o compõe a aproximar-se de outros é estabelecida inicialmente através da observação quanto à presença de *vínculos comuns*, tais como a *identidade racial* (vínculo mais imediato, em face de sua própria evidência, posto que independe de uma mínima convivência) e de uma forma mais complexa (e posterior, dada a necessidade de estabelecimento de uma mínima convivência), as *identidades lingüísticas, religiosas* (ou de crença no sentido amplo, o que inclui, eventualmente, o próprio ateísmo) etc.

Sendo, pois, inerente ao gênero humano a aproximação inicial com aquele que

julga mais próximo (ou seja, com aquele dotado de um ou mais vínculos em comum), o *agrupamento social* que passa a ser estabelecido acaba por conceber a própria noção de *vinculação social* (ou de vínculos sociais), dando origem, em última análise, ao vínculo maior da identidade nacional ou da nacionalidade (*gérmen* que origina a *Nação* em seu conceito primitivo) e, posteriormente, até mesmo o conceito mais complexo de cidadania.⁽²⁾

Sociedade, Nação e Estado

Se considerarmos a expressão *agrupamento humano* como a forma mais primitiva de *associação humana* e, no extremo oposto, o *Estado* como sua derivação mais complexa, podemos entender o fenômeno humano associativo, à luz das teorias política e jurídica, como um conjunto básico (e inicial) de *vinculações naturais*, que se transmudam em *vinculações sociais*, originando, num primeiro momento, as *sociedades* (desde as mais primitivas até as mais complexas), passando pelas *Nações*, e, a partir do estabelecimento de um *território fixo* adicionado ao *pacto* (com a substituição, a partir deste momento, da prevalência da teoria do impulso associativo natural pela prevalência da *teoria contratualista*) pelo rompimento da prevalência do individual em nome do coletivo, concebendo-se um poder abstrato, supremo e impiedoso denominado *soberania*, chegando finalmente aos Estados, como modalidades últimas de agregação humana.

Deve ser registrado, com o intuito de evitar possíveis confusões, que a teoria do pacto contratualista, desenvolvida, sobretudo, por Rousseau, somente pode e deve ser

considerada (mesmo que parcialmente) no instante da formação do agrupamento humano mais complexo denominado *Estado*, pois somente neste momento é que, inicialmente, por decisão de cada membro da sociedade nacional, ou seja, da Nação (posteriormente, vale assinalar que o pacto é uma efetiva imposição), estabelece-se - de comum acordo - um poder abstrato e supremo (denominado soberania), que passa a comandar, de forma coletiva, os membros da comunidade, obrigando-os a sujeitando-se ao regramento comum (e fundamental) estabelecido (denominado Constituição), independentemente de suas vontades individuais, caracterizando a noção básica da prevalência do interesse público sobre o interesse privado, em nome do *bem comum*. Nesse momento, continua a predominar, sob a ótica originária, a teoria do *impulso associativo natural* a que nos referimos inicialmente, em contraposição à teoria contratualista, posto que o desejo associativo (independentemente de seu grau) é inerente ao ser humano; porém, na transformação da Nação em Estado, há de se estabelecer necessariamente (pelo menos no que tange ao momento inicial) o pacto social de concessão ou autorização que permitirá, em última análise, a construção de um poder coletivo (e abstrato) prevalente sobre a vontade individual (originária e inerente ao ser humano).

Conceito de Estado

A par desta concepção evolutiva, podemos conceituar *Estado*, em termos obje-

*É, pois, o Estado,
em síntese, um agrupamento
humano em território definido,
politicamente organizado,
que, em geral,
guarda a idéia de Nação.*

tivos, dentro de um conceito contemporâneo, portanto, como toda associação ou grupo de pessoas fixado sobre determinado território, dotado de poder soberano. É, pois, o Estado, em síntese, *um agrupamento humano em território definido, politicamente organizado, que, em geral, guarda a idéia de Nação*.

Dissemos que o Estado, “em geral, guarda a idéia de Nação”, porque nem sempre, todavia, estes dois vocábulos conjugam-se para explicar determinados grupos sociais, embora, freqüentemente, o Estado encerre o sentido de Nação.

Conceito de Nação

“Nação é uma comunidade de base cultural. Pertencem à mesma Nação todos quantos nascem num certo ambiente cultural, feito de tradições e costumes, geralmente expresso numa língua comum, atualizado num idêntico conceito de vida e dinamizado pelas mesmas aspirações de futuro e os mesmos ideais coletivos. Embora a Nação tenda a ser um Estado, não há necessariamente coincidência entre Nação e Estado: há Nações que ainda não são Estados (pela sua pequenez, por exemplo) ou que estão repartidas por vários Estados, e Estados que não correspondem a Nações, como geralmente acontece nos países novos onde acorrem todos os dias emigrantes provenientes dos mais diversos cantos do globo, cada qual com o seu facies próprio. É que,

em muitos casos, em vez de ser a Nação que dá origem ao Estado, é o Estado que, depois de fundado, vai, pelo convívio dos indivíduos e pela unidade de governo, criando a comunidade nacional: é o que se passa, por exemplo, nos Estados Unidos da América" (Marcelo Caetano in *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, 6^a ed., Lisboa, Coimbra Ed., 1972, tomo I, p. 123).

Nação deriva do verbo latino *nascere*, referindo-se, portanto, ao conjunto de pessoas de mesma origem racial. É unidade étnica, herança histórica e destino comuns de um mesmo grupo social, muito embora, contemporaneamente, como já afirmamos, seu sentido específico seja mais elástico para abranger qualquer vínculo (ou vários deles) em comum, tais como: raça, religião, credo, língua, etc..

É conveniente lembrar que a Nação pode ser constituída de vários Estados (ex.: a grande Nação muçulmana). Por outro lado, a Nação pode estar também contida em apenas um Estado (ex.: a Nação basca na Espanha). De qualquer forma, a Nação é gérmen que dá origem ao Estado, como foi o caso da Itália antes da unificação.

Temos, então, que uma *Nação pode existir como comunidade histórica e cultural, independentemente de autonomia política ou soberania estatal* (Gerard J. Mongone).

"O homem não é escravo nem de sua raça, nem de sua língua, nem de sua religião, nem do curso dos rios, nem da direção das cadeias de montanhas. Uma agregação de homens, sã de espírito e cálida de coração, cria uma consciência moral que se chama Nação" (Ernesto Renan, in *Que é uma Nação*).

O conceito de *Estado* evoluiu com o tempo: surgiu do termo *polis*, na Grécia,

civitas em Roma e *estado* durante a Idade Média, tendo sido Maquiavel, no entanto, o introdutor do termo *Estado* na literatura científica.

"A palavra *Estado*, derivada do latim *status*, surgiu na Renascença com o significado com que hoje a utilizamos, assim isolada e no sentido de nomear; sob feição gramatical, alguma coisa em sua substância.

(...)

Deve-se a Nicolau Maquiavel (1469-1527) a inclusão desse termo na literatura política, por meio, em pleno século XVI, de seu tão celebrizado *Il Principe*, escrito em 1513, publicado após sua morte apenas em 1531, e em cujo início se lê, como primeira frase, o seguinte: "Todos os Estados, todos os domínios tiveram e têm poder sobre os homens, são Estados e são ou repúblicas ou principados" (*O Príncipe*, p. 7). É que antes da consagração obrada pelo discutido florentino, não possuía o vocábulo *Estado* a penetração que alcançou a partir da época renascentista, em virtude mesmo da aceitação, até aí, de outros nomes pelos quais fora designada a instituição política em epígrafe.

Os helênicos chamaram o Estado de *polis*, que quer dizer cidade, de onde provém o termo política, a arte ou ciência de governar a cidade. (...) Entre os romanos o Estado é a *civitas*, isto é, a comunidade dos habitantes, ou a *res publica*, isto é, a coisa comum a todos. Com o crescimento de Roma e sua consequente expansão ao mundo então conhecido, modifica-se o conceito de Estado que se amplia para o de *imperium*, convertendo-se a *res populi* em *res imperantis*.

O período medieval dispõe de diversas expressões para designar as unidades políti-

cas. Ao lado de *imperium*, aparece o termo *regnum*, deles procedendo *império* e *reino*. Ademais, volta-se a falar em *cidade* e agora em *terra* para designar respectivamente *cidades livres* e *domínios territoriais*. Pelo medievo e pela era moderna, encontra-se o emprego da palavra *Estado* para designar as classes do reino. São os três estados: 1) *clero*, 2) *nobreza* e 3) *povo*, os quais na França se chamavam ‘*Estados Gerais*’; na Inglaterra, ‘*Parlamento*’; na Alemanha ‘*Dieta*’ e na Espanha e Portugal, ‘*Corte do Reino*’.

Foi quando a palavra *estados*, no sentido hodierno, começou, a ter curso na Itália, onde, ante o caráter especial dos Estados existentes, *império ou regno* era demais a *città* ou *terra* era muito pouco, usando-se, pois, aquele termo que se unia ao nome de uma cidade, por exemplo, *Stato de Firenze*. É provável que, ainda aí, esse vocábulo corresponesse ao antigo significado de *status*, isto é, situação, ordem, condição, havendo algum informe, no entanto, de que no século XIV já se encontra na Inglaterra a palavra *status* como equivalente de Estado.

O certo, porém, é que, do século XVI em diante, o termo italiano *stato* se incorpora à linguagem corrente, adquire foros de universalidade e se generaliza, para designar a todo Estado, na tradução correspondente de qualquer língua” (Anderson de Menezes, in *Teoria Geral do Estado*, 7^a ed., Rio de Janeiro, Forense, 1995, p. 41-43).

Por outro prisma, a acepção do termo *Estado* pode ser demasiado ampla, se levarmos em consideração as correntes formadas em vários campos do conhecimento que o estudam:

a) *Sociologia*: Estado é um fenômeno social onde existe uma integração de forças/estratos sociais.

b) *Filosófica*: Estado é um fenômeno cultural/político,

c) *Jurídica*: Estado é uma entidade geradora de direito positivo.

d) *Política*: Estado é considerado uma Nação politicamente organizada; sendo organização sua palavra-chave, pressupondo, para tal, governantes e governados.

Paulo Bonavides, a propósito do tema, destaca a necessidade de um ponto de apoio no *elemento histórico* para a concretização efetiva de uma *Teoria do Estado*, não obstante o reconhecimento de seus princípios abstratos, mesclando, destarte, sua posição interpretativa com instrumentos teóricos da filosofia política “para bem compreender e avaliar os fenômenos do poder e organização do Estado”, (*Teoria do Estado*, 2^a ed., Rio de Janeiro, Forense, 1980).

“Os gregos são os mais significativos antepassados de nossa formação. Se os romanos nos ensinaram a aplicar a lei, os gregos nos ensinaram a pensar. Um pensamento que, na religião filosófica do direito e do Estado, se volve invariavelmente para os alícerces éticos.

O advento dos sofistas na Grécia marcou no quadro daquela época a emergência de uma crise sem precedente no Mediterrâneo, da desintegração e colapso daquilo que outrora foi a hegemonia dos povos gregos” (Paulo Bonavides, in *Teoria do Estado*, 2^a ed., Rio de Janeiro, Forense, 1980).

Defensor do caráter teleológico do Estado, o professor Bonavides argumenta que as doutrinas do pragmatismo jurídico ignoram o problema dos fins do Estado. Também, revela-nos o autor a importância das correntes da teleologia estatal, apoiadas no jusnaturalismo, “para sedimentar a consciência jurídica dos povos civilizados” (ob. cit.),

precipuamente com relação à ordem política. Esta consciência política, preconizada e elaborada pelos filósofos do direito e que tem como tema fundamental justamente a teleologia estatal, institui o direito social e o direito individual, sob o ponto de vista da teoria do Estado, como o mesmo direito, "tomado apenas para prismas diferentes" (ob. cit.).

De um modo geral, entretanto, o Estado comumente é definido conceitualmente como a organização político-administrativo-jurídica do grupo social que ocupa um *território fixo*, possui um *povo* e está submetido a uma soberania.

O território abrange, de forma simplória, algumas partes componentes, tais como: o solo, o subsolo, o espaço aéreo, o mar territorial, a plataforma submarina, navios e aeronaves de guerra (em qualquer lugar do planeta, incluindo o território estatal estrangeiro), navios mercantes e aviões comerciais (no espaço livre, ou seja, nas áreas internacionais não pertencentes a nenhum Estado soberano) e, para alguns autores – apesar da existência de inúmeras controvérsias –, as sedes das representações diplomáticas no exterior (embaixadas).⁽⁴⁾

O povo, por sua vez, engloba o somatório de nacionais no solo pátrio e no exterior, não se identificando, pois, com o conceito de *população*, que inclui os estrangeiros no território estatal.

A soberania, por fim, traduz-se no elemento abstrato, de matiz político, que permite, em última análise, a indispensável con-

creção aos denominados elementos perceptíveis (*povo* e *território*), viabilizando o Estado como inexorável realidade efetiva (*vinculação político-jurídica*).

Teorias sobre a Formação dos Estados

Já no que concerne especificamente à formação efetiva dos Estados, é importante consignar a existência de uma série de teorias explicativas que, de uma determinada maneira, aludem, ainda que por vias transversas, à origem primeira da sociedade e dos agrupamentos sociais.

De qualquer forma, vale assinalar que os Estados, de modo geral, possuem, alternativamente, ou uma formação originária (partindo de agrupamentos humanos

que, desenvolvendo uma concepção própria de coletividade, estabelecem um território fixo e uma vinculação político-jurídica), ou uma formação derivada (partindo de outros Estados preexistentes) por fracionamento (natural ou impositivo) ou união territorial.

No que concerne exclusivamente à primeira hipótese (formação originária), é que, em última instância, é possível proceder-se a um estudo mais apropriado (e aprofundado) das mencionadas teorias, dividindo-as em dois grupos: as teorias que sustentam a formação natural (não contratual) do Estado (onde a naturalidade é a tônica principal, existindo divergências apenas no que alude à origem), tais como as teorias familiar (matriarcal e patriarcal), de força (conquista), patrimonial, e da potenciali-

dade (desenvolvimento interno), e as teorias que sustentam a formação forçada ou artificial (contratual) do Estado (onde a voluntariedade inicial e a compulsoriedade posterior são as tóricas principais, existindo, igualmente divergências no que se refere à origem), tais como a do contrato social, organicista e do equilíbrio social.

É fundamental observar que a nomenclatura e a própria designação nominal das várias teorias sofrem radicais alterações de autor para autor, sendo, por efeito, importante, neste especial, apenas a compreensão quanto à conceção, basilar estrutural, da formação dos Estados e não propriamente a correta tradução dos vocábulos designativos das diversas teorias.

Notas

Teoria Negativista do Impulso Associativo Natural

Independentemente de toda a sorte de considerações pela defesa da tese da imperiosa necessidade humana de se associar, cumpre registrar, em obediência às lições de Dalmo de Abreu Dallari (*Elementos de Teoria Geral do Estado*, 18^a ed., São Paulo, Saraiva, 1994, p. 9-10), que, “opondo-se aos adeptos do fundamento natural da sociedade, encontram-se muitos autores, alguns dos quais exerceram ou ainda exercem considerável influência prática, sustentando que a *sociedade* é tão-somente o produto de um acordo de vontades, ou seja, de um contrato hipotético celebrado entre os homens, razão pela qual esses autores, de modo geral, são rotulados como *contratualistas*” (ob. cit., p. 9-10), destacando-se, nesta categoria, Platão (*A República*), Thomas Moore (*Utopia*),

Tommaso Campanella (*A Cidade do Sol*) e, principalmente, Thomas Hobbes (*Leviatã*) e Rousseau (*O Contrato Social*).

Da Nacionalidade e da Cidadania

O conceito específico de *nacionalidade* se encontra irremediavelmente adstrito à concepção básica de Nação e, em consequência, à tradução própria de *identidade nacional*, permitindo a construção vocalular do termo *povo* como um conjunto de nacionais.

Por *nacionalidade*, comprehende-se o *status* do indivíduo diante do Estado. Em face do Estado, todo indivíduo ou é ‘nacional’ ou ‘estrangeiro’. O nacional é o sujeito natural do Estado. O conjunto de nacionais é que constitui o *povo* sem o qual não pode haver Estado. (...)” (Manoel G. F. Filho, *in Curso de Direito Constitucional*, 23^a ed., São Paulo, Saraiva, 1996, p.94).

Como a expressão *Nação*, em essência, deriva do verbo *nascere*, referindo-se, portanto, ao conjunto de pessoas de mesma origem racial, a idéia fundamental de nacionalidade encontra respaldo, particularmente, nos laços de filiação e, mais especificamente, de *consangüinidade (jus sanguinis)*. Todavia, mais recentemente, o sentido político-jurídico de Nação tem permitido uma tradução mais elástica do termo nacionalidade – abrangendo, neste especial, qualquer *vínculo* (ou vários deles) em comum entre os habitantes de uma determinada localidade (ou mesmo de uma sociedade organizada), tais como os de natureza religiosa, lingüística etc. Neste particular, a concepção inicial de Nação (e, consequentemente, de nacionalidade) passou a abranger um maior espectro de pos-

sibilidades, permitindo, desta feita, a noção basilar de nacionalidade adquirida pelo local de nascimento (*jus soli*), independentemente da existência de laços de consanguinidade com outros originários.

"*Nacionalidade* é a qualidade do nacional, isto é, da pessoa que é integrante de uma determinada sociedade politicamente organizada. A nacionalidade, é uma situação jurídica, definida pelo Estado, em relação à qual a pessoa será considerada nacional ou estrangeira. Estrangeiro é aquele a quem o direito interno não atribui a qualidade de nacional. Será *apátrida*, ou *heimatlos*, se não for nacional de nenhum país. *Polipátrida* é aquele que é aceito como nacional por mais de um Estado. Além disso, surgirão relações jurídicas distintas quando uma pessoa esteja ou não (como residente ou não residente) em país diverso daquele cuja nacionalidade possui, situações que serão objeto do direito internacional privado. O conjunto dos nacionais forma o povo de um país, ao passo que a população será constituída de todos os residentes no seu espaço territorial (estrangeiros, apátridas etc.). O primeiro conceito é político e o segundo, geográfico (Silvio Motta e William Douglas, *in Direito Constitucional*, Rio de Janeiro, Oficina do Autor, 1996, p. 102).

No que concerne particularmente ao conceito de cidadania, muito embora, em linguagem corrente, utilizem-se indistintamente os vocábulos cidadão e nacional, em essência, o primeiro caracteriza-se por um *status* associado ao regime político (forma de associação política), transcendente, portanto, à própria identidade nacional originária, e que pode ser traduzido sob a ótica ativa (participação como eleitor, por exemplo) e sob o prisma passivo (participação

como candidato a cargos públicos de eleição, entre outros).

Cidadania também pode ser entendida em termos amplos (conjunto de direitos e deveres que regem e definem a situação dos nacionais) e em termos restritos (poder jurídico do nacional de participar do governo e da administração estatal, votando, sendo eleito, exercendo funções públicas, usufruindo serviços públicos e fiscalizando a atividade estatal (por exemplo: através do ajuizamento de ações populares).

"A cidadania, *lato sensu*, é o conjunto de direitos e deveres que regem e definem a situação dos habitantes de um determinado país. No sentido amplo ou sociológico, cidadão será o indivíduo que tenha a plenitude do exercício de todos os poderes que lhe são cabíveis em uma determinada sociedade. (...)

No sentido estrito, a cidadania refere-se ao poder jurídico do indivíduo de participar do governo, votando, sendo eleito, exercendo funções públicas, usufruindo serviços públicos e fiscalizando a atividade estatal. (...)" (Nagib Filho, *in Anotações à Constituição de 1988*, Rio de Janeiro, Forense, 1989, p. 127).

Conceito de Sociedade

Deve ser consignado, por oportuno, que a expressão *sociedade* contemporaneamente pode ser traduzida por, pelo menos, duas diferentes acepções.

A primeira – como fizemos constar no texto em comento – é relativa ao agrupamento social inicial (ou primitivo) que, a partir da existência de vinculações em comum, estabelece-se para, num momento posterior, evoluir no sentido de uma forma mais

complexa de agrupamento humano denominado Nação, que abrange o conceito de povo (conjunto de nacionais, com um ou mais vínculos em comum), viabilizando, num momento último da linha evolutiva, o estabelecimento de uma organização político-jurídica fundamental (ou, em outras palavras, uma Constituição), derivada de anterior *pacto social* - que abarca, por sua vez, a noção básica de soberania (origem do denominado Poder Constituinte, sua expressão, máxima), e que, adicionadas à prévia existência de um território fixo, gera, finalmente, a idéia básica de Estado.

A segunda acepção, contudo, transcende a noção evolutiva exposta, para permitir traduzir o vocábulo *sociedade* apenas como um aspecto finalístico do próprio agrupamento humano, independentemente de sua complexidade. Desta feita, existiria, neste sentido particular, a concepção genérica de sociedade (e, em especial, a acepção específica de sociedade política) concomitantemente com a concepção de Nação e de Estado, em duas diferentes vertentes básicas: a sociedade de fins particulares (sociedade simples), em que a associação é voluntária, e a sociedade de fins gerais (sociedade complexa ou política), na qual a associação é, em tese, obrigatória.

"Os agrupamentos humanos caracterizam-se como sociedades quando têm um fim próprio e, para sua consecução, promovem manifestações de conjunto ordenadas e se submetem a um poder, e no tocante à sociedade humana, globalmente considerada, verificamos que o fim a atingir é o bem comum. (...)"

Em linguagem mais direta, e considerando as respectivas finalidades, podemos distinguir duas espécies de sociedades, que

são: a) sociedades de fins particulares, quando têm finalidade definida, voluntariamente escolhidas por seus membros e b) sociedades de fins gerais, cujo objetivo, indefinido e genérico, é criar, as condições necessárias para que os indivíduos e as demais sociedades que nela se integram consigam atingir seus fins particulares. (...)"

As sociedades de fins gerais são comumente denominadas sociedades políticas, exatamente porque não se prendem a um objetivo determinado e não se restringem a setores limitados de atividade humana, buscando, em lugar disso, integrar todas as atividades sociais que ocorrem no seu âmbito. (...)"

Entre as sociedades políticas, a que atinge um círculo mais restrito de pessoas é a família, que é um fenômeno universal. Além dela existem ou existiram muitas espécies de sociedades políticas, localizadas no tempo e no espaço, como as tribos e os clãs. Mas a sociedade política de maior importância, por sua capacidade de influir e condicionar, bem como por sua amplitude, é o Estado (...)" (Dalmo de Abreu Dallari, in Elementos de Teoria Geral do Estado, 18^a ed., São Paulo, Saraiva, 1994, p. 39-41).

Critica Marxista à Concepção de Estado

Deve ser assinalado que, consoante a teoria marxista, o Estado é produto da sociedade em determinado período de sua evolução. A existência do Estado deve-se ao reconhecimento de contradições internas insolúveis, de antagonismos irreconciliáveis. Para evitar que tais contradições e antagonismos, que acabam dividindo a sociedade em classes irreconciliáveis, atirem os indivíduos a uma luta terrível e estéril,

"tornou-se necessária uma força aparentemente colocada a cavaleiro da sociedade, força que, moderando o ímpeto das colisões, mantenha a sociedade nos limites da ordem". Essa força intrínseca à vida social, mas que vai progressivamente se destacando dela, é o Estado.

Não há, na obra de Marx, construção sistemática da concepção do Estado. Filósofo da economia, ciência das relações de produção sob condições históricas determinadas, sabia Marx que o Estado representa um dos elementos preponderantes na organização material da sociedade. A teoria marxista postula firmemente que o Estado, em cada época histórica, nasce nas classes sociais, que se beneficiam do conjunto das relações dominantes de propriedade. Surge, então, o Estado para proteger essas relações.

Imaginar o Estado como órgão naturalmente mediador entre conflitos, que

surgiram do seio de um determinado tipo de relações de propriedade, seria admitir que tais relações constituem dado natural, indestrutível da estrutura social.

Para o marxismo, tais relações são históricas. Daí se segue que o Estado é instrumento do predomínio de classes para o fim especial de manter as relações de propriedade privada. Ele a consagra e protege como instrumento apropriado à defesa do sistema de propriedade.

Ao dizer-se que o Estado é órgão de classe, não significa que seja, um órgão sínistro com meras funções opressoras. Tais funções se tornam mais ou menos violentas, conforme os períodos críticos que o sistema de relações de propriedade atravessa. A conclusão marxista do desaparecimento do Estado é obscura, se não a entendermos como significado do desaparecimento classista do Estado. ☐

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício

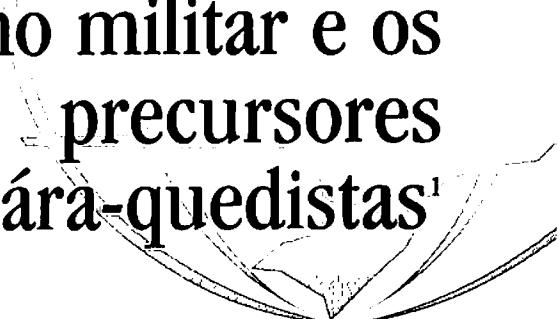


A Compreensão da Unidade do Brasil

J. B. Magalhães

O livro trata da problemática da fragmentação da América espanhola e da unidade da portuguesa quando da sua independência. Analisa fatores como a questão geográfica e de administração (a portuguesa mais descentralizada). A formação militar da América portuguesa diante da necessidade de defesa gerou o aparecimento de elementos militares com treinamento específico e o agrupamento dos que tendiam para separação.

A evolução do pára-quedismo militar e os precursores pára-quedistas¹



Elder Freire Silveira Filho*

RESUMO

O artigo procura identificar as origens do pára-quedismo militar e suas consequências para o Exército Brasileiro (EB). Baseou-se em pesquisa que incluiu a obra *Pára-quedistas alemães, a supertropa* e o livro *Até Berlim*, tratando um da tropa pára-quedista alemã e o outro dos pára-quedistas do Exército americano. Os manuais de campanha C124 – 1 - Estratégia e o C 100 – 5 - Operações foram consultados, pois atribuem tarefas à tropa pára-quedista, dentro da doutrina de emprego do Exército Brasileiro(EB), atendendo às suas especificidades. Foi consultado também o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX), que estabelece diretrizes para o emprego da Brigada de Infantaria Pára-quedista (Bda Inf Pqdt), segundo as necessidades de defesa do Território Brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE

Pára-quedismo, pára-quedismo militar, brigada pára-quedista.

O livro *Pára-quedistas alemães, a supertropa* foi escrito por Farrar-Hockley, pára-quedista britânico que comandou batalhão e brigada pára-quedista durante a Segunda Guerra Mundial. Além desses aspectos que lhe conferem autoridade para apresentar o assunto, ele con-

tou com o apoio do Capitão Sir Basil Liddell Hart, famoso estrategista militar inglês.

Esse livro descreve praticamente a vida militar de um homem: Kurt Student. Ainda em tenra idade, Student ingressou no Exército alemão. Iniciou na Academia Militar de Potsdam, em 1901, pouco antes

* Tenente-Coronel de Infantaria e Estado-Maior.

¹ Colaboração da ECEME. Abertura do Curso de Precursores Pára-quedistas da Bda Inf Pqdt em 2003.

de entrar na adolescência e, a partir daí, dedicou-se ao ofício das armas por toda a sua vida.

Após os anos escolares, foi designado para servir em um batalhão de caçadores, quando foi voluntário para realizar o curso de piloto de avião, período inicial da aviação militar na Alemanha. Concluiu o curso com aproveitamento e cumpriu várias missões de reconhecimento durante a Primeira Guerra Mundial e foi ferido em combate.

Os aliados venceram a guerra e impuseram à Alemanha o Tratado de Versalhes que, entre várias restrições, proibiu a existência de uma aviação, limitou o efetivo do Exército a 100 mil homens e reduziu drasticamente a Marinha, resumindo a sua tarefa à defesa da costa.

Mas o velho Estado-Maior alemão, disfarçadamente, manteve um exército de quadros, acompanhando a evolução da arte da guerra em vários países, principalmente na Rússia e, quanto à aviação, criou clubes de planadoristas que, desenvolvendo o esporte, na realidade manteve homens habilitados a pilotar aeronaves.

Com a subida ao poder do partido Nacional-Socialista (nazista), representado por seu líder Adolf Hitler, dentre as ações governamentais implementadas, foi denunciando o Tratado de Versalhes e também foi criada a Força Aérea Alemã. Kurt Student foi convidado para esse empreendimento e dele participou ativamente, estudando e propondo a compra de aparelhos e desenvolvendo doutrinas de emprego.

Ele estava absorvido em suas atividades quando recebeu o comando de uma divisão aérea, reunindo aviões e pára-quedistas da Força Aérea e do Exército. Essas

tropas pára-quedistas eram ainda incipientes e estavam constituídas de um batalhão da Força Aérea, uma companhia do Exército, além de uma escola de pára-quedistas. Os alemães não sabiam exatamente como utilizá-las. A missão de descobrir uma utilização eficiente, para o que foi chamado de arma aérea, foi dada a Kurt Student.

Apoiado por seu subcomandante, Heinz Trettner, que levantou as possibilidades do emprego operacional dessa nova arma, e observando principalmente a utilização dos pára-quedistas russos como guerilheiros, chegou à conclusão de que era viável a aplicação desse poder no combate convencional. Student, que, inicialmente, duvidava do emprego de pára-quedistas, passou a ser ferrenho defensor dessa nova técnica de combate.

Possuíam o avião, o JU 52, pequena aeronave com três motores a hélice, um no nariz e um em cada asa, que lançava 10 pára-quedistas. Já utilizavam o pára-quedas RZ-16, que tinha uma fita ligando o seu invólucro a um cabo de aço na aeronave. Esta fita se distendia quando o homem abandonava o avião e a pressão exercida fazia com que o velame fosse extraído do invólucro e, então, ele se abria e conduzia o combatente até o solo. Os pára-quedistas lançavam o material rádio e morteiros em fardos. Mas existia um problema: como lançar as viaturas e o material de artilharia? A experiência nos clubes de planadoristas apontou uma possibilidade para Student, que aproveitou os planadores existentes e outros construídos especificamente para emprego militar e compôs um binômio pára-quedistas-planadoristas.

Alguns desses aparelhos possuíam um sistema de foguetes na frente e pára-que-

das na retaguarda, que facilitavam a ação de frear no momento da aterrissagem.

Realizaram diversos exercícios com sucesso. Inclusive, desconfiados de que o combatente não sobreviveria a uma ação em pleno inverno, lançaram uma companhia que voou, por mais de duas horas, na altura de lançamento, com temperaturas abaixo de 15°; apenas 12 homens ficaram incapacitados, devido às péssimas condições reinantes. O sucesso obtido proporcionou a Student a confiança para o emprego da nova arma em combate.

Após a vitória alcançada na invasão da Polônia, Hitler ordenou a participação das tropas pára-quedistas na operação de invasão da França, para acelerar os deslocamentos do Exército alemão, conquistando os locais de passagem obrigatória na Bélgica e na Holanda, regiões entrecortadas de canais. Na Bélgica, existia a fortaleza de Ebam-Emael, com 800 X 1.000m aproximadamente, que dominava uma região de passagem obrigatória, além de três pontes importantes.

Student pensou em saltar dentro da fortaleza, mas a necessidade de a tropa estar imediatamente reunida para entrar em combate o levou a decidir por pousar dentro da fortaleza com os planadores, evitando a dispersão que acontece no salto em pára-quedas. Em 10 de maio de 1940, nove planadores pousaram no objetivo, chegando a raspar a fuselagem na murada da fortaleza, ao mesmo tempo que pára-quedistas saltavam próximo às pontes, conquistando-as.

Concomitantemente, Student comandava o salto na Holanda, empregando a sua divisão, a 7^a Divisão Aerotransportada, reforçada pela 22^a Divisão de Infantaria, que se deslocou em planadores e nos JU 52 que

pousaram nos campos. Na realidade, ele comandou um corpo de exército. Os regimentos saltaram em seus objetivos, mas houve forte reação das tropas holandesas, que abateram vários aviões e planadores. Alguns JU 52 atolaram e quebraram o trem de pouso impedindo a decolagem para pegar nova leva de combatentes. Vários pára-quedistas foram lançados fora da Zona de Lançamento(ZL) prevista.

Toda essa confusão levou a uma série de condutas por parte dos diversos comandantes e, inclusive, ao exercício da iniciativa por parte dos soldados que combatiam em pequenos grupos até se reunirem às suas unidades. Tal esforço permitiu que os obstáculos fossem vencidos e os objetivos alcançados, de modo que, no dia 12 de maio, foi realizada a junção com os carros blindados.

Nesse episódio foram empregados 7.200 homens, sendo feridos e mortos apenas 180. Student foi um dos feridos - recebeu um tiro na cabeça -, mas graças a um médico holandês, sobreviveu e retornou às suas atividades normais após um período de convalescença.

Hitler ficou eufórico com o sucesso da operação e condecorou os pára-quedistas que conquistaram os objetivos na Holanda e na Bélgica, pela bela demonstração de uma nova forma de guerra. Após essa missão, a 7^a Divisão evoluiu para um corpo aeroterrorre completo e os oficiais foram promovidos. Vários voluntários acorriam para a escola de pára-quedistas. Aviões, armas e equipamentos eram postos à disposição das tropas e vários ensaios e estudos eram levados adiante.

Após a conquista da França, o Alto Comando alemão voltou as suas atenções

para a Rússia. Mas, para deslocar as forças militares para os objetivos em território russo, era necessária a conquista de várias regiões no sul da Europa, a fim de garantir a segurança no deslocamento. Foi nesse contexto que ocorreu a conquista da Grécia.

O 2º Regimento da 7ª Divisão Aeroterrestre saltou de pára-quedas e desembarcou de planadores, no dia 26 de abril de 1941, perto da cidade grega de Corinto, para a conquista da travessia do canal lá existente, e que foi demolida pelos defensores. Mas os engenheiros pára-quedistas improvisaram outra às pressas, para que o Exército alemão não retardasse as suas operações. Com perda de menos de duzentos homens, entre mortos e feridos, eles capturaram cerca de 2.500 soldados britânicos e gregos.

Ainda dentro do quadro de conquista de regiões que possibilitassem segurança para a invasão da Rússia, estava a Ilha de Creta, para onde retraíram várias tropas gregas. Os aeródromos lá existentes permitiam aos aliados realizar incursões nos campos petrolíferos que forneciam combustível para as forças alemãs. Sua conquista se tornou necessária e a missão foi dada ao General Student.

Seria uma tarefa diferente, pois dessa vez não haveria a junção com o Exército, cabendo toda a responsabilidade à Força Aérea. O Corpo Aeroterrestre recebeu vários objetivos na ilha, entre aeródromos e portos. Dessa forma, foram constituídos quatro grupos, com ZL distintas ao longo do litoral norte da ilha.

A quantidade de aviões e planadores não era suficiente para transportar toda a tropa, necessitando organizar levas sucessivas de pára-quedistas e de planadoristas. No dia 20 de maio de 1941, teve início a

invasão. Os aviões bombardearam pesadamente a ilha, antes do assalto aeroterrestre, mas várias posições defensivas aliadas permaneceram incólumes e abriram fogo sobre os combatentes alemães ainda no ar ou nos planadores. Existiam, ainda, navios da Esquadra britânica que, além de ajudar no retraimento das forças aliadas da ilha, participaram do combate.

Para a execução da segunda leva houve muita confusão, pois a poeira levantada nos aeródromos dificultava sobremaneira a aproximação dos pára-quedistas que não encontravam as suas aeronaves. Assim, apenas uma pequena parte da segunda leva decolou e foi acompanhada pelos aviões caça e bombardeiros. Estes, devido à necessidade de combustível, tiveram que retrair, deixando o grosso da segunda leva sem proteção, o que ocasionou grande quantidade de perdas entre os pára-quedistas alemães. Houve erros de ZL e de Zonas de Pouso(ZP). Mas, depois de cinco dias de luta, com o reforço de mais pára-quedistas e planadoristas, além do apoio de fogo aéreo, a ilha foi conquistada.

Cerca de seis mil alemães morreram nessa operação e vários aviões foram destruídos, juntamente com suas tripulações. Hitler considerou a missão como essencial e que, evidentemente, só poderia ter sido feita por um ataque aeroterrestre. Mas decidiu que nunca mais usaria operações aeroterrestres, já que dependiam fundamentalmente da surpresa, e tudo indicava que esse fator havia sido esgotado.

O Corpo Aeroterrestre passou a ser desmembrado, com os seus regimentos reforçando as frentes de combate. No entanto, a formação de outros regimentos pára-quedistas continuou e milhares de volun-

tários surgiam de todas as partes. Nesse período algumas inovações foram implementadas, tais como: instalou-se no pára-quedas uma caixa de soltura rápida para facilitar a desequipagem do combatente ao chegar ao solo, foi melhorada a estabilidade do velame e um equipamento simples permitiu que o homem transportasse cargas ao saltar.

Objetivos como a Ilha de Malta, que o Alto Comando alemão planejou conquistar com tropas pára-quedistas, e o exemplo do assalto aeroterrestre bem-sucedido dos aliados no Norte da África fizeram com que Hitler reconsiderasse o seu pensamento, determinando a criação de mais uma divisão aeroterrestre.

No dia 25 de julho de 1943, Benito Mussolini, *premier* italiano, aliado dos nazistas, foi demitido e preso pelo rei da Itália. Hitler determinou que Student elaborasse e executasse um plano para resgatar Mussolini. Student recebeu o reforço de Otto Skorzeny, membro das forças especiais alemãs.

Descobriram que Mussolini estava preso em um hotel numa região montanhosa e de grande altitude, sobre um pequeno platô. Student pensou logo em saltar de pára-quedas perto do hotel, mas o ar rarefeito provocaria excesso de dispersão na tropa, além do que o platô era muito pequeno para ser uma ZL. A saída seria usar planadores.

Um batalhão tinha a missão de isolar o objetivo, e uma companhia mais Skorzeny e seus homens eram responsáveis pelo resgate, todos em planadores. O batalhão che-

Cerca de seis mil alemães morreram nessa operação e vários aviões foram destruídos. Hitler considerou a missão como essencial, mas decidiu que nunca mais usaria operações aeroterrestres.

gou aos seus objetivos de isolamento. Quanto aos planadores do resgate, no momento em que chegaram próximos à ZP, verificaram que era impossível a aterrissagem por causa das rochas e decidiram, em pleno vôo, pousar no estacionamento do hotel. Os 11 planadores, valendo-se dos foguetes, dos pára-quedas e de muitas orações, amontoaram-se no local, sendo que apenas um caiu no precipício.

Conseguiram resgatar Mussolini, mas o avião que pousaria no vale próximo ao hotel não chegou. Assim, o pequeno avião de Student foi uti-

lizado para o transporte do líder italiano. Skorzeny também embarcou no avião e foi necessário que os pára-quedistas segurassem o avião pela cauda enquanto o piloto acelerava, até que, a um sinal, largassem a pequena aeronave que rolou sobre o pequeno ressalto e conseguiu, com dificuldade, ganhar altura e levar o *premier* italiano até Hitler.

Apenas mais uma pequena operação, empregando assalto aeroterrestre, foi levada a efeito pelos alemães até o fim da guerra, com o efetivo de um batalhão. Contudo, a atividade de formação e preparação continuou, de forma que foi criado o Exército Aerotransportado alemão, chegando a um efetivo de 160 mil homens. Foram utilizados como combatentes regulares até o final da guerra, destacando-se das demais tropas pela determinação em cumprir a missão.

Os alemães deram grande contribuição à atividade aeroterrestre, tanto em tecnologia como no desenvolvimento doutrinário. Ficou claro que se fazia necessário

um detalhamento meticuloso nos planos, além de alguns alternativos para possibilitar o cumprimento das missões.

Contudo, outros fatores relacionados aos atributos da área afetiva mostraram-se fundamentais: a forte determinação em cumprir a missão, mesmo correndo riscos, o alto grau de coragem física e moral, a flexibilidade para se adaptar às mudanças nos planos e a iniciativa para adotar condutas de combate, mesmo sem a presença dos chefes. Essas qualidades caracterizavam todos os integrantes da tropa, desde os soldados até os comandantes, o que demonstrava que esses atributos devem ter sido trabalhados durante a formação.

O que se fazia na Alemanha não passou desapercebido para outros países. Nos Estados Unidos, por exemplo, as atividades aeroterrestres eram acompanhadas com curiosidade e estudadas em detalhes, de forma que muitos ensinamentos foram colhidos e adaptados para as tropas pára-quedistas americanas.

Em seu livro *Até Berlim*, o General Gavin conta como essa nova forma de combate foi inserida na doutrina de combate dos aliados. Como capitão, Gavin fez o curso de pára-quedista nos EUA, sendo transferido para o núcleo que deu origem à 82ª Divisão Aeroterrestre americana.

Ele comandava um regimento da Divisão antes de entrar em combate na Segunda Guerra Mundial. Durante a formação dos pára-quedistas, Gavin notou que, além do vigor físico em alto grau, para enfrentar as vicissitudes de um combate à retaguarda do inimigo, o soldado deveria ter o seu valor individual elevado ao mais alto nível, pois, com a evolução da arte da guerra, o homem não poderia simplesmente aguardar ordens

ou combater exclusivamente inserido em uma fração, pois a dispersão no salto, somada aos erros de lançamentos, não deveria servir de motivo para que o soldado não se esforçasse para colaborar no cumprimento da missão do conjunto.

Várias atitudes foram tomadas para valorizar o indivíduo e, ao mesmo tempo, se buscou fortalecer o espírito de corpo. O simples fato de colocar na camisa e blusas de combate o nome de guerra do combatente, além de incutir o pensamento de que ele pertencia a uma tropa de elite, são exemplos das iniciativas adotadas.

Na invasão da Itália, a partir do Norte da África, o comandante da 82ª Divisão Aeroterrestre, General Ridgway, determinou ao Coronel Gavin que planejasse um assalto aeroterrestre na Sicília, comandando um Grupamento Tático (GT) reforçado, já que não havia aeronaves suficientes para um efetivo maior. O GT era composto pelo seu Regimento, o 505º, pelo 456º Grupo de Artilharia Pára-quedista, pelo 3º Batalhão do 504º RI Pqdt e pela 2ª Companhia do 307º Batalhão de Engenharia Pára-quedista.

A missão do GT era proporcionar segurança ao desembarque das tropas aliadas, em face das tropas alemãs estacionadas na ilha, como a Divisão Panzer Hermann Goering. O plano era simples. A formação de aeronaves decolaria da Tunísia em direção à Ilha de Malta, para então tomar o rumo norte e chegar às ZL marcadas a leste de Gela, na Sicília. Mas fortes ventos terminaram desviando algumas aeronaves, ultrapassando a Ilha de Malta. Refazendo a rota elas se dirigiram para a Sicília por outros rumos. Para se ter idéia da confusão causada pelos ventos, algumas aeroná-

ves chegaram a pousar na ilha para se reorientarem, decolando depois em direção ao objetivo. Outro fator de confusão foi o fogo antiaéreo inimigo que fez com que alguns pilotos aumentassem a velocidade das aeronaves, provocando violentos choques na abertura dos pára-quedas, causando perdas de material. Outras aeronaves erraram as ZL. Assim, um lançamento que estava previsto para ser concentrado a leste de Gela terminou por espalhar-se pelo sudeste e sul da ilha.

Alguns pára-quedistas não sabiam se estavam na Sicília, na Itália ou na Grécia, mas logo após a aterrissagem procuraram formar pequenos grupos que, após se orientarem, dirigiram-se para os objetivos, a fim de organizar alguma resistência ao alemão. Os combates travados foram violentos e os pára-quedistas tiveram que utilizar vários expedientes para cumprir a missão, como usar tratores que encontraram na região, veículos de toda espécie, além de uma vontade obstinada de lutar, provavelmente pelo fato de estarem em território dominado pelo inimigo.

Apesar dos percalços, a tarefa foi cumprida. Os pára-quedistas conseguiram deter o avanço da Divisão Panzer o tempo suficiente para que as tropas aliadas pudessem realizar o desembarque nas praias da Sicília, em segurança. A partir daí, as tropas aliadas iniciaram o deslocamento em direção à ponta da bota italiana.

Os pára-quedistas realizaram várias reuniões para avaliar a operação que haviam cumprido e chegaram à conclusão que deveriam treinar um pequeno grupo de pilo-

tos e pára-quedistas, a fim de saltarem antes da coluna de aviões, de modo a estabelecerem, no solo, sinalização que facilitasse a aproximação das aeronaves e a reorganização das tropas. Assim foi criada a escola de precursores, ainda em solo siciliano.

Nesse quadro, foi planejada a conquista da cidade de Roma por meio de um assalto aeroterrestre. Os aviões dos precursores já estavam taxiando quando a missão foi cancelada devido aos dados que o General Ridgway, assessorado pelo Comandante da Artilharia Divisionária Pára-quedista, obteve em reconhecimentos, os quais apontaram um aumento de tropas alemãs em torno de Roma, além da constatação de que o apoio que os italianos dariam à operação poderia não se efetivar.

No prosseguimento da invasão à Itália, os aliados resolveram realizar um desembarque anfíbio próximo a Salerno, com as tropas americanas, e outro em Taranto, com as tropas inglesas. O V Exército americano recebeu a 82ª Divisão Aeroterrestre para essa missão, deixando-a em reserva. Durante a consolidação da cabeça-de-praia, o V Exército americano sofreu pesado contra-ataque alemão. O General Mark Clark, comandante da operação em Salerno, enviou um piloto com uma carta escrita de próprio punho para o General Ridgway, que estava na Sicília, na qual determinava o lançamento de dois regimentos pára-quedistas dentro da cabeça-de-praia, a fim de possibilitar a realização de um contra-ataque, e de um batalhão, ao norte da cidade de Avellino, para cortar as comunicações e o suprimen-

*Na invasão da Itália,
a partir do Norte da África,
o Comandante da
82ª Divisão Aeroterrestre,
General Ridgway, determinou
ao Coronel Gavin
que planejasse um assalto
aeroterrestre na Sicília.*

combatente que estará à retaguarda do inimigo, sem os apoios convencionais e sem muitas opções de retraimento.

Em 1948, o Tenente Nathan Guaraná de Barros foi enviado para realizar o Curso de Precursor Pára-quedista nos EUA (*Pathfinder*). No retorno ao Brasil, o Tenente Guaraná logo passou a incrementar a atividade dos precursores pára-quedistas nos treinamentos de salto, na ZL de Gramacho, a primeira no País. Em 1951, foi realizado o primeiro Curso de Precursores Pára-quedistas no EB e, a partir de então, foram formados, até os dias atuais, cerca de trezentos precursores.

Atualmente, existe a Companhia de Precursores Pára-quedistas (Cia Prec Pqdt), orgânica da Bda Inf Pqdt. Esses homens são habilitados a realizar o seu próprio lançamento de bordo de aeronaves, a lançar tropas a partir de um ponto materializado no solo ou determinar o momento do acendimento da luz verde no avião, que libera o pára-quedista para o salto. Realiza operações de ZL, o seu reconhecimento e a sua utilização. Realiza operações de Zona de Pouso de Helicópteros (ZPH); realiza operações de ZP e atua como Guia Aéreo Avançado (GAA), entre outras atividades, tais como demolições e reconhecimentos, as quais pode desenvolver em território inimigo.

Além de oficiais e sargentos precursores, a Companhia conta com os cabos e soldados auxiliares de precursor. Para isso, eles são selecionados entre os melhores pára-quedistas e realizam um curso de cerca de três meses, com intensas atividades que os habilita como auxiliares em todas as tarefas do precursor.

Estudando os manuais de Estratégia e de Operações, pode-se constatar que, na

doutrina do EB, no contexto de um exército de campanha ou escalão mais alto, a tropa pára-quedista é própria para a realização da manobra estratégica de flanco, quando uma parte menor da força realiza uma ação secundária para fixar, atrair reservas ou iludir o inimigo, enquanto a ação principal se desenvolve nos flancos e ou na retaguarda, possibilitando a destruição da tropa oponente.

Essa possibilidade de realizar movimentos amplos e profundos e de se deslocar a grandes distâncias com a velocidade do avião, podendo chegar pousando, realizando o pouso de assalto ou de pára-quedas, no assalto aeroterrestre, somada às características de Área de Operações Continentais (AOC) existentes no território brasileiro, levaram o Estado-Maior do Exército a incluir a Bda Inf Pqdt entre as Forças de Ação Rápida (FAR) estratégicas, como pode ser visto no SIPLEX.

Das tropas que integram as FAR estratégicas, a Bda Inf Pqdt é a que possui maior mobilidade estratégica, capaz de atuar em qualquer parte do País, partindo de um único ponto sem a necessidade de escala.

Um dos fatores que permite a rapidez de atuação da Bda Inf Pqdt é a ação da Cia Prec Pqdt que realiza diversos reconhecimentos em todo o território nacional, levantando as principais ZL, ZP e ZPH, além de outras atividades que possibilitam ao Comando da Brigada possuir um banco de dados que facilitará as futuras operações. As equipes precursoras, hoje, têm a capacidade de se infiltrar em qualquer área, por diversos meios, como salto livre a grande altitude, salto automático, infiltração aquática e subaquática, através de montanhas

e selva, tudo para chegar aos objetivos em condições de exercer o apoio às ações da Bda Inf Pqdt.

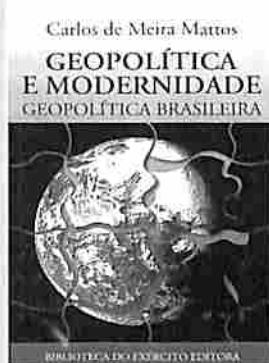
O pára-quedista é um homem que deve desenvolver atributos como coragem, determinação, inteligência, iniciativa, vigor físico e espírito de corpo, todos

em alto grau. No caso do precursor, onde, como bem se pode ler em sua canção: pára-quedista, de todos, o mais empolgado, esses atributos ganham características exponenciais e se somam à responsabilidade, para garantir a segurança do salto dos demais pára-quedistas. ☀

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Ly, Ser Pára-quedista. Rio de Janeiro, RJ, 1995.
- BRASIL. EXÉRCITO. ESTADO-MAIOR. C 124-1 - Estratégia. Brasília, DF, 2001.
- _____. C 100-5 - Operações. Brasília, DF, 1997.
- _____. Siplex: Sistema de Planejamento do Exército - SIPLEX. Brasília, DF, 2002.
- BRIGADA DE INFANTARIA PÁRA-QUEDISTA. Revista do Cinquentenário, Edição histórica. Rio de Janeiro, DF, 1996.
- _____. Revista da Brigada de Infantaria Pára-quedista. Rio de Janeiro, DF, 2000.
- COMPANHIA DE PRECURSORES PÁRA-QUEDISTA. Revista da Companhia de Precursors Pára-quedista, Rio de Janeiro, RJ, 1998.
- FARRAR-HOCKLEY, Anthony H. *Pára-quedistas alemães, a supertropa*. História Ilustrada da Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: ed. Renes LTDA, 1975.
- GAVIN, James M. *Até Berlim*. Rio de Janeiro: BIBLIEx. 1982.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



Geopolítica e Modernidade

Carlos de Meira Mattos

A obra evidencia a importância crescente da geopolítica nos tempos atuais. Avalia a prevalência dos seus fundamentos, na atualidade, em face das transformações do meio geográfico e dos instrumentos de ação política que interagem nas suas concepções. O autor busca resposta para as questões resultantes da noção de poder e espaço geográfico, à luz da modernidade.

Enfrentando o gigante¹

Walter Nilton Pina Stoffel²

RESUMO

O artigo faz uma resenha dos acontecimentos relativos à Segunda Guerra do Golfo e chama a atenção para o papel desempenhado pelos EUA e pela França se opondo à ação militar unilateral dos EUA. Na pesquisa que desenvolveu, o autor procurou registrar o que é visto, o que é dito por uns e por outros, o que é percebido nas entrelinhas. Freqüentemente conflitantes, essas facetas, observadas no seu conjunto, permitem uma compreensão inicial dos fatos.

PALAVRAS-CHAVE

Crise no Iraque, Guerra do Golfo, mundo unipolar, EUA, França.

A recente crise no Iraque, mais especificamente nas semanas que precederam o início das operações militares anglo-americanas contra o país, caracterizou-se por uma franca oposição à opção armada da parte da Rússia, da Alemanha, e, principalmente, da França. Embora a relação entre os dois lados do Atlântico tenha vivido nos últimos anos alguns momentos de divergências e conflitos de interesses, no campo político e, particularmente, no econômico, surpreendeu a alguns analistas a firme posição francesa. Especialmente se a considerarmos protagonizada por Jacques Chirac, um persona-

gem que não se destacou propriamente, em seu passado político, por posições firmes, e para quem, no dizer de Edgar Faure, pensar era repetir o que pensam os outros (ACTUALITÉS, 11 mar. 2003, /5/337te.html).

O que provocou essa atitude? O que mais existe além da posição oficial de defensor da paz no mundo? Quais os interesses em jogo, os motivos, os objetivos?

O CONTEXTO

O cessar-fogo da Guerra do Golfo em 1991 foi condicionado à aceitação, pelo regime de Saddam Hussein, da resolução

¹ Tenente-Coronel de Artilharia e Estado-Maior. Chefe da Seção de Pós-graduação da ECEME.

² Colaboração da ECEME.

687/91 da ONU, que previa seu desarmamento, abrindo mão de armas de destruição em massa e mísseis de longo alcance, bem como de programas nucleares de qualquer natureza. Desde o início, o processo enfrentou sucessivos obstáculos, apesar do controle militar através das zonas de exclusão aérea e do embargo econômico. Falta de cooperação das autoridades iraquianas, pressões políticas de todas as direções, sucessivas interrupções dos trabalhos da comissão de verificação das armas proibidas, afastamento de dirigentes do processo, desrespeito a resoluções da ONU têm sido variáveis freqüentes dessa equação.

ANTECEDENTES DA ATUAL CRISE

No segundo semestre de 2002, com o trabalho dos inspetores da ONU completamente interrompido, após terem sido expulsos por Saddam em 1998, intensificam-se as discussões a respeito do assunto, surgindo as primeiras referências a um possível ultimato, e à possibilidade de um ataque preventivo. Com o sucesso da invasão do Afeganistão e aproveitando o clima mundial de apoio na luta contra o terrorismo, o Governo dos EUA começa a falar de uma possível intervenção no Iraque, um dos integrantes do “eixo do mal”.

Na 10ª Conferência dos Embaixadores em Paris, em 29 de agosto de 2002, o Presidente francês Jacques Chirac se declara inquieto quanto à “tentativa de legitimar o uso unilateral e preventivo da força”, doutrina “perigosa e contrária à visão coletiva de segurança da França e ao direito internacional”, consideração que ele retoma em 9 de setembro de 2002, em entrevista ao *New York Times*, quando lembra

que nenhuma prova foi oficialmente apresentada ligando o Iraque à Al Qaeda. No encontro de ministros europeus das Relações Exteriores, em 31 de agosto, Dominique de Villepin enfatiza a necessidade de uma postura firme com relação ao Iraque, mas sem abandonar a democracia e o direito, reafirmando a posição francesa a favor de uma resolução da ONU exigindo o retorno incondicional dos inspetores de armas ao Iraque. Em 10 de setembro, em entrevista ao periódico *La Croix*, a Ministra da Defesa Michèle Alliot-Marie volta ao tema, ressaltando que “uma eventual intervenção no Iraque não poderia ter lugar a não ser em respeito às decisões do Conselho de Segurança da ONU (FRANCE, 2002).

Em meados de setembro, Saddam Hussein declara aceitar o retorno dos inspetores da ONU, o que é visto por alguns como uma manobra teatral para ganhar tempo. Questionado a respeito em entrevista na cadeia de televisão Europe 1, o General Kelche, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas francesas, destaca a necessidade de ser mantida uma pressão da ONU sobre o Iraque, para garantir sua boa vontade e o progresso do processo de verificação, e avalia em não menos de um ano o prazo necessário para concluir uma verificação eficaz (FRANCE, 2002).

Em 8 de novembro de 2002, o Conselho de Segurança aprova por unanimidade a Resolução 1.441, dando ao Iraque uma “oportunidade final” para a retomada imediata das verificações e colaboração irrestrita e incondicional do Governo iraquiano para complementação do desarmamento estabelecido pela Resolução 698 e subsequentes, sob pena de enfrentar “sérias consequências” (UNITED NATIONS, 2002).

CRISE DIPLOMÁTICA

É aí que começam as divergências. A resolução estabelece um prazo de 45 dias – cumprido pelo Iraque – para o reinício das verificações, mas nenhum prazo para a conclusão do processo. A resolução também não especifica a natureza das consequências, caso o Iraque não colabore. Os EUA julgam o processo lento e ineficaz, acusam o Iraque de não prestar colaboração no nível exigido pela Resolução 1.441, e, em 27 de janeiro de 2003, começam os preparativos para ações militares, concentrando tropas na região do Golfo. Ao mesmo tempo, o Secretário de Estado Colin Powell tenta convencer a ONU da inutilidade do trabalho dos inspetores, da existência de armas proibidas no Iraque, de suas ligações com o terrorismo internacional. Sem sucesso. Os relatórios de Hans Blix, chefe da UNMOVIC – Comissão de Verificação, Inspeção e Monitoramento da ONU –, e de Mohamed ElBaradei, Diretor Geral da IAEA – Agência Internacional de Energia Atômica –, dão conta de avanços substanciais, apesar de uma colaboração ainda incompleta das autoridades iraquianas. ElBaradei, em particular, é enfático, dizendo que, em três meses e 218 inspeções, não foi encontrada nenhuma evidência de retomada do programa nuclear neutralizado pela ONU em 91.

Os EUA, com apoio da Grã-Bretanha, anunciam um ultimato de 10 dias ao Iraque, incluído em proposta de resolução a ser submetida ao Conselho de Segurança da ONU, dando a Saddam Hussein até 17 de março de 2003 para entregar todas as armas proibidas e esclarecer as dúvidas sobre todos os seus programas bélicos (BUSH, 2003).

O ultimato desencadeia franca oposição francesa, apoiada por Rússia, China e Alemanha, argumentando que, em vista dos progressos em curso e dentro do cumprimento da Resolução 1.441, caberia apenas aos inspetores indicar a impossibilidade de prosseguir seu trabalho e a necessidade de passar a outras medidas mais duras. E que o caminho ainda não era o da guerra, mas do prosseguimento das inspeções e da pressão diplomática internacional. Os ânimos se exaltam, e os debates de 7 de março de 2003, no plenário das Nações Unidas, se transformam em um apaixonante duelo verbal entre Dominique de Villepin e Jack Straw, Ministro britânico das Relações Exteriores (RODRIGUES, 2003).

REAÇÕES

A partir de meados de fevereiro e nas semanas que se seguem, multiplicam-se a polêmica e os protestos contra a guerra. Até mesmo nos EUA e na Inglaterra milhares de pessoas vão às ruas pela paz. Centenas de pessoas são presas em manifestações de rua nos Estados Unidos. O apoio político de Tony Blair fica enfraquecido no parlamento inglês, e o Secretário de Defesa americano, Donald Rumsfeld, declara que se os britânicos não quiserem acompanhá-los os EUA farão a guerra sem eles, evidenciando divergências entre os aliados (SYLVESTER, 2003).

Em comunicado oficial de 12 de março de 2003, o Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, alerta os EUA de que uma ação militar sem o aval do Conselho de Segurança seria ilegítima, lembrando que a Organização das Nações Unidas foi criada para preservar as gerações futuras do flagelo da guerra.

ra, e que o uso da força, como derradeiro recurso, deve acontecer apenas quando houver certeza de que todas as medidas pacíficas possíveis foram esgotadas. Acrescenta ainda que os eventos no Iraque terão repercussão em outras áreas, e que quanto maior o consenso obtido, maiores as chances de resolver outros conflitos, como o da Palestina e o problema da proliferação nuclear norte-coreana (ACTUALITÉS, 12 mar. 2003, /85/33979.html).

Buscando romper o impasse no Conselho de Segurança, e assim obter o apoio da opinião pública de seu próprio país, Blair apresenta uma alternativa para o Iraque evitar a guerra, com uma lista de exigências a serem cumpridas imediatamente. Começam as especulações de que os EUA abandonariam as tentativas de obter a aprovação da ONU. Londres acusa Paris de intransigência por não aceitar nenhuma proposta que autorize o uso imediato da força. Multiplicam-se as manifestações de apoio à França e contra a guerra, entre as quais as do Papa, do presidente Lula e do ex-presidente norte-americano e Nobel da paz de 2002, Jimmy Carter, que alerta os EUA para os riscos de minar a ONU como instituição para a paz, e de perder a confiança e o apoio internacionais conquistados após os atentados de 11 de setembro de 2001, mesmo de regimes oficialmente antagônicos (GUERRA, 2003).

ACUSAÇÕES

Começam as acusações de que o verdadeiro interesse norte-americano não seria restaurar a democracia no Iraque ou eliminar ligações terroristas, mas controlar o petróleo do país, segunda maior reserva do

mundo, já que os EUA estariam caminhando para uma crise de energia sem precedentes (ESPECIAL, 20 mar. 2003, p. 6A).

Em meio às críticas sobre a real necessidade da guerra, o Secretário de Estado norte-americano Colin Powell critica a França por anunciar antecipadamente sua intenção de vetar a proposta americana, influenciando os membros não permanentes do Conselho de Segurança da ONU, e a Casa Branca começa a negociar individualmente com esses membros, visando a conquistar os seus votos. Questionada, em entrevista à rede ABC, se essa conquista envolvia benefícios comerciais ou similares, a Conselheira de Segurança Nacional dos EUA, Condoleezza Rice, admite que nessa negociação os EUA estão lidando com interesses desses países membros. Funcionários do gabinete Blair ameaçam renunciar (BATALHA, 2003).

Em 14 de março, o jornal *Los Angeles Times* divulga trechos de um relatório do Departamento de Estado dos EUA que afirma que a probabilidade de se levar a democracia ao Oriente Médio através da guerra no Iraque é mínima, contrariando o discurso oficial do Presidente Bush (RELATÓRIO, 2003).

O intelectual norte-americano Noam Chomsky (2003) junta-se aos críticos de uma ação militar no Iraque, que qualifica de “reflexo de uma ambição imperialista, num mundo unipolar”, e que pode levar a uma “proliferação de armas de destruição em massa e do terror. Afinal, parece ser mais seguro, para evitar um ataque norte-americano, imitar a Coréia do Norte e apresentar realmente uma ameaça militar crível. No entanto, se existem armas químicas ou biológicas no Iraque, o caos da guerra vai facilitar que sejam pri-

vatizadas e oferecidas no mercado negro do terror". Acusa também o Governo norte-americano de contabilizar as preocupações e temores da população americana após os atentados do 11 de setembro de 2001 com fins eleitorais. Mantendo as atenções voltadas para a área de segurança, o Governo desvia os olhares da área econômica, social e outros pontos fracos da atual administração. Os gaviões - Cheney, Rumsfeld, Richard Perle, Paul Wolfowitz, Condoleezza Rice - que estão ligados ao poder não estariam agindo de maneira desconexa, mas continuando um plano de ação geopolítico traçado desde os anos 80, e estendido agora por Bush como estratégia nacional de "dominar o mundo pela força e de usar o poder militar em ataques preventivos, antecipando qualquer desafio antes que se torne uma ameaça ao poder dos EUA". E denuncia ainda a campanha de propaganda, iniciada em setembro de 2002, que já convenceu metade da população norte-americana de que o Iraque é responsável pelo 11 de setembro. "É uma fabricação completa. O próximo passo será convencê-la de que a guerra será rápida, limpa, cirúrgica, humanitária: uma guerra de libertação do Iraque."

Militares norte-americanos admitem a possibilidade de utilizar um conflito no Iraque como campo de teste para novos armamentos. Essa possibilidade reforça a suspeita de uma forte pressão da indústria bélica norte-americana no sentido de uma ação militar. A esse respeito, o General Carlos de Meira Mattos alerta para a possível volta do pesadelo atômico. Se a bomba nuclear tinha passado a ser considerada um instrumento de dissuasão terrível demais para ser usada, a nova postura norte-americana reabilita seu papel como arma

possível de ser usada, na forma de engenhos táticos, minibombas nucleares capazes de destruir *bunkers* (MATTOS, 2003). Em se tratando de materiais radioativos, na verdade as Forças Armadas norte-americanas já vêm utilizando há vários anos urânio empobrecido, em blindagens e munições. Prática repetida agora no Iraque e admitida oficialmente pelos EUA e Grã-Bretanha. Segundo eles, os riscos são desprezíveis, afirmação questionada pelo programa ambiental da ONU - UNEP - que alerta para a possibilidade de contaminação dos lençóis freáticos (ESPECIAL, 8 abr. 2003, p. 3).

Até o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso junta-se aos apelos pela paz, alertando para os riscos de uma atitude pós-imperialista que pode levar ao esfacelamento do multilateralismo (BARBOSA, 2003).

INVASÃO

Os protestos diplomáticos e populares não são suficientes para demover a coalizão anglo-americana de suas intenções. Chirac tenta lançar uma proposta de resolução estabelecendo um prazo de dois meses para a conclusão do trabalho dos inspetores da ONU, prontamente rejeitada pelo Vice-Presidente norte-americano Dick Cheney. Em 16 de março de 2003, nos Açores, George Bush se reúne com Tony Blair e Jose Maria Aznar, Presidente do Governo espanhol, e lança um ultimato ao Iraque e à ONU, anunciando o dia seguinte como o "momento da verdade", ao fim do qual estaria fechada qualquer janela diplomática. (UNITED STATES OF AMERICA, 2003). Ao fim do dia 17 de março, após abandonar os esforços para obter o apoio da ONU para uma ação militar no Iraque,

Bush lança um ultimato final a Saddam Hussein, dando-lhe 48 horas para renunciar e deixar o país com sua família. Na noite de 19 de março, madrugada de 20 de março em Bagdá, tem início a invasão.

O ataque ao Iraque sem o aval da ONU intensifica a onda de protestos e acusações em todo o mundo. Manifestações gigantes acontecem nas Américas, Europa e Ásia. Norman Schwarzkopf, comandante das forças da coalizão na operação Tempestade do Deserto, em 1991, declara-se contra a invasão. A mesma posição é defendida pelo prêmio Nobel de literatura José Saramago, pelo Governo russo e pelo Papa, que alerta para a ameaça ao destino da humanidade. Michael Moore, documentarista ganhador do Oscar, critica duramente Bush na cerimônia de entrega do prêmio. Analistas alemães consideram a guerra uma infração ao direito internacional, e a Federação dos Escritores da Alemanha propõe a possibilidade de processar George W. Bush e Tony Blair, juntamente com Saddam Hussein, no Tribunal Penal Internacional. Günter Grass, um dos membros da Federação e Nobel de literatura em 2000, chega a comparar Bush a Bin Laden em seu discurso fundamentalista e critica a tentativa norte-americana de comprar o voto de membros do Conselho de Segurança, ameaçando por outro lado o grupo dos pacifistas (ESPECIAL, 20 mar. 2003, p. 7 - 21 mar. 2003, p. 4, 6 - 23 mar. 2003, p. 4 - 24 mar. 2003, p. 8).

A maior parte das críticas prende-se ao aspecto humanitário, em face da previsão de milhares de mortos no conflito, em grande parte civis, além da possibilidade de um grande percentual de crianças morrer de inanição ou de sede, durante o cerco das grandes cidades. Quanto ao aspec-

to cultural, cabe lembrar que a Mesopotâmia foi o berço da civilização, há sete mil anos. É a terra de Abraão e o palco de boa parte dos eventos narrados no Gênesis. É a pátria da epopeia de Gilgamesh, do código de Hamurabi, de Nabucodonosor e seus jardins suspensos na Babilônia. A guerra nessa região põe em risco tesouros arqueológicos não apenas das culturas islâmica, cristã e judaica, mas de toda a humanidade.

A situação preocupa principalmente os países limítrofes. Em nítida alusão ao fato de Israel também possuir armas de destruição em massa e os EUA não se importarem com isso, o Rei Abdulla II da Jordânia defende a necessidade de remover as armas de destruição em massa de todos os países, sem exceção. Essa mensagem recorda que a estabilidade na região é muito mais complexa do que o simples desarmamento do Iraque ou a derrubada do regime de Saddam Hussein, e que o pós-guerra deverá ser muito mais difícil que o anunciado por Bush (ESPECIAL, 4 abr. 2003, p. 3). Na verdade, a incerteza quanto ao pós-guerra pretendido pelos EUA é um dos pontos fortes nas críticas apresentadas. Ocupar um país como "libertadores", para instaurar uma democracia, é um terreno perigoso. Esse discurso já foi usado pelos ingleses em 1917, e eles permaneceram em Bagdá por décadas (ESPECIAL, 7 abr. 2003, p. 6). O uso do mesmo argumento pelos norte-americanos também não tem antecedentes confiáveis, como podemos ver nos exemplos do Haiti, Nicarágua e República Dominicana. No dizer do Major-General Smedley Butler ao deixar o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, em 1933, essas invasões tiveram como único objetivo o benefício de Wall Street (ESPECIAL, 6 abr. 2003, p. 4). Tam-

bém no Afeganistão, o desenvolvimento do país e a anunciada “democratização” ainda não estão evidentes, e as acusações quanto à violação dos direitos humanos dos prisioneiros de guerra em Guantánamo ainda não foram esclarecidas.

Para Thomas Friedman (2003), colunista do *New York Times*, apesar do discurso de defesa da democracia, a política de Bush mostra que ele não está realmente interessado em consertar o mundo. Ele exige o apoio de todos, por exemplo, para enfrentar o terrorismo internacional e descobrir os responsáveis pelos atentados do 11 de setembro. Mas sobre problemas como o meio ambiente – uma preocupação universal – ele prefere ficar de fora.

As dúvidas de Luiz Garcia (2003) são também as dúvidas de muitos. O Iraque do pós-guerra conhecerá a única prosperidade que renasce hoje no Afeganistão – com a Union Oil of California construindo um oleoduto do Turcomenistão até o porto de Karachi, atravessando o país?

Já que um dos motivos do ataque é a suposta ligação de Saddam com o Al Qaeda, se a vitória militar não levar à destruição da rede terrorista (como não levou no Afeganistão), em qual país continuará a caçada? O conflito desestimulará os terroristas ou será o contrário? Por fim, quem tomará conta do petróleo do Iraque? Talvez a Halliburton do vice-presidente Cheney?

O DITO

Enquanto os protestos de rua contra a guerra se sucedem por todo o mundo, multiplicam-se as manifestações de apoio à posição do Governo francês, no próprio país e no exterior.

Um dos pontos fortes da argumentação francesa é sua coerência. Quando se apegam a todo custo à busca de uma solução pacífica e à necessidade do aval da ONU, Villepin e Chirac seguem fielmente o preconizado na política de defesa francesa. O Livro Branco de Defesa de 1994 contempla a ameaça terrorista e a proliferação de armas de destruição em massa, mas enfatiza também as responsabilidades internacionais da França, resultantes de suas obrigações como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, de sua história e de sua vocação particular. E ressalta o valor da democracia como garantia da estabilidade e da segurança internacionais, e chave para a construção de uma concepção européia e global de defesa (FRANCE, 1994). É por isso que, na sua estratégia de defesa, o item prevenção não fala de ataques, mas principalmente de ações políticas: consolidar as democracias, reduzir desequilíbrios econômicos e sociais etc (FRANCE, 2003a).

A defesa de valores caros à humanidade, como a democracia, o diálogo, a solução negociada das divergências, é outro ponto forte, que lhe valeu importante apoio internacional. As imprecações dos tablóides britânicos sobre o “pacifismo destruidor” do “verme Chirac” e a ironia da imprensa americana a respeito da “covardia francesa” foram ultrapassadas, pelo menos em volume, pelas manifestações favoráveis em todo o mundo, inclusive com milhares de cartas chegando às embaixadas da França pelo mundo. Mesmo nos países nórdicos, onde a francofilia não é exatamente espontânea, o apoio foi claro. O Ministro sueco das Relações Exteriores declarou que agiria da mesma forma se fosse membro permanente do Conselho de Segurança. Segundo afir-

mou o pesquisador Henrik Thune, do Instituto Norueguês de Estudos Internacionais, ele acreditava que a França estava adotando uma postura tática, para negociar com os EUA sua aprovação em troca da manutenção de seus interesses econômicos no Iraque. O ceticismo inicial deu lugar à surpresa e admiração. Hoje, alguns países originalmente contrários à integração européia estão considerando seus valores de multilateralismo e a ONU melhor representados por França e Alemanha do que pelos EUA. Para os editorialistas italianos, Jacques Chirac desafia o império. Mesmo se a França não puder impedir a marcha sobre Bagdá, ao menos está deixando clara a ilegalidade de uma ação unilateral (MANDEVILLE, 2003). Reflexo dessa visão é a forma com a qual se referem à guerra alguns órgãos de imprensa: "A Guerra de Bush" (*O Globo*), "A Guerra do Império" (*Folha de S. Paulo*), "Guerra del Peccato" (RAI - TV italiana).

Em entrevista às redes CBS e CNN, Chirac reafirmou os laços de amizade entre França e EUA: foi em nome desse elo transatlântico que ele pediu pela paz. E insistiu que a estratégia de Bush já funcionou: pressão política e ameaça militar fizeram aumentar de forma efetiva a cooperação ativa das autoridades iraquianas com os inspetores, e o objetivo do desarmamento estava sendo atingido sem precisar disparar um só tiro! Infelizmente, argumentos e manifestações não foram suficientes para evitar a guerra. Segundo Michèle Alliot-Marie, Ministra francesa da Defesa, somente a opinião pública americana poderia fazer Bush mudar de idéia (ACTUALITÉS, 14 mar. 2003, /030314/202/3 3hd6.html).

Minimizando as consequências da divergência com os EUA - "nossos países

continuam bons amigos" - e logo depois do ultimato de 48 horas lançado por Bush, Chirac resumiu a posição oficial francesa. Afirmou que o desarmamento estava em curso, segundo o testemunho dos inspetores, e não havia sentido interrompê-lo para passar para uma ação militar. Esta última seria um derradeiro recurso, quando esgotadas todas as outras possibilidades, o que ainda não acontecera. O prazo para o desarmamento, ou o momento em que ele não estivesse mais sendo possível, só poderia ser ditado pelos inspetores da ONU. E ressaltou a vigência da Resolução 1.441, dentro das medidas previstas para o desarmamento: derrubar o regime de Saddam, embora deseável, não era o que foi decidido unanimemente naquela resolução. Em resposta à insinuação de Bush de que a França partilharia a percepção americana do perigo, mas não sua determinação para enfrentá-lo, rebateu dizendo que o Iraque não representava uma ameaça imediata, que justificasse uma guerra imediata. E a França chamou cada um à responsabilidade para que a legalidade internacional seja respeitada (ACTUALITÉS, 18 mar. 2003, /030318/5/33oph.html).

O maior apoio ao governo foi realmente o recebido da classe política, intelectuais e opinião pública francesas. Em quase 40 anos de carreira política, Chirac raramente obteve uma tal unanimidade a seu favor. Nomes influentes da direita e da esquerda se uniram para saudar sua firmeza. Quatro em cada cinco franceses rejeitavam a guerra, e esse percentual chegou a 94% entre a população muçulmana da França (LE MONDE ON LINE, 2003). Para Max Gallo, romancista histó-

rico francês, essa guerra será uma vitória militar e uma derrota política, agravando-se o terrorismo, o antiamericanismo, o fundamentalismo (ESPECIAL, 24 mar. 2003, p. 10). A defesa mais veemente da posição de Chirac partiu do ex-Ministro da cultura e socialista francês Jacques Lang. Para ele, a França sairá fortalecida dessa crise, pois criou um capital moral e de confiança junto à Europa e ao mundo, e que isso vai torná-la indispensável no processo de reconstrução do Iraque. Inclusive para aproveitar a experiência de reconstrução adquirida na Sérvia, no Kosovo, no Afeganistão: os norte-americanos são “bons para lançar bombas, mas na hora de reconstruir a paz eles desaparecem”. Não acredita em sanções econômicas dos norte-americanos contra a França, até porque contrariariam a lógica do comércio globalizado. Quanto à acusação norte-americana sobre a arrogância francesa e a ambição de marcar uma posição contra os EUA, diz que o problema não é com os norte-americanos, mas com a administração de George Bush, que ele chamou de “primitivo, limitado e teimoso”. Acredita que a França vai lutar contra a “ditadura” mundial que os EUA estão tentando implementar e apóia a política externa de Jacques Chirac, na expectativa de reflexos positivos dessa crise, a médio prazo, no plano europeu (ESPECIAL, 21 mar. 2003, p. 12).

O NÃO DITO

Dentro do contexto apresentado, os fatos e a coerência com suas políticas e objetivos de defesa – corroborados pelo generalizado apoio recebido – já seriam motivo mais do que suficiente para justifi-

fcar a oposição oferecida pela França às intenções belicistas dos EUA. No entanto, as coisas não são tão simples. Insinuações e acusações surgidas durante a crise apontam para outras motivações escondidas por trás da retórica apresentada.

Valores

As primeiras e duras críticas à posição francesa de defensora dos valores democráticos, humanitários e do direito internacional acusam a França de só invocá-los quando é de seu interesse e de historicamente havê-los esquecido no Congo, em Ruanda e Madagascar. De ser excessivamente condescendente com Saddam Hussein, e mesmo de haver violado o embargo e ajudado o Iraque a obter materiais proibidos. Chirac teria até mesmo recebido dinheiro de Saddam para sua campanha eleitoral. Em entrevista à CBS e CNN, Chirac desmentiu essas acusações, enquanto esclareceu que a França teve boas relações com Saddam Hussein nos anos 1970 e 1980, numa época em que boa parte dos países do Ocidente também as tinham. Contribuiu mesmo, na época, na construção de uma usina nuclear civil para produção de eletricidade, que foi destruída em 1991 durante a Guerra do Golfo (ACTUALITÉS, 25 mar. 2003; ESPECIAL, 21 mar. 2003, p. 6; FRANCE, 2003b). Segundo o jornal alemão *Tageszeitung*, citado pelo jornalista Alexander Cockburn (2002), o relatório de 12 mil páginas que o Iraque forneceu às Nações Unidas ano passado foi censurado antes de ser divulgado. Foram cortados do relatório os nomes de grandes empresas, americanas, britânicas e alemãs em sua maioria, que venderam armamento e tecnolo-

gia nuclear, química e biológica ao Iraque antes de 1991, encorajadas por seus governos, numa época em que Saddam Hussein era a alternativa secular preferível à teocracia hostil do Irã.

Outra crítica é a de que a insistente oposição e a ameaça do voto francês colocam em risco a estabilidade da Otan e da União Européia, e que Jacques Chirac se utilizou hipocritamente da crise iraquiana para posar de líder da Europa contra os EUA (ACTUALITÉS, 11 mar. 2003, /5/337te.html). Chirac minimizou a importância do fato e disse que essa é uma crise com "c" minúsculo. Quanto ao problema do voto, esclarece que é um engano da mídia falar de voto. Ele só afirmou, desde o início, que votaria contra uma resolução que previsse o recurso imediato ao uso da força. O voto só se caracterizaria se, obtida uma maioria favorável à guerra, a resolução não pudesse ser aprovada por causa do voto contra de um ou mais dos membros permanentes do Conselho de Segurança. Tal situação não chegou a acontecer, já que essa maioria não foi obtida pelos defensores da guerra (FRANCE, 2003b).

Quanto à apregoada desmoralização da ONU, o jornalista Ali Kamel afirma que o Conselho de Segurança não foi desmoralizado pela atual crise: ele nunca teve uma importância real, já que, desde a Guerra Fria, os temas mais cruciais acabam ficando sem solução, devido ao voto de algum dos membros permanentes (ESPECIAL, 27 mar. 2003, p. 7).

Interesses econômicos

Ao denunciar o interesse norte-americano no petróleo do Iraque, normalmente

não se tem destacado as eventuais motivações econômicas dos países que lideram a oposição à guerra. Segundo Gilson Schwartz (2003b), 50% das compras do Iraque nos últimos anos vieram da Austrália, Alemanha, China, Itália e Rússia. Na feira internacional de Bagdá em novembro de 2001, 104 empresas francesas ocuparam um pavilhão de 2.500 m². A francesa Totalfina Elf explora reservas iraquianas de 26 bilhões de barris de petróleo, do campo de Majnoon, descoberto pela Petrobrás em 1975, com produção diária de 1 milhão de barris. A Lukoil russa explora reservas de 15 bilhões de barris, produzindo diariamente 600 mil. Há participações francesas ainda na área de tecnologia, fibras óticas em parceria com a Rússia, implementos químicos agrícolas etc. Não é de espantar que tenham interesse em evitar uma guerra que deverá mudar totalmente o *status quo* na área (ESPECIAL, 24 mar. 2003, p. 9).

O próprio interesse norte-americano no petróleo iraquiano seria mais estratégico do que a simples utilização das jazidas. Se fosse só isso seria mais barato liberar o embargo e comprar petróleo do que fazer guerra para tomá-lo à força. As razões são outras. Já em janeiro, o *Wall Street Journal* noticiava que a Casa Branca vinha mantendo reuniões informais com executivos da Halliburton, Schlumberger, ExxonMobil, Chevron Texaco e ConocoPhillips para discutir projetos de reconstrução do Iraque no pós-guerra. Segundo o cientista político da UFRJ, Valter Duarte, a exploração das jazidas do Iraque pelas empresas norte-americanas permitirá aos EUA não só garantia de abastecimento, mas o controle estratégico do sistema de formação de preços do petróleo (ESPECIAL, 24 mar. 2003, p. 9).

cês que persiga com persistência o objetivo de recuperar para a França essa posição de destaque num novo “grande jogo” multipolar contará sem dúvida com um forte apoio popular. A esse papel de “pátria da diplomacia”, contido no inconsciente coletivo, cultura e tradição francesa, podemos somar os de guardiã dos princípios da Revolução Francesa, de igualdade e autodeterminação dos povos – embora em seu período colonialista tenha diversas vezes deixado esses princípios de lado. Mas esse período colonialista gerou também um maior conhecimento, afinidades e parcerias com os países muçulmanos, aspectos fortalecidos pela quantidade de imigrantes desses países vivendo em território francês. O repúdio da população francesa à guerra não é, portanto, fundado apenas em fatores emocionais, de sentimento humanitário, de apoio ao mais fraco ameaçado pelo mais forte, de empatia pelas populações árabes. Ele é também fruto de um real interesse e conhecimento sobre a realidade da região. Além disso, os franceses conhecem bem os inconvenientes de uma guerra de ocupação: eles já passaram pela situação de invasores, em seu passado colonial, mas também pela de invadidos e combatentes de resistência, na Segunda Guerra Mundial.

Se os atentados de 11 de setembro de 2001 e as ações do Governo norte-americano decorrentes permitiram a George W. Bush e sua equipe trabalhar a opinião pública norte-americana em direção a índices de aprovação impensáveis após o conturbado processo eleitoral que o colocou no poder, na situação francesa atual poderíamos identificar um fenômeno assemelhado. A firme oposição de Jacques

Chirac à intenção norte-americana de invadir o Iraque, em defesa da continuidade das negociações e do trabalho dos inspetores da ONU, rendeu-lhe uma popularidade comparável à de François Mitterrand e Charles de Gaulle em seus melhores momentos. Cabe lembrar que a reeleição de Chirac com votos inclusive da esquerda não significou uma enorme aprovação do governo que ele vinha fazendo, mas uma fuga da alternativa de Jean-Marie Le Pen, o ultradireitista que foi com ele para o 2º turno das eleições. E que essa ida de Le Pen, e não Lionel Jospin ao 2º turno, não se deveu a um crescimento repentino da extrema direita francesa, mas a um importante índice de abstenção no 1º turno, aliado a um voto de rejeição e protesto em relação aos dois principais candidatos, o presidente Chirac e o Primeiro-Ministro Jospin, que representavam a continuidade da política então vigente, em particular no campo econômico.

Chirac, com sua experiência de quarenta anos de política, soube contabilizar aqueles valores caros ao povo francês e mobilizá-los na direção certa. Na verdade, ele defende há longo tempo essa posição por um mundo multipolar. A diferença é que agora Bush, com sua lógica de ultimatos, permitiu-lhe o espaço para uma posição mais forte, catalisando uma aprovação de quase a unanimidade da opinião pública, da classe política e de intelectuais, não apenas na França mas por todo o mundo. Chirac foi comparado com um novo De Gaulle, personificação do ideal nacionalista francês. Falou-se mesmo de uma possível indicação para o Nobel da Paz. O fato é que Jacques Chirac está construindo politicamente uma posição de destaque iné-

dita. Para os críticos, no entanto, há um sério risco envolvido nessa posição, que poderia estar escondendo uma tentativa de desviar a atenção dos problemas econômicos internos: segundo François de Closets (2003), não se pode reproduzir o gaullismo em sua soberba, arrogância e grandiloquência e ignorar seu rigor, sua disciplina e sua força. De Gaulle não construiu sua força no campo externo ignorando austeridade e a economia no campo interno.

Após a queda da bipolaridade da Guerra Fria, o mundo sonhou com um possível retorno ao “grande jogo”, expressão da diplomacia e política internacional do século XIX para caracterizar a multipolaridade de poder então vigente. O poderio econômico-militar dos EUA definiu mais propriamente uma tendência para uma unipolaridade hegemônica, que vem alimentando ao longo dos anos um crescente antiamericanismo. Os atentados de 11 de setembro de 2001 mudaram essa realidade, criando uma onda de empatia e solidariedade global que permitiu aos EUA uma liberdade de ação sem precedentes, liderando o mundo num combate sem tréguas contra o “eixo do mal”. A condução hábil desse apoio mundial permitiu aos EUA obter o apoio da ONU e conquistar aliados numa campanha diplomática e militar relativamente fácil contra o Afeganistão, deixando o caminho aberto para os próximos da lista, seguindo o planejamento dos “gaviões” da administração Bush.

A condução diplomática da situação do Iraque seguiu rumos completamente diferentes. Por excesso de confiança, prepotência ou falta de habilidade e transparência – ou talvez intencionalmente, para deixar clara para o mundo uma mensagem de isolacionismo e auto-suficiência –, os EUA não deram continuidade ao fluxo de apoio mundial contra o terrorismo. Não convenceram a ONU das ligações de Saddam com Bin Laden, da existência de armas de destruição em massa ou da necessidade imediata de atacar o Iraque. A oposição de França, Alemanha e Rússia desempenhou um papel crucial nesse quadro, e pode vir a caracterizar um importante passo de volta para a trilha da multipolaridade. A ONU pode retornar a um papel de destaque, com a Europa – e talvez alguns grupos regionais – representando um contraponto à liderança norte-americana. Ou podemos tender ainda mais para uma realidade unipolar, reservando-se ameaças e sanções aos que ousarem desafiar a hiperpotência hegemônica. Nas palavras de Dominique de Villepin, estamos no limiar da definição do mundo em que queremos que vivam os filhos de nossos filhos. Tudo vai depender do que vai se passar nos próximos meses, não apenas na campanha militar no Iraque, mas principalmente no estabelecimento da paz e na reconstrução do país no pós-guerra. Só o tempo e a história poderão nos dizer qual a real importância dos fatos que viemos de testemunhar. ☐

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACTUALITÉS: Dossier Irak. Paris: Yahoo France, 11 mar. 2003 - 4 avr. 2003. Disponível em: <<http://fr.news.yahoo.com>>. Acessos em: 11 mar. 2003 - 4 avr. 2003.
- BARBOSA, Adauri Antunes. FH: está em jogo o futuro da ONU. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 38, 15 mar. 2003.

ENFRENTANDO O GIGANTE

- BATALHA diplomática. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 22, 10 mar. 2003.
- BUSH e Blair dão dez dias a Saddam. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 27, 8 mar. 2003.
- CHOMSKY, Noam. Argumentos contra uma guerra no Iraque. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 43, 16 mar. - p.31, 19 mar. 2003.
- CLOSETS, François de. Les pièges du néogaullisme. *Le Figaro*, Paris, 12 mar. 2003. Disponível em: <<http://irak.figaro.net/enjeux/20030312.FIG0242.html>>. Acesso em: 12 mar. 2003.
- COCKBURN, Alexander. The incubator returns. *Counterpunch*, Petrolia, 31 dec. 2002. Disponível em: <<http://www.counterpunch.org/cockburn1231.html>>. Acesso em: 9 abr. 2003.
- ESPECIAL: A guerra de Bush. Rio de Janeiro: Infoglobo Comunicações, 20 mar. 2003 - 8 abr. lemento de *O Globo*.
- FRANCE. Ministère de la Défense. *Défense Nationale*: site officiel. Paris, 2003a. Disponível em: <http://www.defense.gouv.fr/def_natio/> Acesso em: 12 mar. 2003.
- FRANCE. Ministère de la Défense. *Livre Blanc sur la Défense*. Paris, 1994. CD-ROM CDES - Armée de Terre 2002.
- FRANCE. Ministère de la Défense. *Position de la France sur l'Irak: discours et déclarations officielles*. Paris, 2002. Disponível em: <<http://www.defense.gouv.fr/actualites/dossier/d141/>>. Acesso em: 12 mar. 2003.
- FRANCE. Palais de l'Élysée. *Interview accordée par Monsieur Jacques Chirac Président de la République aux télévisions américaines CBS et CNN*. Paris, 16 mar. 2003b. Disponível em: <http://www.elysee.fr/cgi-bin/auracom/aurweb/search/file?aur_file=discours/2003/IN030316.html>. Acesso em: 17 mar. 2003.
- FRIEDMAN, Thomas. Consertando o mundo. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 21, 17 mar. 2003.
- GARCIA, Luiz. Ainda acreditando. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 7, 11 mar. 2003.
- GUERRA anunciada. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 23, 10 mar. 2003.
- LE MONDE ON LINE. Paris. Diário. Disponível em: <<http://www.lemonde.fr>>. Acesso em: 31 mar. 2003.
- MANDEVILLE, Laure. Le message français ne passe pas en Europe centrale. *Le Figaro*, Paris, 12 mar. 2003. Disponível em: <<http://irak.figaro.net/reactions/20030312.FIG0238.html>>. Acesso em: 12 mar. 2003.
- MATTOS, Carlos de Meira. A volta do pesadelo atômico. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A3, 14 mar. 2003.
- PEREIRA, Merval. E se faltar água? *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 7, 30 mar. 2003.
- RELATÓRIO: a guerra não levaria democracia ao Oriente Médio. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 34, 15 mar. 2003.
- RODRIGUES, Cássia Maria. Um duelo entre chanceleres. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 27, 8 mar. 2003.
- SCHWARTZ, Gilson. Guerra no Iraque camufla disputa entre euro e dólar. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B2, 9 mar. 2003a.
- SCHWARTZ, Gilson. Repúdio à guerra também reflete interesses econômicos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B2, 2 fev. 2003b.
- SYLVESTER, Rachel. Rumsfeld deixa Blair furioso. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 28, 13 mar. 2003.
- UNITED NATIONS. *Charter of the United Nations*. New York: oct. 1997.
- UNITED NATIONS. Security Council. *Resolution 1.441*. New York: 8 nov. 2002. Disponível em: <<http://www.un.int/usa/sres-iraq.htm>>. Acesso em: 6 abr. 2003.
- UNITED STATES OF AMERICA. White House. Washington, DC: Office of the Press Secretary, 16 mar. 2003. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/03/20030316-3.html>>. Acesso em: 17 mar. 2003.

A pedra angular da enfermagem militar: As irmãs de caridade no Hospital Militar da Guarnição da Corte (1864-1870) — 1^a parte

*Carla Christina Passos**

*Ieda de Alencar Barreira***

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa de natureza histórico-social, que teve por objeto a incorporação das irmãs de caridade de São Vicente de Paulo no serviço de enfermagem do Hospital Militar da Guarnição da Corte, como consequência imediata da Guerra do Paraguai. Descreve a trajetória da assistência ao soldado ferido/doente até a chegada dessas religiosas, analisa as circunstâncias de sua incorporação no hospital militar e discute as implicações dos serviços prestados pelas irmãs. Apóia-se na análise dos documentos escritos e iconográficos. No Brasil, em 1868, a inserção das irmãs de caridade francesas no hospital, já entendido como local de cura, expressa a busca de um padrão civilizatório pelo Estado. Ao reforçarem os padrões disciplinares e morais, as irmãs de caridade estabeleceram nexos entre a Igreja, o Exército e a Medicina, atuando como agentes difusores do processo civilizador no interior do Hospital Militar.

PALAVRAS-CHAVE

História, Enfermagem Militar, Guerra do Paraguai.

O objeto deste estudo é o modo de inserção das irmãs de caridade no Hospital Militar da Guarnição da Corte, e no Império do Brasil, como consequência imediata da Guerra do Paraguai

(1864-1870). Ainda que o Corpo de Saúde do Exército estivesse regulamentado há mais de 10 anos e contasse com médicos, farmacêuticos, uma companhia de enfermeiros, seu quadro nunca foi completado. Assim, quando os poucos enfermeiros das enfermarias e hospitais militares foram convocados para a guerra, diante das dificuldades

* Capitão QCO Enf.

** Professora Doutora.

enfrentadas para sua substituição, o serviço de enfermagem entrou em crise, cuja solução foi encaminhada pelo acordo realizado com a companhia das irmãs de caridade de São Vicente de Paulo (Mitchell, 1963, p. 210). No entanto, a atuação destas religiosas nesse hospital não se encerrou com o término da guerra. A prestação de serviços pelas irmãs de caridade na corte imperial ocorreu em um contexto caracterizado pelo trabalho escravo, por conflitos entre a Igreja e o Estado, pela afirmação da corporação militar no cenário político nacional e pelo projeto de ordenação médica da sociedade.

A motivação para empreender este estudo prende-se à minha trajetória no Exército Brasileiro iniciada em 1992, na Escola de Administração do Exército - EsAEx (Salvador). Terminado o curso, voltei para o Rio de Janeiro e, em virtude de minha classificação, assumi a chefia do serviço de enfermagem do HCE, primeiro hospital militar na região Sudeste.

Em 1994, um grupo de funcionários civis veio me convidar para a despedida de uma irmã vicentina, que há muitos anos trabalhava no setor de ortopedia e que estava se retirando do hospital. Àquela altura, meu conhecimento sobre as atividades das irmãs de caridade no hospital era o de que elas estavam ligadas à assistência religiosa e ao economato. A despedida foi simples, como alguém que é substituído por já ter cumprido sua missão. Não percebendo o significado especial daquele momento, simplesmente agradeci à irmã os serviços por ela prestados ao hospital.

Mais tarde, ao ler o histórico do HCE, escrito pelo General-de-Brigada Médico Alberto Martins da Silva, tomei conhecimento de que as irmãs vicentinas haviam

chegado ao então Hospital Militar da Guarda da Corte em decorrência da assinatura de um contrato com a Companhia das Filhas de São Vicente de Paulo, datado de 5 de setembro de 1867. Só então compreendi que, naquela despedida, se encerrava um ciclo de 126 anos (1868-1994) de atuação da Companhia das Filhas de São Vicente de Paulo em nosso hospital.

A minha condição de ser um dos primeiros oficiais enfermeiros de carreira a chegar ao hospital, aliada à recordação da última irmã vicentina do hospital, fomentou em mim a percepção da importância da história da enfermagem brasileira para minha prática profissional, como enfermeira militar. Tal percepção levou-me à participação no Núcleo de História da Enfermagem Brasileira (Nuphebras) da Escola de Enfermagem Anna Nery e à minha inscrição, como aluna especial, na disciplina de História da Enfermagem Brasileira, ministrada pelas professoras doutoras Ieda de Alencar Barreira, Suely de Souza Batista e Jussara Sauthier, no curso de mestrado dessa escola. Tais experiências me incentivaram e me deram impulso para a realização do presente estudo, de caráter histórico.

Além de contribuir para o resgate histórico da participação da enfermagem no Serviço de Saúde do Exército, pretendemos com este estudo favorecer a criação de uma linha de pesquisa na área da enfermagem militar. Acreditamos que a receptividade a uma tal iniciativa será plenamente favorável, uma vez que são por demais conhecidos e reconhecidos os nexos entre o Exército e os estudos históricos:

(...) Chega a ser um lugar-comum dizer que as raízes do passado são substâncias do presente. Mas isto é verdade de for-

ma ainda mais incisiva nos estudos estratégicos, cujo único laboratório é a História (Izecksohn, 1997, p. 18).

A pesquisa histórica favorece uma compreensão mais acurada do presente e permite a elaboração de uma noção estratégica do futuro. O desvelamento da atuação da enfermagem militar nas Forças Armadas torna-se mais necessária porque, ao resgatarmos as raízes da enfermagem militar, contribuiremos para a construção da nossa memória coletiva que, além de conquista, é também um instrumento e objeto de poder (Barreira, 1998, p. 3). Acreditamos que, ao darmos visibilidade ao grupo social em que estamos inseridos, favorecemos a (re)construção de nossa identidade social pelo melhor entendimento das peculiaridades do exercício da enfermagem em um ambiente de caserna.

Delineamos como questões norteadoras para o desenvolvimento desta dissertação:

- O que determinou a opção da entrega do serviço de enfermagem do Hospital Militar da Guarnição da Corte às irmãs de caridade?

- Que modelo de enfermagem as irmãs de caridade trouxeram para o hospital?

- O que se modificou na prática da enfermagem no hospital militar com a chegada das irmãs?

- O novo hospital da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro serviu de modelo para a atuação das irmãs de caridade no Hospital Militar da Guarnição da Corte?

Para responder a essas indagações, traçamos os seguintes objetivos para o estudo:

- Descrever a trajetória da assistência prestada ao soldado ferido/doente até a chegada das irmãs de caridade;

- analisar as circunstâncias da incorporação das irmãs de caridade no Hospital Militar da Guarnição da Corte;

- discutir as implicações para o hospital dos serviços prestados pelas irmãs de caridade.

Trata-se de um estudo de natureza histórico-social. Para analisar as interpretações das fontes primárias, utilizamos como conceito teórico de base o processo civilizador de Norbert Elias (1897-1990).

A teoria do processo civilizador tem como fundamento o estudo dos efeitos do desenvolvimento de estruturas sociais sobre os costumes e a moral dos indivíduos, ou seja, a gênese e evolução dos comportamentos considerados típicos do homem ocidental civilizado. Em seus estágios de desenvolvimento, o processo civilizador apresenta diferentes *habitus*¹, correspondentes a certas configurações sociais, sempre combinadas a um processo de assimilação e distinção, que comportam períodos de transição mais longos (Elias, 1994, p. 113). O conceito de civilidade passou a ser um contraconceito geral de outro estágio vivido pela sociedade, a barbárie. A construção do termo civilização se constituiu em um processo, no qual, além do refinamento de maneiras e a pacificação interna do país pelos reis², urgia a eliminação de tudo o que fosse bárbaro, quer fossem as restrições de classe à burguesia ou as barreiras que impediam o desenvolvimento do comércio.

¹ A noção de *habitus* corresponde a um sistema de disposições duráveis, resultante da interiorização de esquemas de percepção, de pensamento, de apreciação e ação.

² Elias, v I, p. 62.

O conceito de civilidade diferenciava a corte européia dos membros da burguesia ou das classes mais simples, ao mesmo tempo em que caracterizava um tipo de comportamento específico, através do qual a aristocracia da corte se sentia distinta.

A partir do século XVIII, o processo civilizador havia se completado na Europa. A civilização já estabelecida nas classes altas e médias e o comportamento típico do homem civilizado passaram a ser considerados como padrão de normalidade, a ser estendido a todas as nações e povos, considerados atrasados pelos países ditos civilizados, que passaram a se perceber como porta-estandartes da civilização em marcha.³

O conceito assim ampliado de civilização passa a expressar a consciência que o Ocidente possui de si mesmo, definindo o que a sociedade ocidental julga constituir seu caráter essencial e o que de mais se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica, apenas a sua visão do mundo é levada em consideração, ou seja, resume os três séculos da sociedade ocidental e se julga superior às sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas mais primitivas.

Durante mais de três séculos de colonização, Portugal implantara no Brasil um modelo de conduta social de base católica que se desenvolveu principalmente por intermédio da catequese para os índios⁴. O caráter da catequese era o da imposição e da disciplina, pois os missionários não res-

peitaram a cultura dos outros: africanos e indígenas (Hoornaert, 1992, p. 27). Com os jesuítas, os franciscanos, os carmelitas e os beneditinos que acompanharam os primórdios da colonização, foram sendo introduzidos os padrões ocidentais de comportamento (Elias, 1994, p. 212).

Oriundo da França, o padrão civilizatório à semelhança dos moldes estabelecidos pelas nações civilizadas foi instituído no Brasil, a partir da vinda da corte de D. João VI, no inicio do século XIX, pois com ele chegou também uma nova concepção de sociabilidade calcada em modelos franceses (Neves, 2000, p. 44). A civilização como padrão de comportamento se tornou aspiração para as nações não civilizadas. Esse conceito significou para o Brasil a transformação do *modus vivendi* da elite dominante no Rio de Janeiro, que passou a ser um pólo difusor de novidades para as outras províncias. A sociedade aristocrática da corte portuguesa trouxe a conduta civilizada através da modelação dos comportamentos sociais e produziu um efeito nas classes sociais já existentes no Rio de Janeiro, que se empenharam em amalgamar seus padrões nativos de conduta aos novos padrões civilizados trazidos da Europa (Elias, 1994, p. 255 e Neves, 2000, p. 47). A vida cultural no Rio de Janeiro foi enriquecida por um grupo de artistas⁵ franceses que, ao tempo de D. João VI, deu início a um intercâmbio entre o Brasil e a França, ao implementar modificações na maior colônia da antiga metrópole (Tavares,

³ Elias, 1990, v. I, p. 64.

⁴ Elias revelou que a despeito de toda a sua secularização, o lema civilização conservava sempre um eco da Cristandade Latina e das cruzadas de cavaleiros e senhores feudais (1990, v. I, p. 69)

⁵ A missão francesa de 1816 trouxe ao Brasil vários artistas como: Debret, Grandjean de Montigny, os irmãos Taunay e Joachim Lebreton (Neves, 2000, p. 51)

1971, p. 134). Com a abertura dos portos às nações amigas, o fluxo maior de estrangeiros, as novas formas arquitetônicas e as alterações dos costumes deram ao Rio de Janeiro uma feição de corte européia (Nunes, 2000, p. 46).

O interesse pela cultura francesa teve sua maior representatividade no segundo reinado, sob a influência de D. Pedro II, que através de sua formação intelectual basicamente francesa estabeleceu estreito contato com diversas celebridades⁶. O imperador assegurou um impulso na educação nacional, criando inúmeras escolas, sendo adotado o modelo francês como padrão de ensino, a contar das escolas francesas de moças e o francês passou a ser a segunda língua mais falada no Brasil (Tavares, 1979, p. 229).

O saber médico do século XIX esteve sob influência das academias francesas. A França destacou-se por inúmeros avanços no campo da fisiologia, da cirurgia e da microbiologia. Pasteur⁷ descobriu a origem microbiana de certas doenças, tornando possível o conhecimento da sua etiologia (Santos Filho, 1991, p. 36). Os livros e tra-

tados⁸ utilizados, em sua maioria, eram sob orientação da ciência francesa⁹.

Vários profissionais preferiam realizar seus estudos médicos na faculdade de Medicina em Montpellier. Santos Filho analisou que essa preferência poderia ser considerada como um desejo de conhecer as idéias que agitavam Paris e haviam feito eclodir a

A civilização como padrão de comportamento se tornou aspiração para as nações não civilizadas. Esse conceito significou para o Brasil a transformação do modus vivendi da elite dominante no Rio de Janeiro, que passou a ser um pólo difusor de novidades para as outras provincias.

Revolução Francesa (1991, p. 165). Destes¹⁰, alguns se ressaltaram pela organização do ensino médico ou no exercício da profissão influenciando sensivelmente a vida política¹¹ e social no Brasil (Santos Filho, 1991, p. 164-167 e Salles, 1971, p. 71).

Na arte e no ensino militar, muito se deve considerar os progressos e as tecnologias resultantes das guerras napoleônicas influenciando os conhecimentos dos teóricos militares. Por conta da revolução industrial, baseado na metalurgia, a evolução dos armamentos constituiu um grande avanço inovador no desenvolvimento da arte da guerra (Magalhães, 1998, p. 289). Também foi de inspiração francesa a criação, nos primórdios da regência, em agosto de 1831, de uma milícia cívica, ou

⁶ Como foi o caso do escritor francês Victor Hugo (Tavares, 1979, p. 229).

⁷ Professor de química da Sorbonne, Paris. Preconizou a vacinação anti-rábica para tratamento da hidrofobia (Santos Filho, 1991, p. 36).

⁸ Em 1845, dos três mil volumes da biblioteca da faculdade de medicina, predominava os autores franceses (Santos Filho, 1991, p. 115).

⁹ Foram adotados também teorias e orientações de outros países como a Inglaterra e a Alemanha, mas o número de pesquisadores franceses patenteou o nível científico da França no século XIX (Santos Filho, 1991, p. 37).

¹⁰ Joaquim Cândido Soares de Meireles foi o primeiro da Sociedade de Medicina no Rio de Janeiro e Francisco de Paula Cândido, professores de medicina na faculdade do Rio de Janeiro (Santos Filho, 1991, p. 169-170).

¹¹ Em 1833, entre os 14 catedráticos da faculdade de medicina, dois eram barões, um senador do Império e seis deputados (Santos Filho, 1991, p. 112).

soldado doente. Efetivou, então, a programação de todas as suas atividades, desde a visita dos facultativos até os cuidados realizados pelos enfermeiros. O soldado enfermo ou ferido estava duplamente sujeito às ações, não estando autorizada nenhuma reação, nem como soldado, por sua subordinação hierárquica, nem como paciente, uma vez que sua assistência deveria atender estritamente ao que estava institucionalmente prescrito (Albuquerque, 1986, p. 88-91).

O atendimento médico do militar enfermo tinha apenas o objetivo de restabelecer sua capacidade funcional, pois o processo de cura naquele momento não era objeto de investigação. A reorganização do hospital ocorreu mediante a utilização de um espaço mais amplo, a manutenção condigna e a administração mais controlada. Tais condições possibilitariam a transformação do hospital de um lugar de doença e morte e que produz doença e morte para um lugar de recuperação e reintegração dos militares à tropa. O cuidado deste soldado e sua internação durante o período da doença, na perspectiva de sua reintegração à tropa, deveriam ser realizados com o menor gasto possível de recursos financeiros. Com este fato, a assistência médica passou a se articular com as questões administrativas, uma vez que o parecer médico e administrativo atestariam a capacidade do militar

permanecer ou não nas fileiras do serviço militar (Machado, 1987, p. 128).

Sob essas condições, houve a instalação do Hospital Real Militar e Ultramar²⁰, em 1768, situado no ex-colégio dos jesuítas, localizado no Morro do Castelo²¹, que visava a atender principalmente aos soldados e marinheiros. Contígua e incorporada ao hospital militar existia a igreja de Santo Ignácio de Loyola, onde havia também o culto à imagem do Senhor Bom Jesus dos Perdões. Um capelão, membro da repartição eclesiástica do Exército, celebrava as missas e ministrava os socorros espirituais.

A família militar passou também a ser atendida no hospital, o que acarretou o aumento dos encargos administrativos. Inicialmente, o hospital funcionava com 2 cirurgiões e 2 médicos, 12 enfermeiros, 2 capelães e 5 pessoas na administração (Silva, 1996, p. 8).

O Real Hospital Militar do Rio de Janeiro

Entre as importantes modificações ocorridas no cenário do Brasil-Colônia com a chegada da família real, em 1808, destaca-se o início do ensino médico com a instalação da escola anatômica, cirúrgica e médica no Real Hospital Militar no Rio de Janeiro²².

A reorganização do Hospital Real Militar foi estabelecida no regulamento de

²⁰ Carta datada de 22 de janeiro de 1769, na qual D. Antônio relata sua criação à Corte Portuguesa (Silva, 1996, p. 5).

²¹ Após a expulsão dos jesuítas e o confisco das propriedades da Companhia de Jesus na administração do Marquês de Pombal, 1º-ministro da Coroa Portuguesa, em 1759, o antigo colégio foi transformado em residência dos vice-reis, que até então residiam no Paço dos Governadores (Silva, 1996, p. 4). O Vice-Rei D. Antônio Rolim de Moura Tavares, Conde de Azambuja, preferindo residir na planície, após uma reforma, liberou o colégio para a fundação do hospital militar (Mitchell, 1963, p. 28).

²² Frei Custódio de Campos Oliveira foi nomeado para o cargo de cirurgião-mor dos Reais Exércitos e da Armada de Portugal e reformulou as atividades administrativas, melhorando as instalações, nomeando cirurgiões e auxiliares (Silva, 1996, p. 8).

1816²³. A preocupação com o controle dos gastos era constante, estando presente na descrição das atividades realizadas pelos enfermeiros. Para enfermeiro-mor era destacado um sargento amanuense, que muitas vezes também atendia pela função de almoxarife, de responsável pela assistência aos enfermos, pelo controle de enfermeiros, pela distribuição das rações e dos remédios, pela limpeza e pelos utensílios para o atendimento nas enfermarias. Após o balanço mensal, feito pelo almoxarife, caso ocorresse o extravio de algum material, a importância correspondente seria descontada do ordenado do enfermeiro-mor, que exigiria uma indenização do enfermeiro em cuja enfermaria tivesse ocorrido a falta daquele material.

O motivo que transformou o hospital militar no século XIX na Europa assemelhava-se aos objetivos do Brasil Colônia/Império, porque, antes de ser um problema clínico, era um problema militar e administrativo quando se contabilizava os custos da manutenção do soldado e preocupava-se com a fiscalização das contas do Tesouro Real.

A necessidade de uma nova atuação em relação ao soldado enfermo desencadeia um processo que atingiu a prática da cura no hospital militar. Para o bom funcionamento do hospital, tornou-se primordial a melhor qualificação de seu pessoal (Passos, Barreira e Cavalcanti, 1999, p. 1.149). O hospital militar, ao exercer o controle dos pacientes através dos registros de entrada e saída do soldado internado do hospital, bem como da análise dos casos, por intermédios

de pareceres, ofereceu melhores oportunidades para o aprendizado médico, reorganizando-o conforme as concepções europeias da nova assistência hospitalar. O soldado individualizado, vigiado, curado e recolocado na tropa implicava a reorganização do espaço hospitalar, sob a ótica médica. Ao utilizar a técnica da disciplina, o hospital passou a exercer um controle rígido do doente, de sua doença e da intervenção terapêutica.

No período colonial, o físcico-mor, designação dada ao médico, tinha a responsabilidade de curar as moléstias internas. Os físcicos cursavam medicina nas universidades de Coimbra (Portugal), de Salamanca (Espanha) ou de Montpellier (França). Os que chegavam ao Brasil não eram os mais aplicados e se colocavam, principalmente, nas cidades ou vilas, não conseguindo oferecer assistência a boa parte da colônia, devido à dispersão da população no extenso território. Atendiam em domicílio aqueles que podiam pagar-lhes e os físcicos serviam também nos hospitais e enfermarias militares.

Os cirurgiões, por sua vez, aprendiam seu ofício com seus mestres e competiam reduzir luxações, amputar e sangrar (Mitchell, 1963, p. 18). Os cirurgiões eram agregados às tropas. Embora os cirurgiões fossem considerados na posição de oficiais inferiores, abaixo de alferes (Santos Filho, 1991, p. 298) e os físcicos receberem o soldo correspondente ao de tenente, não lhes era concedido patente militar. Santos Filho revelou ainda que os mercadores, os comerciantes, os agricultores e os traficantes de

²³ Pela carta de Lei e Alvará de 1808 a 1821 do AHEx, o alvará que regulamentou os hospitais militares de 14 de junho de 1816 é a explicação e ampliação do regulamento de 27 de março de 1805 (Passos, 1999, p. 1.146).

escravos enriqueceram, o mesmo não ocorreu com os profissionais de medicina. Chegaram pobres e tornaram-se remediados (1991, p. 316).

A população colonial estava acostumada a se tratar com curandeiros, parteiras e barbeiros. A fiscalização da profissão era realizada pela junta do *proto-medicato* que conferia uma espécie de exame perante o físico-mor do reino e seu escrivão, aos cirurgiões que apresentassem um atestado de aptidão passado por um outro cirurgião, comprovando o exercício clínico. Caso fosse aprovado pela junta, recebiam uma carta de eximação que permitia curar, sangrar ou realizar qualquer outro ramo de medicina (Mitchell, 1963, p.19).

Com o início do ensino médico no Brasil, os físicos foram sendo substituídos por médicos e cirurgiões formados na escola de cirurgia da Bahia e na escola anatômica, cirúrgica e médica do Rio de Janeiro.

O Império do Brasil e a assistência hospitalar

Em relatório datado de 1830, uma comissão da Câmara Municipal citou vários pontos críticos sobre o estado do Hospital Real Militar, a saber: a localização do hospital sobre o cimo de um morro elevado, que o expunha a uma ventilação excessiva; a ladeira íngreme e perigosa, determinando uma condição difícil para os objetos de primeira necessidade e principalmente

para o acesso dos enfermos acometidos de moléstias cirúrgicas (Silva, 1996, p. 9). Além disso, havia o cemitério da Misericórdia, que ficava abaixo e desprendia na casa um cheiro infecto e insalubre.

No hospital, a situação era de imundície, as camas apresentavam pior aspecto do que no hospital da Misericórdia e por toda parte havia “cheiro de latrina” (Silva, 1996, p. 10). No Morro do Castelo, além do hospital militar, havia construções residenciais, oficiais e religiosas, erguidas ao longo de ladeiras íngremes e ruelas que, com as chuvas torrenciais, causavam desmoronamentos (Fridman e

Menezes, 1999, p. 2). Engenheiros e médicos começaram as discussões sobre o arrasamento do Morro do Castelo, alegando que a cidade necessitava de ar, de circulação e a existência do morro com suas vielas e ruas estreitas e acidentadas impedia o soprar dos ventos marinhos (Kessel, 1996, p. 6).

Diante desses fatos, em 1832, foi decretada a extinção²⁴ do Hospital Real Militar e a criação de hospitais regimentais em vários batalhões. Também foi determinado que quando não fosse possível a instalação do hospital no interior do quartel, o fosse em local próximo aos quartéis.

Assim, foram instalados hospitais regimentais nos seguintes locais: campo da Aclamação, atual Praça da República; no depósito da Praia Vermelha, na Urca; na Fortaleza de São João; e na Fortaleza da Armada, na Ilha das Cobras. A partir de 1832 e 1844,

²⁴ Decreto de 17 de fevereiro de 1832 (Salles, 1971, p. 107).

os enfermos foram atendidos nas enfermarias das tropas, sendo criado o asilo dos inválidos (1841), localizado na Ilha de Bom Jesus, para a realização de curativos nas praças enfermas, devendo as despesas serem custeadas através dos vencimentos dos próprios enfermos. Neste asilo seriam admitidos membros do Exército e da Marinha que, por ferimentos e enfermidades adquiridas durante o serviço nas tropas, tornavam-se inválidos (Araújo, 1982, p. 84).

Em 1844, uma comissão de médicos militares recomendou ao governo reunir os hospitais regimentais²⁵, restabelecendo o hospital militar do Castelo²⁶, propondo um novo regulamento para o hospital, com 15 artigos, que detalhavam suas instalações e funcionamento²⁷ (Silva, 1996, p.12). Acatando tais recomendações, D. Pedro II aboliu os hospitais regimentais sediados na corte, determinando a reorganização do Hospital Real Militar e substituindo sua denominação para Hospital Militar da Guarda da Corte, novamente instalado no Morro do Castelo.

Desde a sua criação, quando se denominava Hospital Real Militar e de Ultramar, o hospital militar propunha-se a dar abrigo às tropas portuguesas que chegavam nas caravelas com inúmeros soldados doentes. Inicia-se aí, primariamente, a garantia de assistência e de local de repouso e

tratamento, após terem eles sido atendidos nas Santas Casas de Misericórdia, que se revelaram insuficientes em fins do século XVII (Santos Filho, 1991, p. 300)

A escola médica no Hospital Real Militar²⁸ possibilitou o crescimento da nova prática terapêutica implementada na Europa, que era da visita e da observação sistemática dos enfermos. O ensino da clínica²⁹ pautava-se na observação dos sinais e sintomas, visíveis ou suspeitados, para a confirmação de um diagnóstico. O registro dos casos era um fator importante para o acompanhamento da terapêutica implementada. No regulamento de 1816, essa conduta foi definida pela inclusão da visita aos doentes, pelos facultativos, alunos de medicina e enfermeiros. Os facultativos deveriam escrever nas papeletas das cabeceiras dos doentes, o número da cama, o número do remédio e o número da dieta. Ao final da visita, o enfermeiro deveria fazer o mapa das rações e o dos remédios, sendo que este seria enviado à botica.

A escola de cirurgia de 1808, instalada no hospital militar, foi transformada em Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, criada pelo decreto de 1813, e se localizava em duas salas próximas ao Hospital da Santa Casa da Misericórdia; mais tarde, pela lei de 3 de outubro de 1832, a academia passou a se denominar Faculdade

²⁵ O Hospital Regimental do Campo, situado no Campo da Aclamação, não atendeu à crescente clientela da corte e devido a essa demanda, foi reunida uma comissão de médicos militares que organizou um projeto que regulamentou os detalhes para o retorno do funcionamento do hospital militar no Morro do Castelo (Silva, 1996, p. 11-13).

²⁶ Passou também a direção do hospital para um oficial combatente (Mitchell, 1963, p. 126).

²⁷ Decreto de 25 de novembro de 1844 extinguiu os hospitais regimentais e restabeleceu o hospital militar no Morro do Castelo, embora conservando os hospitais regimentais das províncias (Mitchell, 1963, p. 126).

²⁸ Em 1813, a escola anatômica, cirúrgica e médica do Rio de Janeiro, sediada no hospital militar, transformou-se na academia médica-cirúrgica instalada na Santa Casa e mais tarde, com a criação da faculdade de medicina, continuou a funcionar nos dois hospitais até 1856. (Santos Filho, 1991, p. 56-58).

²⁹ As enfermarias da Santa Casa da Misericórdia eram também utilizadas para o ensino das clínicas (Salles, 1971, p. 147).

de Medicina do Rio de Janeiro, com parte de suas instalações no Hospital Militar³⁰ e nas enfermarias da Santa Casa de Misericórdia, onde se desenvolvia o ensino das clínicas médica e cirúrgica (Santos Filho, 1991, p. 56). Com a reorganização do Hospital³¹ da Guarda da Corte para atender aos militares feridos e enfermos, em 1844, a faculdade de medicina³² passou a funcionar em três locais distintos: no hospital da Santa Casa, onde a partir de 1852 atuariam as irmãs de caridade, em uma casa alugada na mesma praia de Santa Luzia e no hospital militar (Santos Filho, 1991, p. 108). O intercâmbio (hospital militar e hospital da Santa Casa) possibilitou os lentes e seus alunos pudessem estabelecer nesses hospitais a figura do médico como sujeito do saber.

O projeto de ordenação médica da sociedade se articulava através da prática da medicina social, da participação dos médi-

cos na elite política, o do funcionamento disciplinar da cidade. A medicina intervém elaborando um saber que reorganizava a vida social, bem como os locais que oferecessem danos à população: portos, hospitais e cemitérios. Ao esquadriñhar estas instituições, a medicina disciplinou suas estruturas de funcionamento, favorecendo uma maior operacionalidade e estabeleceu um enfoque contínuo sobre o indivíduo, tanto no aspecto físico quanto se relaciona com a doença e os processos que possibilitam a cura, quanto no aspecto moral, ao intervir na reordenação das cidades (Machado, 1978, p. 278-280). Deste modo, a medicina ao tempo em que procurava neutralizar os efeitos da propagação das doenças inseria o médico na vida da coletividade, cidade e população (Machado, 1978, p. 280-283). ◉

*N.R. - continua no próximo número -
3º Quadrimestre de 2003*

³⁰ No retorno do hospital militar, seu atendimento passou a ser exclusivamente para o Exército, já que os enfermos da Armada, a partir de 1831, passaram a ser assistidos no hospital da Marinha localizado na Ilha das Cobras (Araújo, 1982, p. 45).

³¹ A Lei de 3 de outubro de 1832 criou a faculdade de medicina que estabeleceu uma reforma no ensino médico pautada aos padrões franceses. (Santos Filho, 1991, p. 108)

³² A Faculdade de medicina utilizou as salas e enfermarias do hospital militar até 1856, quando obteve um espaçoso casarão da Rua Santa Luzia para os seus serviços administrativos, biblioteca e laboratório e a parte clínica permaneceu na Santa Casa de Misericórdia (Santos Filho, 1991, p. 108 e 109)



*Seja assinante
da BIBLIEX
e receba sempre
bons livros*

A Segunda Grande Guerra na Península da Itália (sinopse) – 1^a parte

Ruy Leal Campello*

Decorridos mais de cinqüenta anos, os episódios vividos pelos exércitos aliados, na luta contra o nazi-fascismo, são descritos em emocionantes e numerosas narrativas, as quais relatam o desenrolar das operações de guerra e dos acontecimentos políticos que abalaram o mundo.

Muitos autores descrevem sua participação em tais eventos bélicos. Interessante é, sem dúvida, seu conhecimento. Para os estudiosos e, em especial, para os militares, esses depoimentos permitem aquilatar o desempenho, as dificuldades e o valor das tropas engajadas.

Por ocasião da passagem do cinqüênário da participação da Força Expedicionária Brasileira, integrando o V Exército americano no teatro de operações (TO) da Itália, vieram à tona velhas lembranças das diversas fases da campanha vividas.

Tivemos, então, oportunidade de estudar e reler várias obras a respeito e, dentre elas, destacamos a obra de Thomas R. Brooks, veterano da campanha da Itália e ex-integrante de um dos regimentos de infantaria da

10^a DI Mnth (10^a Divisão de Infantaria de Montanha), do Exército dos Estados Unidos. A obra em apreço, *The War North of Rome (June 1944-May 1945)*, é prefaciada pelo Senador Robert Dole, candidato à Presidência dos Estados Unidos, na última campanha eleitoral. O Senador Dole era, então, tenente, servindo em um dos regimentos de infantaria da 10^a DI Mnth e foi gravemente ferido durante o desenrolar da Ofensiva da Primavera. O ferimento de que foi vítima exigiu que permanecesse hospitalizado 37 meses, deixando-o marcado para sempre com o comprometimento de seu braço direito.

A leitura da obra emociona pela riqueza de detalhes sobre o comportamento humano durante o cumprimento das missões impostas, onde ressaltam o valor e o heroísmo daqueles que integraram as diversas unidades e grandes unidades combatentes. Contagiado pela descrição desses fatos, julguei que seria oportuno tecer alguns comentários, de vez que, participante da FEB, tive oportunidade de viver e apreciar o desenrolar das operações da campanha que hoje faz parte da História.

* General. Veterano da Força Expedicionária Brasileira - FEB.

A SEGUNDA GRANDE GUERRA NA PENÍNSULA DA ITÁLIA



A Península Italiana – Teatro de Operações da Itália – Segunda Guerra Mundial (1943-1945)

Fonte: T. Brooks – *The War North of Rome*

Ademais, os comentários que focalizam o soldado brasileiro e a FEB merecem uma apreciação especial, pois não poderíamos aceitá-los, sem emitirmos nossa opinião que, em nenhum momento, visa a desmerecer o valor inestimável da obra.

Derrotados os exércitos de Hitler no Norte da África, o domínio do Mar Mediterrâneo seria concretizado após a captura da Sicília. Ali desembarcaram as tropas aliadas, julho de 1943, enfrentando tenaz oposição alemã. Em 17 de agosto desse ano, encerrava-se essa fase da campanha que custou aos aliados mais de 30 mil baixas, em 39 dias de árduos combates.

Os chefes aliados discutiam a necessidade da invasão da Península italiana. Winston

Churchill preconizava a invasão que, uma vez desencadeada, iria penetrar na Europa Central e permitiria a antecipação e o domínio aliado da Península dos Balcãs antes dos russos, que vinham conseguindo sobrepujar os exércitos alemães que recuavam na frente leste da Europa.

A Itália rende-se em 3 de setembro. O fato vem reforçar a possibilidade da tomada da decisão para a invasão da Península italiana. Nessa altura dos acontecimentos, a invasão da França, através do Canal da Mancha, ainda não estava inteiramente aceita. Churchill e Marshall discordavam, e só mais tarde haveria de ganhar corpo a decisão final, encontrando-se os aliados em ferrenha luta, visando à posse de Roma.

O inimigo, entretanto, reage de imediato, ocupando o território italiano e passa a utilizar, com mestria, as facilidades que o terreno oferece: as sucessivas linhas de alturas e os cortes dos rios que se sucedem e possibilitam retardar e desgastar ao máximo os exércitos aliados.

Os aliados atravessam o estreito de Messina. O VIII Exército britânico, em 3 de setembro de 1943, lança tropas pára-quedistas em Taranto e, em 9, o V Exército americano desembarca em Salerno - Paestrum, na costa do Mar Tirreno, e o VIII Exército britânico, em Reggio di Calábria, no pé da bota italiana. Era o início da Operação Avalanche.

As operações têm seu curso e a progressão dos exércitos aliados é dificultada, como apontamos acima, pelas condições geográficas do solo italiano. As montanhas dão ao inimigo grande vantagem, permitindo-lhe deter os aliados na chamada Linha Gustav, que engloba as alturas de Monte Cassino, onde está situado o Mosteiro Beneditino e que surge como baluarte mais importante de defesa alemã, ao sul de Roma. Para abreviar a queda das defesas alemãs, os aliados, de surpresa, desembarcam em Anzio. O inimigo, surpreendido,

cadeada a ofensiva geral numa frente de 25 milhas. Nela se empenham americanos, ingleses, franceses, poloneses e canadenses, visando a flanquear Monte Cassino. A região do Mosteiro está em ruínas. Em 18 de maio, os poloneses tomam Cassino e os canadenses Pontecorvo, abrindo brecha nas defesas alemãs.

Os americanos, ao norte de Anzio, iniciam a progressão, visando à queda de Roma. Em nove sofridos meses após a invasão, as tropas aliadas reiniciam a ofensiva. As ordens de Hitler determinam ao Marechal Kesselring não ceder um palmo de terreno. Tal obstinação resulta em ferozes combates e contra-ataques que se sucedem, sempre e a cada passo, porém, é tido como certo que a ação diplomática obtém sucesso, visando a preservar a *cidade eterna* – dos horrores da destruição da guerra. Os alemães abandonam Roma, que é ocupada em 4 de junho de 1944.

A manobra em retirada inimiga é desenvolvida demonstrando a tenacidade e a visão dos generais alemães, que cumprem as determinações severas e rígidas do Quartel-General de Hitler. A luta ao norte de Roma tem seu início, e a frente italiana, em virtude de acontecimentos, quase que inesperados, passa a sofrer suas consequências, a invasão da Normandia.

AO NORTE DE ROMA

A notícia da queda de Roma e suas consequências ainda não tinham sido devidamente avaliadas quando, em 6 de junho de 1944, a invasão da Normandia é desencadeada. O General Eisenhower, à frente dos exércitos aliados, determina a travessia do Canal da Mancha e a luta nas praias da Nor-



O desembarque ao sul da Península (3/9 Set 1943)

Fonte: The Chronicle (Houston - Texas)

reage tenazmente, e o General John P. Lukas decide aguardar reforços de blindados e artilharia, decisão que lhe custa muito caro e quase compromete a operação. O impasse é contornado e, em 18 de maio, é desen-

A SEGUNDA GRANDE GUERRA NA PENÍNSULA DA ITÁLIA

mandia, o que produz grande impacto no noticiário da guerra. Abria-se nova frente na batalha da Europa!

Na Itália, o V e VIII exércitos aliados prosseguiam a luta. O V Exército progride, a oeste da península, em estreita frente que oferece ao inimigo maiores possibilidades. O VIII Exército luta a leste em frente mais ampla, mas as sucessivas linhas de alturas, entrecortadas de cursos de água, retardam a progressão, dificultam ou impedem o emprego dos blindados. É a região dos lagos Bracciano e Bolsena, na zona de ação do V Exército, e Transimeno, na zona de ação do VIII Exército, onde se desenvolvem, agora, as operações. O desgaste das tropas é muito grande.

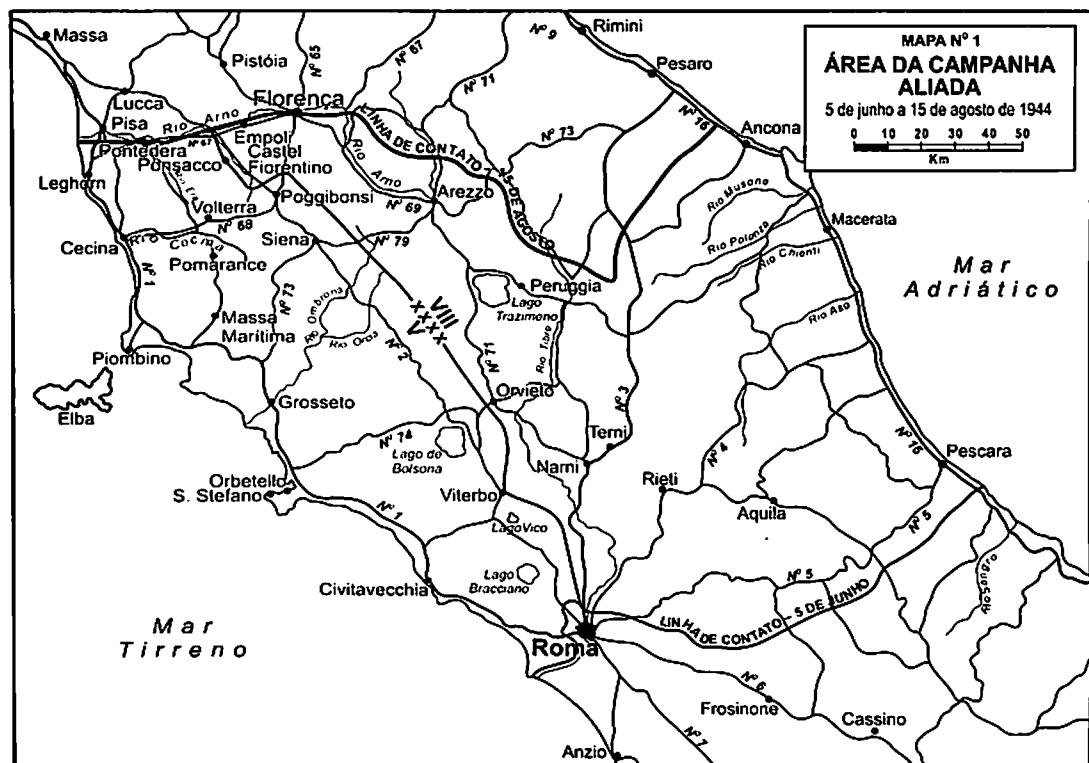
Acrescente-se que, além das dificuldades de terreno já mostradas, soma-se ainda a decisão aliada de invadir o Sul da França, organizando o VII Exército ao comando do General Truscott que contaria com efetivos retirados do V e VIII exércitos. A decisão fora motivo de grandes discussões, destacando-se a discordância de Churchill, em especial, que via o enfraquecimento da luta na Itália após tantos sacrifícios, e cujo retardamento das ações desenvolvidas, até então, resultaria em permitir ao inimigo tempo suficiente para organizar nova linha de defesa nas montanhas Apeninas - a *Linha Gótica*.

A opinião de Eisenhower acabou prevalecendo. Uma grande tempestade colocara indisponível o porto de invasão de Mulberry e, assim, a invasão do Sul da França - a Operação Dragão deveria permitir ocupar o Porto de Marselha e abrir nova rota de invasão para o Norte, que facilitaria a junção dos exércitos a caminho do Ruhr.

A organização do VII Exército para a invasão do Sul da França exigira a retirada

de ponderáveis efetivos, que lutavam integrando o V Exército americano e VIII Exército britânico. O corpo expedicionário francês sob o comando do General Juin foi transferido integralmente e, com ele, a Divisão Marroquina de Montanha, que deixaria importante lacuna, tendo em vista sua experiência e preparo para enfrentar o terreno que serviria de palco às operações que se desencadeavam. Foram retiradas, dentre outras grandes unidades: 3^a DI, 6^a DI (Texas), 45^a DI, batalhões de Rangers e o 442º Combate Team (*JAP-AMERICAN-NISSEI*) e os Goumiers, do VIII Exército. Além dessas grandes unidades, tropas de apoio e Artilharia foram transferidas. A aviação aliada teve, a partir daí, reduzido de 70% seu poder de ataque.

É claro que tais modificações causaram forte impacto e influíram no ritmo em que se desenvolviam as operações. Os comandos dos exércitos aliados viam-se, então, a braços com sérias dificuldades. A luta continuava, e os alemães, a julgar pelas declarações dos generais Kesselring e Von Senger, não entendiam a morosidade e mesmo a falta de criatividade de seus oponentes. O retardo no desenvolvimento das operações favorecia a preparação da linha de defesa dos Apeninos, além do Rio Arno. Na verdade, a frente da Itália passava a ter outra prioridade, após o desencadear da Operação Overlord e os recursos necessários estavam sendo reduzidos. O General Clark declarara ao General Alexander que estava empregando todos os recursos disponíveis para continuar a luta, lançando mão de transformações de tropas de artilharia antiaérea como infantaria, artilharia antiaérea como artilharia de apoio, inclusive tanques e, até, tropas italianas. Em 15 de



Situação dos exércitos aliados (5 junho – 15 agosto 1944) — Fonte: U.S. Army (T. Brooks)

agosto, a Operação Dragão é desencadeada, e a essa altura os V Exército americano e VIII Exército britânico estão lutando desde Pisa - Florença (Linha do Arno) - norte de Arezzo - nordeste de Peruggia - norte de Ancona. Nota-se um profundo bolsão (Arezzo - GAP) na frente do VIII Exército, onde a série de alturas escarpadas, rios e a tenaz resistência alemã dificultam a progressão. Há, realmente, um momento de crise, e Mac Clark declarara que atravessaria o Arno e iria de Pistóia à Lucca, depois que suas tropas tivessem um par de semanas para reorganização e descanso. As condições do clima também teriam influência desse ponto em diante, pois a estação favorável, isto é, o verão e tempo firme, após a queda de Roma, escoou-se durante os duros combates para

ultrapassar a região dos lagos, em especial o Trasimeno e o Bolsão de Arezzo, até a entrada em Florença. Os exércitos aliados deviam manter o maior número de divisões alemãs engajadas ao Norte da Itália.

A invasão da Normandia e o desencadeamento da Operação Dragão, ao Sul da França, causaram impactos nas operações na frente da Itália. Os alemães resistiam e o terreno oferecia facilidades para quebrar o ritmo da ofensiva aliada. O General Kesselring declarara que se conseguisse deter os aliados ao norte do Arno, o tempo faria o resto. As baixas aliadas eram grandes e não havia tropas disponíveis. A situação somente apresentaria perspectivas mais desafogantes a partir de julho, com a chegada de novos recursos. A Força Expedicionária Brasileira

A SEGUNDA GRANDE GUERRA NA PENÍNSULA DA ITÁLIA

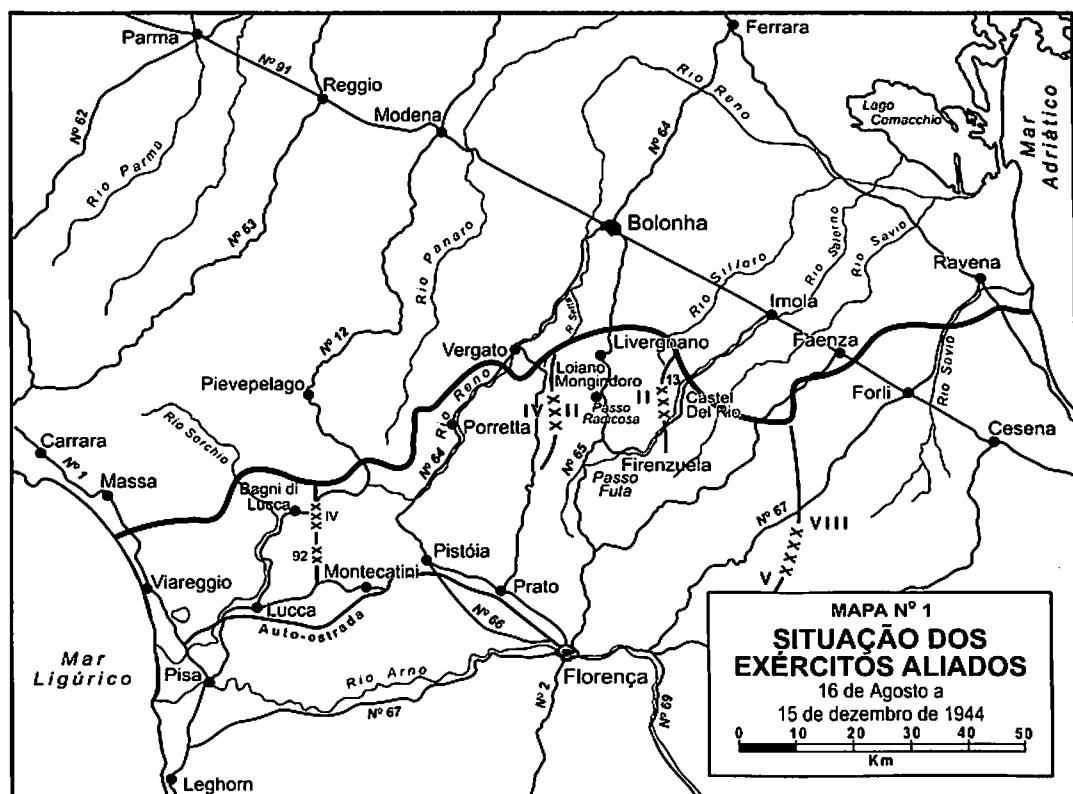
estava a caminho da Itália e, logo depois, a 92^a DI americana, que enquadrava, na sua totalidade, homens de cor preta e que mereceria, mais adiante, comentários especiais.

Diga-se, por oportuno, que esses reforços dificilmente poderiam compensar a perda de efetivos já treinados e experimentados desde o início da invasão.

O ataque dos aliados desenvolve-se de agosto até novembro-dezembro de 1944, sendo ultrapassadas as resistências alemãs de Florença, que declarada Cidade Aberta permite preservar as relíquias de suas pontes centenárias sobre o Arno e históricas construções. Outro tanto ocorre em Pisa com sua famosa torre que, por muito pouco, escapa da destruição. Constava que os alemães a utilizavam para observar os ataques aliados.

zavam como observatório, mas soube-se, mais adiante, que apenas os generais Senger e Kesselring lá teriam estado em visita, segundo declarações do guardião da torre. O importante porto de Livorno, agora de posse dos aliados, era ponto capital para o apoio e suprimento do V Exército. O VIII Exército ocupara Pesaro-Rimini-Ravenna, vencendo sérias dificuldades para conseguir ultrapassar as resistências estabelecidas pelos alemanes na série de cursos d'água que barravam o avanço para o Norte.

Havia reflexos negativos entre as tropas canadenses, neozelandesas e, também, americanas. O tempo de atuação na frente, as condições de tempo, o terreno e a obstinação do inimigo provocavam sério desgas-



Situação dos exércitos aliados (16 agosto – 15 dezembro 1944) — Fonte: U.S. Army (T. Brooks)

te. Os canadenses estavam combatendo há mais de três anos, os americanos, pouco menos, mas os planos de substituição atingiram apenas um reduzido número de combatentes. Além disso, após a invasão da Normandia, o apoio aos exércitos da Itália passou a ser encarado de maneira diversa, com reflexos negativos para seus integrantes.

O impasse viria a ser ultrapassado somente após a 2ª Conferência de Quebec. A frente da Itália deixou, então, de ser motivo de controvérsias e foi decidido que não seriam retiradas mais forças da Itália para reforçar os aliados ao noroeste da Europa, até que os alemães fossem derrotados ao sul do Rio Pó.

A LINHA GÓTICA

As operações aliadas, a partir da região dos lagos, encontram sérias dificuldades. Os alemães manobravam em retirada, ganhando tempo para a defesa da linha de alturas dos Apeninos, ao norte do Arno. A estação do outono oferecia agora outros obstáculos que dificultavam sobremaneira os deslocamentos. Extensos lamaçais castigavam os combatentes. As viaturas e os carros-de-combate tinham seu movimento reduzido e, por vezes, impossibilitado. A reorganização dos efetivos e a pausa para reinício das operações foram vantajosas para o inimigo.

Os dois exércitos, V e VIII, tinham agora a missão de romper as defesas alemãs que, com amplo domínio de vistas e preparados, esperavam o desencadear dos ataques aliados. A frente do V Exército ampliava-se, estendendo-se da costa do Tirreno, sul de Via Reggio-Reno-Sul de Vergato-Sul de Bolonha e para o leste, ao sul do Santerno-Sul Faenza, alongava-se a Zona de Ação

do VIII Exército, até a costa do Adriático, ao norte de Rávena.

Os ingleses vinham lutando com tremendas dificuldades, devido aos sucessivos rios que se transformavam, com as constantes chuvas, em sérios obstáculos.

O ponto capital e objetivo principal era Bolonha, que o inimigo se empenhava, com todos os meios disponíveis, em defender. Para lá convergiam os eixos principais de comunicação, ou seja, a auto-estrada nº 9 que ligava Rimini, na costa do Adriático, e cortava a região do sudeste a noroeste, atravessando a região sul do Rio Pó. A auto-estrada 65 orientava-se de Florença diretamente para a Bolonha, na zona de ação do V Exército. As alturas das montanhas dos Apeninos fechavam o norte da zona de ação dos exércitos – era a Linha Gótica que se constituía em poderoso obstáculo.

Os recursos oferecidos pela posse de Bolonha permitiam aos alemães atender e suprir suas grandes unidades; e Kesselring, von Senger e Vietinghoff empregavam todo seu descortínio e experiência para impedir o avanço aliado.

Apesar de todos os golpes sofridos, os alemães resistiam e não entregavam suas posições sem oferecer obstinada resistência e contra-ataques que, muitas vezes, retomavam seus objetivos conquistados. As baixas eram elevadas.

A chegada dos exércitos aliados ao norte do Arno exigira grandes sacrifícios, e Alexander e Clark visavam chegar a Bolonha antes do Natal. Entretanto, até lá, teriam que enfrentar ou despender grandes esforços. Seria imperioso romper a Linha Gótica, isto é, as alturas dos Apeninos.

Os aliados visavam fazer crer aos alemães que concentrariam seus esforços a les-

te, mas, na realidade o ataque principal seria desencadeado ao centro da Linha Gótica, iniciado pelo VIII Exército e, logo a seguir, o V Exército partiria ao ataque. Seria mais fácil atingir Bolonha. Os alemães movimentavam suas reservas e, afinal, conseguiram deter, a muito custo, o ataque aliado.

A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

As unidades alemãs que combatiam na Itália, no transcorrer de 1944, eram em maioria bem treinadas, com grande experiência em campanha. Algumas sobrepujavam muitas das novas formações aliadas enviadas para enfrentá-las. O General Clark declarara que o V Exército era *um exército poliglota*. Dentro suas grandes unidades estavam incluídos: ingleses, neozelandeses, canadenses, indianos, sul-africanos, gurkas, gregos, judeus, poloneses, franceses e outros. Estamos incluindo também o VIII Exército. A maioria dos efetivos, entretanto, era constituída de americanos e ingleses.

Fato que constituía uma mudança na atitude até então adotada no Exército americano, foi a organização da 92^a DI, cujo efetivo constituído de homens de cor preta, causara sérios contratemplos. Era a primeira vez que tal acontecia e a integração dos pretos, realmente, só viria a acontecer muito mais tarde, na Coréia e no Golfo Pérsico. Afinal, o conflito visava a derrubar o nazifascismo e tal discriminação era injustificável.

O autor do livro *A Guerra ao Norte de Roma*, tece comentários e inclui, em certo ponto, a tropa brasileira. Diz ele que o *contingente brasileiro era curiosidade para os alemães que constantemente testavam suas posições*. Em outro comentário declara: *grande parte ou a maioria dos brasileiros eram pre-*

tos, vindos de um país distante, de clima quente, falavam idioma que poucos na frente italiana entendiam. Essas observações merecem reparos e devem ser contestadas. Os brasileiros ali estavam, antes de qualquer outra consideração, para revidar os golpes sofridos pelos ataques aos seus navios, que enfrentavam todas as dificuldades e perigos para suprir os aliados e propiciar-lhes o apoio de que necessitavam. Do solo brasileiro, do saliente nordestino, partiam ou decolavam aviões que se destinavam, inicialmente, ao Norte da África, onde o V Exército americano combateria as forças alemãs em retirada, após a derrota de El Alemein. Os problemas de cor ou raça não faziam parte de nossa formação. Brancos e pretos combateram sem nenhuma restrição e inteiramente integrados. Onde e quando teríamos unidades de pretos cujos comandantes e oficiais superiores haveriam de ser brancos? A guerra era mundial e a todos atingia, portanto, os comentários apontados são fora de propósito e revelam, porque não dizê-lo, falta de conhecimento da realidade brasileira. O Brasil era distante do TO da Itália e o mesmo pode ser dito quanto aos países que para lá enviaram tropas. Os soldados brasileiros integraram-se ao V Exército e sobrepujaram as dificuldades com espírito esportivo. O idioma, *o nosso brasileiro*, não impediu que os brasileiros cumprissem as missões recebidas e, na Itália, rapidamente conseguiram franca entendimento com a população em geral. Afinal, português e italiano são línguas de origem latina. No que diz respeito ao idioma inglês, houve sim dificuldades, mas os entendimentos necessários foram sempre realizados.

A verdade é que, é preciso que seja dito, a FEB chegava ao TO da Itália em momento difícil, quando os exércitos aliados sofri-

am as consequências da tenaz resistência alemã, do clima, do terreno montanhoso, que o General Alexander chamou de *cruéis montanhas*, e, principalmente, do esvaziamento causado pela organização do VII Exército para invadir o Sul da França. A chegada ao TO da Itália da Força Expedicionária Brasileira era fato de grande importância que merecia ser realçado, de vez que seu emprego vinha aliviar a carência de efetivos do V Exército.

Após o desembarque do 1º escalão, 16 de julho de 1944, em Nápoles e a necessária adaptação, vemos, já em 15 de setembro, o 6º RI integrando o GT do General Zenóbio da Costa, em ação no Vale do Sercchio. A estréia da tropa brasileira foi, sob todos os aspectos, auspiciosa. Não podemos transcrever aqui em minúcias sua atuação, mas vamos resumi-la apresentando os detalhes principais dessa missão.

A frente do Sercchio era defendida em larga frente e rarefeita. O alemão vinha manobrando em retirada, o que, para os brasileiros, foi de um lado excelente para sua atuação. Entretanto, a impressão causada aos estreantes resultou de errônea interpretação. Julgavam que o inimigo estava derrotado e não resistiria. Os resultados dessa interpretação ocorreriam logo a seguir. Realizada a substituição da *Task Force 45* (uma organização de combate americana) em posição nas alturas que dominavam a linha das praias que se estendiam na direção do Viareggio, os brasileiros liberaram Massa e

prosseguiram visando, a seguir, Camaiore. A *Task Force 45* regrupa-se e continua o ataque conquistando Pietra Santa.

O GT/6 (Zenóbio da Costa), reforçado com carros-de-combate, opera numa frente de cinco milhas na região sul dos Apuans, entrecortada de escarpadas elevações e corre-

deiras. Em 18 de setembro, os brasileiros entram em Camaiore assegurando a utilização da estrada Lucca-Camaiore e progridem ocupando Monte Prano, elevação de mais de quatro mil pés que dominava a costa e as encostas ao sul dos Apuans. Ação de fogos de artilharia e de morteiros alemães detém os atacantes. Em 26 de setembro, patrulhas ocupam as

alturas de Prano-Monsagrati, uma progressão de 11 milhas, num espaço de 10 dias, fazendo 31 prisioneiros e registrando baixas de 5 mortos e 17 feridos. O Comandante da FEB, General Mascarenhas de Moraes, declara que a operação era uma feliz conclusão da primeira missão e emprego das tropas brasileiras no TO da Itália.

As operações prosseguem e temos, então, a 92º DI (*Black Bulls*), no Vale do Sercchio, atacando as alturas que dominam Massa, cuja posse facilitaria o avanço sobre La Spezzia, base naval cujos canhões constituíam sério perigo e preocupação para o 4º Corpo. Uma série de ataques e contra-ataques dificultam a progressão. O 6º GT (FEB) ataca no Vale do Sercchio e o 370º RI/92º DI em Monte Caula. Os brasileiros tomam Fornaci, em 6 de outubro, e a seguir capturam

*A FEB chegava ao TO
da Itália em momento difícil,
quando os exércitos
aliados sofriam as consequências
da tenaz resistência alemã,
do clima, do terreno
montanhoso, que o General
Alexander chamou de cruéis
montanhas, e, principalmente,
do esvaziamento causado
pela organização do
VII Exército para invadir o
sul da França.*

Barga. No final do mês, há intensa atividade de patrulhas e Sommocolonia acima de Barga é ocupada, nas alturas oeste do Sercchio. Em 31 de outubro, os alemães desencadeiam um ataque debaixo de fortes chuvas.

O General Mascarenhas, com simplicidade, declara: *Nossas tropas foram surpreendidas*. E acrescenta: *Esgotados, após fatigantes jornadas e convencidos de que o inimigo não possuía espírito combativo, relaxaram certas medidas de segurança, e nem mesmo estabeleceram um razoável plano de fogos, fatores indispensáveis para a manutenção do objetivo conquistado*.

O 6º GT recua para as posições anteriormente ocupadas acima de Barga. A progressão de 13 milhas no Vale do Sercchio foi detida, na altura da junção Sercchio-Lima. Desde a entrada em ação em 15 de setembro, o 6º RI (6º GT) fizera 208 prisioneiros e progredira 24 milhas, sofrendo 280 baixas: 13 mortos, 87 feridos, 183 acidentados e 7 desaparecidos.

A Força Expedicionária Brasileira estava, a essa altura, com seu efetivo completo e todas as unidades de apoio, sendo, então, roçada para o Vale do Reno, em substituição ao 1º Comando Blindado de Combate B. O 2º Batalhão do 370º RI foi posto à disposição da FEB e o Comando de Combate B, ao longo do Reno, atingiu Riola.

As alturas de Bombiana, entre Silla e Marano, são ocupadas pela FEB.

Em 29 de outubro, o ataque visando Castelnuovo, ao norte de Riola, é suspenso. Fogos de artilharia e de morteiros batem os pontos críticos visando a interromper a utilização da Estrada 64, ligando Porretta Terme, Silla, Marano e Riola.

Na frente do VIII Exército, são obtidos êxitos limitados, ao custo de grandes

sacrifícios. A chuva, o terreno e o inimigo aumentam o desgaste das tropas e o número de baixas.

ESFORÇOS PARA CONQUISTAR BOLONHA

A situação geral na frente italiana continuava a exigir ingentes preocupações e sacrifícios dos integrantes dos dois exércitos aliados. O desgaste de suas tropas era grande. As chuvas de outubro dificultavam as operações. As reservas chegadas ao TO, caso da Força Expedicionária Brasileira e da 92ª DI (americana), ambas já em ação, não permitiram resultados mais positivos para a almejada conquista de Bolonha. Os alemães tinham organizado trabalhos defensivos e mostravam sua determinação de não cederem um palmo de terreno. O General Viettinghoff, agora Comandante do X Exército, cumpria as determinações de Kesselring e dispunha de meios e possibilidades de rocar suas DI em reserva para atender e barrar os ataques aliados.

As ordens de Mac Clark e Alexander continuavam em vigor a despeito dos entraves surgidos. Haveria um esforço do VIII Exército, inicialmente e, a seguir, o V Exército iniciaria o ataque que se destinava a romper a Linha Gótica.

O VIII Exército tinha pela frente sucessivos cortes no terreno e rios que impossibilitavam maior rapidez no desenrolar das operações e acabaram provando que seria impossível obter sucesso tentando transpor sucessivamente tais linhas. As operações para ultrapassar o Cessano, Metauro, Marechia custaram duras jornadas e elevadas baixas. Ainda tinham pela frente o Senio, Fiumicino, Santerno e Silaro, cortados pela Estrada 9 que atravessava Bolo-

nha. Os carros-de-combate encontravam sérias dificuldades e restrições. O Comandante do I Corpo Canadense, General Burns, envidava todos os esforços, desde a travessia do Uso, para evitar que os alemães conseguissem estabilizar a frente.

O 2º Corpo-de-Exército (2º CEx) a leste do dispositivo do V Exército, conseguira romper as defesas da Linha Gótica, ultrapassando o Passo di Futa - Fierenzuola - Radicossa Pass e chegara até ao norte do Losano - Livergnano, a cavaleiro da Estrada 9, eixo principal para Bolonha. Era o resultado das operações a cargo da 34ª DI e 91ª DI que sofreram elevadas baixas. Os alemães têm também elevadas perdas. Bolonha está praticamente à vista, porém a falta de reservas, somada às já citadas dificuldades do terreno e tempo que não permitem o emprego da aviação e blindados, obriga a um alto para reorganização das grandes unidades.

A *Wehrmacht* rocará suas reservas e conseguira impedir a progressão dos aliados. O VIII Exército continuava a ofensiva sofrendo os entraves já apontados e tinha a frente do dispositivo estreitada na direção sudeste-noroeste, a cavaleiro da Estrada 9.

É interessante frisar que essas operações faziam parte dos preliminares para o desencadeamento da ofensiva geral, visando Bolonha, antes do Natal.

O 4º Corpo-de-Exército (4º Cex) a leste chegara ao norte do Reno, progredira no Vale do Sercchio e agora tentava ganhar as alturas de Belvedere - Ronchidos - Gorgolesco - Torraccia e Castelo. Essas operações são executadas no final do mês de novembro, entre 24 de novembro e 12 de dezembro. A tropa brasileira (FEB) deveria pressionar o inimigo estreitando a frente da DI sul-africana que ocupava o flanco leste

do 4º CEx. Havia, porém, necessidade de conquistar as alturas citadas que dominavam a Estrada 64, para possibilitar a ofensiva geral. Assim, em 24 de novembro, a *Task Force* 45, reforçada com tropa do 6º RI (FEB), inicia a operação encontrando sérias dificuldades. Em terreno aberto, sem o apoio da aviação, impossibilitada de atuar devido às más condições do tempo, é forçada a recuar. O alemão desencadeia forte barragem e o terreno conquistado inicialmente é cedido ao inimigo. Os alemães iniciam, à noite, violento contra-ataque, sendo, afinal, repelidos. Em 25 de novembro, nova tentativa é realizada, empregando tropa da 92ª DI e da FEB, porém, cerrados fogos de Gaggio Montano - La Cá - Abetaia não permitem a progressão do escalão de ataque. Em 26 de novembro, pela manhã, os brasileiros e a 92ª DI recuam para suas posições iniciais. Em 27 de novembro, novas tentativas de ataque, participando 1º BI/1º RI + 2º BI/6º RI. Os alemães contra-atacam precedendo o ataque e desorganizam os atacantes. Forçam, também, as posições ocupadas pelos batalhões de infantaria da FEB (BI), sendo repelidos.

Em 29 de novembro, após desencadeamento de 30 minutos de barragem de fogos de artilharia e de morteiros, dois batalhões (1º/1º RI e 1º/11º RI) repetem a operação visando as alturas de Castelo. Fogos de Abetaia - C. Viteline - La Cá batem vigorosamente o escalão de ataque, forçando, uma vez mais, o recuo para as posições na Linha de Partida (LP), onde têm segurança relativa. É forçoso observar que essas tropas estavam chegando à frente de combate e sofriam os efeitos do frio e da chuva, sendo, portanto, admissível que tais resultados negativos acontecessem. Os soldados brasileiros da FEB eram estreantes, mas seu de-

sempre não comprometeu e estavam ou foram lançados ao fragor do combate, lado a lado, com tropas que ali se encontravam há muito e que também sofreram os mesmos dissabores e frustrações enfrentando sempre o inimigo que não lhes cedia facilmente as posições ocupadas.

O incidente do 1º/11º RI, que chegara a Porretta em 1º de dezembro e fora ocupar posição, substituindo tropas do 1º RI, pode ser considerado como de pouca importância e comum no contexto das operações de guerra. A atuação de patrulhas alemãs é intensificada e, à noite, elas tentam infiltrar-se em suas posições, seguindo-se o clássico contra-ataque, que força o recuo dos ocupantes da posição. Pela manhã, retrocedem os alemães e a frente é recomposta.

Os alemães sabiam agora que, naquela frente, estavam tropas brasileiras que são surpreendidas pelas granadas de propaganda que, ao amanhecer, inundam a frente com seus boletins e salvo-condutos, concitando os homens à deserção e ridicularizando os aliados. As tropas brasileiras, entretanto, demonstraram facilidade de adaptação e vinharam sendo revezadas na frente defensiva onde rapidamente colheram ensinamentos e experiência necessários ao combatente. A utilização das rações de combate e o cardápio das refeições normais foram entrando na rotina. O General Mac Clark em seus comentários declarou as dificuldades para contentar e atender às reclamações de seu exército *poliglota*, onde aparecem as solicitações dos brasileiros por mais açúcar, feijão-preto, arroz, gordura. Tudo isso, com o tempo, foi sendo absorvido e excelentes resultados foram conseguidos.

Após essas operações ofensivas visando à posse das alturas de Belvedere-Torrac-

cia-Castelo, o General Mascarenhas reorganiza e orienta suas tropas. Uma vez mais seria tentada a conquista de Monte Castelo. Os relatos apresentados por Thomas Brooks revelam falta de detalhes, oriundos talvez das fontes de pesquisa consultadas. Os relatórios da FEB eram apresentados em português e os das unidades combatentes, às vezes, inexistiam. Daí, a grande falta que sentimos, principalmente, se atentarmos para o fato que ali também estivemos, vivemos, combatemos, sofremos e presenciamos quadros semelhantes aos que o autor apresenta em seu magistral livro. Às 6 horas, 12 de dezembro, de 1944, dois batalhões (2º e 3º do 1º RI) atacam Monte Castelo. No flanco oeste, a *Task Force 45* parte para desencadear o ataque diversionário nas fraldas sul de Monte Belvedere. No flanco leste, o 1º/11º RI cobre o flanco atacando na direção Abetaia-Vale. O grupamento Nelson Mello (6º RI) simultaneamente desenvolve ações contra Castelnuovo. A operação é iniciada após realização de barragem de trinta minutos. Os alemães, entretanto, estavam bem preparados, suas posições enfiavam as principais vias de acesso. Arame farpado, minas e casamatas. Sua artilharia tinha também sido reforçada. O terreno enlameado dificultava e impedia a ação dos carros-de-combate; a cerração e a neblina não ofereciam facilidades para o emprego da aviação e regulação dos tiros de artilharia e de morteiros. Integrando uma das Cias (Companhia de Fuzileiros) do escalão de ataque - 5º/2º BI/1º RI, guardamos, até hoje, as nossas impressões do combate. Partindo da ZRA (Zona de Reunião Avançada) em Casa Madreva, cerramos sobre a LP (Linha de Partida), ao amanhecer. A cerração e a lama dificultavam nossa marcha e observação. O de-

sencadear da barragem surpreende-nos. Até ali, as informações disponíveis diziam que o ataque seria realizado de surpresa! O solo treme e os homens sentem, em seu íntimo, o perigo que estão enfrentando, porém, seguem a orientação de seus comandantes imediatos. Estamos aqui incluindo detalhes de nossas observações pessoais, pois achamos que era necessário complementar as simples linhas da obra de T. Brooks! Os infantes da Força Expedicionária Brasileira partem ao ataque sentindo, desde o início, que a missão sobrelevava as possibilidades dos esforços de todos e de cada um. A Infantaria no ataque é obrigada a tais sacrifícios. Os observadores avançados da artilharia viam-se, por sua vez, impossibilitados de apoio à progressão, batendo as resistências inimigas, pois a visibilidade era quase inexistente. Cenas de heroísmo e determinação são executadas pelos atacantes que são batidos violentamente pelos fogos de morteiros e pelas armas automáticas do inimigo. O escalão de ataque é desorganizado e detido em frente a Mazzancana-C.Viteline-La Cá-Abetaia. Numerosas são as baixas. Mortos e feridos. Padioleiros são mandados para socorrer os feridos. O inimigo permite o deslocamento, entretanto, após a execução de seu heróico trabalho, as posições são novamente batidas por rajadas de armas automáticas e tiros de morteiros. O ataque em seu conjunto é considerado encerrado e não há condições de prosseguir. O inimigo domina as alturas e atinge com facilidade aqueles que se aventuraram a progredir. Granadas fumígenas de morteiros 81mm são lançadas para permitir o recuo dos atacantes que, a muito custo, conseguem, ao cair da tarde, reunir-se a coberto da LP. O recuo da tropa atacante é executado, e na chamada terra de ninguém,

entre a LP (Linha de Partida) e a linha de alturas Belvedere-Torraccia-Castelo-Abetaia, ficam os corpos dos bravos soldados da Força Expedicionária Brasileira. Logo depois, com a chegada do inverno, seriam encobertos por branco lençol de neve. Eles vieram de "terras distantes, de clima quente e falavam idioma diferente", mas eram soldados brasileiros que ali tinham chegado para revidar a afronta nazifascista e vingar aqueles que tinham perecido tripulando os nossos navios torpedeados em pleno Atlântico. Não dispunham da excelência dos recursos de seus companheiros dos exércitos aliados, mas não comprometeram e se afirmaram, no decorrer da campanha, merecendo lugar de destaque nas operações que se desenvolveram na Península Italiana. Seus restos mortais só puderam ser recuperados após a Ofensiva da Primavera e, então, foi possível verificar o heroísmo de seu desempenho, pois seus corpos estavam intactos e mostravam postura dramática dos lances de sua progressão que chegara à frente das casamatas alemãs onde foram abatidos!

A partir de 13 dezembro, até o fim do mês, as operações ofensivas diminuem de intensidade. As ordens de Alexander para a realização da ofensiva geral ainda continuavam em vigor, pois visavam a impedir que os alemães retirassem tropas da Itália para reforçar seus exércitos a oeste ou a leste da Europa. A atitude dos aliados não seria meramente defensiva. Deveriam optar por uma ofensiva com objetivos limitados, como Bolonha e Ravena, na frente do VIII Exército. A chegada ao Vale do Pó parecia agora fora de cogitação.

Os desgastes dos V Exército e VIII Exército eram grandes, com elevadas baixas. Por outro lado, os níveis de suprimentos e muni-

ções estavam abaixo do desejado. Além disso, o VIII Exército perderia tropas enviadas à Grécia. Churchill temia que os russos viessem a ocupar os Balcãs. Foram transferidas do VIII Exército a Brigada Grega, a Brigada Indiana, as 4^a e 46^a DI inglesas.

Os alemães tinham, então, o General Von Senger no Comando do setor de Bolonha, onde a defesa se transformara em ponderável ponto forte, apresentando várias linhas de defesa, aproveitando os cursos d'água que flanqueiam a cidade a leste. A defesa estava montada em profundidade e as reservas disponíveis em condições de atender às tentativas de ataque dos aliados. O General Alexander declarou que Bolonha se apresentava como numa verdadeira fortaleza e que não existia igual na Europa.

O VIII Exército despende grandes esforços para ultrapassar Faenza e o Rio Senio. O inimigo abandona Faenza, atravessada pela Auto-Estrada 9, mas é impossível prosseguir a ofensiva que cessa às margens sul do Senio. Os diques que margeiam os cursos d'água, com as margens ao norte do seu curso mais elevadas, não podem ser transpostas com facilidade e se constituem em poderoso obstáculo que fortalecia o sistema defensivo dos alemães. Os carros de combate aliados não podiam ultrapassá-los!

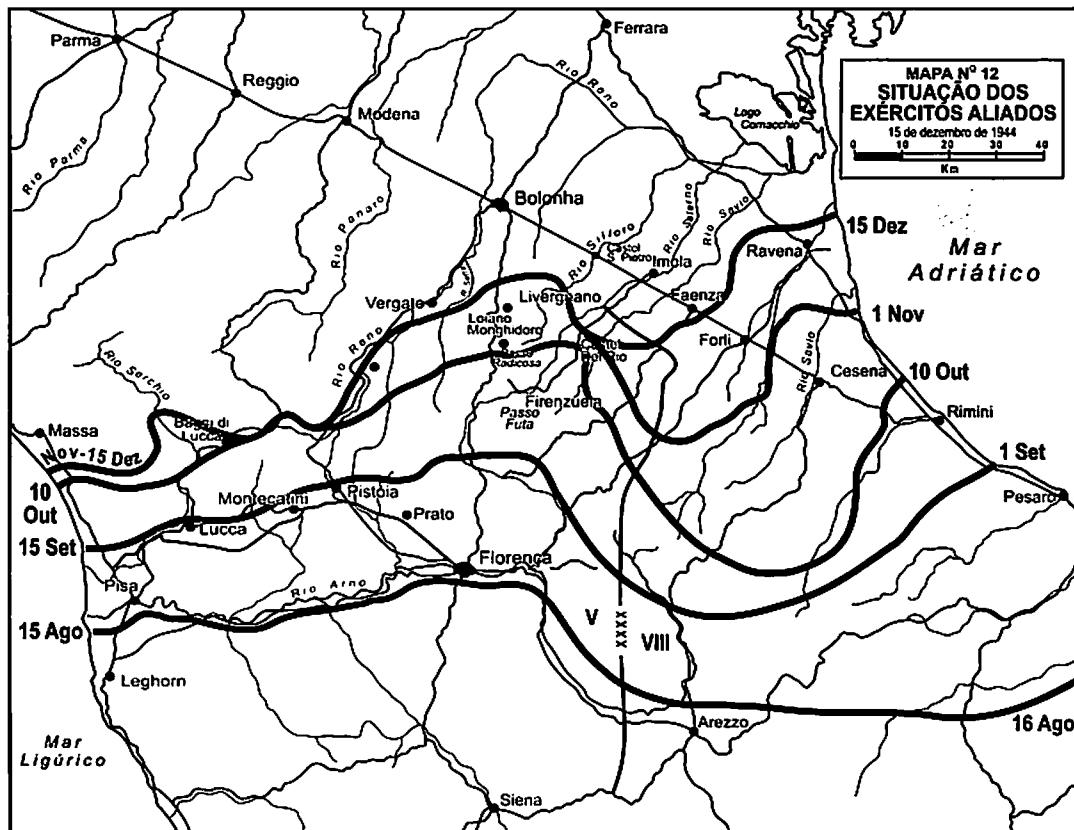
A partir do dia 15 de dezembro, ocorrem modificações nos altos comandos aliados.

O Marechal Alexander é designado para o Supremo Comando Aliado no Mediterrâneo e o General Mac Clark assume o comando do TO da Itália. O Comando do V Exército é assumido pelo General Lucien Truscott Jor que regressa do Sul da França. Apesar de todas as dificuldades existentes, o General Mac Clark reitera ao General Mac Creery, agora no comando do VIII Exér-

to, que as ordens para a captura de Bolonha estavam em vigor e as operações para a travessia do Senio deveriam ser observadas em conjunto com o ataque do V Exército, previsto para antes do Natal.

A frente do VIII Exército estendia-se em arco, do sudoeste de Faenza até o Adriático, ficando, praticamente, à mesma altura do V Exército. As baixas sofridas pelos canadenses, em 20 dias de combate, para chegar até o Senio foram elevadas: 548 mortes, 179 feridos e 212 prisioneiros. As tropas estavam desgostosas e causavam preocupações. Combatiam há mais de três anos e somente seu elevado espírito de corpo concorria para o cumprimento das missões impostas. Acontecimentos ocorridos no Canadá, envolvendo a convocação para o serviço além-mar e revezamento de efetivos, provocavam tais sentimentos. O mesmo acontecia com os neozelandeses.

A neve começava a cair na frente italiana a partir de 23 de dezembro. O cenário apresentava-se mudado e vinha dificultar ainda mais a execução das operações. Chegam, então, notícias de acontecimentos na frente de oeste (França). Em 16 de dezembro, os alemães desencadeiam poderosa ofensiva nas Ardenas, penetrando mais de 40 milhas e colocando em perigo Antuérpia. A repercussão na frente italiana é imediata. Os dois exércitos aliados, o V Exército e o VIII Exército estão desgastados pelos contínuos embates e não dispõem de reservas para cobrir os claros existentes. Os níveis de suprimentos estão também abaixo do desejável. Todos os recursos para atender às necessidades de pessoal tinham sido empregados, inclusive transformar em tropas de infantaria unidades de artilharia antiaérea. Até o expediente de fazer retornar do sul da



Situação dos exércitos aliados (15 dezembro 1944) — Fonte: U.S. Army (T. Brooks)

França o 442º RI (*Nissei-American*) foi tentado, mas, como declara T. Brooks – *era muito pouco e muito tarde*. Os recursos mais importantes, isto é, a Força Expedicionária Brasileira e a 92ª DI americana, estavam empenhados. Desde setembro, a FEB entrara em ação no Vale do Sercchio e, posteriormente, ocupara posição no Vale do Reno e cumprira missões importantes visando à ocupação das alturas de Belvedere-Gorgolesco-Castelot-Torraccia. A 92ª DI, toda integrada por homens de cor preta (*Black-Bulls*), tomara a responsabilidade da defesa do Vale do Sercchio, subordinada diretamente ao V Exército.

As notícias da ofensiva alemã repercutiram, de imediato, na frente do 4º CEx. A

defensiva organizada, a cargo da 92ª DI, mostrava a possibilidade de infiltração inimiga e, caso ocorresse, estariam em perigo o porto de Livorno, de capital importância para o V Exército, e também a utilização imprescindível da Estrada Pisa-Livorno.

Informações chegadas ao QG do V Exército (General Truscott) faziam crer que o inimigo concentrava meios na frente do Sercchio. A situação era, portanto, alarmante. Não havia reservas disponíveis, a frente era ocupada apresentando uma defesa fluida e cortada pelos Apuans que dificultavam a defesa e facilitavam a infiltração. Em 23 de dezembro, começam a cair fortes nevascas e o Vale do Sercchio está embranquecido

totalmente. O General Almond, Cmt da 92^a DI, recebe ordens de manter a posição a todo o custo e o 4º CEx movimenta tropas para atender o Vale do Sercchio.

A 92^a DI ocupa Somocolonia-Barga-Galiciano, pontos conquistados pela FEB (GT- Zenóbio da Costa) desde setembro. A defesa não é densa, o mesmo acontece na linha da costa. A frente do 4º Corpo estendendo-se cerca de 90 milhas, desde o mar da Liguria até o sul de Vergato, ocupada pela 92^a DI, FEB - TF 45, evidenciava que não seria possível suportar um esforço concentrado do inimigo.

O General Crittenberger

visita o QG da 92^a DI e os reforços enviados são localizados na área de Lucca, ao sul da frente a cargo da 92^a DI. É fato que o Cmt do 4º CEx tinha dúvidas quanto a atuação da 92^a DI.

Em 26 de dezembro, os alemães desencadeiam, pela madrugada, forte ataque visando conquistar as posições de Lama di Sotto-Somocolonia-Barga. A 92^a DI não consegue deter o inimigo e seu pedido de reforços não é atendido. A situação é crítica. O 370º RI recua para o sul de Galiciano. A leste do Sercchio, o 366º RI também recua. O General Crittenberger visita o PC do Cmt do 370º, Coronel Sherman, informando que reforços da 8^a DI tomariam posição à retaguarda. A leste do Sercchio, Barga é atacada, sendo abandonada.

Em 27 de dezembro, cerrados ataques aéreos são desencadeados, cerca de 200 sortidas e, finalmente, o inimigo é detido. O Major General Russell, Cmt da 8^a DI indiana, assu-

me o comando do setor e dentro de dois dias, em 30 de dezembro, Barga e Somocolonia são retomadas. A tropa indiana, então, recua e é substituída pela 92^a DI que, novamente, assume a responsabilidade do setor.

A ação inimiga causara pânico e desequilíbrio na frente do setor do V Exército que fora obrigado a deslocar recursos

para contornar o perigo. A situação nas áreas de retaguarda, especialmente em Livorno, inspirava cuidados.

As unidades da FEB ocupavam posições defensivas no Vale do Reno e seus batalhões eram rezados constantemente. Os acontecimentos

do Sercchio não influíram no comportamento dos brasileiros e, além disso, nos escalões menos elevados, isto é, BI e Cia, não chegavam tais informações. Nos dias finais de dezembro nosso batalhão, que fora substituído na frente Affrico-Volpara, tomara parte no ataque a Monte Castelo. Em 12 de dezembro, fora recompletado e passara à disposição do 4º CEx em Porretta. Ali, acantonados no famoso Albergo Itália, a 5^a Cia Fzo e a totalidade das tropas do QG/DIE sofreram contínuos bombardeios da artilharia alemã e constantes baixas em decorrência da localização do acantonamento. Assistimos aos deslocamentos das unidades da DB sul-africana que cerrava sobre o Vale do Sercchio.

O inimigo, inesperadamente, ofereceria um presente de Natal e o final do ano de 1944 seria, ainda, de incertezas quebrando de vez a esperança da tomada de Bolonha e da progressão até Vale do Pó.

Em 28 de dezembro, o General Mac Clark transmite ordens aos dois exércitos, adiando o projetado ataque à Bolonha. Dois dias após, o General Alexander, Comandante Supremo do TO, cancelava todo o planejamento que deveria aguardar a chegada da primavera. A guerra defensiva tinha, pois, seu início. A tenacidade do inimigo conseguira desfazer o sonho da tomada de Bolonha e o desembocar dos aliados no Vale do Pó.

O inverno seria enfrentado nas posições atingidas no Vale do Sercchio-Rio Reno-Senio-S. Lago Comachio.

A DEFENSIVA DE INVERNO / INVERNO NOS APENINOS

A neve começara a cair, mudando por completo o panorama. A neve do *Natal dos cartões postais* que conhecíamos, agora, era uma realidade. Os homens do *país distante de clima quente* estavam sendo submetidos à nova provação. As operações ofensivas entraram em compasso de espera. Nas alturas das margens norte do Reno e ao longo da Estrada 64 estavam posicionadas as unidades do 4º CEx. Na linha das praias do mar da Liguria, cortadas às alturas pelo Vale do Sercchio, a 92ª DI cobria o flanco oeste do 4º CEx. O 2º CEx a leste tinha frente mais estreita e no limite leste, o VIII Exército, cujas posições se estendiam até o sul do Lago Comachio, na costa do Adriático.

A manutenção das posições defensivas exigia grandes esforços para o suprimento das tropas engajadas. Era impossível alcançar aquelas alturas com as viaturas. Alpinos italianos, conduzindo seus muares, eram empregados para fazer chegar às posições as rações e o remuniciamento necessários. Extensas e permanentes cortinas de

fumaça dos geradores americanos procuram cobrir as pontes e passagens existentes na EPS (estrada principal de suprimentos). A tropa recebe orientação quanto aos cuidados a adotar para evitar o congelamento. Ainda assim, há baixas, resultantes da demasiada exposição ao tempo dos homens na vigília dos postos de combate. Os brasileiros abandonam os clássicos borzeguins e foram os galochões americanos com feno, material sempre disponível na campanha italiana, evitando com tal expediente, o congelamento dos pés. Os uniformes apropriados para o frio intenso vão sendo distribuídos: mantas de pura lã, capotes, gorros e luvas, sacos de dormir de nailon. Há uma rotina penosa mas a tropa resiste e surpreende, tal o caso brasileiro.

As queixas enumeradas por Thomas Brooks não abrangem a nossa DIE. A Senadora americana Clara Bothe Luce, que visitara a frente por ocasião do Natal, dissera que a frente italiana era a *frente esquecida* e apontara, como necessária e de direito, a substituição da 34ª DI, do nosso 4º CEx, que estava em ação na frente há mais de um ano. Quando a 34ª DI atingira a linha do Arno, o seu Comandante, Major General Charles W. Ryder, fora substituído, encontrando-se à beira da exaustão. A cerimônia de seu afastamento foi sobremaneira emocionante: era um líder!

Os italianos diziam que aquele inverno era o mais rigoroso dos últimos tempos e o pior ano da guerra. Os contadinos só a muito custo abandonavam suas casas e sofriam, portanto, grandes privações.

As ordens em vigor destinavam-se a manter as posições ocupadas e aguardar a primavera para o reinício das operações ofensivas. Havia, entretanto, uma rotina a

cumprir. A vigilância estreita e as posições melhoradas para facilitar sua defesa. Redes de arame, armadilhas e minas. As casas e demais construções na região da campanha italiana foram ocupadas para resguardar os homens do frio e da neve, o que apresentava, por vezes, a inconveniência dos moradores italianos, pois era difícil removê-los dos locais.

As alturas de Soprassasso-Torre di Nerone-Precaria-Boscaccio-Castelnuovo dominavam com seus observatórios as posições ao longo do Reno. Essas observações eram decorrentes de nossa participação junto ao Regimento Sampaio. A artilharia executava normalmente seus fogos e concentrações batendo os pontos suspeitos da frente, fazendo-o também a pedido dos batalhões engajados. Era a "inquietação do front" para assegurar ao inimigo que a defesa era ativa. Diga-se por oportuno que os alemães observavam idêntico procedimento.

O V Exército toma medidas para levantar o moral dos CEx. A ofensiva não lograra conquistar seus objetivos. No 2º CEx, o General Bolte desenvolve sua atenção especialmente para a 34ª DI, a mais sacrificada. Treinamento, substituições e recompletamento são determinados para aproveitar o período de estabilização da frente. A 3ª, 1ª e 9ª DI estão em excelente situação.

O VIII Exército, na frente do Senio, sob o comando do General Mac Creery atua também para melhorar as posições e anular os observatórios do inimigo e possibilidades de penetração. O CEx canadense é empenhado nessas missões. Em fins de fevereiro, os canadenses são substituídos e deixam a frente da Itália, após 20 meses de duros e estafantes combates. O oeste da Europa é o destino das GU que vão inte-

grar o I Exército canadense. O VIII Exército recebe, então, o reforço da 8ª DI indiana e da Brigada israelense.

A guerra de propaganda é desencadeada e utilizada por ambos os contendores que cobrem as linhas de contato com seus boletins concitando a tropa a cessar de combater ou desertar.

O número de desertores dos exércitos alemães é ponderável consequência do fracasso da ofensiva nas Ardenas, Bolsão e Bulge e do avanço russo. Alsacianos, poloneses, iugoslavos que combatiam integrando tropas alemãs começam a desertar. Combatiam junto aos alemães apenas por temerem ameaças e resguardarem suas famílias de represálias nos territórios ocupados. O caso polonês é o mais importante, pois o Corpo polonês, apesar das baixas sofridas, chega ao final da guerra com seu efetivo aumentado pelo grande número de desertores poloneses de unidades do Exército alemão.

A guerra defensiva exige particularmente da Infantaria grandes esforços. As patrulhas são organizadas visando observar, surpreender e testar as posições inimigas. Sua execução exige destemor e controle, além de preparo físico. Os deslocamentos através de difíceis trilhas do terreno, cobertas por espessas camadas de neve, chegam às raias da quase impossível utilização. Os alemães também patrulham a terra de ninguém. As rajadas de suas metralhadoras denunciam seu retraimento. As posições visadas respondem com tiros de metralhadoras e morteiros. Lembramos, a seguir, dois fatos que comprovam nossa afirmação para ilustrar a narrativa. Em janeiro de 1945, nas alturas de Boscaccio-Monte Cavaloro, a sudoeste de Castelnuovo, durante

o dia, são enviadas duas patrulhas da 5ª Cia/2ª BI/RS visando atingir a região Cota 750 e Castelnuovo e colher informações. A patrulha de Boscaccio, sob o comando do 3º Sgt Virgulino, é violentamente batida na região de Precaria. Tem baixas, mortos e feridos. Recua e é acolhida nas posições ocupadas pelo pelotão a que pertencia. A segunda patrulha (Sargento Santino Assunção/3ª PEL) progride sem alterações e quando se encontra próximo ao objetivo - Castelnuovo, recebe ordens de retraimento. Meses depois, quando da Ofensiva da Primavera, na região de Precaria é encontrado singelo túmulo, assinalado por tosca

cruz de madeira onde se liam os dizeres: 3 Tapfere-Brasil-24/1/45 (três bravos-Brasil-21/1/45). O 3º-sargento Virgulino, gravemente ferido, é feito prisioneiro e libertado ao término da guerra.

O segundo fato, ainda na mesma frente, refere-se à conduta do citado 3º Pel/5ª Cia quando repele patrulha alemã que procurava infiltrar-se em nossas posições. O soldado, em vigília, observa o deslocamento do inimigo e, quando percebe que seu alvo será atingido, aperta o gatilho do Fuzil Metralhadora e abate o alemão. Ouvem-se, a seguir, outras rajadas e a patrulha alemã recua deixando um de seus integrantes abatido frente à posição brasileira. O ferido é recolhido, socorrido e encaminhado, ao amanhecer, ao PC do Batalhão. A descrição apresentada resume ape-

nas os detalhes mais importantes mas merece comentários.

Os episódios citados destinam-se a ilustrar a exposição feita à luz do estudo da obra de Thomas Brooks e mostram o desempenho da Infantaria, dos soldados

Foi dito que nossos soldados seriam olhados pelos alemães como uma curiosidade que testavam freqüentemente suas posições. Entretanto, o soldado alemão considerou a bravura dos soldados brasileiros que, à luz do dia, em terreno difícil e descoberto, enfrentaram o caminho coberto de espessa neve para cumprir missões de reconhecimento das posições inimigas.

brasileiros na campanha. Foi dito que nossos soldados seriam olhados pelos alemães como uma curiosidade que testava freqüentemente suas posições. Entretanto, o soldado alemão considerou a bravura dos soldados brasileiros que, à luz do dia, em terreno difícil e descoberto, enfrentaram o caminho coberto de espessa neve para cumprir missões de re-

conhecimento das posições inimigas. Note-se que tinham plena certeza dos perigos a enfrentar. Àquela altura *eles eram veteranos na campanha*. O inimigo rende-lhes homenagem: três heróis! Da mesma forma, quando se declara que os nossos homens eram, em maioria, de cor preta, como o soldado do 3º Pel que, com calma e sangue-frio, observou o louro inimigo que se aproximava e conseguiu abatê-lo com certeira rajada de seu fuzil metralhadora. A segregação racial não fazia parte da cultura brasileira.

A permanência nas posições defensivas nos meses de novembro até fevereiro de 1945, quando são tomadas medidas para o reinício das operações ofensivas, propiciam aos homens tempo para os reajustamentos e total ambientação com os fatos e acontecimentos da vida e das atividades em cam-

panha. Nova fase seria vivida, antes que a hora do encerramento das missões soasse!

AINDA O VALE DO SERCCHIO

A defensiva de inverno tivera o seu curso e fora enfrentada pelas tropas dos V e VIII exércitos. Os rigores da estação foram suportados e a infantaria executara o patrulhamento da frente com galhardia e destemor. Os recursos disponíveis, inclusive em recompletamentos, apresentavam melhores níveis, uma nova Divisão, a 10^a DI Mnth, estava chegando ao TO.

No Vale do Sercchio, havia informações que indicavam, a julgar pelas declarações de prisioneiros e desertores, que o inimigo estaria realizando substituições. A frente do Sercchio era motivo de preocupação e os comandos do V Exército e 4º CEx julgavam oportuno desencadear operações visando Stretoria. Seria possível atingir a Base de la Spezzia. A tomada de Lama di Sotto era objetivo importante. Ademais, a operação seria uma resposta à surpresa de Natal, que tantas baixas causara à 92^a DI, além de circunstâncias negativas para o moral da grande unidade.

A 92^a DI estava com a responsabilidade da frente que se estendia da Linha da Costa até as alturas a leste do Vale do Sercchio. Em 1º de fevereiro, Gallicano é ocupada, seguindo-se Albiano e a posição estabilizada. As investidas continuam, o inimigo resiste e consegue retomar as alturas conquistadas. Os três regimentos da 92^a DI, isto é, o 365º, 370º e 371º são empênhados em ataques que se sucedem durante dez dias.

Os generais Truscott e Crittenberger assistem ao desenrolar do ataque na Li-

nha da Costa e observam a progressão dos carros-de-combate. O alemão tem suas defesas organizadas. Intenso é o fogo de apoio, inclusive aéreo. Os carros de combate são atingidos pela artilharia da Base de La Spezzia. O ataque é desorganizado e a tropa atacante recua, havendo certa confusão entre as unidades da 92^a DI.

Em 10 de fevereiro, a TF 1 (*Task Force 1/366º RI*), que apoiava a 92^a DI, recebe ordens de recuar e às 16h30min estava a retirada finalizada, sofrendo os atacantes elevadas baixas. As minas, o terreno difícil, os fogos de artilharia e morteiros e a determinação inimiga levaram de vencida todos os esforços dos homens da 92^a DI (*Black Bulls*). O inimigo tivera muitas baixas, porém, as baixas dos atacantes foram muito maiores. A 92^a DI perdeu 47 oficiais, 657 mortos, feridos e desaparecidos.

As operações do Vale do Sercchio novamente colocavam a 92^a DI em má situação e, por fim, o Alto Comando Aliado acaba por dissolver a 92^a DI. Os elementos aproveitáveis do 365º e 371º RI são transferidos para o 370º RI. Os elementos não aproveitáveis do 370º RI são transferidos. O 442º RI (*JAP-Americans*) regressa da França e passa a integrar a 92^a DI. O 443º RI é organizado à base de elementos da TF 45, vindos das unidades de artilharia antiaérea. O 366º RI é desativado e, com os elementos retirados do 365º e 371º RI, são os remanescentes enviados para a retaguarda para formar unidades de trabalhos de engenharia e serviços gerais.

A operação da 92^a DI (*Black Bulls*) merece observações. O problema capital de seus efetivos era, na verdade, consequência da segregação racial existente nos Estados Unidos. A Divisão fora organiza-

da e, pela primeira vez, viamos uma unidade do Exército americano constituída de homens de cor preta.

A 92^a DI, do seu efetivo de 774 oficiais, em dezembro de 1945, 538 eram pretos. A maioria dos oficiais superiores eram brancos. O General Truscott declarara que *seus homens eram o produto da educação, economia e doenças sociais que estavam além de seu controle*. Os níveis intelectuais eram baixos: a segregação era um fato nas Forças Armadas americanas e, em sua sociedade, os brancos acusavam e responsabilizavam os pretos pelos fracassos ocorridos, acusando-os de falta de agressividade e inteligência.

A constatação de tais fatos é de grave natureza, se atentarmos que na Europa combatímos o racismo e o nazifascismo. Thomas Brooks, ao citar a tropa da FEB, insere comentário de que a *maioria de seus homens era de cor preta*. No Brasil não existia e não existe a segregação então existente na sociedade americana. Passados os acontecimentos da Segunda Grande Guerra, hoje, os Estados Unidos adotam diferente postura, consequência das guerras do Vietnã e do Golfo Pérsico.

Na campanha da Itália, tivemos ocasião de observar e substituir unidades da 92^a DI. Na verdade, os soldados pretos reagiam contra a segregação de que eram vítimas e não faziam nenhuma questão de esconder sua má vontade. Seus uniformes não se apresentavam corretamente, abandonavam toda e qualquer espécie de material, inclusive armamento. Suas posições eram precariamente organizadas. Tal pro-

cedimento para os brasileiros era motivo de estranheza e de difícil entendimento.

Incluímos o comentário, destacando a atuação da 92^a DI no Vale do Sercchio para mostrar que os brasileiros, os primeiros a entrar no vale, tiveram comportamento completamente diferente. Sofreram, é bem verdade, os resultados dos vigorosos contra-ataques do inimigo, naquela altura com moral elevado e com maiores recursos disponíveis, mas não foi perdida, em nenhum momento, a integridade de suas frações e unidades de combate. Lá ficaram também alguns de nossos companheiros, inclusive o Tenente José Maria Pinto Duarte, abatido durante um dos famosos contra-ataques alemães para a retomada de Lama di Sotto-Barga-Galicano. Uma rajada de metralhadora alemã o ferira gravemente. Carregado pelo seu comandante de companhia, teve que ser abandonado, pois o seu ferimento fora mortal e, homem de grande porte, naquelas difíceis circunstâncias do combate, era impossível transportá-lo à retaguarda. Tentativas foram feitas para recuperar seu corpo, que resultaram infrutíferas pouco mais tarde. As primeiras nevascas do inverno mudaram a paisagem e seus superiores diretos não conseguiram encontrar o local onde ficara seu corpo, o que só veio a acontecer no início da ofensiva. Seu corpo estava intacto e foram encontrados seus documentos, inclusive carta de sua esposa que noticiara o nascimento de sua filha! ☺

N.R. - continua no próximo número -
3º Quadrimestre de 2003

O livro “Geopolítica e Modernidade”, do General Meira Mattos

Phil Kelly*

Um triunfo em matéria de Geopolítica é como se pode melhor definir o último livro do General Meira Mattos, *Geopolítica e Modernidade - Geopolítica Brasileira* (Editora Biblioteca do Exército, 2002). Um duplo triunfo. Em primeiro lugar, genericamente, para o reconhecido mérito da geopolítica do Brasil, como uma consistente acumulação de idéias e experiências, desde os tempos coloniais até, mais claramente, a partir dos escritos do Capitão Mario Travassos, no começo dos anos 30 do século passado. Mais adiante, desejo voltar a esse tema da consistência dos escritos de geopolítica dos autores brasileiros. Em segundo lugar, um triunfo que coloca o autor e especialista General Meira Mattos como um dos mais relevantes dentre os pensadores contemporâneos de geopolítica no hemisfério sul.

Em carta datada de 24 de abril de 2002, a mim pessoalmente dirigida, o General Meira Mattos escrevia que “este livro seria, talvez, o último livro, já que estou próximo de completar 89 anos”, em boa saúde. Eu fervorosamente espero que o último de seus

livros publicados não seja realmente o seu último livro, porque ele tem ainda uma vasta contribuição a oferecer no campo da geopolítica, particularmente no momento presente, quando tantos valores, na teoria e na prática internacionais, passam por uma transição. E é certamente esse tópico do atual período que a geopolítica atravessa, provocado pela globalização, que o General Meira Mattos corretamente define como de primordial importância no seu livro. Escreve, especificamente o General, em outra parte da citada carta que me endereçou: “*Estou procurando lutar contra os fanáticos da escola da globalização. Acreditam eles que a geopolítica acabou de conhecer sua opinião sobre meus argumentos contra a ameaça da globalização para a geopolítica.*” Como meus pensamentos neste tópico são paralelos aos dele, ficarei honrado em entrar na refrega ao lado dele, a favor da geopolítica e em oposição ao “discurso” ou à escola da globalização, como assim a designou o General Meira Mattos. Mas, antes, gostaria de comentar partes de seu livro que me atraíram particularmente a atenção.

* Prof. Phil Kelly (PhD), Departamento Político, Emporia State University - Kansas - EUA.

Na primeira parte do livro “Fundamentos e Modernização”, o autor delineia três fatores na formulação contemporânea da geopolítica – o geográfico, o político e o histórico –, insistindo, corretamente, que é o geográfico que, dos três, revela a qualidade mais dinâmica inerente à geopolítica. Porque é aí que se dá o impacto da tecnologia – o encurtamento das distâncias e do tempo, as comunicações instantâneas que reduzem as fronteiras políticas, a globalização ligando centros capitalistas, dentro de uma estrutura global fortalecida e, do outro lado, o Estado-Nação tornando-se um competidor, senão um prisioneiro das megas corporações comerciais. Entretanto, a despeito dessas enormes mudanças nas relações espaciais, o General Meira Mattos continua a ser um firme adepto da geopolítica e, assertivamente, rejeita a oposição de Gearoid O’ Tuathail e outros, para os quais a geopolítica não é mais um ramo da ciência política que se tornou meramente uma “míragem”. De fato, o General escreve que “a geopolítica está hoje mais bem aparelhada para avaliar o interesse nacional ou internacional em causa”. Concordo com o General e gostaria de, adiante, voltar a comentar a este respeito.

A segunda parte do livro sintetiza os principais estimulantes geopolíticos do ambiente geográfico e a contribuição dos autores que construíram a geopolítica do Brasil desde o Tratado de Tordesilhas até os próprios escritos do General. Nas páginas 90 e 91 o autor destaca nove temas essenciais da geopolítica brasileira:

– a idéia de império inspirada na grandeza territorial e na missão de desbravá-lo que dominou o espírito de vários pensadores;

– a necessidade de uma política de interiorização visando a integrar e incorporar a imensa massa territorial inexplorada ao processo de povoamento, enriquecimento e fortalecimento do poder nacional;

– nesta política, acentuada prioridade vem adquirindo a consciência da importância do desenvolvimento e da defesa da região amazônica;

– o grau de valor de nossa maritimidade estará sempre assentada numa respeitada presença estratégica no Atlântico Sul;

– o desenvolvimento aeronáutico (transporte, vigilância e defesa) em face da extensão geográfica do País constitui-se em fator indispensável de integração territorial;

– em termos inarredáveis, impõe-se uma política de desenvolvimento econômica social, tecnológica e científica, abrangente a todo o território;

– prevalece o reconhecimento de que o Brasil possui condição para vir a ser uma das grandes potências de nível mundial, e para chegar a esta meta precisará melhorar o seu desempenho administrativo e acelerar o ritmo de seu desenvolvimento econômico e social;

– em face das ambições territoriais suscitadas pela sua imensa extensão territorial e suas riquezas inexploradas, o Brasil precisa ter uma força militar de dissuasão estratégica, capaz de desencorajar possíveis aventuras sobre o seu patrimônio geográfico;

– na defesa de suas aspirações, interesses e objetivos, o Brasil terá que se apoiar numa diplomacia firme e convincente.

No meu entendimento da geopolítica do Brasil esses nove temas representam uma completa descrição dos elementos regionais e estratégicos da política inter-

na e externa do País, tanto a histórica como a contemporânea.

Como explicar a linha de coerência da geopolítica do Brasil através de algumas centenas de anos? A esse respeito devo colocar várias explicações para uma tal consistência.

A posição continental do Brasil centrado na América do Sul de fato requereu uma política baseada na defesa militar, na integração regional, no desenvolvimento econômico e na proteção das áreas fronteiriças marginais e pouco povoadas. A ameaça de desmembramento territorial por agentes internos ou por vizinhos de origem espanhola ou mesmo norte-americanos foi real, mas as vantagens de uma posição central deram ao Brasil uma plataforma natural para a liderança continental e para o domínio das regiões interiores.

Ao contrário de outras repúblicas latino-americanas, só o Brasil possui posição geográfica e recursos para exercer uma influência global, requerendo para tanto uma geopolítica regional e estratégica confiável que forneçam maior consistência e profundidade à política externa.

A formulação da geopolítica brasileira derivou principalmente de um pequeno grupo de militares intelectuais e de civis intimamente ligados às Forças Armadas. Daí resultou a natureza evolutiva do País, os novos completam os temas de seus predecessores.

A composição da geopolítica ligada ao desenvolvimento dos temas da política

externa tornou-a relativamente elitista e afastada do debate público, mas uma razão para a sua consistência.

À semelhança do *Manifest Destiny* dos Estados Unidos, de um século antes, a política externa brasileira não foi permeada

pelo debate, porque o Brasil é uma nação jovem em teoria geopolítica e esteve empenhado internamente em seu desenvolvimento e integração nacionais, procurando um *status* de coesão que refletisse o impacto de seu poder no contexto regional e global.

Numa orientação mais subjetiva, a geopolítica

do Brasil só se voltou para a política externa e alcançou o seu sucesso particularmente durante os dois últimos séculos da expansão territorial e da integração das áreas interiores ao ecumenismo litorâneo, da liderança continental e da cautelosa relação com a América do Norte e do crescimento industrial tecnológico, fatores todos enumerados pelo General Meira Mattos no resumo dos temas geopolíticos mais significativos.

Em um sentido, o estratégico, a geopolítica dos Estados Unidos tem sido também tão consistente e bem-sucedida quanto a do Brasil. Os norte-americanos, enfrentando menos obstáculos que os brasileiros, empenharam-se na procura de seu destino natural, *Manifest Destiny*, no fim do século XIX e ocuparam com sucesso as terras do Pacífico Norte e as integraram ao país. A república norte-americana desde logo reconheceu que a sua sobrevivência como nação dependia de seu isolamento das

ambiçãoes dos estados europeus. Em consequência, logo se formulou a “doutrina Monroe”, segundo a qual as nossas fronteiras e as de nossos vizinhos espanhóis deveriam ser mantidas sem interferências extracontinentais, particularmente da Inglaterra e da Alemanha. Também observamos que o grande continente da Eurásia, o maior e mais poderoso dos continentes do globo, precisava ser mantido dividido, ou pelo menos que certos enclaves em suas fronteiras periféricas permanecessem desligados do núcleo central, senão fora de seu domínio, para que ficasse garantida a segurança americana. De acordo com isso, os Estados Unidos manteriam os postulados de uma potência interna baseados na máxima geopolítica do isolamento, do desenvolvimento industrial, da integração e da presença na periferia do continente euroasiático, incluindo recentemente na sua história a Europa Ocidental, o Golfo Pérsico e a península da Coréia e, por fim, assegurando um preparo militar capaz de lutar fora da América.

Acredito que os brasileiros, como os norte-americanos, tenham lutado por valores geopolíticos estratégicos semelhantes. Eles também se sentiram movidos por paixões de seu destino manifesto, enfrentando o desafio das vastas extensões de florestas e desertos, assim como os povoadores hispânicos enfrentaram rudes altitudes andinas e a oposição da própria cordilheira e os estabelecimentos coloniais hispânicos impediram a presença brasileira no Pacífico e no Caribe. Também os brasileiros como os ianques temeram perder territórios vazios no interior do continente assim como na bacia amazônica ao Norte e, consequentemente, procuraram colonizar, es-

tabelecer guarnições militares, sistemas rodoviários e melhores vias de comunicação que conectassem essas terras aos centros litorâneos. Os brasileiros também lutaram junto aos ianques na Segunda Guerra Mundial no intuito de impedir que a aliança do Eixo dominasse a Eurásia e estendesse seu sistema político ao Novo Mundo. Em suma, as geopolíticas estratégicas dos brasileiros e dos norte-americanos têm pontos em posições globais similares na América e as resultantes históricas e as suas consequências têm provado ser bastante semelhantes.

O fato de os Estados Unidos se terem envolvido na geopolítica global mais do que o Brasil resulta de uma variedade de razões. Porém, basicamente, os ianques estão no hemisfério norte, geograficamente mais próximo das grandes potências dos séculos XIX e XX – os franceses, japoneses, chineses, alemães, russos e britânicos – e também ocupam as regiões temperadas do hemisfério, assim mais sujeitos aos desejos expansionistas que se manifestaram naqueles estados e cujas ameaças trouxeram maior segurança para os Estados Unidos do que para o Brasil. Em contraste com o continente sul-americano, o norte-americano era mais rico em recursos naturais e em energia; sua topografia e seu clima permitiram um acesso mais fácil ao Pacífico e ao Caribe, atraindo assim mais cedo maiores ondas de imigrantes europeus e asiáticos qualificados, além do que fortunadamente estavam menos cercados por espanhóis (sofrendo assim menores ameaças fronteiriças) do que os brasileiros em sua parte sul da América. Resulta de tudo isso que os ianques estavam mais aptos a enfatizar seus interesses geopolíticos estratégicos num âmbito

internacional mais amplo, enquanto os brasileiros sentiam a necessidade de reforçar sua geopolítica regional. Porém, a despeito destas variações, continuo a afirmar que a natureza básica da geopolítica regional e estratégica de ambos, em larga escala, permanece bastante semelhante.

Se os elementos geopolíticos do Brasil e dos Estados Unidos são geralmente semelhantes, como ambas as nações ocupam posições similares no novo mundo, poder-se-á deduzir que os dois países tendem para ser aliados, tanto no sentido estratégico geral quanto no regional. Este tem sido normalmente o caso. Eu simplesmente não posso imaginar hostilidade ou rivalidade de longo prazo entre as duas nações devido ao interesse paralelo de ambas (embora desejem estabilidade política e econômica na América do Sul, ambas almejam o equilíbrio de poder na Eurásia, nenhuma delas quer interferências militares extracontinentais). O potencial para relações comerciais propícias entre os dois estados ultrapassa em muito as chances de ameaças ou mesmo de competição comercial por parte do Brasil. Além disso, o tradicional tabuleiro de xadrez do hemisfério sul, embora agora bastante tranquilo, provavelmente condiciona a possibilidade de hegemonia política do Brasil na América do Sul. Então, o Brasil tem mais a ganhar com a integração sul-americana e, até mesmo, com a integração pan-americana através de sua participação na Área de Livre Comércio Norte-Americano (Alca), no mercado comum do Cone Sul, do que com políticas mais exclusivas de hegemonia e de alcance territorial até o Pacífico.

A diferença primária entre a geopolítica do Brasil e a dos Estados Unidos não está

nas políticas e nas posições nacionais respectivas, mas no reconhecimento popular e oficial da importância da geopolítica como base para a formulação e a execução da política exterior. No caso do Brasil, é claro que a geopolítica, como arte e como ciência, goza de muito mais prestígio e de uma aceitação mais positiva do que na república do Norte. A América do Norte tem oferecido notáveis autores de geopolítica, como Mahan, Nicholas Spykman, George Kennan, Henry Kissinger, Saul Cohen, Jack Child e Howard Pittman, porém as suas contribuições, diferentemente daquelas de Mario Travassos, Golbery do Couto e Silva, Therezinha de Castro e Carlos de Meira Mattos, têm sido afastadas, derrogadas ou ignoradas.

Na América do Norte, a geopolítica não é reconhecida como um enfoque legítimo da política externa e, consequentemente, nenhum grande esforço intelectual tem sido feito para aprofundar a teoria e desenvolver a sua aplicação na prática política. Na realidade, o termo "geopolítica", no período de pós-Segunda Guerra Mundial passou a ser recebido com acusações pejorativas e fascistas. Um tal ambiente me parece ter sacrificado o reconhecimento e a contribuição da geopolítica norte-americana, enquanto no Brasil ela tem avançado, em parte, alimentada pelo solo fértil preparado pelo General Meira Mattos. O que não quer dizer que a geopolítica tenha sido excluída dos fundamentos da política estratégica norte-americana, e que a Doutrina Monroe, as teses das zonas central e periféricas e outras teorias geopolíticas não formem a essência do enfoque ianque em matéria de política global.

Volto-me agora para a questão da globalização e sua contribuição para o ale-

gado fim da geopolítica, como estudo e conhecimento analisado pelo General Meira Mattos. O conceito “globalização” continua a confundir por causa de suas múltiplas definições e suas premissas ideológicas. Para mim, globalização equivale ao sucesso global do capitalismo e sua vitória contemporânea sobre o socialismo, como se viu no colapso da União Soviética e no fim da Guerra Fria. Nessa concepção, o “Ocidente venceu” o mundo periférico graças ao seu monopólio da tecnologia e do capital, a sua habilidade para atrair a energia e os recursos naturais dos não ocidentais, ao seu domínio sobre o comércio e a produção e ao seu êxito em reduzir tarifas e colocar sua produção nos mercados mundiais. Entretanto, o termo significa também o reconhecimento da superioridade da cultura e do espírito comercial da América do Norte, a defesa do capitalismo, do livre comércio e do *laissez faire* e a necessidade de uma interligação da corporação multinacional, em detrimento das forças de trabalho marginal, da proteção ambiental, da previsão governamental para a reforma social e para o conforto dos povos e das classes sociais que são incompetentes para competir no sistema capitalista.

Proponho o capitalismo dirigido ou regulado, porém temo que os desvios do puro capitalismo desarticulado tenha vencido dentro dos Estados Unidos, por causa de sua tendência ao monopólio doméstico, à superprodução e pelo fato de que foi o desemprego controlado reduzido por polí-

A diferença primária entre a geopolítica do Brasil e a dos Estados Unidos não está nas políticas e nas posições nacionais respectivas, mas no reconhecimento popular e oficial da importância da geopolítica como base para a formulação e a execução da política exterior.

ticas governamentais inábeis, antitrustes, fiscais, de bem-estar. Infelizmente, tais políticas não funcionaram inteiramente, já que agências reguladoras e redistribuidoras não existem na área mundial. Seriam necessários anos de um governo confederativo mundial mais forte para elas serem implementadas, porque a atual estrutura das Nações Unidas não consegue corrigir as distorções do capitalismo. Na verdade, prevejo sérios problemas adiante, criados pela globalização – aumento do terrorismo, estados falidos, enfermidade, pobreza, poluição,

sastre ambiental –, que deveriam levar ao coração das instituições mundiais poderosas a suficiente coragem para impor a necessária reforma do capitalismo internacional.

Entretanto, a ascensão do globalismo não representa o declínio da geopolítica porque os dois conceitos ocupam dimensões inteiramente separadas, não estando interligados, dependentes um do outro, ou competindo entre eles. A geopolítica destinada de ideologia funciona unicamente como um aspecto espacial da formulação da política externa. Ela existe necessariamente, naturalmente e dentro de qualquer sistema nacional e internacional e em relação às posições geográficas relativas dos estados, regiões e recursos. Em consequência, a geopolítica contribui para a política nacional, tanto sob formas socialistas ou capitalistas como dentro de construções internacionais imperialistas, globalistas ou outras quaisquer. Em suma, a geopolítica continuará a existir, quer o globalismo exista ou não

e viverá para ver o globalismo substituído por um outro “ismo” internacional, incluindo o federalismo mundial. Assim, o globalismo não ameaça a existência da geopolítica, já que ela é inerente a toda política externa e simplesmente não pode ser suplantada por qualquer outra força enquanto políticas externas forem necessárias aos estados e às coalizões de estados.

Uma outra ameaça à geopolítica, mencionada também pelo General Meira Mattos na página 51, pela numerosa escola da Academia Britânica, é a “geopolítica como discurso”, que afirma ser a geopolítica uma “miragem”, diminuindo dessa forma a sua importância para as políticas externas e para as relações internacionais. Eu tenho me oposto continuamente aos partidários do “discurso” por motivos semelhantes aos levantados pelo General Meira Mattos. Eles predizem o abandono da geopolítica porque definem o conceito inteiramente em termos da semântica (lingüística, palavras como símbolos e sinais) e não no seu contexto tradicional e, para mim, mais bem espacial. Palavras podem ser traiçoeiras, difíceis de definir e não raramente comunicadoras imprecisas e não vejo aqui a mais leve contribuição a uma melhor compreensão da política externa. E uma tal interpretação não pode de forma alguma assinalar o fim da geopolítica.

Ligada também à forma do “discurso” é a visão do “construtivismo social” das relações internacionais, na qual crenças, valores e percepções das elites compõem uma base importante para a compreensão da formulação e da complementação da política externa. De fato, crenças, valores e percepções “constroem” a política, e, consequentemente, precisamos considerar esse pequeno

grupo formador da decisão das elites como essencial à formulação dos negócios externos. Ao contrário da escola do “discurso”, não sou totalmente oposto à visão construtivista, porque ela pode complementar e fortalecer certos aspectos da teoria geopolítica. Por exemplo, é óbvio que as elites criam e complementam políticas, e, em geopolítica, assumimos que essas elites estão atentas aos aspectos espaciais sobre os quais vão considerar as ações de política externa.

As elites podem negar a importância das posições geográficas e da localização dos estados, regiões e recursos, fatores essenciais em geopolítica, porém nós certamente retrucaremos que deverão assumir seus próprios riscos e perigos. Precisamos de maiores estudos nessas relações.

Oponho-me à solução do globalismo, do “discurso”, porque as ameaças à geopolítica estão no desenvolvimento e no esclarecimento da própria geopolítica, uma solução que o General Meira Mattos comprehende e para qual ele tão claramente tem contribuído, para a verdadeira expressão e fortalecimento da geopolítica contra tais ameaças. Concluindo esse artigo, gostaria de propor, sob forma de rascunho, alguns remédios que acredito possam conter os ataques à geopolítica e, de alguma maneira, contribuir para o seu desenvolvimento.

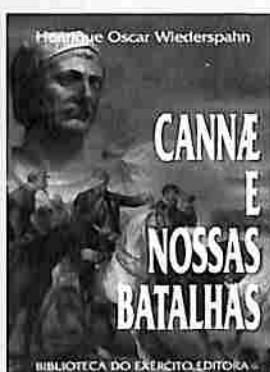
Proponho assim: Tornar mais clara a definição de geopolítica segundo suas dimensões clássicas; oferecer uma visão da geopolítica externa em termos espaciais; apresentar uma consideração da posição e da localização relativas dos estados, regiões e recursos, desimpedida das semânticas, das políticas de poder, da *real politik* e coisas semelhantes; desenvolver um modelo de geopolítica que contenha pressupostos es-

paciais, hipóteses e teorias consistentes que apóiem a explicação dos aspectos da política externa; reavaliar a geopolítica como uma visão legítima e necessária da política externa ao lado do realismo, da economia política, da dependência, do construtivismo social e de outros modelos aceitáveis de relações internacionais, desde que o conceito se clarifique por uma definição comum e por um fundamento teórico bem comprovado.

Repto que continuo a aplaudir as publicações e as idéias do General Meira Mattos

não só nesse seu último livro, como em todas as suas realizações e contribuições em geopolítica. Ardentemente espero que seu trabalho não termine aqui, mas prossiga como um expoente da geopolítica que todos nós desejamos como guia. Porque, para mim, ele, mais do que todos os outros, expandiu a contribuição das noções tradicionais da geopolítica para as relações exteriores e, ao fazê-lo, colocou o maravilhoso campo da geopolítica ao alcance das gerações presentes e futuras de estudiosos e agentes das relações internacionais. ☽

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



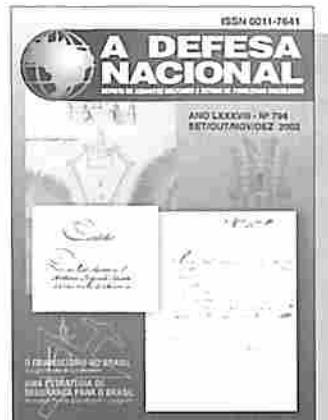
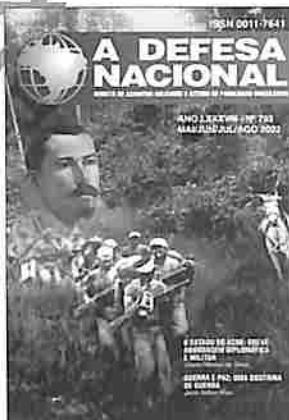
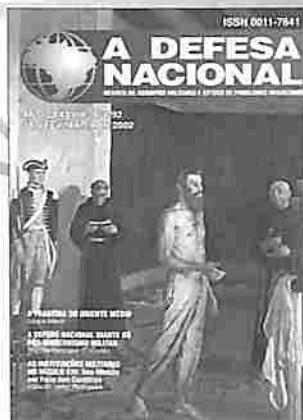
Cannæ e nossas Batalhas

H. O. Wiederspahn

A obra compara a batalha Cannæ (206 a. C) com as de Tuiuti e de Avai, objetivando evidenciar a aplicação de princípios fundamentais. Os ensaios que compõem o livro valem como estudos informativos e inteligentes de campanhas militares. Nele, os leitores encontrarão sínteses de batalhas e de doutrinas operacionais.

Índice Remissivo

Janeiro a dezembro de 2002



TÍTULOS

ALVORECER DO SÉCULO XXI E A CIÊNCIA & TECNOLOGIA NAS FORÇAS ARMADAS, O - José Carlos Albano do Amarante, nº 794, p. 50 a 71.

CENÁRIOS PROSPECTIVOS NO LIMIAR DO TERCEIRO MILÉNIO: SEUS REFLEXOS PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO - Richard Fernandez Nunes, nº 794, p. 142 a 149.

CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO GENERAL-DE-DIVISÃO ENGENHEIRO MILITAR EDMUNDO DE MACEDO SOARES E SILVA - L. P. Macedo Carvalho, nº 792, p. 131 a 135.

CHINA: O DESPERTAR DO GIGANTE ASIÁTICO - Manuel Cambeses Júnior, nº 792, p. 128 a 130.

COMO COMBATER EM UMA GUERRA ASSIMÉTRICA - Wesley K. Clark, nº 792, p. 126 e 127.

COMUNICAÇÃO SOCIAL, PROPAGANDA, MÍDIA E OPINIÃO PÚBLICA NO COMBATE MODERNO - Sergio Luiz Cruz Aguillar, nº 792, p. 97 a 112.

COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - A IMPORTÂNCIA DO BRASIL NO ESPAÇO LUSÓFONO - Luiz Fontoura, nº 794, p. 124 a 141.

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS GUERRAS - Dino Willy Cozza, nº 792, p. 123 a 125.

CRISE ORÇAMENTÁRIA NAS FORÇAS ARMADAS, A - Carlos de Meira Mattos, nº 794, p. 150

DEFESA NACIONAL DIANTE DO PÓS-MODERNISMO MILITAR, A - Marcos Henrique C. Cortés, nº 792, p. 4 a 32.

- DEMOCRACIA NO BRASIL, A** - Reis Friede, nº 792, p. 113 a 122.
- DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO E SEUS REFLEXOS NO COMBATE MODERNO, O** - Marcos de Sá Affonso da Costa, nº 793, p. 34 a 41.
- DISSUASÃO NÃO NUCLEAR: LIMITE E APLICABILIDADE** - Centro de Estudos Estratégicos da ECEME, nº 794, p. 4 a 24.
- DUQUE DE CAXIAS, USEIRO ALVO DE MANIPULAÇÃO DA HISTÓRIA** - Claudio Moreira Bento, nº 792, p. 136 a 138.
- EDUCAÇÃO NA NOVA INGLATERRA** - Arnaldo Niskier, nº 794, p. 156 e 157.
- EMPREGO DE CENÁRIOS PROSPECTIVOS COMO SUPORTE DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO BRASILEIRO, O** - Ruy Cesar Brandi da Silva, nº 793, p. 97 a 116.
- ENCERRAMENTO DO PRIMEIRO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA MILITAR** - Hélio Leôncio Martins, nº 794, p. 167 a 170.
- ESQUERDA NO PODER, A** - Jarbas Passarinho, nº 794, p. 158 e 159.
- ESTADO DO ACRE: BREVE ABORDAGEM DIPLOMÁTICA E MILITAR** - Davis Ribeiro de Sena, nº 793, p. 4 a 21.
- ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PARA O BRASIL, UMA** - Ronaldo Pierre Calvanti Lundgren, nº 794, p. 98 a 123.
- GENERAL VERNON WALTERS E O BRASIL, O** - Carlos de Meira Mattos, nº 793, p. 117 e 118.
- GUERRA E PAZ: UMA DOUTRINA DE GUERRA** - José Arthur Rios, nº 793, p. 22 a 33.
- GLOBALIZAÇÃO VERSUS MONOPOLARIDADE** - Reis Friede, nº 794, p. 162 a 166.
- GRAMSCISMO NO BRASIL, O** - Sérgio A. de A. Coutinho, nº 794, p. 25 a 39.
- HISTÓRIA MARXISTA É CHARLATANISMO** - Olavo de Carvalho, nº 794, p. 160 e 161.
- HOMEM MAIS LÚCIDO DO BRASIL, O** - J. O. de Meira Pena, nº 793, p. 119 e 120.
- INSTITUIÇÕES MILITARES NO SÉCULO XXI: SUA MISSÃO EM FACE DOS CONFLITOS, AS** - Ricardo Vélez Rodríguez, nº 792, p. 58 a 81.
- INTELIGÊNCIA MÉDICA - UMA QUESTÃO DE CONHECIMENTO** - Waldimir Rosa da Silva, nº 792, p. 144 a 147.
- LOGÍSTICA INTEGRADA E ESTRATÉGIA** - Carlos Alberto Vicente da Silva, nº 794, p. 72 a 84.
- MUSEU DA TRANSGRESSÃO** - Affonso Romano de Sant'anna, nº 794, p. 151 e 152.
- NARCOGUERRILHA NA FRONTEIRA AMAZÔNICA, UMA QUESTÃO DE SOBERANIA E INTEGRIDADE TERRITORIAL, A** - Amadeu Martins Martu, nº 793, p. 80 a 96.
- PODER MILITAR TERRESTRE HOLANDÊS NO BRASIL ÀS VÉSPERAS DE GUARAPES, O** - Marcos da Cunha e Souza, nº 792, p. 50 a 57.
- POLÍTICA E ESTRATÉGIA NOS CONFLITOS DO SÉCULO XX** - João Cesar Zambão da Silva, nº 793, p. 58 a 64.
- QUEDA DA TAXA DE CRIMINALIDADE NOS ESTADOS UNIDOS, A: PARALELOS COM A REALIDADE BRASILEIRA** - Valério Stumpf Trindade, nº 792, p. 139 a 143.
- QUESTÕES DE SEGURANÇA NO MERCOSUL PÓS-ATENTADOS NOS EUA -** Sérgio Luiz Cruz Aguilar, nº 794, p. 85 a 97.

ÍNDICE REMISSIVO

REGIONALIZAÇÃO ECONÔMICA: A ALCA - João Paulo de Almeida Magalhães, nº 793, p. 65 a 79.

RELACIONES SINO-BRASILEIRAS, AS - Manuel Cambeses Júnior, nº 794, p. 153 a 155.

REVISIONISMO HISTÓRICO - L. P. Macedo Carvalho, nº 793, p. 126 e 127.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA NA PROTEÇÃO DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS EM USO NAS ORGANIZAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO BRASILEIRO, A - Carlos Sérgio Camara Saú, nº 794, p. 40 a 49.

SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA - SIVAM, PERSPECTIVA DA ECONOMIA DE DEFESA - Carlos Wellington Leite de Almeida, nº 793, p. 42 a 57.

SOBRE O ESTADO PALESTINO, O “TIAR” E O “EURO” - Manuel Cambeses Júnior, nº 793, p. 121 a 125.

TERCEIRA GUERRA MUNDIAL: DO SPUTNIK À QUEDA DA MIR - Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, nº 792, p. 82 a 96.

TRAGÉDIA DO ORIENTE MÉDIO, A - Vasco Mariz, nº 792, p. 33 a 49.

AUTORES

ALMEIDA, Carlos Wellington Leite de - “Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM, perspectiva da economia de defesa” (nº 793, p. 42 a 57)

AGUILAR, Sergio Luiz Cruz - “Comunicação social, propaganda, mídia e opinião pública no combate moderno” (nº 792, p. 97 a 112) e “Questões de segurança

no mercosul pós-atentados nos EUA” (nº 794, p. 85 a 97)

AMARANTE, José Carlos Albano do - “O Alvorecer do Século XXI e a Ciência & Tecnologia nas Forças Armadas” (nº 794, p. 50 a 71)

BENTO, Claudio Moreira - “Duque de Caxias, useiro alvo de manipulação da história” (nº 792, p. 136 a 138)

CARVALHO, Olavo de - “História marxista é charlatanismo” (nº 794, p. 160 e 161)

CARVALHO, Luiz Paulo Macedo - “Centenário de nascimento do General-de-Divisão Engenheiro Militar Edmundo de Macedo Soares e Silva” (nº 792, p. 131 a 135) e “Revisionismo histórico” (nº 793, p. 126 e 127)

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DA ECEME - “Dissuasão não nuclear: limite e aplicabilidade” (nº 794, p. 4 a 24.)

CLARK, Wesley K - “Como combater em uma guerra assimétrica” - (nº 792, p. 126 e 127)

CORTÉS, Marcos Henrique C. - “A defesa nacional diante do pós-modernismo militar” (nº 792, p. 4 a 32.)

COSTA, Marcos de Sá Affonso da - “O direito internacional humanitário e seus reflexos no combate moderno” (nº 793, p. 34 a 41.)

COUTINHO, Sérgio A. de A. - “O gramscismo no Brasil” (nº 794, p. 25 a 39)

COZZA, Dino Willy - “Considerações sobre as guerras” (nº 792, p. 123 a 125)

FONTOURA, Luiz - “Comunidade de países de língua portuguesa - a importância do Brasil no espaço lusófono” (nº 794, p. 124 a 141)

- FRIEDE, Reis** - “A democracia no Brasil” (nº 792, p. 113 a 122.) e “Globalização versus monopolaridade” (nº 794, p. 162 a 166)
- JÚNIOR, Manuel Cambeses** – “China: o despertar do gigante asiático” – (nº 792, p. 128 a 130), “Sobre o Estado Palestino, o “TIAR” e o “euro” – (nº 793, p. 121 a 125) e “As relações sino-brasileiras” (nº 794, p. 153 a 155)
- LUNDGREN, Ronaldo Pierre Cavalcanti** – “Uma estratégia de segurança para o Brasil” (nº 794, p. 98 a 123)
- MAGALHÃES, João Paulo de Almeida** “Regionalização econômica: a ALCA” (nº 793, p. 65 a 79)
- MARIZ, Vasco** – “A tragédia do Oriente Médio” (nº 792, p. 33 a 49)
- MARTINS, Hélio Leônicio** – “Encerramento do primeiro curso de pós-graduação em História Militar” (nº 794, p. 167 a 170)
- MARTU, Amadeu Martins** – “A narcoguerilha na fronteira amazônica, uma questão de soberania e integridade territorial” (nº 793, p. 80 a 96)
- MATTOS, Carlos de Meira** – “O General Vernon Walters e o Brasil” (nº 793, p. 117 e 118) e “A crise orçamentária nas Forças Armadas” (nº 794, p. 150)
- MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas** – “Terceira guerra mundial: do SPUTNIK à queda da MIR” (nº 792, p. 82 a 96)
- NISKIER, Arnaldo** – “Educação na Nova Inglaterra” (nº 794, p. 156 e 157)
- NUNES, Richard Fernandez** – “Cenários prospectivos no limiar do terceiro milênio: seus reflexos para o Exército Brasileiro” (nº 794, p. 142 a 149)
- PASSARINHO, Jarbas** – “A esquerda no poder” (nº 794, p. 158 e 159)
- PENA, J. O. de Meira** – “O homem mais lúcido do Brasil” (nº 793, p. 119 e 120)
- RIOS, José Arthur** – “Guerra e paz: uma doutrina de guerra” (nº 793, p. 22 a 33).
- RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez** – “As instituições militares no século XXI: sua missão em face dos conflitos” (nº 792, p. 58 a 81)
- SANT'ANNA, Affonso Romano de** – “Museu da transgressão” (nº 794, p. 151 e 152)
- SAÚ, Carlos Sérgio Camara** – “A segurança da informação e sua importância na proteção dos sistemas informatizados em uso nas organizações militares do Exército Brasileiro” (nº 794, p. 40 a 49)
- SENA, Davis Ribeiro de** – “O Estado do Acre: breve abordagem diplomática e militar” (nº 793, p. 4 a 21)
- SILVA, Carlos Alberto Vicente da** – “Logística integrada e estratégia” – (nº 794, p. 72 a 84)
- SILVA, João César Zambão da** – “Política e estratégia nos conflitos do século XX” (nº 793, p. 58 a 64)
- SILVA, Ruy César Brandi da** – “O emprego de cenários prospectivos como suporte do planejamento estratégico do Exército Brasileiro” (nº 793, p. 97 a 116)
- SILVA, Waldicir Rosa da** – “Inteligência médica – uma questão de conhecimento” – (nº 792, p. 144 a 147)
- SOUZA, Marcos da Cunha e** – “O poder militar terrestre holandês no Brasil às vésperas de Guararapes” (nº 792, p. 50 a 57)
- TRINDADE, Valério Stumpf** – “A queda da taxa de criminalidade nos Estados Unidos: paralelos com a realidade brasileira” (nº 792, p. 139 a 143)



*Atualize os seus conhecimentos por
intermédio da Biblioteca do Exército,
a preços nunca vistos!*

PEDIDO DE ASSINATURA

Faça seu pedido!

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

- à vista – R\$ 210,00
- 02 vezes – R\$ 105,00 (válido até 20 Set)
- 03 vezes – R\$ 70,00 (válido até 20 Ago)
- 05 vezes – R\$ 45,00 (válido até 20 Jun)

Para efetuar sua assinatura envie cheque-correio ou vale postal, nominal à "Defesa Nacional"
ou deposite o valor na conta 380011-3, agência 2496-1 do Banco do Brasil

PARA MILITARES DO EXÉRCITO (Ativa e Reserva)

1 – Coleção General Benício

O desconto em folha poderá ser em até 12 (doze) vezes, se iniciado em janeiro, caso contrário, os descontos serão efetuados nos meses subsequentes com os valores abaixo:

Vezes	12	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2
Valor	R\$ 17,50	R\$ 19,09	R\$ 21,00	R\$ 23,33	R\$ 26,25	R\$ 30,00	R\$ 35,00	R\$ 42,00	R\$ 52,50	R\$ 70,00	R\$ 105,00
Mês pg	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov

2 – Revistas

Desconto único na efetivação da assinatura

Obs: Os pedidos de exclusão do Quadro de Assinantes poderão ser enviados até 31 de dezembro do ano em curso, sendo efetivados apenas no ano seguinte.

Informamos, ainda, que a renovação anual é automática no mês de janeiro dos anos subsequentes.

Dados Cadastrais

Nome completo												
CPF						Data de nascimento						
Endereço						Bairro						
Cidade						UF	CEP					
Tel	Fax			E-mail								

Militares

Ativa <input type="checkbox"/>	Reserva <input type="checkbox"/>	Desconto em folha	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	
Prec-CP	Posto/Grad		OM/SIP		



_____, de _____ de _____

Assinatura: _____ Identidade: _____

Recorte e preencha este PEDIDO DE ASSINATURA, e envie para a Biblioteca do Exército.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25, Ala Marcião Dias – 3º andar – CEP 20221-260 – Rio de Janeiro, RJ.
Assinaturas 0800 238365 (grátis) ou (21) 2519-5715 – Fax (21) 2519-5569 – E-mail: biblex@ism.com.br



Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço
dos ideais, dos valores e das
necessidades da cultura
militar brasileira.